



Universidade Federal da Bahia - UFBA
Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo
Programa de Pós-Graduação (PPGNEIM)

DARIANA MARIA SILVINO

**SOBRE “vivências” DAS AGRICULTORAS NA CASTANHA DE CAJU NA
VILA GOIÁS/SERRA DO MEL-RN**

SALVADOR, 2025

DARIANA MARIA SILVINO

**SOBRE “vivências” DAS AGRICULTORAS NA CASTANHA DE CAJU NA
VILA GOIÁS/SERRA DO MEL-RN**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres Gênero e Feminismo da Universidade Federal da Bahia – UFBA, sob a orientação da Prof.^a. Dr^a. Márcia dos Santos Macedo.

Linha de Pesquisa: Gênero, Alteridades e Desigualdades-GAD.

SALVADOR, 2025



Universidade Federal da Bahia

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS INTERDISCIPLINARES
SOBRE MULHERES, GÊNERO E FEMINISMO (PPGNEIM)**

ATA Nº 242

Ata da sessão pública do Colegiado do PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS INTERDISCIPLINARES SOBRE MULHERES, GÊNERO E FEMINISMO (PPGNEIM), realizada em

23/04/2025 para procedimento de defesa da Dissertação de MESTRADO EM ESTUDOS INTERDISCIPLINARES SOBRE MULHERES, GÊNERO E FEMINISMO nº 242, área de concentração

Mulheres, Gênero e Feminismo, do(a) candidato(a) DARIANA MARIA SILVINO, de matrícula 2021113304, intitulada SOBRE vivências DAS AGRICULTORAS NA CASTANHA DE CAJU NA VILA GOIÁS/SERRA DO MEL-RN. Às 18:00 do citado dia, Serviço de Conferência *Google Meet Workspace*, foi aberta a sessão pelo(a) presidente da banca examinadora Profª. Dra. MARCIA DOS SANTOS MACEDO que apresentou os outros membros da banca: Profª. CECILIA MARIA BACELLAR SARDENBERG e Profª Dra. Francisca Gomes Torres Filha. Em seguida foram esclarecidos os procedimentos pelo(a) presidente que passou a palavra ao(à) examinado(a) para apresentação do trabalho de Mestrado. Ao final da apresentação, passou-se à arguição por parte da banca, a qual, em seguida, reuniu-se para a elaboração do parecer. No seu retorno, foi lido o parecer final a respeito do trabalho apresentado pelo(a) candidato(a), tendo a banca examinadora aprovado o trabalho apresentado, sendo esta aprovação um requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre. Em seguida, nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão pelo(a) presidente da banca, tendo sido, logo a seguir, lavrada a presente ata, abaixo assinada por todos os membros da banca.

Documento assinado digitalmente

gov.br

FRANCISCA GOMES TORRES FILHA

Data: 08/05/2025 05:40:13-0300

Verifique em <https://validar.itd.gov.br>

Dra. FRANCISCA GOMES TORRES FILHA, IFRN
Examinadora Externa à Instituição

Dra. CECILIA MARIA BACELLAR SARDENBERG, UFBA
Examinadora Interna

Documento assinado digitalmente

gov.br

MARCIA DOS SANTOS MACEDO

Data: 08/05/2025 02:59:11-0300

Verifique em <https://validar.itd.gov.br>

DARIANA MARIA SILVINO
Mestrando(a)

Documento assinado digitalmente

gov.br

DARIANA MARIA SILVINO

Data: 28/05/2025 15:40:13-0300

Verifique em <https://validar.itd.gov.br>

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Universidade Federal da Bahia (UFBA)
Sistema Universitário de Bibliotecas (SIBI)
Biblioteca Universitária Isaias Alves
(BUIA/FFCH)

Silvino, Dariana Maria
M838 Sobre “vivências” das agricultoras na castanha de caju na Vila Goiás/Serra do Mel-
RN / Dariana Maria Silvino, 2025.
232 f.: il.

Orientadora: Profª. Drª. Márcia dos Santos Macedo
Dissertação (mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares
sobre Mulheres Gênero e Feminismo. Universidade Federal da Bahia, Faculdade de
Filosofia e Ciências Humanas, Salvador, 2025.

1. Identidade de gênero. 2. Mulheres na agricultura. 3. Castanha – de- caju. 4.
Vida rural. 5. Classes sociais. I. Macedo, Márcia dos Santos. II. Universidade Federal
da Bahia. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

CDD: 305.42

Responsável técnica: Hozana Maria Oliveira Campos de Azevedo - CRB/5-1213

DARIANA MARIA SILVINO

**SOBRE “vivências” DAS AGRICULTORAS NA CASTANHA DE CAJU NA
VILA GOIÁS/SERRA DO MEL-RN**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo, do Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher, como parte dos requisitos exigidos para obtenção do título de Mestra.

Aprovada em 24 de abril de 2025.

Banca Examinadora

Márcia dos Santos Macedo (Orientadora) _____
Doutora em Ciências Sociais na Universidade Federal da Bahia (UFBA)
Universidade Federal da Bahia (UFBA).

Cecília Maria Bacellar Sardenberg (Examinadora Interna) _____
Doutora em Antropologia pela Universidade de Boston, Estados Unidos.
Universidade Federal da Bahia (UFBA).

Francisca Gomes Torres Filha (Examinadora Externa) _____
Doutorado em Ciências da Comunicação, Portugal, Universidade do Minho, Instituto de Ciências Sociais (UMCS)
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN).

A Francisca (Neta)

Dedico esta dissertação a pessoa mais importante da minha vida (mãe) que na agricultora, embaixo do sol, labutou dia após dia para que eu (Dariana) na sombra dos cajueiros pudesse estudar, plantar à trajetória em direção da realização dos meus sonhos. Esse diploma é seu. Por fim, também dedico este trabalho a mim, por jamais desistir, mesmo quando tudo parecia impossível.

Dariana Maria

AGRADECIMENTOS

Recebi, ao longo desta caminhada, alguns apoios fundamentais e contribuições pertinentes para que este trabalho pudesse ser construído numa teia de significados e tivesse sentido de existir. Assim, tentarei sintetizar a merecida gratidão as pessoas que de alguma forma somaram para finalizar este ciclo complexo e prazeroso. Começo agradecendo às mulheres agricultoras que trabalham na terra, *sobrevivem* da castanha e *despeliculam* suas vidas de silêncios, negações e alegrias comigo. Muito obrigada, vocês são a razão pela qual está dissertação foi construída, em cada palavra escrita as vejo nela. Espero que as tentativas de reflexões estejam à altura das minhas camaradas: Nisia, Auta, Celina, Clara de Castro, Alzira, Isabel, Ritinha, Ana, Clara Camarão, Zila, Myriam, Vilma, Lucy, Maria do Santíssimo e Maria Gomes, fica registrado as mais profundas gratidões a essas mulheradas.

Agradeço às minhas principais referências familiares: Francisca (bisavó/*in memoriam*), Maria (avó/ *in memoriam*), Severina (avó), Eugênia (tia), e Francisca Neta (matriarca). Vocês são fonte de inspiração pela qual sigo em frente todos os dias. Tive e tenho a sorte de contar com o apoio incondicional das mulheres que tanto amo e não tiveram a mesma oportunidade de escolha que eu. Não poderia deixar de mencionar a ajuda das minhas primas Beatriz e Myrella, pela torcida ao longo dos anos. Quero pontuar outros apoios que recebi nesses anos de estudos para não dizer que esqueci dos homens: Roger e Ramon (primos), reconhecimento define este momento.

Minha profunda saudação às referências feministas que vieram antes de mim, em especial a Cecília Sardenberg por contribuir nos seus apontamentos à pesquisa, acredito ter correspondido dentro do possível às sugestões propostas. À querida amiga e eterna professora Francisca (Fran), obrigada por ser luz na caminhada, escutar minhas angustias, desesperos e alegrias. Nos conectamos uma à outra através dos laços de afinidade e de raízes rurais. Obrigada pelas indicações e pertinentes análises que enriqueceram a escrita e me fortaleceu – para mim, sempre uma brilhante profissional e exemplo de humanidade.

Espero ter retribuído ao menos em parte, as expectativas (dentro das minhas limitações) e feito o possível para valer a confiança, a parceria e irmandade feminista da prezada orientadora, Márcia Macêdo, por quem possuo uma grande estima e admiração. Obrigada por acreditar na minha capacidade e por não ter desistido de “mim”, pelos encontros construtivos, pelos abraços e choros inesperados. Sem essa sensibilidade em

tentar me ajudar, com sua mente afiada – ou melhor, seu “crânio” – esta dissertação não teria seguido por estes rumos desejados e que tenho orgulho da soma para meu crescimento ao longo desse processo. Ao longo da caminhada não poderia deixar de mencionar as parceiras, amigas que o NEIM me deu de presente: Isabela Vince e Isabela Graton. Vocês foram família em Salvador: incentivadoras, conselheiras, sei que posso contar com ambas, perto ou longe. Acredito que amizades verdadeiras são capazes de amenizar os momentos de conflitos existenciais e de solidão, pois quando tudo estava dando “errado” sempre tinha com quem desabafar. Formamos um trio inseparável!

Também agradeço a quem veio depois. Deixo registrado meu obrigada às amizades de longa data como Ozinete quem muito me socorre, à Mariana, que esteve junto nesse movimento, como uma irmandade, presente nos bons momentos e nos perrengues da vida – seu apoio incondicional e escuta foram revigorantes, sempre na torcida para eu trilhar altos voos. Também sou grata à Raimunda: pelas orações, pelos amparos financeiro e espiritual, pela generosidade, por acreditar no meu potencial – às vezes, até mais do que eu.

Agradeço às professoras, vocês foram fundamentais neste amadurecimento profissional e pessoal. Acho prudente não citar nomes para não correr o risco ou deixar de “lembra” de alguém. Minha gratidão ao PPGNEIM pela oportunidade de continuar fazendo o que tanto gosto: pesquisar sobre e para as mulheres, adquirir outras vivências, acessando oportunidades que outrora me foram negadas. Jamais esquecerei do lugar que me acolheu e os laços recíprocos construídos, enfim, a identificação com o projeto feminista do programa e com pessoas que fazem este projeto acontecer.

Por último, registro minha gratidão à Capes pela bolsa de fomento que possibilitou o mínimo de condições para que pudesse me dedicar ao mestrado, morar em Salvador e participar de eventos acadêmicos. Ser pesquisadora não é uma tarefa nada fácil no Brasil, quem envereda por esse percurso sabe bem. Além disso, é preciso mais que estímulo financeiro, é primordial a valorização da educação e de pesquisadoras em formação.

Não poderia chegar às palavras finais sem agradecer a todas as pessoas que de maneira direta ou indireta tiveram, cada uma delas, sua devida participação para que este fechamento de ciclo fosse de profunda alegria, sentimento de dever cumprido, contudo é preciso viver outros horizontes. E, para finalizar, posso dizer que me tornei a mulher batalhadora, persistente, dedicada, comprometida e feminista, porque tenho uma mãe que luta incansavelmente para que eu estude, já abdicou tanto por mim. Neta, à senhora, é o maior motivo para eu continuar a acreditar que sonhos se tornam realidade.

MULHER NA ROÇA. “Mulher da roça, os homens te esqueceram, mesmo assim, de luta não te cansas. Vejo no teu rosto e corpo judiados, Mãe que expressa sempre um gesto de esperança. Dos que labutam para cultivar a terra, a mulher é sempre quem mais trabalha”

(Dezembro de 1985, música de GRINGO).

O Caju e a Castanha

Outubro é mês do caju
Em meu querido sertão
Quando a safra é boa.
Dá tanto que cai no chão.
Totalmente seduzida
Eu sou só contemplação.

Vermelho e amarelo,
Alaranjado também.
Comprido, arredondado
De todo formato tem.
E transformado em suco,
É gostoso e faz bem.

Dele é feito o doce,
Mel, vinho e cajuína,
Produtos apreciados,
Na região nordestina.
Tudo que vem do caju
Na verdade, me fascina

O caju é o pedúnculo.
A castanha é o fruto.
Não sei de qual gosto mais.
Só sei que dos dois desfruto.
Sou doidinha por castanha,
Por caju e seus produtos.

Na folia do caju
Eu nasci e me criei.
Em flandres assei castanha,
Com seu leite me queimei.
Aventuras de menina,
Que arrebatada provei.

(Dalinha Catunda)

SILVINO, Dariana Maria. “SOBREvivências DAS AGRICULTORAS NA CASTANHA DE CAJU NA VILA GOIÁS/SERRA DO MEL-RN”. Orientadora: Márcia dos Santos Macêdo. 2024. 232 f. il. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo, Salvador, 2025.

RESUMO

O propósito desta dissertação consiste em um estudo de caso particular da Vila Goiás, município de Serra do Mel-RN, visando compreender a experiência de mulheres trabalhadoras que cuidam de suas famílias e geram renda através do beneficiamento da castanha: como se dá essa dupla participação na esfera dos cuidados e no trabalho e as quais possíveis dificuldades enfrentadas na busca da valorização de si e por reconhecimento profissional? Esses elementos ajudaram, através das lentes de gênero a entender como se constroem as relações de vida e ofício das agricultoras, pois trazer a vivência das mulheres na busca de reconhecimento não configura identificá-las apenas enquanto agricultoras rurais, mas dar condições para que possam refletir sobre as próprias vidas. O aporte teórico deste estudo está assentado nos conceitos de gênero e classe desenvolvidos por Paulilo (1985), Brumer (2004), Hirata (2015; 2019), Torres-Filha (2020), Macêdo (2008), Sardenberg (2011). Assim, por meio de pesquisa qualitativa, realizamos entrevistas semiestruturadas e um trabalho histórico etnográfico na Vila Goiás e adotamos, no decorrer do trajeto, a epistemologia feminista materialista para vislumbrar o objeto de pesquisa de forma mais abrangente. Os sujeitos da pesquisa são 15 mulheres agricultoras da castanha que residem e trabalham na Vila Goiás. Da análise dos dados, percebemos o grande descompasso entre o volume de labuta realizada pelas mulheres e os baixíssimos ganhos financeiros e quase sem nenhum reconhecimento, além da total falta de outras oportunidades de serviço. Portanto, avaliando as trajetórias de vida e o cotidiano das agricultoras, foi possível entender como as desigualdades de gênero as obrigam a assumir uma jornada intermitente, intensiva e extensiva de afã, fazendo com que elas assumam sozinhas toda a esfera dos cuidados domésticos associada à dura lida na castanha – sendo, com isso, invisibilizadas, silenciadas, preteridas, ao serem vistas como realizando um serviço de menor importância que os homens, por ser visto como “leve” e “maneiro”.

PALAVRAS-CHAVE: Gênero. Classe. Trabalho das Agricultoras. Castanha de Caju. Mundo Rural.

SILVINO, Dariana Maria. "SURVIVAL OF FARMERS IN THE CAJU NUTS IN VILA GOIÁS/SERRA DO MEL-RN". Thesis Advisor: Márcia dos Santos Macêdo.2025. 232 f. il. Dissertation (Maeter's)- University of Bahia, Faculty of Philosophy and Human Sciences. Postgraduate Program in Interdisciplinary Studies of Women, Gender and Feminism, Salvador, 2025.

ABSTRACT

The purpose of this dissertation consists of a particular case study of Vila Goiás, municipality of Serra do Mel-RN, aiming to understand the experience of working women who take care of their families and generate income through nut processing: how this double participation occurs in the sphere of care and work and what are the possible difficulties faced in the search for self-valuation and professional recognition? These elements helped, through a gender lens, to understand how the life and work relationships of women farmers are constructed, as bringing the experience of women in the search for recognition does not mean identifying them only as rural workers, but providing conditions so that they can reflect on their own lives. The theoretical contribution of this study is based on the concepts of gender and class worked. The theoretical contribution of this study is based on the concepts of gender and class worked on by Paulilo (1985), Brumer (2004), Hirata (2015; 2019), Torres-Filha (2020), Macêdo (2008) and Sardenberg (2011). Thus, through qualitative research, we carried out semi-structured interviews and historical ethnographic work in Vila Goiás and adopted, along the way, materialist feminist epistemology, to glimpse the research object in a more comprehensive way. The research subjects are 15 female nut farmers who live and work in Vila Goiás. From the data analysis, we noticed the great discrepancy between the volume of work carried out by women and the very low financial gains and almost no recognition, in addition to the total lack of other work opportunities. Thus, analyzing the life trajectories and daily lives of women farmers, it was possible to understand how gender inequalities force them to take on an intensive and extensive work day, marking them to take on the entire sphere of domestic care associated with the hard work at home alone. Chestnut-thus being made invisible, silenced, overlooked, as they are seen as performing a service of less importance than men, as they are seen as "light" and cool"

KEY-WORD: Gender. Class. Work of Farmers. Cashew nut. Rural World.

SILVINO, Dariana Maria. «SURVIE DES AGRICULTEURS DES NOIX DE CAJU À VILA GOIÁS/SERRA DO MEL-RN». Directrice de thèse: Márcia dos Santos Macêdo.2025. 231 f. je vais. Mémoire (Maeter's) – Université de Bahia, Faculté de Philosophie et Sciences Humaines. Programme de troisième cycle en études interdisciplinaires sur les femmes, le genre et le féminisme, Salvador, 2025.

RÉSUMÉ

Le but de cette thèse consiste en une étude de cas particulier de Vila Goiás, municipalité de Serra do Mel-RN, visant à comprendre l'expérience des femmes qui travaillent qui prennent soin de leur famille et génèrent des revenus grâce à la transformation des noix: comment cette double participation se produit dans la sphère des soins et du travail et quelles sont les éventuelles difficultés rencontrées dans la recherche de l'estime de soi et de la reconnaissance professionnelle ? Ces éléments ont permis, dans une perspective de genre, de comprendre comment se construisent les relations de vie et de travail des agricultrices, car apporter l'expérience des femmes dans la recherche de reconnaissance ne signifie pas les identifier uniquement comme travailleuses rurales, mais leur offrir les conditions nécessaires pour qu'elles puissent être reconnues. peuvent réfléchir sur leur propre vie. Le support théorique de cette étude s'appuie sur les concepts de genre et de classe développés par Paulilo (1985), Brumer (2004), Hirata (2015 ; 2019), Torres-Filha (2020), (Macêdo, 2008) et Sardenberg (2011). Ainsi, à travers une recherche qualitative, nous avons réalisé des entretiens semi-structurés et un travail ethnographique historique à Vila Goiás et avons adopté, au passage, l'épistémologie féministe matérialiste, pour apercevoir l'objet de recherche de manière plus globale. Les sujets de recherche sont 15 productrices de noix qui vivent et travaillent à Vila Goiás. À partir de l'analyse des données, nous avons remarqué le grand écart entre le volume de travail effectué par les femmes et les très faibles gains financiers et presque aucune reconnaissance, en plus de l'absence totale d'autres opportunités de service. Ainsi, en évaluant les trajectoires de vie et la vie quotidienne des agricultrices, il a été possible de comprendre comment les inégalités de genre les obligent à entreprendre un travail intermittent, intensif et extensif, leur faisant assumer toute la sphère des soins domestiques associés aux dures lectures de l'agriculture. les châtaigniers – étant donc rendus invisibles, réduits au silence, ignorés, car ils sont considérés comme rendant un service de moindre importance que les hommes, parce qu'ils sont considérés comme « légers » et « cool ».

MOTS CLÉS: Genre. Classe. Travail des agriculteurs. Noix de cajou. Monde rural.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BNDS-Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

CNPq- Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

COOPERCAJU-Cooperativa de Beneficiadores Artesanais de Castanha de Caju de Serra do Mel

CRAS-Centro de Referência da Assistência Social

CNPJ-Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas

CAERN-Companhia de Água e Esgotos do Rio Grande do Norte

ECA-Estatuto da Criança e Adolescente

EJA-Educação de Jovens e Adultos

EMBRAPA- Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária.

FERCAJU- Festival de Quadrilhas Juninas de Serra do Mel

FUNRURAL-Fundo de Assistência ao Trabalhador/a Rural

IFRN-Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte

IBGE-Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

INSS-Instituto Nacional do Seguro Social

MMC-Movimento de Mulheres Camponesas

MST- Movimento dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais Sem-Terra

ONGs-Organizações Não-Governamentais

OIT- Organização Internacional do Trabalho

PPGNEIM - Programa de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo

PIBIC- Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica

SENAC- Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial

TCC-Trabalho de Conclusão de Curso

UERN-Universidade Estadual do Rio Grande do Norte

UFBA-Universidade Federal da Bahia

GLOSSÁRIO DE TERMOS

- Despelicular-raspar a castanha de caju. Apanhar-separar o caju da castanha em baldes no lote. Selecionar/revisar- escolher castanha do tipo brocada, banda e inteira.
- P, PP, M e GG numeração das castanhas conforme tamanho e qualidade.
- Anacardiácea-nome científico da castanha, o fruto não é o caju, mas a castanha.
- Banho Maria-técnica utilizada no cozimento que lembra a cuscuzeira fervendo, a castanha fica inchada, aumenta de tamanho, muda de textura, porém não fica branca e, perde em qualidade.
- Lote-plantação contendo 50 ha (o hectare é uma unidade de medida de área que equivale a 10.000 metros quadrados, ou seja, uma área com 100 metros de comprimento por 100 metros de largura) de mata nativa e cajueiro. No período da safra, de outubro a janeiro os/as agricultores/as colhem os cajus e castanhas.

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1- Categorias de análise e subcategorias presentes nas entrevistas	228
Tabela 2-Ganhos das agricultoras despelicular/raspar e selecionar/revisar	230
Tabela 3-Ganhos na safra da castanha de caju	230
Tabela 4-Ganhos do corte e separação da castanha de caju	230

MOSAICO DE FOTOS

Figura 1- Agricultoras despeliculando castanha debaixo das árvores	22
Figura 2- Mãos de agricultora despeliculando	22
Figura 3- Máquina manual para cortar castanha das mulheres	25
Figura 4- Instrumentos utilizados pelas trabalhadoras	55
Figura 5- Faca usada para despelicular	56
Figura Mapas I e II de Serra do Mel	84
Figura 7-Agricultora limpando o mato com um ciscador	192
Figura 8-Quadrilha campeã laço verde/Vila Goiás no Fequaju 2023	195
Figura 9-10- reunião para criação da associação de mulheres da Vila Goiás	196
Figura 11- reunião para criação da associação de mulheres da Vila Goiás	197
Figura 12- Mesa de selecionar e classificar castanha	229
Figura 13- Trator de transportar castanha	229
Figura 14- Carroça e jumento	229
Figura 15- Ciscador, enxada e enxadeco	230
Figura 16-17-18-Doce de caju, mel de caju e rapadura de caju	231
Figura 19- Caju	231
Figura 20-Castanha pronta para exportar	232
Figura 21- Cajueiro precoce	232
Figura 22- Energia eólica no lote	232

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	17
1 OS OFÍCIOS DAS MULHERES: UM DEBATE HISTÓRICO	31
1.1 Nas articulações de gênero e classe	36
1.2 Nas tramas de gênero em contextos rurais	49
1.3 Caminhos “TRILHADOS”: primeiras aproximações do campo	68
1.4 Escolhas TEÓRICO-METODOLÓGICAS: apresentações das entrevistadas	71
2 “TRAJETÓRIA DE VIDA”: RESGATANDO O LUGAR DE MORADA	83
2.1 Informe histórico/etnográfico da Vila Goiás	94
2.2 Vivências afetivas e comunitárias	105
2.3 Sobre “VIVER”: formas de EXISTÊNCIAS	113
3 SOBRE “EXPERIÊNCIAS”: HISTÓRIAS INDIVIDUAIS E COLETIVAS	120
3.1 “Trajetórias visíveis e INVISÍVEIS”: compreensão da vida e subjetividade	140
3.2 REExistências e Experiências	162
TECENDO CONSIDERAÇÕES	189
REFERÊNCIAS	200
APÊNDICES	211
Apêndice 1- Roteiro de entrevistas semiestruturada	211
Apêndice 2-GUIA (roteiro de entrevistas semiestruturada)	212
Apêndice 3-Quadro de mulheres potiguares pioneiras nas resistências, nos direitos e lutas feministas	215
Apêndice 4-Biografias sociodemográficas das entrevistadas	220
Apêndice 5- categorias de análises e subcategorias presentes nas entrevistas	226
Apêndice 6-Etapas do Processo produtivo	228

INTRODUÇÃO:

Ela desperta antes de clarear o dia. Acende o fogo, tira o leite pro café. Atende os filhos, ajuda a tratar os bichos [...]. Vai pra roça, ao meio dia faz o almoço. Lava os pratos enquanto o pessoal sesteia. Limpa a cozinha, amassa o pão, estende a roupa. A sua vida de serviço é sempre cheia. [...] Volta pra roça e só vem de noitezinha. É pasto, é vaca, são os filhos, o jantar. Outra vez as panelas, a cozinha. É alta noite já é hora de deitar. Passam dias, passam meses, passam anos. A vida inteira é sempre a mesma rotina. As tuas férias são na roça e nas panelas. Essa mulher não nasceu com essa sina (GRINGO, 1997, p. 23).

Para iniciar a explicitação do caminho proposto para pesquisa, não poderíamos deixar de refletir a epígrafe acima sobre a desafiadora condição de vida e trabalho¹ das mulheres das classes trabalhadoras, em especial das agricultoras – que o são motivo de existência desta pesquisa. O texto acima destaca que essas trabalhadoras enfrentam uma vida sempre cheia de afazeres e das labutas sem fugir da luta, pois, na maioria das vezes, encaram longas jornadas que lhes obrigam a serem as primeiras pessoas a levantar e, sem descansar, são também as últimas a dormir. Mas, em meio a esse cotidiano exaustivo, são vistas como aquelas que executam trabalhos considerados “maneiros” (CLAÚDIA MAIA, 2004) ou mesmo o conhecido “trabalho leve”, principalmente se comparado ao trabalho “pesado” masculino (IGNEZ PAULILO, 1987).

Esse trabalho visto como “leve”, como nos lembra a autora acima, cabe às mulheres enquanto parte do seu labor familiar, o que, somado ao serviço da roça, perfaz uma “super jornada”, que se inicia geralmente às quatro da manhã e só termina bem depois da chegada dos filhos da escola, geralmente no período noturno. Assim, as mulheres são as últimas pessoas do lar a se deitarem e as primeiras a acordarem (ANITA BRUMER, 2004); porém, isso é invisibilizado de tal modo que elas não percebem a sobrecarga imposta ao desempenharem essas atribuições, diariamente, com vultosa maestria. Nesse contexto, criado por tantas condicionalidades, esse ofício executado, além de não ter o merecido reconhecimento social, não lhes permite a conquista dos ganhos financeiros almejados. Todas essas circunstâncias fazem com que essas mulheres carreguem consigo, ao mesmo tempo, as marcas das desigualdades de gênero e das *invisibilidades*, mas também os sinais de muita *resistência*.

¹ Ao longo de toda a dissertação, priorizaremos reflexões, **trabalhos e discussões de autoras**, bem como optaremos em não abreviar **nomes das mulheres nas referências**, destacando suas contribuições para a construção das epistemologias feministas de gênero em contextos rurais, plurais e inclusivas para todas as mulheres.

Com essa reflexão anterior, o que podemos evidenciar, neste momento, são mulheres que trazem consigo experiências quotidianas ao longo da existência, bem como uma série de outros elementos das suas rotinas do dia a dia, então propomos, ouvi-las. Tudo isso, contribuiu para desenvolver esta dissertação, na qual nos filiamos numa perspectiva feminista alinhada à pesquisa e somando a nossa trajetória acadêmica que se inicia nas Ciências Sociais e, no campo dos estudos de gênero e feminismo através da graduação em Serviço Social na Universidade Estadual do Rio Grande do Norte, bem como nos eventos de formação acadêmica e processos de seleções da FAPERN/RN e PIBIC/CNPq. Igualmente, a relação com a temática despertou o interesse em decorrência de inquietações existentes enquanto militante feminista para conhecer a trajetória das agricultoras e, de uma certa distância dos estudos no campo do feminismo e de gênero na realidade da Vila Goiás.

Gostaria de destacar minha posicionalidade, pois como pesquisadora devemos levar em conta a experiência pessoal de agricultora que vivenciou o trabalho no beneficiamento da castanha de caju. Referimos, de tal modo, a importância de, com isso, denunciar que as experiências de mulheres nem sempre são devidamente problematizadas nas pesquisas. Deste modo, almejávamos analisar as condições de existência dessas – grupo do qual somos parte. Por conseguinte, refletir a realidade delas a partir do lugar social em que labutam e habitam. Por outro lado, enfrentamos, no percurso, incertezas, muitas dúvidas e poucas respostas, já que nossas identidades de camponesa, em alguns momentos, confundem à da pesquisadora e, “em outras ocasiões, a identidade de pesquisadora se mistura com as raízes no campo”.

Ademais, o trabalho de conclusão da especialização possibilitou compreender a discussão de Educação em Gênero e Formação Docente na Escola Municipal Vila Goiás/Serra do Mel-RN. Essas experiências colaboraram para aprovação como estudante de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo PPGNEIM da UFBA, num momento de muita alegria e ao mesmo tempo de angústia. Alegria por realizar um sonho, que ao longo do caminho foi percorrido por alguns não, todavia as causas em defesa das mulheres são maiores do que os obstáculos.

Logo, a vinda para o PPGNEIM trouxe outras angústias. Primeiro, a de morar na zona rural. Além disso, a dificuldade de acesso à internet tornava tudo mais desafiador, somada à incerteza se alcançaria bolsa para morar na Bahia – principalmente com a redução de assistência estudantil, cortes no orçamento da educação. Nesse contexto, a

luta por uma bolsa era extremamente indispensável para garantir o acesso e a permanência à Universidade Pública com um mínimo de qualidade.

Um terceiro desafio era o de conseguir refazer o projeto de dissertação, especialmente porque, no segundo semestre de 2022, resolvemos mudar de tema. Inicialmente, o projeto visava dar continuidade à pesquisa intitulada *Feminismo e ONGs feministas no Nordeste do Brasil*. Hoje, percebemos que esse refletia inexperiência e, embora construído ao longo dos anos, foi o resultado de um certo “abrir mão” de algumas questões porque, na época, achávamos ser a melhor escolha. Para começar a enxergar as equivocadas e ambiciosas pretensões a respeito do projeto e poder reconstruí-lo com outra perspectiva. E com um pouco mais de maturidade, embora ainda uma jovem pesquisadora, compreendemos que a escolha de estudar um tema próximo da nossa (minha) realidade é bem mais motivador, apesar, de muitas vezes, traga uma carga de responsabilidade maior – especialmente por ser uma pesquisa no nível de mestrado.

Um outro desafio na escrita foi a necessidade de aproximação das leituras no campo dos estudos de gênero em contextos rurais – o que por vezes produziu um certo “estranhamento” do ambiente que parece ser “familiar”, especialmente porque nos fez afastar da própria área de formação. Ademais, sentimos uma pressão em dar conta de tamanha responsabilidade de teorização exigida para falar das agricultoras, de nós mulheres rurais e afirmar de onde partimos e por quem *sobrevivemos*.

Tudo isso não tem sido fácil: é bem desafiador para nós que temos raízes rurais tentar produzir um conhecimento não hegemônico para dar às mulheres trabalhadoras a devida importância e visibilidade que elas/nós merecem/os. Onde na sociedade tendem a prevalecer os valores masculinos, branco, raramente “filóginos”, atenta Margareth Rago (1998).

Também sentimos que passamos por vários momentos de idealizações, a ideia de construir uma grande teoria do campo. Mas, na verdade, temos mais acesso aos sujeitos, ao universo das agriculturas, suas narrativas/ histórias do que a nossa teoria possa explicar; do mesmo modo, percebemos que se faz necessário trazer esta experiência como um guia para “iluminar” as reflexões aqui propostas.

Dito isto, pudemos observar melhor como o objeto de estudo/os sujeitos da pesquisa são identificados e vivenciam suas experiências na agricultura². E diante disso,

² As mulheres trabalham: arrancando os matos, quando o trator passa arando na terra, fazem o bozó e coroamento dos cajueiros, que é limpar ao redor e retirar as folhas, galhos, além de podar. Algumas agricultoras, além de cortar as castanhas, desenvolvem atividades de plantar mudas de cajueiros precoce, a

perceber que as informantes davam pistas de quais elementos são importantes na configuração do recorte do objeto, sem cair em generalizações ou repetição de discussões que outras pesquisadoras já realizaram, procurando entender o que a pesquisa sinaliza, enfim, quais contribuições poderíamos levar para a academia, as Ciências Sociais e a sociedade. Além disso, acreditamos trazer enormes aprendizados quando participamos de grupos de estudos de gênero e pesquisas feministas. Ao participar como membro destes grupos, além da formação profissional, reconhecemos a importância dessas vivências na construção de uma identidade feminista.

Desse modo, vamos dando continuidade à caminhada, pudemos finalizar alguns ciclos e dar abertura para novos – com a proposta de uma investigação que, trabalhasse esse assunto tão familiar – e que sempre esteve diante dos nossos olhos – trouxe muitos desafios. Porque obriga a ver sobre outro ângulo a realidade que acompanhamos enquanto parte integrante deste universo – o que também possibilita ressignificar o que os outros falam e escrevem, pois, muitas vezes, não nos servem por inteiro. Dessa forma, tornamos a “Dariana pesquisadora” que, ao observar a realidade na qual crescemos, fomos enxergando a oportunidade de escrever sobre e para as mulheres, numa perspectiva de defesa intransigente da construção de outra sociedade mais igualitária, antipatriarcal, antirracista e plural.

Todo esse processo anterior terminou por mostrar que era preciso trazer a experiência para falar de pessoas não tão conhecidas, porquanto, para fazer a Universidade um espaço de inclusão, dar conhecimento à produção de outras *sobrevidências*. Daí o interesse na realidade das mulheres que vivenciam cotidianamente

partir do enxerto planta a castanha. Esses possuem tamanho pequeno, mas com poucos anos já produz. Porque os cajueiros plantados no projeto vão envelhecendo, dando cupim e precisam ser substituídos. Então da preferência pelo anão, por dar furto mais rápido. Do cajueiro aproveita-se praticamente tudo. O principal produto é a amêndoia da castanha-de-caju (ACC), localizada no interior da castanha, de onde também é extraída a película que reveste a amêndoia [...] utilizada na indústria química de tintas e vernizes. Da casca da castanha, extrai-se o líquido da casca de castanha-de-caju (LCC), usado na indústria química e de lubrificantes, curtidores, aditivos, entre outros, sendo o resíduo da casca utilizado como fonte de energia nas indústrias, por meio de sua queima em fornalhas. Já o pedúnculo do caju (pseudofruto) é processado por indústrias ou minifábricas para a obtenção do suco ou da polpa congelada, a ser utilizada na fabricação de sucos, cajuínas e outras bebidas. O pedúnculo também pode ser aproveitado para a fabricação de diversos produtos (principalmente doces) e na alimentação animal, além de que o caju inteiro também é comercializado in natura em feiras e supermercados. Outras partes da planta também são utilizadas, pois os restolhos dos galhos podados, as cascas das árvores e as folhas, por serem fontes de tanino e goma, são aproveitadas na indústria química e na geração de energia (queima) (EMBRAPA, S/A, p.1). Disponível em:https://www.spo.cnptia.embrapa.br/conteudo?p_p_id=conteudoportlet_WAR_sistemasdeproducao!f_1galcepotlet&p_p_lifecycle=0&p_p_state=normal&p_p_mode=view&p_p_col_id=column2&p_p_col_count=1&p_r_p_-76293187_sistemaProducaoId=7705&p_r_p_-996514994_topicoId=10308. Acesso em: 11 de janeiro de 2024.

a labuta da agricultura familiar e que encontram nesse trabalho uma das dimensões de suas existências. É importante destacar a expectativa de transformar a dissertação em livro, falando da realidade da comunidade de origem, além de cogitar um futuro doutorado sanduiche na zona rural de Paris, assim que conseguir estabilidade financeira.

É necessário pontuar ainda os expressivos contatos com as colegas de turma, além, é claro, de frisar os momentos significativos de diálogo nas reuniões de orientação com Márcia Macêdo. Justamente a partir dessas aproximações e trocas, de aprendizados, que foi possível “abrir os horizontes” de possibilidades e nos encontrar neste processo. De não reproduzir estudos realizados sobre outra realidade e perspectiva.

De tal modo, será importante recorrer à crítica feminista feita por Cecília Sardenberg (2001) para tentar desvendar/desmontar discursos hegemônicos que produzem conhecimento de “cima para baixo”, ou seja, um conhecimento produzido por homens brancos que tendem a monopolizar saberes e narrativas e que leva, por exemplo, a uma compreensão distorcida da realidade das mulheres do campo. Desta forma, posicionamo-nos contrários/as às teorias que *invisibilizam* a existência e o trabalho das agricultoras no intuito de subjugá-las.

Historicamente, a construção do conhecimento científico tem sido produzido com a intencionalidade de *invisibilizar* as populações minoritárias, em particular as mulheres periféricas, rurais e não brancas. Essa exclusão é reproduzida concretamente no tocante ao acesso a direitos sociais que, culturalmente, foram concedidos ao sexo masculino. Numa sociedade desigual e que tende a ser guiada por valores masculinos (RAGO, 1998), o projeto hegemônico busca padronizar realidades, universalizar pessoas e saberes – isto vai significar uma tentativa de silenciamento feminino tanto na produção do conhecimento quanto na vida pública.

Desta forma, os saberes produzidos pelos feminismos trazem a possibilidade de lançarmos um olhar plural, diferenciado sobre a realidade das mulheres do campo e da cidade e com isso trazer suas particularidades na diversidade, mostrando que, dentro dessa realidade, os espaços de luta e de informação tendem a ser dominados pelo sexo masculino e que, por isso, vão reproduzir relações de gênero e de classe desiguais. E é com essa intenção de crítica que queremos destacar, para compreender esse assunto, as significativas discussões de autoras como Paulilo (1987), Torres-Filha (2020), Sardenberg (2001) e Brumer (2004). Essas e tantas outras intelectuais não menos importantes, ao estudarem as relações entre gênero e trabalho no contexto rural, se tornaram grandes referências para nós mulheres rurais.

As pesquisas feministas vão romper esse ciclo, na medida em que propõem que as mulheres sejam centrais/protagonistas das suas próprias histórias. Portanto, instigada a discutir vivências das quais também me sinto parte, sou levada a entender que não vivemos “em um mundo à parte” (PAULILO, 1990, p. 2) somos parte dessa identidade, porque vida e lida se inter-relacionam. Para ilustrar essa identidade e esse pertencimento, apresentamos duas imagens de um recorte do trabalho das agricultoras muito utilizado no processamento da castanha de caju, porém pouco ou quase nada *valorizado*, assim como elas.

Figura-1 Agricultoras despeliculando castanha debaixo das árvores.



Fonte: Acervo da autora (2025).

Figura-2 Mão de agricultora despeliculando castanha



Fonte: Acervo da autora (2025).

É perceptível nas fotografias, e amparada na literatura dos estudos rurais, que este ofício da castanha é considerado socialmente como um trabalho “leve” (Paulilo, 1987) – embora, na prática, seja “pesado”, moroso, repetitivo, além do que possui traços peculiares como a exigência de muita habilidade, destreza e paciência. São essas requisições que fazem com que esse serviço passe a ser executado pelas mãos das agricultoras, uma vez que os homens talvez não aceitariam tal atividade monótona, enfadonha e de baixa remuneração e valorização social (Hirata, 2015). Além disso, o trabalho de *despelicular* a castanha precisa ser minucioso, já que a retirada em demasia da película pode danificar o produto e, por consequência, prejudicar sua comercialização.

É importante destacar a existência de traços comuns no trabalho das mulheres mesmo entre culturas aparentemente distintas como a quebra do coco babaçu, as castanheiras do Pará, a pescaria e, a catação de mariscos. Apesar das diferenças quando comparados com a *apanha, seleção e despeliculagem* da castanha, a principal semelhança é que todos esses ofícios são executados na maior parte das vezes por mulheres e crianças e, o mais grave, todos eles possuem rendimentos ínfimos.

Parte da explicação desta lógica de *desvalorização* do trabalho feminino em comunidades rurais, como bem frisara Maia (2004, p.89), é o fato de que “o trabalho familiar é elemento central de uma lógica econômica própria da economia camponesa”, no qual esse mesmo espaço de labuta vai definindo, de acordo com a divisão sexual do trabalho, a seleção e o valor das atividades postas às mulheres e aos homens.

Desta maneira, ao nos debruçarmos no estudo de espaços e comunidades agrícolas é preciso trazer para o centro do debate a importância do trabalho familiar que não pode ser subestimado nas pesquisas. Nesse contexto, vão se instituindo as hierarquias de poderes e de saberes (HIRATA, 2015) e vão se formando relações familiares e coletivas entre mudanças e permanências nas relações de gênero, de classe e de raça. De tal modo, a forma como vemos as dimensões familiares estabelecidas são estendidas para a maneira como delegamos o ofício da mulher na economia camponesa: por ser parte do trabalho familiar e não ser comumente remunerado, não é considerado “trabalho”, nem mesmo para as” próprias mulheres que o desempenham” (SARDENBERG, 2004, p. 31). Ou seja, queremos dizer que, as mulheres introjetam que seus serviços estão interligados ao trabalho familiar, de tal modo, fica mais complexo dar conta que as lidas das mulheres são partes importantes, diríamos essenciais para apropriação da força, dedicação e

dispêndio dos serviços considerados “inferiores” tendo com isso, menor valor social agregado.

Ao observarmos a lógica de estruturação latifundiária escravocrata patriarcal familiar nordestina, fica nítido que, como esclarece Maia (2004, p. 90), “a organização social camponesa obedece a um padrão de divisão sexual do trabalho bastante rígido e bipolarizado” entre o roçado – espaço da produção, público e, por isso, predominantemente masculino – e a casa – esfera do consumo, de domínio feminino.

No caso do meio rural no sertão e região semi-árida brasileira essa lógica bipolarizada é, sem sombra de dúvida, igualmente reproduzida. É importante pontuar a persistência de um tipo de produção e cultivo da agricultura para o sustento familiar no qual as mulheres desempenham tanto na roça como no doméstico, tornando essa relação casa-lote ainda mais imbricada, difícil de separá-la, sendo uma extensão da outra:

As atividades desenvolvidas pelas mulheres agricultoras familiares, tanto na casa como na roça, são consideradas comumente como menores e desvalorizadas em relação as desempenhadas pelos homens, visto que geralmente não estão inseridas no âmbito da esfera dita produtiva, aquela que gera valor de troca. O fato de a mulher agricultora familiar ser a responsável pelas atividades domésticas e trabalhar junto com a família na agricultura, estar, portanto, num e outro espaço oculta a sua posição de agricultora (MAIA, 2004, p. 91).

Assim, mesmo que não *valorizadas*, as mulheres estão presentes em todos os espaços e afazeres do lote-casa, labutando para garantir o pão de cada dia da família e da comunidade, para que as pessoas tenham alimentos de qualidade, sem agrotóxicos e fertilizantes. Grande parte de tudo que é produzido na agricultura brasileira vem da economia dita popular e solidária³, da rede xique-xique, de pequenos/as e médios produtores/as rurais que encontram na agricultura familiar um meio de sustento e forma de viver da terra:

A partir disso, os autores Bonnal; Cazella; Maluf (2009) apontam para a configuração na produção social da vida aliada ao trabalho, na manutenção das tradições de povos e na preservação ambiental e cultural. Significa levar em conta as ressignificações identitárias, além de priorizar uma agricultura que estabeleça uma

³ A economia popular e solidária apresenta-se, no contexto socioeconômico brasileiro e latino americano, como uma alternativa de geração de trabalho, renda e inclusão social. (SINGER, 2002; KRAYCHETE, 2000a; CORAGGIO, 2000). Muitas vezes como única fonte de sobrevivência, diversas famílias, grupos e comunidades reúnem-se em busca de garantir, coletivamente, a produção, a prestação de serviços, o escoamento, a comercialização e, consequentemente, a manutenção de seus empreendimentos solidários e de suas próprias vidas (SIGER, 2001; FRANÇA FILHO, 2004).

socialização da riqueza, da promoção à igualdade, de maior preservação da natureza, da educação ambiental e climática, dos recursos materiais e simbólicos que caracterizam os fatores socioculturais.

Portanto, destacar a importância da agricultura familiar – onde prioritariamente estão as mulheres rurais – é um caminho fundamental para preservar as riquezas existentes e refletir na interdependência, além da relação entre o ser humano e a natureza e sociedade. Isso implica considerar o meio ambiente em relação mútua para *reconstruir* valores, costumes, hábitos, formas de se relacionar com a terra na interligação com as estruturas macrossociais, as tecnologias, relacionando, assim, também à reflexão sobre quais formas de trabalho e quem faz o quê.

Com isso queremos dizer que é preciso problematizar os papéis culturais e sociais de gênero e de classe que se apresentam no meio rural, pois vários estudos mostram “os caminhos que possibilitaram apontar as várias contribuições da agricultura familiar para o desenvolvimento” seja cultural, social e econômico (BONNAL; CAZELLA; MALUF, 2009b, p. 291). Desta forma, as tarefas executadas no espaço agrícola, como por exemplo a “colheita e o plantio” são encarregadas, geralmente, a mulheres e crianças. Existindo em torno deste ciclo um pagamento que é histórico, mas na prática, ao escutar as agricultoras no seu dia a dia, percebemos a real dimensão disso. Logo, a velha divisão sexual do trabalho para Brumer (2000) atribuiu essas atividades como femininas, ainda que as agriculturas executem o trabalho tanto considerado como de mulheres quanto de homens. Ou se preferirem, o tido maneiro e pesado ao mesmo tempo, como Maia (2004) esclarece. Aliás, no corte manual da castanha, elas ficam com os instrumentos considerados mais simples, velhos e de pouco uso tecnológico.

Figura-3 Máquina manual para cortar castanha de caju das trabalhadoras



Fonte: Acervo da Autora (2024)

Deduzimos da imagem acima o quanto ainda é associado às mulheres os piores empregos; as máquinas manuais velhas de cortar castanhas são destinadas às trabalhadoras rurais, assim como certos instrumentos são feitos para o sexo feminino, adverte-nos Paola Tabet (2012). E até mesmo o manuseio desses aparelhos são vistos como “leve”, vindo, então, a delimitar o espaço-terra-máquinas construído para as mulheres.

Posto isso, os mesmos utensílios quando são novos competem o uso aos homens, “aos chefes da família”, ao patriarca, como aponta Heleieth Saffioti (1987), se desgastados ou velhos passam para as mãos das mulheres. Por conseguinte, há um mascaramento dos níveis de exploração das(os) trabalhadoras(es) pelos sistemas patriarcal-capitalista-racista de exacerbar a condição de desigualdades do gênero e de classe, como bem frisa Mirla Cisne e Silvana Santos (2018).

Partindo dessa análise e vivência das agricultoras, é possível reafirmar que a natureza social dessa realidade não é intrínseca à biologia e todas essas determinações são fruto de construções societárias. Embora, muitas vezes, as desigualdades de gênero e de classe para Cynthia Sarti (1997) passam a ser justificadas e naturalizadas pelas relações de poder desiguais que hierarquizam vidas e separam trabalhos, essas desigualdades também podem afetar positiva ou negativamente a forma de estabelecer as relações sociais.

Com isso, devemos ficar atentas (os) aos conceitos, às “armadilhas” da teoria para ressignificá-la e utilizá-la ao nosso favor e, então, dialogar com as experiências das agricultoras e com o contexto familiar aliado ao território. Assim sendo, deixar de mencionar essas dimensões é correr o risco de focar simplificadamente apenas no trabalho:

A enorme diversidade no campo brasileiro adverte contra qualquer tentativa de fazer generalizações sobre as mulheres do campo [...] Muito do que se diz pode ser parcialmente contradito com um trabalho de investigação intensiva junto a qualquer comunidade, empresa, fazenda, sítio, rancho, gleba, parcela, agroindústria, colônia, assentamento, ou qual for a denominação do espaço rural onde as mulheres convivem [...] (CORDEIRO, 1996, p. 129).

Em outras palavras, queremos afirmar que nossas percepções do mundo foram se transformando, possibilitando novas construções de saberes diante da realidade, tanto no campo pessoal e no profissional, à medida que fomos visualizando essas relações para além do trabalho, de como se constroem os hábitos, os valores comunitários, as tantas

resistências e lutas das mulheres travadas no meio rural. Isso fica evidente na fala de uma trabalhadora rural que se tornou militante do movimento de mulheres camponesas-MMC pela indignação e inconformismo, além do desejo de lutar contra as tantas desigualdades e injustiças sociais seculares praticadas contra as mulheres das camadas populares:

O que mais me levou para o movimento foi a questão da desigualdade entre os homens e as mulheres. Era uma indignação que já vinha de muito tempo, de olhar a desigualdade. Eu sempre tive isso, desde criança, de ver a minha mãe, o que ela enfrentou, o que ela passou, minhas tias, eu vi de perto, aquela filharada, tudo o que trabalhavam, eu ficava indignada de ver aquilo. Os homens parados, olhando, e elas trabalhando. Isso desde criança, a carga de trabalho, a divisão de trabalho, isso me marcou muito (IZANETE, 2015, p. 200).

Quantas Izanete trazem nas suas histórias de vidas marcas do “peso” do trabalho “silenciado”, feito por mulheres agricultoras, que mesmo *invisibilizadas* “dão maior duro” nas labutas e na vida “costuram” bonito. Desse modo, o que a configuração das construções dos papéis sociais e das tantas identidades silenciadas podem nos ensinar? Indignação está de todas nós, ao presenciar no cotidiano tanto trabalho expropriando por uma divisão de tarefas que mais segregava do que iguala mulheres e homens.

Parafraseando um ditado feminista, “se eu/nós não posso/podemos falar das mulheres rurais essa não é minha/nossa revolução” na cidade ou no campo, pois acreditamos que, para mexer nas relações macrossociais estabelecidas, primeiro é preciso começar a refletir nossa realidade microssocial. Por isso, para nós, a primeira mudança surgiu no momento em que assumimos nossas raízes na agricultura, das quais não nos envergonhamos e, mais do que isso, escolhemos trazer junto com a escrita. Falamos especificamente na importância da construção de um olhar sobre as mulheres rurais.

Afinal, nossas raízes contam histórias de vida de tantas mulheres agricultoras, que de geração a geração – bisavó, avó, tias, primas e mães – carregam consigo saberes que não podem ser esquecidos. E esta dissertação vem no sentido de conhecer, junto com elas, suas trajetórias de resistências. Com isso, precisamos *valorizar* os discursos e as narrativas das agricultoras acerca das suas *experiências vividas* na cajucultura⁴ na Vila

⁴ A cajucultura é de grande importância no semiárido rio-grandense, possuindo uma área em torno de 13.000 ha plantada com caju dos quais 90% é de cajueiro comum. A expansão da cultura do cajueiro anão-precoce é de grande importância por apresentar ciclo curto e maior produtividade de castanha. A comercialização da castanha e o aproveitamento do pedúnculo do caju na produção de suco, polpas, doces, cajuína provoca um aumento na rentabilidade dos produtores da região. Disponível em: <https://www.embrapa.br/meio-norte/caju#:~:text=A%20cajucultura%20%C3%A9%20de%20grande,e%20maior%20produtividade%20e%20castanha>. Acesso em: 24 de out. de 2024. Apresentando alguns aspectos da cadeia produtiva, nos últimos anos, o Ceará vem representando quase 50% do total de castanha-de-caju produzida no Brasil,

Goiás/RN, incluindo a família, o trabalho e as subjetividades para pensar, para além da labuta, no espaço da solidariedade e da convivência coletiva.

Deste modo, houve a aproximação com o campo teórico e também das vivências das agricultoras no lote apanhando caju, na *despeliculagem*, seleção e classificação ou mesmo nos afazeres da casa/família. Tudo isto foi decisivo para chegar na proposta de ouvir os relatos que as agricultoras da castanha de caju têm a nos contar e sobre quais as “*dororidades*”, conforme salienta Vilma Piedade (2020), que suas vidas/trabalhos carregam.

Nossa proposta de contribuição vem no sentido de aproximação e apresentação do mundo rural e das agricultoras, por isso as origens de onde partimos sempre estarão presentes no caminhar profissional no esforço cotidiano, na produção das epistemologias feministas e na própria trajetória enquanto moradora da Vila Goiás a fim de refletir a necessidade de problematizar outros discursos.

Decidimos, assim, através de um estudo de caso particular da Vila Goiás, município de Serra do Mel-RN, visando compreender a experiência de mulheres trabalhadoras que cuidam de suas famílias e geram renda através do beneficiamento da castanha, assim, a pesquisa parte da seguinte questão-problema: como se dá essa dupla participação na esfera dos cuidados e no trabalho e as quais possíveis dificuldades enfrentadas na busca da valorização de si e por reconhecimento profissional? Com isso, trazer a vivência das mulheres sobre essa busca de reconhecimento não configura identificá-las apenas enquanto trabalhadoras rurais, mas dar condições igualitárias e valorização para elas refletirem as próprias vidas.

Nosso objetivo geral, portanto, é: como se dá o entendimento das mulheres rurais em torno das vivências no trabalho desenvolvido por elas na esfera dos cuidados com a família e como trabalhadoras que geram renda através do beneficiamento da castanha? E,

sendo seguido pelos estados do Rio Grande do Norte (≈22%) e Piauí (≈18%), que juntos estes estados representam cerca de 90% do total produzido. Os estados da Bahia, Maranhão e Pernambuco complementam a totalidade do restante. Quanto aos municípios, em 2013, os maiores produtores de castanha-de-caju foram Beberibe, CE, Macaíba, RN e Cascavel, CE; enquanto os maiores em área colhida foram Beberibe, CE, **Serra do Mel, RN**, Bela Cruz, CE, Pio IX, PI e Cascavel, CE. (EMBRAPA, S/A, p.1). A produção nos estados do Nordeste aponta o RN, especificamente, Serra do Mel como destaque e colhedora do fruto, e 50% de toda a produção encontra-se no estado do CE, que é abundante. Embora as fontes oficiais ligadas ao governo federal (EMBRAPA) tragam dados quantitativos, história, aspectos da produção do cenário nacional e internacional em produção/comercialização da castanha de caju, não aponta o trabalho das mulheres numa perspectiva de gênero, e sim, em ganhos puramente econômicos, estatísticos, e está pesquisa vem no sentido de questionar a ausência dessa discussão crucial, na abordagem no trabalho da castanha de caju que gera tantos lucros para o capital.

assim conhecer as várias faces das experiências vividas por elas, a partir dos aportes dos estudos feministas e de gênero, para entender um pouco mais sobre como, até os dias atuais, na zona urbana ou na zona rural, na fábrica ou na agricultura, as mulheres permanecem como as pessoas que mais trabalham, mas que ainda são *invisibilizadas*.

Todos esses elementos ajudaram a chegar neste objetivo geral e para entender que as relações de gênero não são produzidas naturalmente, e sim fruto de determinações sociais, culturais e históricas produzidas em um dado tempo e espaço. Essas relações não apenas evidenciam práticas que porventura tendem a reforçar a divisão sócio sexual do trabalho, mas também passam a ser justificadas em hierarquias de poder no meio rural, deste modo “homens e mulheres são diferentemente afetados pelas opressões”, como afirma Rago (1998, p. 3).

Apontamos enquanto objetivos específicos a observar: 1) entender de que forma o trabalho domiciliar (no cuidado com a família) e o mundo da produção (na atividade da cajucultura) se interrelacionam e como a vida material e emocional constituem a existência dessas mulheres; 2) identificar a interpretação das agricultoras sobre suas experiências de vida e trabalho, visando problematizar a interrelação entre contexto social, familiar e comunitário em que vivem; 3) compreender a visão das mulheres agricultoras sobre a existência de uma divisão sexual do trabalho e se percebem os reflexos dela em suas vidas; 4) identificar os possíveis impactos do trabalho no beneficiamento da castanha na vida das agricultoras e se há sinais de alguma valorização pessoal e reconhecimento profissional.

Tomando como base os objetivos propostos, estruturamos este caminhar em três capítulos.

* * *

O primeiro capítulo apresenta uma visão global em torno do debate sobre as relações vivenciadas pelas mulheres nos ofícios desenvolvidos por elas. Pontua elementos para refletir a realidade destas numa dinâmica relacional de gênero e de classe, problematizando este universo social sobre como estruturam e organizam suas vidas. Refletindo sobre mulheres/labuta no mundo rural, suas trajetórias e práticas cotidianas, tudo isso nos leva a discorrer de como as agricultoras da cajucultura constroem saberes, tanto subjetivos quanto coletivos, a partir da produção que a experiência comunitária proporciona, da pluralidade de (re) *existências*, as quais trazem consigo, e cabe a nós

reconhecer esses conhecimentos ancestrais. Tentamos captar as relações de gênero sobre as múltiplas fases vividas por mulheres na sociedade e como tais imbricações refletem /ou implicam neste universo. O capítulo ainda reflete um dos momentos fundamentais, os desafios das escolhas metodológicas.

No segundo capítulo expomos o lócus da pesquisa, o surgimento do projeto Serra do Mel, as falhas da Reforma Agrária no país e a nível regional, lógica das agrovilas criadas com nomes de Estados brasileiros, reunindo uma espécie de informe histórico-etnográfico da Vila Goiás, ou seja, o que a localidade dispõe em termos de infraestrutura dentre outras demandas. Em seguida, refletimos sobre a divisão dos papéis sociais de gênero, quem planta e colhe na agricultura familiar, além das funções domésticas e cuidados, as dificuldades encontradas e os principais problemas sociais da Vila. Ainda expomos os desafios da pesquisa, como foi possível realizá-la, além das aproximações do campo, as vantagens e desvantagens de estar inserida na comunidade, numa estreita relação de “familiaridade”, mas na tentativa de estranhamento e inserção dos dados objetivos sobre as informantes.

No terceiro capítulo damos sequência das experiências individuais e coletivas das agricultoras, suas subjetividades, *dororidades*, alegrias e sentimentos diante da existência, os planos, sonhos e conquistas. O que teve por finalidade compreender as experiências formadas por cada sujeito nesse processo de sistematização dos objetivos para facilitar a leitura da realidade. Resgatando os laços afetivos de solidariedade delas com os moradores/as e, somado a tudo isso, demarcamos as resistências, ajudas e política de boa vizinhança entre as entrevistadas e demais moradores/as. As lembranças gostosas de serem compartilhadas e dores esquecidas, atreladas a realidade cotidiana de lida e trajetória *visível* e *invisível* da real dimensão do apagamento histórico bem como as *reexistências* e *experiências* comuns.

Dessas *experiências* o que não faltam são ensinamentos. E para finalizar recuperamos uma série de elementos fulcrais das *sobrevivências* das agricultoras, como: a constituição da jornada intensiva e extensiva de trabalho, o desenvolvimento de trabalhos mal pagos e a falta de *reconhecimento* e *valorização* pelos seus ofícios. Ou seja, os imprescindíveis apanhados gerais, contribuições, limites, desafios e possibilidades. Chegando nos resultados dentre outros achados, o que a pesquisa aponta e contribui de reflexões para nós, sociedade, academia, movimentos feministas e lançando apontamentos para trabalhos futuros.

1 OS OFÍCIOS DAS MULHERES: UM RESGATE HISTÓRICO

Acho que quando perguntarem qual é a minha profissão, direi: - MULHER!
Ângela Beatriz Sabbag

Iniciamos este caminhar teórico numa visão global em torno do debate sobre as relações vivenciadas pelas mulheres no mundo do trabalho brasileiro, com base em referências na área, tais como: Cristina Bruschini (1993), Hirata (2015) e Sardenberg (2004). Feitas essas considerações às (aos) leitoras (es), vamos destacar as importantes contribuições que cada autor (a) faz ao seu tempo, sem enxergar um/uma intelectual como mais importante do que outro. Dito isto, apresentamos essas principais discussões, resgatando, assim, a conjuntura histórica para, em seguida, discorrer sobre a imbricação de gênero e de classe enquanto debate teórico para contextualizar nosso objeto. Portanto, vamos problematizar a realidade das mulheres na sociedade para entender como se configura a formação das relações e sua inseparabilidade numa estrutura social e histórica.

Apresentaremos nesta discussão mudanças com a entrada feminina nos diversos setores de trabalho. Embora a mão de obra das mulheres seja bastante utilizada, todavia sobre condições desfavoráveis e difíceis ainda nos dias de hoje. Do mesmo modo, se formos pensar, nesta relação, temos um nexo, por exemplo distinto da indústria e agricultura, mas, que ao mesmo tempo podem ser complementares para atender as demandas de obtenção de lucros.

E, com isso, a lógica do capital vai produzir realidades diversas entre as mulheres na forma de vivenciar e acessar o mercado de trabalho formal e suas requisições. Deste modo, a pesquisadora Bruschini (2006, p. 65) chama a atenção para a “nova” composição social e perfil demandado às mulheres trabalhadoras das camadas menos privilegiadas, que na década de 1970, “em sua maioria eram jovens, solteiras e sem filhos, passaram a ser mais velhas, casadas e mães”. E nas décadas seguintes, diante dessas exigências dos ofícios, houve mudanças, das trabalhadoras formais, seja pelo acesso à profissionalização, do próprio papel desempenhado por elas na sociedade e no seio familiar foi alterando, isto é, o aumento da composição familiar chefiada por mulheres e mães solo⁵. Ao mesmo

⁵ Propomos a leitura da brilhante tese de doutorado de Márcia Macêdo sobre a temática mulheres chefes de família, na qual debate os novos arranjos familiares e suas implicações na vida das mulheres soteropolitanas. Ainda acrescentamos que segundo o censo do IBGE (2024) os arranjos chefiados por mulheres chegaram a mais de 48% do total das famílias brasileiras, que é de 91,7 milhões. Refirmando as

tempo, conseguimos, então, afirmar que existe uma série de fatores na mudança social, subjetiva e identitária que atende às exigências.

Destacamos que quanto mais informal forem as ocupações, mais precária é a estrutura em que as mulheres se encontram em conformidade com Sarti (1997), não por coincidência, maior é a participação delas, ou seja, as funcionárias realizam as atividades que estão mais à margem do mercado, sendo que a ausência de formalização resulta em restrições significativas em suas vidas. É sabido que determinadas atividades são destinadas às mulheres das camadas populares há décadas. E, antes de ocorrerem as mudanças, a trabalhadora detinha relativa autonomia dos processos produtivos, além de uma maior valorização do saber tradicional. Ainda sobre isso, ressalta Elisabeth Sousa-Lobo:

[...] A criação de grande número de novos empregos que exigiam habilidade, destreza e comportamento minucioso, qualidades “próprias” de mão de obra feminina [...] as modificações na organização do processo de trabalho [...] formaram por uma composição mais acentuada das tarefas e, portanto, por um trabalho mais simples, mais rotineiro, menos qualificado, o que permite a utilização de mão de obra nova, não qualificada ou semiqualificadas. (SOUSA-LOBO, 2011, p. 31-32).

Na citação anterior, a autora chama atenção para que certa mão de obra respondesse a um tipo de trabalho especializado – que é mais minucioso, repetitivo, enfadonho – e explica porque estas vão ser preferidas para determinadas funções menos valorizadas. Assim, as mulheres ocupam mais pesadamente os serviços informais, obviamente que, já havia um grande contingente de mulheres que sempre trabalharam para o sustento de si e família.

E para pensar esta realidade mais presente ao possibilitar guiar sobre os olhares do passado, o trabalho feminino, conforme Hirata (2015), era mais “especializado. Logo, ao longo dos últimos trinta anos, percebem-se modificações da velha divisão sexual do trabalho, dos espaços em que o público feminino executa suas atividades com tantas exigências. Portanto, os empregos criados são marcados num processo de vulnerabilidade social, como aponta Hirata (2015).

Com isso, podemos lembrar que elas reivindicam direitos iguais, obviamente buscam salários idênticos para mulheres e homens, e por consequência cargos igualitários para ambos. Contudo, ao transformar esta luta feminista em pautas gerais, perde a raiz

expressivas transformações nas várias instâncias da sociedade, das subjetividades e trajetórias dessas mulheres.

das demandas específicas do sexo feminino, em que oculta, muitas vezes as desigualdades formadas na generalização dessas questões.

Então, percebemos que, como lembra Bruschini (2006, p. 29), à “luz dos dados mais recentes sobre o trabalho feminino o maior desafio dos feminismos e dos estudos de gênero parece ser o de retomar a luta em duas frentes: a da igualdade entre os sexos no mercado de trabalho e a da proteção à trabalhadora na reprodução”, Isto é, numa sociedade onde o acesso aos direitos se dá por poder aquisitivo, as trabalhadoras das camadas populares vão necessitar mais de políticas sociais reparadoras/distributivas como via de garantir a cidadania, já que as mais empobrecidas não terá condição iguais de acessar esses serviços via mercado como consumidora.

A partir do exposto, concordamos em parte com o pensamento de Bruschini, pois acreditamos que os desafios são diversos, como no acesso às políticas públicas de saúde, aos direitos sexuais, ausências de acesso à cultura popular, restrições significativas no campo educacionais e de crédito. Essa falta de acesso básico à melhoria das condições de vida, são primordiais tanto para as mulheres da cidade quanto para as mulheres rurais – lembramos que, estas últimas, podem enfrentar outras formas de silenciamento e invisibilidade, tornando ainda mais fundamental refletir sobre essa realidade. Esses mesmos desafios podem estar presentes nas várias esferas da vida social, na busca da devida valorização das mulheres e dos homens como seres humanos com deveres e direitos igualitários sobre construções mais democráticas. Todavia com a crescente entrada das mulheres no mundo do trabalho, isso não garanta

[...] Necessariamente mudanças estruturais nas relações de gênero, do mesmo modo que a entrada da mulher no mercado de trabalho não as tornam (imediatamente) mais independentes de seus maridos e autônomas politicamente. Ainda que saibamos que a ocupação crescente das mulheres em espaços na esfera pública não deixa de ser um passo para essas mudanças estruturais na nossa sociedade machista (LORENA MORAIS, 2017, p. 269).

Logo, é evidente que essas alterações “mexeram” apenas com uma parte das trabalhadoras, pois não produziram alterações definitivas na vida de mulheres e homens, mas algumas mudanças pontuais. Desse modo, essa lógica tende a privilegiar os homens e, com isso, acaba produzindo desigualdades, sobretudo para estas. Nesta realidade anterior constata-se duas características básicas que seria formada por lados distintos: de um lado, um setor tradicional absorvedor de mão de obra nos ramos da “educação, saúde e bens de serviço, incluso o comércio” (HIRATA, 2015), em que se encontra as mulheres das

camadas trabalhadoras. E de outro lado, tem-se um público restrito o qual ocupa posições e profissões mais valorizadas como médicas, advogadas, juízas, professoras universitárias, pesquisadoras, cientistas etc. A mesma autora destaca o alto escalão das trabalhadoras no último século XX e início do XXI, o qual é formado por mulheres brancas de camadas mais abastadas que possuem vários anos de estudos em Universidades, maiores qualificações, e por consequência, maiores oportunidades.

Uma segunda característica é a produção de mudanças que trouxeram precarização e, no caso do Brasil, nos anos 1990, temos o aumento dos empregos instáveis, redução da proteção social e trabalhista, reforça Sarti (1997). E, ao dialogar com a segunda característica, reflete em outras esferas, isto é, no adoecimento que atinge as mulheres que se encontram na base da pirâmide social. Além de reforçar as disparidades de gênero e de classe, onde tais relações vão acentuar as desigualdades.

Apesar disso, fazem-se presentes outros desafios sejam na fábrica ou na agricultura com uma divisão sexual do trabalho. Por outro lado, existem lutas para supressão das desigualdades de gênero, de classe e de raça nas suas diversas manifestações de exploração e dominação. Todavia, as desigualdades são ocultadas por um sistema organizacional de tarefas perverso, que se baseia no sexo, mas, sobretudo, no que o mercado diz ser mais ou menos valoroso – o que vai causar uma divisão ainda maior entre os(as) trabalhadores(as) nos adverte Cláudia Nogueira e Raquel Passos (2020).

À vista disso, as relações de trabalho envolvem uma base hierárquica, atreladas às construções de gênero e aos papéis sociais que são estabelecidos e tendem a predominar na sociedade, sendo reforçados na unidade familiar. Deste modo, tendem a provocar a chamada divisão sexual do trabalho (NOGUEIRA e PASSOS, 2020). E muitas vezes, essa forte base hierárquica provoca as desigualdades e produz “um novo critério, a relação entre tarefa e quem faz a tarefa. Nesse sentido, a lógica da divisão sexual do trabalho e de suas implicações não reside exclusivamente no que se faz, mas em quem faz”, para Sousa-Lobo (2011, p. 66).

Ou seja, a autora quis afirmar com isso que não é o tipo de trabalho o grande vilão da história, porque há mulheres fazendo as mesmas funções destinadas ao sexo masculino, mas, sim, a diferença reside em quem executa, tornando a ocupação mais ou menos valorosa. Portanto a divisão sexual do trabalho além de hierarquizar as funções de mulheres e homens, ainda as separa.

Então, apreende-se que mesmo no trabalho de carteira assinada, tende a ocorrer a desvalorização por ser executado pelo sexo feminino e afetando, desse modo, a função e

o salário nessa clara “identidade da força de trabalho” (HIRATA, 2015) em que a divisão sexual do trabalho hierarquiza. Ou seja, tende a colocar os homens brancos no topo das melhores profissões, dos maiores salários e prestígio, além de separar as funções que as ambos desempenham:

[...] Divisão sexual e social do trabalho atinge os salários, as promoções, a qualificação, a escala de funções e as formas de controle da mão de obra. Porém, a discussão sobre as origens dessa discriminação deve incluir a análise da esfera da reprodução (as estruturas familiares) e as formas de discriminação social (em nível ideológico) (HIRATA, 2015, p. 39).

E esta mesma divisão sexual gera maiores invisibilidades – o que as pesquisas sobre as relações de gênero ligadas aos trabalhos vão definir como a citação anterior comprova. E, no caso das mulheres, essas articulações mantêm as trabalhadoras na parte mais profunda da desigualdade – seja em razão de uma hierarquia construída, seja pela histórica sociedade racista e capitalista, mantendo-as empobrecidas e excluídas por gerações a fio. Esse fato se intensifica com as discriminações nas suas diversas formas de apresentar-se. Então, ao considerar os diversos trabalhos, dois fatores chamam atenção: o da produção e da reprodução, que passam por condicionalidades e são objeto de nossa investigação. Isso porque o processo de flexibilização do trabalho dificulta o processo também de organização da vida. Esses mesmos fatores dão pistas para compreender o foco desta discussão, pois tornam-se marcantes as análises sobre os direitos e deveres que vai produzir um conjunto de fatores entre os gêneros, visto que, historicamente

[...] o feminino tem sido construído como subordinado ao masculino, sendo que, no Brasil, como de resto na América Latina (ou mesmo a nível mundial) dominam as relações de gênero patriarcais, resultando em uma situação real de prestígio, privilégios e poder maior para os homens. Impõe-se, assim, também uma divisão sexual desigual de direitos e responsabilidades, implicando o acesso e controle sexualmente diferenciados a oportunidades de trabalho, instrumentos e meios de produção, recursos, fontes de renda, de crédito e de capital, assim como ao conhecimento, educação, instâncias decisórias e assim por diante (SARDENBERG, 2004, p. 30).

Esses critérios de trabalho evidenciados pela autora – e tidos “supostamente como feminino e masculino” – são produtos de implicações sociais e históricas. Além de estabelecer diferenciação dos papéis sociais e funções desempenhadas por ambos os sexos, essas implicações podem ser percebidas a partir de como estabelecem as relações sociais neles contidas. Essa realidade atinge as mulheres nas várias esferas sociais, colocando-as condições de *sobrevivências* ainda mais precarizadas. E, mais que isso, as

mudanças ocorridas estão diretamente relacionadas à fragilização do reconhecimento social, da valorização simbólica do processo de construção cultural. E mesmo as mulheres estando presentes, por exemplo, com empregos, pela lógica patriarcal podemos remeter ao pensamento dominante de que o poder na sociedade é exercido pelos homens, lembra Cisne e Santos (2018).

Por sua vez, desvendar o modo como as mulheres vivem é fundamental para criar alternativas viáveis, construir outro modelo que seja voltado para a cooperação entre as pessoas/nações, para a solidariedade mútua, para a valorização da vida (acima de tudo) a fim de uma melhor satisfação pessoal e coletiva. E esta reflexão se opõe a lógica desigual que vem apresentado nas várias extensões humana/feminina, então da importância de lembrar das lentes de gênero e classe de maneira relacional nesta problematização que será debatido no tópico a seguir.

1.1 Nas articulações de gênero e classe

Nesta discussão, mostraremos as principais abordagens em torno do debate de gênero e de classe para pensar a realidade feminina. A pesquisadora e feminista Danièle Kergoat vem refletir como se constroem as inter-relações na sociedade e como isso se apresenta na existência das mulheres. Para ela, a sociedade se constrói por meio de mudanças, mas também de permanências, porque se o gênero nos une, a classe nos separa! Ainda que em determinadas situações as inter-relações de gênero e de classe estejam presentes na vida das mulheres, essas mesmas articulações não são definidoras únicas das suas existências, embora possam sobressair a outras dimensões, isto é, de raça.

Em conformidade com esse diálogo devemos pensar como a articulação de gênero possibilita condicionar as dinâmicas entre sociedade-trabalho nessas mudanças da produção da vida social. Com isso, queremos frisar quais os sentidos que esta relação influencia na vivência das mulheres, pois como acrescenta Morais (2017) nós também devemos escutar o lado bom da vida das trabalhadoras e, as alegrias do dia a dia.

Embora saibamos que, igualmente, a subordinação das mulheres pode variar a depender do contexto, do tempo e sociedade onde elas estejam vivendo. Deste modo, entendemos “que essa subordinação é decorrente das maneiras como a mulher é construída socialmente” [...] (ADRIANA PISCITELLI, 2002, p.2). Ante ao exposto, procuramos construir uma colcha de significados, pois as relações sociais de gênero no trabalho apresentam-se sob múltiplas faces do fenômeno para, desta forma, entender tais

dinâmicas também no mundo rural que será nossa discussão no item mais à frente, é fulcral.

Com isso, é preciso pensar em mulheres não enquanto uma unidade, mas na diversidade de vivências, de realidades, de *experiências* e de interação com o espaço territorial o qual as rodeiam. De como estas mesmas mulheres são vistas, diríamos percebidas para então problematizar este espaço por elas vivenciados e suas existências. Por conseguinte, entender a constituição de gênero e de classe é fundamental enquanto categorias relacionais em construção, sejam de saberes e ou de experiências de vida aliada ao trabalho.

Desse modo, fiquemos atentas (os) para como as relações vão sendo estabelecidas, em torno da lógica patriarcal de gênero. Assim, iniciaremos esse debate de como o conceito de gênero vai sendo construído aos longos dos tempos, a partir da percepção da diferença em que esta produz conhecimento para guiar as análises em torno dessa categoria, como vem apontar a brilhante pesquisadora e estudiosa da área a seguir:

[...]. Para o debate o conceito de gênero, não somente no sentido de apresentá-lo em suas dimensões semânticas, mas, principalmente, buscando desencadear um processo crítico-analítico que possibilitasse entender as relações entre homens e mulheres na sociedade. Do ponto de vista cronológico, as discussões em torno da categoria gênero foram iniciadas entre as décadas de 1930 e 1970. Contudo, seu uso científico e, principalmente, político se consolidou em meados de 1970, disseminando-se rapidamente nas ciências e nos movimentos sociais a partir dos anos de 1980 pelas teóricas feministas (FRANCISCA TORRES-FILHA, 2020, p. 45).

Com isso, a autora quer frisar que devemos tomar a categoria gênero de forma reflexiva, crítica, enquanto contestatória de relação de poder. De acordo com esse pensamento, o conceito gênero passou a apresentar uma conotação politizada, a partir de críticas à forma como as relações entre mulheres e homens vinham sendo problematizadas com o desenvolvimento do movimento social feminista.

Ainda Torres-Filha (2020) enfatiza que houve uma concentração dos estudos no campo científico das problemáticas referentes ao “gênero” em substituição às demandas referentes às “mulheres”. Isso significa que, com os estudos de gênero, os livros também foram sendo substituídos a terminologia mulheres pelo novo conceito.

Esses estudos foram se consolidando e se intensificaram em maior profundidade no Brasil a partir da década de 80 com a crescente utilização do termo “gênero”, justificado pela sua utilização em ambientes institucionais e entre as intelectuais

feministas. Portanto, ao surgir esses novos campos de estudos, de pesquisas, de demandas e visibilidades sobre a realidade, vida e trabalho das mulheres.

Segundo Cisne e Santos (2018), os chamados estudos no campo “de gênero” surgem da influência de feministas acadêmicas brancas, no final do século XX, entre mais ou menos as décadas de 1970 e 1980. Portanto, ao historicizar com isso, contextos e realidades desiguais existentes que são frutos das relações de gênero, e também androcêntricas, então entendemos como determinadas pessoas vivenciam mais opressões.

Logo, esse uso “do termo ‘gênero’ constitui um dos aspectos daquilo que se poderia chamar de busca de legitimidade acadêmica para os estudos feministas, nos anos 80” (JOAN SCOTT, 1990, p. 72). Outrossim, ainda acrescentando as contribuições de Scott (1990) ao texto: gênero uma categoria útil de análise crítica, onde ela pontua que gênero tem sido referência enquanto um conceito histórico e político, necessitando de uma reflexão crítica para poder nomear os sujeitos centrais das opressões na sociedade patriarcal-capitalista que são as mulheres das camadas populares e trabalhadoras formais ou informais.

Como condição para “questionar (e mudar) os paradigmas históricos existentes” (SCOTT, 1990), pois estes mesmos paradigmas, ou seja, são modelos construídos nas sociedades que causam as mais diversas relações estabelecidas de poder e desigualdades entre as mulheres e os homens. Mas a partir da análise numa perspectiva de gênero nos remete a construções culturais e históricas num dado momento da sociedade e vai estabelecendo papéis sociais para mulheres e homens a partir de uma divisão sexual do trabalho, na qual o gênero torna uma “forma-primária” de atribuir significados para as relações de poderes existentes, como pontua Scott (1990).

Desse modo, com a nomenclatura de gênero amplamente utilizada pelos organismos internacionais e de fomento às pesquisas, a exemplo das ONGs e da Fundação Rockefeller, na qual a palavra gênero passou a ser um termo mais “palatável”, aceitável nas Universidades do que usar a palavra feminismo de barulho e conotação não tão bem aceita. E com o aumento dos estudos no campo do gênero, do seu uso mais politizado possibilitou dar maior visibilidade às pesquisas, mapear as múltiplas faces e dimensões que o gênero pode apresentar nas sociedades, comunidades tradicionais, na cidade e no campo.

De tal modo, houve um crescimento das discussões na área dos grupos de pesquisas e as produções científicas em que o conceito de gênero apareceu de maneira mais sistemática em discussões formais. E, aos poucos, foi tendo o devido

reconhecimento político deste campo de pesquisas, portanto [...] ‘gênero’ parece se ajustar à terminologia científica das ciências sociais, dissociando-se, assim, da política (supostamente ruidosa) do feminismo ", destaca Scott (1995, p. 73) esses aspectos contribuiriam para a busca da legitimidade e terminologia do gênero.

Desta forma, a discussão de gênero é fundamental ao trazer o debate das diversas realidades sociais, históricas e culturais entre as mulheres e os homens e apreender como as diferenças de vivências ajudam a explicar o lugar daquelas nas mais diferentes sociedades. Assim, poder questionar o que se entendia por mulher/feminino e homem/masculino.

Para isso, trazemos a contribuição de determinadas autoras, não colocando uma pensadora como mais relevante que outra, mas procurando perceber quais reflexões elas desenvolveram para explicar os fatores envolvidos nas questões da subordinação, da opressão e dominação das mulheres. Nessa tessitura, em que o gênero ajuda a explicar essas encruzilhadas, Judith Butler (1996) entende que gênero é algo “fluído”, não binário, cabível de mudança, portanto rompe com a descontinuidade entre natureza/cultura que se vinha produzindo no campo do feminismo e na forma de pensar o próprio gênero.

Outra categoria importante para as estudiosas feministas é o conceito de patriarcado. Neste segmento, Saffioti (2024) é uma autora que defende o uso da categoria gênero e patriarcado de forma articulada e não concorda com o excessivo uso da categoria de gênero. Um exemplo disso é a autocrítica feita por Saffioti (2004) em que chama atenção para como esta nomeação (isolada de gênero e de patriarcado) se sobressai em detrimento de outras construções, motivo pelo qual a estudiosa prefere o termo “ordem patriarcal de gênero”.

Reside nisso o questionamento do gênero ser desmobilizador, não necessariamente apontando para uma clara definição diante das desigualdades de poderes. Ou melhor, inclui as mulheres de forma geral, dando-lhe inúmeros significados para suas existências, no sentido de dificultar as lutas dos feminismos para encontrar as causas específicas destas subordinações. Dito isto, a categoria gênero, com base em Saffioti (2004) surge mais para explicar as relações entre mulheres e homens centralizando na preocupação com o relacional, do que recuperar elementos formadores das “engrenagens” das desigualdades entre mulheres e homens.

Para Saffioti (2004), o conceito de gênero é por demais maleável, a-histórico, pretensamente amplo, de caráter neutro e ideológico. E, surgiu então para desmistificar que as mulheres eram “passivas e frágeis”, visto que se formos analisar pesquisas no livro

O patriarcado desvendado, embora, em outro contexto e sociedade, Tabet (2014) relembra que as mulheres sempre trabalharam, desenvolveram atividades das mais variadas no decorrer da história, porém elas não foram necessariamente visibilizadas ou tidas enquanto sujeitos oficiais da história. Assim, o gênero, por trazer um amplo debate, pode retirar a historicidade da compressão e origens dessa dominação-exploração.

A partir dessa fundamentação, Saffioti (2004) recupera o termo patriarcado e muda para conceito, disto isto, o comprehende por ordem patriarcal, sistema perverso de estruturas com práticas sociais e culturais delimitadas. Neste, os homens buscam oprimir as mulheres na vida, nos serviços realizados gratuitamente, nas relações conjugais afetivas, no âmbito da sexualidade, enfim, nas formas como as violências podem se apresentar nas sociedades, verdadeiras, conforme Saffioti (2004), relações patriarcais de gênero, especificando estas desigualdades.

Nessa mesma direção o conceito de patriarcado nos dias atuais sofre bastantes críticas por pesquisadoras que compreendem este sistema de caráter pretensamente universalizante, e Torres-Filha (2020, p. 250) lembra que o conceito [...] “atribui o mesmo nome a diferentes formas de opressão”. Assim, as críticas feitas ao patriarcado são por entender as dinâmicas entre homens e mulheres de maneira mais “fechada e rígida”. Embora acreditamos que o patriarcado esteja vivo e, no passar dos séculos se transformou em novas aparências ao reproduzir relações de desigualdades. Isto é, atua diferente a depender da realidade, sociedade e tempo histórico.

Essa mesma interação pode nomear relações de opressões desiguais entre mulheres e homens, porém é preciso fazer o exercício de não naturalizar as desigualdades entre os sexos, mas entendê-las como mutáveis, construídas num dado tempo e cultura, sem caracterizar essência e supostas origens (MICHELLE ROSALDO, 1979), embora as forças hegemônicas estejam bem estruturadas ao pressionar as relações de gênero.

Diante do exposto, ainda a autora Rosaldo (1979) traz uma autocrítica a si e às demais pesquisadoras por querer encontrar uma origem comum para a subordinação das mulheres, “verdades universais” para falar das múltiplas mulheres e de suas tantas realidades. Isto quer dizer que é fundamental, por exemplo, pensar o gênero e a classe enquanto produto de construções relacionais diferentes sobre determinados contextos. Poderíamos dizer mais, o gênero é modelado socialmente na época na qual vivemos, em que é preciso procurar não uma origem comum da subordinação e ocorrência desses fenômenos, mas, sim, explicações para forma como os fenômenos acontecem. Isto é, devemos “abrir mão” de origens e causas, e sim, priorizar, entender, compreender como

estas desigualdades são produzidas, baseadas nos seus possíveis significados (SCOTT, 1990).

A partir disso, as interpretações feitas por Linda Nicholson (2000) vêm dialogar com novos significados para compreender as opressões e desigualdades entre as mulheres/homens quando critica e nos convida a abandonar o “essencialismo biológico”. Desta forma, desconstrói os conceitos de gênero e mulher. De tal modo, Nicholson (2000) aborda que gênero é percebido como tudo que envolve as constantes sociais, havendo uma tendência da sociedade a generalizações de certos aspectos da cultura. Entretanto, no entender da autora, até a cultura pode ter novas características, variar, a depender do contexto e da realidade social, como exemplo podemos pontuar que determinados grupos de trabalhadoras da periferia, zona rural, comunidades indígenas e quilombolas sofrem diferentes opressões das vividas pelas trabalhadoras brancas, burguesas e europeias. Logo, a compreensão dessas imbricações de gênero, reforça Jane Beltrão e Marjorie Begot (2011, p. 1), permite “perceber que as desigualdades são construções sociais, forjadas” [...], em outras palavras, a desigualdade entre os sexos não é uma condição natural, mas produto histórico também da cultura.

Após essa ampla discussão, no próximo ponto, apresentaremos a importância do debate sobre gênero e classe e sua imbricação na vida e no trabalho feminino. O gênero e a classe não podem ser vividos separadamente para pensar as desigualdades que essa inter-relação produz, na forma como ela se estrutura na sociedade. Desse modo, faremos um resgate do tema, discutindo suas implicações na existência das trabalhadoras ao problematizar a inextricabilidade, ou seja, inseparabilidade dessas relações de gênero e de classe.

Desse modo, não podemos esquecer a importância das categorias de gênero e classe enquanto ferramenta política para subsidiar o debate anterior, de como as relações são formadas e reafirmadas nas interações entre sujeitos e sociedade e, nesse entorno, vai moldando a tessitura da vida e as relações estabelecidas diante das forças hegemônicas, presentes na sociedade. Deste modo, debateremos sobre esses dois conceitos de maneira relacional a seguir. A partir disso, Hirata (2015) discorre que as relações sociais numa sociedade de classe, permitem entender que o gênero se constrói ou expressa a partir das mútuas vivências coletivas entre os seres humanos, assim como a classe e raça.

Por isso, é perceptível como as analogias capitalistas se formam na sociedade de classe e como é parte constitutiva da macroestrutura social na vida e no trabalho das

mulheres. Essa relação macroestrutural, muitas vezes, é marcada pelo gênero, pela classe, pela raça, além da relação familiar está inclusa no processo produtivo e reprodutivo.

É de conhecimento geral que as mulheres das camadas populares sempre estiveram ocupadas simultaneamente no trabalho produtivo e reprodutivo e historicamente desempenharam funções não remuneradas como cuidar da casa, das crianças, dos idosos e de pessoas doentes do núcleo familiar. Ainda lhes restam uma jornada não apenas dupla ou tripla, mas intermitente e extensiva de afazeres, sem necessariamente existir um horário do início e término das labutas, neste contexto, em que o gênero e a classe estão operando nas articulações das relações de desigualdades.

Nessa fundamentação, em todas as épocas e em lugares, as mulheres têm contribuído para o sustento de sua família e para criar a riqueza social coletiva, que é individualmente apossada, ou seja, tem-se uma apropriação do trabalho de muitos para o enriquecimento de poucos, para Eileen Boris (2014) a riqueza social criada nesses setores de serviços contribui substancialmente na reprodução da “força de trabalho” feminina.

Cabe explicar que o patriarcado é anterior ao racismo e ao capitalismo, porém houve a junção e a funcionalidade das matrizes para oprimir as mulheres. A ideologia dominante, ou seja, patriarcal-racista-capitalista “penetra na consciência dos indivíduos devido à naturalização das relações de dominação e exploração que a alienação produz [...] com isso, muitos indivíduos não percebem essas relações como tais [de dominação e exploração] ou, quando percebem, não acham possível alterá-las” (CISNE e SANTOS, 2018, p. 95).

Pois esta mesma ideologia dominante penetra na vida e existência dos indivíduos para manter sua hegemonia e dominação, através das várias formas de exploração. Essa ideologia patriarcal-capitalista-racista subjuga os sujeitos, oprimindo boa parte da população, principalmente as mulheres, para atender aos seus interesses particulares.

A ideologia patriarcal-capitalista-racista insiste em dominar povos, culturas, tradições e conhecimentos, a partir dos seus ideais, tenta controlar comportamentos e saberes a seu favor. Desse jeito, nos fazem repensar a vida das trabalhadoras, pois as mulheres estão sempre *sobre carregadas* com serviços, sobretudo com os domésticos, e essas atividades não se constituem as mesmas para mulheres e homens. E ainda é perceptível que nem se remunera ambos pelo tipo de atividade executada, mas estritamente pelo sexo do trabalho, segundo Andrée Kartchevsky (1986).

Sendo importante destacar que o patriarcado (e dentro dele o heterossexismo) e o racismo conformam a formação das classes no Brasil, estruturando relações de opressão

e exploração, em conformidade com Cisne e Santos (2018). Logo, mulheres e homens são educados no trabalho de maneiras diferentes, por exemplo, na fábrica e na agricultura, elas, geralmente, efetuam “tarefas monótonas, repetitivas, e os mesmos gestos dão prova de minúcias, rapidez, destreza e habilidade manual na execução de tarefa não remuneradas e não valorizadas” (HIRATA, 1995, p. 37). Já eles executam atividades com instrumentos diversos, não enfadonhos, parados, monótonos ou nem precisam provar suas habilidades e competências.

Dessa forma, evidenciamos uma forte cultura de dominação dos homens brancos que provoca a subordinação das mulheres no trabalho. E, a partir disso, Saffioti (2003) vem justamente apontar três grandes eixos estruturadores dessa relação de dominação/opressão e subordinação existente. O primeiro eixo seria o projeto da burguesia para manter sua afirmação de classe hegemônica e detentora de poder. O segundo eixo, o projeto dos homens para torná-los superiores às mulheres e, com isso, sujeitá-las. E por fim, o terceiro eixo, o projeto dos homens brancos em detrimento dos negros e das negras, face da exploração da vida e do trabalho.

Podemos destacar que se a estrutura a qual permeia a sociedade é desigual, essa reproduz construções sociais também desiguais e violenta, (SAFFIOTI, 2014). A pesquisadora utiliza o raciocínio da qual denomina o processo das desigualdades e diferenças que vão sendo estabelecidas e formadas como uma espécie de “símbiose” patriarcal-racista-capitalista, fazendo com que as mulheres vivam diferente a depender da classe, da raça e do gênero. E tais relações refletidas ou analisadas isoladamente mostram “características distintas daquelas que se pode apresentar no nó” (SAFFIOTI, 2015, p. 83). A autora ressalta que utilizar a “símbiose”, isto é, a interação de gênero, de classe e de raça nas suas análises é fundamental para explicar como constitui as diferenças e desigualdades formando uma espécie de nó analítico, procurando entender as outras relações e suas contradições, e se essa “símbiose” for analisada de forma separada, o “nó frrouxo” pode apertar, pender mais para um lado do que para o outro. Contudo, não temos a pretensão de trazer este debate como auto construtivo para todas as outras dimensões, porém ajudar na discussão aqui proposta.

Em outras palavras, a intelectual SAFFIOTI nomeia de “símbiose” patriarcal-racista-capitalista essas relações que são construídas e estão intimamente ligadas, diríamos, inseparáveis na sociedade, as quais são refletidas a partir dos processos de exploração e de dominação de um sexo sobre o outro. E, com isso, podemos descrever as formas de opressões da classe, do gênero e da raça. Então, essa mesma exploração é

percebida por meio das relações de poderes existentes entre mulheres e homens. Seguindo a mesma linha de raciocínio anterior, para Isis Táboas (2014, p.66) que utiliza do pensamento de SAFFIOTI considera o “patriarcado-racismo-capitalismo é um sistema simbiótico vivo, forte e violento”, daí penetrar na consciência e vida dos sujeitos de diversas formas, inclusive pelo meio da força e relações de poderes desiguais existentes pelo gênero, classe e raça.

Essas relações de poder causam impactos, transformações e mudanças nas formas de experienciar, inclusive o saber e o fazer delas. Assim, essas forças hegemônicas de poder “afetam como se constrói a identidade feminina e como se realizam suas atividades produtivas” [...] (EILEEN WOORTMANN, 1992, p.34) bem como as relações também são afetadas. Desse modo, a articulação de gênero, de classe e de raça não podem ser pensadas separadamente enquanto determinante das relações de poderes vigentes, porque gênero é vivido na relação direta com a classe, e a classe social se expressa modelando as construções de gênero. E a raça será um fator determinado pela classe e pelo gênero.

Assim, o gênero, a classe e a raça se sustentam diante das vivências estabelecidas entre mulheres e homens. Essa mesma relação analisada individualmente mostra-se diferente daquelas características apresentadas pelo “nó”, pois, justamente, se o gênero for analisado separado da classe, vai dizer que todas as mulheres sofrem tais opressões pela condição do gênero. Agora, se a classe for separada do gênero, irá expor outra coisa, que determinadas mulheres burguesas brancas não sofrerão da mesma forma como as das camadas mais populares, e a raça aponta uma grande diferença nisso tudo, pois ser trabalhadora e preta é estar numa condição de desvantagem e de vulnerabilidade ainda maior.

Dito isso, podemos pensar que essa relação anterior se analisada juntamente, faz parte do “próprio nó aonde as relações atuam, de forma imbricada, cada uma das contradições” (SAFFIOTI, 2015, p. 83); logo, essas relações e contradições formadas, se articulam, apresentam em múltiplas fases, e não necessariamente de maneira igualitária. Assim, dominações e explorações podem pender mais para um lado do que para o outro, de forma distintas se não consideradas enquanto um nó relacional. Com isso, não pretendemos separar e apontar quem mais sofre opressões, e se o gênero e classe são mais importantes, no entanto, queremos frisar que nem todas as mulheres e homens vão lidar com as violências e explorações na mesma intensidade e contexto:

Entre todas as formas de opressão, aquela exercida contra a mulher na sociedade capitalista tem um caráter distinto das demais porque atinge mais da metade de toda a espécie humana (52% da população mundial é feminina) apesar de selo em graus e intensidades diferentes, a opressão atinge burguesas e trabalhadoras, sendo que, no caso dessas últimas, combina-se com a exploração, agravando a ambas. Dentro da classe trabalhadora, a mulher negra é aquela que concentra o mais alto grau de opressão: por ser negra, mulher e trabalhadora (TOLEDO, 2008, p. 16).

Refletindo sobre a citação, Cecília Toledo nos leva a pensar sobre a importância do gênero, e a partir dele refletir nas relações sociais que vão sendo construídas numa dada época. E, ao fazer essas análises baseada no gênero, ele vai mostrar que as mulheres pobres lidam mais intensamente com diversas opressões se comparadas com as mulheres brancas. Consequentemente, a classe e a raça apresentam-se como determinantes importantes que as diferenciam, mas cabe pontuar que as mulheres brancas sofrem menos do que as mulheres das camadas populares. E se for mulher preta e trabalhadora, a raça terá um peso maior. Dessa forma, não queremos hierarquizar as opressões, porém chamar atenção para a reflexão sobre como a dinâmica de gênero, de classe e de raça se apresenta de maneira diferente na vida e no trabalho das mulheres na sociedade.

Então, a sociedade capitalista é vivenciada nas suas próprias contradições, e pensamos que não há espaço para unificar as demandas de homens e mulheres numa luta geral das classes trabalhadoras. Aliás, nessa mesma sociabilidade, nem se pode vivenciar, de fato, a plena liberdade. Portanto, as desigualdades tendem a passar despercebidas ao criar elementos para justificá-las e estruturá-las nas realidades impostas ao gênero e à classe.

Como exemplo dessa realidade anterior e baseando-se ainda nas análises de Toledo (2008) é possível entender que as lutas de gênero e dos feminismos por direitos igualitários até pode unir as mulheres numa mesma “ciranda”, e reduzir as desigualdades existentes. Porém, neste sistema com suas múltiplas complexidades, em que a classe e a raça as separaram na constituição da ordem patriarcal-capitalista-racista vigente (TOLEDO, 2008), torna-se desafiador criar estruturas bem definidas que as legitimam.

Destarte, a relação que vem sendo construída, de exclusão e desigualdade de gênero e classe, cria antagonismos. Logo, a chamada “osmose capitalismo-patriarcado” penetra na consciência, na vida e no trabalho dos sujeitos, pois essa relação age articulada e mutuamente enquanto parte da produção da vida e deve ser entendida que “é preciso, portanto, banir qualquer visão idílica de uma aliança entre os sexos” [...] (KARTCHEVSKY, 1986, p. 29). Aliás, o capitalismo se alimenta justamente do

patriarcado, e não tem como mulheres e homens se unirem na mesma luta, porque o patriarcado separa ambos.

Assim sendo, analisando essa conexão, o que a autora chama atenção é de pensar o patriarcado aliado ao capitalismo, na formação das classes sociais. Esta mesma classe irá produzir diferentes experiências de vida e de trabalho; há mulheres que possuem empregada doméstica, emprego estável, são escolarizadas, têm grande remuneração, e outras, são altamente exploradas, tendo que sobreviver sem muita escolaridade e autonomia.

As mulheres com maiores condições econômicas também podem sofrer alguma discriminação ou violência, sim, mas a vida delas tende a correr menos riscos, porque terão recursos financeiros e meios alternativos, inclusive para além da mera *sobrevivência*, por exemplo, sem marido, assim a probabilidade de sofrerem algum tipo de violência será menor. Portanto, como a classe se apresenta, nem existirá entre as mulheres, necessariamente, uma identificação que inclua todas. Embora compreendamos que nem precisa ter vivenciado esta violência para alguém se colocar no lugar da outra, mas reconhece-se pelo fato de também ser mulher. Porém, a classe social vem justamente para separá-las.

Ora, isso quer dizer então que existe uma forte relação agindo para formação das classes sociais, e estas mesmas classes sociais implicam na formação do gênero, numa verdadeira dependência simultânea. No entanto, aqui defendemos a não hierarquização do gênero e da classe. E como bem aponta Cisne e Santos (2018), o mesmo gênero e a classe apontam uma intensa ligação ao constituir as relações de poder existentes. Tal analogia pode ser percebida nas vivências das mulheres, nas suas práticas cotidianas e, inclusive, nos seus trabalhos, dando, desse modo, significados às relações sociais.

Dito isto, não basta conhecer determinadas mulheres e conviver no dia a dia junto com elas na rua, no bairro, na cidade ou na comunidade, todavia é preciso se identificar com elas, com suas reivindicações e pautas políticas no campo coletivo em prol dos interesses comuns, e não de forma particular, o que irá favorecer apenas um pequeno grupo com isso e sem de fato mexer nas estruturas sociais de gênero e classe (TÁBOAS, 2014).

De fato, essas relações de classes estão intimamente conectadas ao gênero, modificando-o e sofrendo grandes influências daquelas. Nem todas as mulheres irão vivenciar os mesmos atravessamentos, por isso que nos posicionamos contrárias (os) aos interesses classistas, para que possamos nos unir nas batalhas que abrangem todas e todos.

Contudo, devemos lembrar que “enquanto as contradições fundamentais da sociedade não forem superadas, haverá distintas perspectivas de classe, de raça e de gênero”, conforme Cisne e Santos (2018, p. 81). E com essas contradições, o próprio sistema capitalista se beneficia para diferenciar e excluir pessoas e criar desigualdades. Todavia, cabe aos sujeitos sociais que fazem parte da história ousar “mexer” nessa estrutura (embora esta estrutura esteja bem articulada) e procurar defender direitos igualitários, e não somente de uma pequena classe. Isso inclui não separação por gênero, por cor, por geração, por etnia, mas ter, acima de tudo, consciência de classe, ladeada ao gênero. Assim, é sabido que as classes sociais, do mesmo modo como o gênero, são formadas num dado tempo histórico, conforme Toledo (2008).

Ora, não precisa ser mulher para lutar contra o machismo, não carece de ser mulher preta para levantar a bandeira contra o racismo, nem necessita ser trabalhadora assalariada para se opor à exploração capitalista, porém se reconhecer num sentimento de humanidade e solidariedade coletiva. Este sim é o maior desafio, unir diferenças de realidades no mesmo projeto de vida, e isso tudo tem a ver com as construções de gênero e de classe numa clara vinculação de opressão e de dominação.

Esta comparação com a realidade anterior evidencia de como as classes sociais se apresentam, sobre uma base de opressão, exploração e dominação, constituindo assim as bases da desigualdade e exclusão. Desse modo, o sistema capitalista tem necessidade de se apoiar numa legitimidade para justificar as desigualdades entre mulheres e homens, tanto que busca apagar as contradições criadas pelo próprio sistema social impostos ao gênero e à classe. Isso ocorre, principalmente, quando o enriquecimento de uns é acompanhado pelo empobrecimento dos outros (as).

Em outras palavras, mesmo que saibamos das desigualdades existentes nos diversos espaços de labuta das mulheres, na cidade ou no campo, as inúmeras pesquisas envolvendo trabalho, normalmente, não trazem ao centro da discussão uma forte consciência da desigualdade provocada pela sociedade de classe. A mesma consciência não tende a ocorrer em proporção relativa às causas das desigualdades de gênero (PAULILO, 2004).

Contudo, é sabido que as desigualdades de gênero e de classe estão geralmente associadas ao trabalho feito por mulheres, sobretudo das camadas populares, no âmbito privado, no interior de suas próprias casas (BILA SORJ, 2004), o qual é executado diariamente, porém sem receber remuneração por este mesmo trabalho executado de forma gratuita, desde os cuidados das crianças, dos idosos, do sexo masculino. E com as

requisições nas mudanças do trabalho, as mulheres vão adquirindo “a capacidade de realizar várias tarefas ao mesmo tempo, uma característica de grande parte das atividades executadas no âmbito doméstico” (BRUMER, 2000, p. 213).

Dessa forma, as mulheres ficam cada vez mais sobrecarregadas de afazeres tanto na casa quanto na agricultura, com esta dupla participação, elas, comumente, são as que mais trabalham. Deste modo, a autora Eileen Boris faz um destaque de como essa realidade é vivida na agricultura familiar. Se comparar “com a situação das agricultoras familiares é ainda mais inócuo porque elas dificilmente contam com auxílio doméstico remunerado, sendo mais comum a ajuda de filhas, noras e sogras” (BORIS, 2014, p.307), visto a dificuldade de existência, por exemplo, de creches comunitárias, de remunerações pelos cuidados, isto é, dos direitos trabalhistas presentes no campesinato.

É possível afirmar que a dinâmica de gênero, de classe, tende a pressionar para manter as relações estabelecidas, assim, constituindo funções bem organizadas e articuladas entre homens e mulheres, porque na vida e no trabalho das mulheres essa “forma rígida que as mulheres têm desempenhado suas funções se flexibilizou” (ALIE SCHAAF, 2003, p. 415). Ainda que a ideia dos padrões tradicionais de gênero se faça presente, contudo, pode variar de contexto e realidade, formando uma verdadeira articulação entre mudanças e preservação destas funções sociais.

Diante disso, nossas contribuições vêm no sentido de não hierarquizar o gênero ou a classe, contudo possibilitar ampliar as análises para compreender de forma ampla como constitui as relações de trabalho e de vivência das mulheres, e que estas diferenças de realidade não sejam motivos para construções de relações sociais desiguais. Contudo, o capitalismo para lucrar cria desigualdade. E tomando base desta afirmação, precisamos encontrar uma nova forma para que as pessoas não sejam produto da exclusão nas suas várias dimensões e, sim, parte do todo enquanto geradoras (es) de riquezas sociais e materiais.

Dessa forma, levamos em conta a importância de pensar articuladamente as dimensões de gênero e classe para não correr o risco de analisar a realidade separadamente, nem criar uma visão que hierarquiza ou sobressai o campo material, enquanto o simbólico sendo visto como algo de menor importância. Pelo contrário, a subjetividade das mulheres e dos grupos os quais pertencem é tão importante como a objetividade, porque do lado emocional encontra-se um mundo de sentimentos, companheirismo e solidariedade coletiva.

Inclusive, esse é o projeto do feminismo, produzir uma sociedade em que seres humanos não sejam reduzidos à sua biologia, às suas potencialidades, a uma suposta essência ou à natureza. Logo, o debate de classe é exatamente isso possibilitar a superação dessa relação que desumaniza, inferioriza pessoas pela sua condição de gênero. Todavia, enquanto houver exploração de gênero, de classe e de raça, não haverá uma verdadeira emancipação do gênero humano.

Dessa forma, a estudiosa Sardenberg (2004, p. 47) da área de gênero e de trabalho expõe “que nenhuma análise sobre globalização e reestruturação produtiva poderá retratar a situação em sua amplitude, se não estiver munida de uma perspectiva de gênero” e acrescentaria a classe. E cabe a nós junto com ela e tantas outras intelectuais feministas trazer essa perspectiva também para o âmbito rural ao *experienciar* a construção dessas realidades em diferentes saberes:

O desafio, portanto, é a busca da compreensão dos vários espaços [...] como o contexto educacional, o mercado de trabalho, a família, as instituições, as políticas públicas, os meios de comunicação etc., que influenciam diretamente a construção das subjetividades de mulheres e homens [...] trabalhar com um enfoque de gênero implica em reconhecer, desvendar e levar em consideração esses fatos, procurando desenvolver estratégias que contribuam para o desmonte dessas relações desiguais entre os seres humanos (SARDENBERG e MÁRCIA MACÊDO, 2011, p. 46).

Sabemos que as desigualdades sociais, de raça, de gênero e classe estão intimamente atreladas às formas como se edifica e se vive, por exemplo, no espaço da agricultura. E essas dessemelhanças ainda insistem em permanecer vivas no seio da sociedade, influenciando diretamente como nos relacionamos em volta do ambiente, seja na cidade ou no campo.

Outrossim, é sabido que as desigualdades entre mulheres, homens e demais segmentos minoritários das camadas populares “permanecem profundamente arraigadas na estrutura socioeconômica hierarquizante, concentradora de renda e de poder vigente” (SARDENBERG e MACÊDO, 2011, p. 46). Num país como o Brasil onde as formas de convivência ergueram-se por bases desiguais, essas mesmas bases continuam delimitadas a partir dos quesitos de gênero, de classe e raça e tais questões necessitam serem refletidas articuladamente com as particularidades no meio rural.

1.2 NAS TRAMAS DE GÊNERO EM CONTEXTOS RURAIS

Para começar a discussão de gênero em contextos rurais, lembremos das trabalhadoras rurais, ou melhor, “*mulheres da roça*”, como afirmara o título da música de Gringo (1985), a qual virou fonte de inspiração por relatar tão bem o dia a dia de tantas mulheres da roça, que expressam nos seus trajetos, existências e experiências invisíveis.

Dito isso, avançamos na discussão ao apresentar as particularidades do debate de gênero em contextos rurais, chegando mais perto da nossa realidade, apontando para o quanto é fundamental problematizar essas relações no meio rural para uma maior aproximação da labuta das mulheres camponesas. E, acreditamos que, para modificar a sociedade primeiro temos de problematizar nossa realidade, as micro-relações que são formadas diante deste universo na agricultura.

Para dialogar com a teoria, trazemos essa referência acima que reflete muito bem sobre o cotidiano trabalhadoras rurais deste Brasil afora, as quais carregam nas suas trajetórias de vida, de lutas e de (re) existências marcas de diversos atravessamentos que as particularizam e, ao mesmo tempo, evidenciam semelhanças na forma de viver do campo a partir desse espaço social que:

Junto com o ambiente, se transforma a mulher. Se o espaço é construído, também o gênero o é, e a construção desse último se relaciona inteiramente com o do primeiro. Se a construção do gênero se modifica isso se relaciona a novos “organismos” que “invadem” o ambiente tradicional. [...]. Que as relações de gênero [...] estão intimamente relacionadas às atividades de subsistências e aos arranjos econômicos (WOORTMANN, 1992, p.33).

Esta realidade tem sido uma peculiaridade presente nas construções de gênero, em que a autora chama atenção para como vai sendo construído o gênero enquanto uma forma de também vivenciar este ambiente. E toca num ponto importante, que estas relações estão atreladas ou imposta pela lógica do capital. Diante do exposto, para condicionar as dimensões existenciais e coletivas das mulheres, é fundamental entender como se organizam as várias estruturas da vida social, assim apontamos as contribuições das pesquisadoras em contextos rurais que já sinalizam para ressignificarmos as histórias, os trajetos e as trajetórias das mulheres agricultoras, pois

As análises de Ellen Woortmann e de Maria José Carneiro têm em comum o fato de buscarem ir além de uma interpretação exclusivamente econômica da desigualdade entre os gêneros. Mas a impressão que fica é a de que a cultura, a tradição e a ideologia são entidades autônomas, não estando profundamente imbricadas na produção material da vida e dificilmente sendo mudadas. Essas análises nos fazem refletir sobre as questões estratégicas envolvidas no fortalecimento das mulheres enquanto agricultoras (MIRIAM NOBRE, 1998, p. 7).

Primeiramente, é necessário conhecer a natureza, as formas de sustento, do cultivo e do trabalho na terra para que haja a valorização dos grupos sociais excluídos ali existentes e das mulheres agricultoras como um todo. Esses grupos sociais carregam, nas suas lutas, resistências e saberes tradicionais que não podem ser esquecidos, apagados e *silenciados* da história, mas, sim, *visibilizados* enquanto povos originários, dentre eles: indígenas, ciganos, ribeirinhos, marisqueiros, pesqueiros, agricultores e remanescentes de quilombos. Porque estes grupos formam uma relação de *vivências* a partir do lugar em que as mulheres estão inseridas, trabalham e vivem.

Por isso, é essencial compreender o lugar de morada das mulheres como se encontram e a depender de onde estejam, pois quem fala pode tornar mais *invisível* os sujeitos e suas relações diante do ambiente. Diante disso, é importante salientar que o capitalismo atingiu a base da esfera social, formada, em sua grande maioria, por mulheres empobrecidas, agricultoras e negras. Essas mudanças mexem com o corpo social e estão diretamente relacionadas ao processo de construção das identidades individuais/coletivas.

Assim, como mulheres são invisibilizadas no processo produtivo [...] não possuem o devido reconhecimento de seu papel na agricultura familiar camponesa [...] que sofre como consequência da divisão sexual do trabalho a invisibilidade de seu trabalho produtivo e reprodutivo no mundo rural, tão invisível quanto a produção proveniente dos próprios quintais. Acreditamos que o trabalho das mulheres no campo é real e imprescindível para a reprodução da agricultura familiar camponesa. Por isso é de fundamental importância reconhecer seu papel e desenvolver mecanismos que possibilitem construir a igualdade perante os homens do campo e mulheres e homens da cidade (AMANDA QUARESMA, 2015, p. 39).

Com isso, frisamos a importância de criar estratégias no campo que busquem encontrar alternativas para maior incentivo da agricultura familiar, dos diversos ofícios desempenhados pelas mulheres. Para isso, é preciso melhores condições na participação das trabalhadoras rurais no processo de produção social, e isso inclui a *valorização* dos seus diversos serviços, para que se reconheçam como agricultoras e camponesas, pois

O trabalho feminino está presente em todas as esferas da vida no campo, desde o secular trabalho doméstico no interior das casas com o cuidado com a família, até a produção agrícola. As mulheres executam até mesmo tarefas pesadas, ditas masculinas, passando pelo trabalho assalariado fora da propriedade. Conhecer e reconhecer a realidade da vida das mulheres no mundo rural é imprescindível (QUARESMA, 2015, p. 42).

Portanto, essa realidade encontra uma maneira de se apropriar do trabalho de muitas mulheres para garantir e perpetuar a hegemonia, o bem-estar de alguns, dos grupos dominantes, no caso, os homens brancos. Então, conhecer e reconhecer este trabalho feminino das agricultoras e particularidades é mais que urgente, necessário. Então, a reflexão nos possibilita trazer a imbricação dos sexos, no espaço agrícola, no ambiente rural de perceber como as mulheres utilizam o espaço de cultivo e de sustento familiar enquanto uma das possibilidades de produção dos saberes, logo:

O processo de trabalho possui dimensões simbólicas que o fazem construir não apenas espaços agrícolas, mas também espaços sociais e de gênero [...] O significado simbólico do trabalho e o modelo de saber não são dimensões separadas, embora possam operar em registros distintos. Em conjunto constituem uma forma de ver o mundo [...]. A transmissão do saber é mais que a transmissão de técnicas: ela envolve valores, construção de papéis etc. (WOORTMANN e WOORTMANN, KLAAS. 1996, p.7-11).

Os autores estão chamando a atenção é que no espaço agrícola se produz além de comida e serviço, produz-se conhecimento, experiência, tradição, transmissão de saberes passados de geração a geração por familiares e vivências comunitárias. Eles ainda apontam para um outro fator, os valores simbólicos do trabalho, que envolvem construções de papéis sociais de gênero, os quais demonstram que as vidas das mulheres são cercadas por desigualdades e que estão mais propícias a sofrerem exclusões, como bem aponta a linha de raciocínio de Hirata:

[...] as mulheres são mais pobres, mais precárias, mais desempregadas, mais sujeitas à violência. Elas têm menos acesso às novas tecnologias da informação e da comunicação, menos acesso à formação profissional e técnica, embora desfrutem mais da educação hoje do que no passado. Elas têm menos acesso ao crédito e menos acesso à terra [...] apenas 12% das terras são de propriedade de mulheres (2004, p.14).

Este importante dado aponta uma série de questões em torno das mulheres e dialoga com as particularidades das agricultoras, que enfrentam desigualdades, das mais diversas possíveis, de gênero, de negação dos seus direitos sociais e trabalhistas, de acesso à terra, etc. Por isso, é de suma necessidade que elas se reconheçam enquanto trabalhadoras rurais, com direitos, enquanto participantes ativas na cadeia produtiva, e as suas vidas e os frutos dos seus serviços não sejam suprimidos por essa mesma divisão.

Sendo assim, essa mesma divisão espacial e sexual do trabalho penetra na existência das agricultoras, e alguns discursos tendem a reproduzir que “as mulheres

rurais são, com frequência, os participantes mais esquecidos da economia", declarou a economista Lourdes Benería em um relatório interno da Organização Internacional do Trabalho (OIT)". Mas, discordamos do seu ponto de vista e entendemos o contrário:

Longe de serem participantes ‘marginais’ [...] “elas são parte ‘integral’ dessas atividades”. Afinal de contas, elas trabalham longas horas em atividades agrícolas e domésticas e [...] realizam tanto atividades essenciais para ao sistema econômico, notadamente aquelas ligadas à produção de alimentos e aos serviços, nos campos ou em casa quanto aquelas relacionadas com a reprodução da força de trabalho (BORIS, 2014, p.101).

Ou seja, as mulheres são participantes centrais no cultivo, na horta, no lote, na economia popular solidária e, por exemplo, na safra da castanha de caju. Elas estão presentes na quebra do coco babaçu, nos afazeres da casa, além de cuidarem dos animais, dos idosos e das crianças etc. E nossa luta, vem no sentido de serem reconhecidas como trabalhadoras rurais, além dos frutos das suas ocupações

Mesmo que certas atividades sejam destinadas aos homens, as agricultoras também executam, embora forças hegemônicas tendem *inviabilizá-las* para continuarem a ocupar atividades tradicionais impostas ao gênero e pela classe, como afirma Sardenberg (2004, p. 31). Por exemplo, “é o caso do trabalho da mulher na economia camponesa: por ser parte do trabalho familiar e não ser comumente remunerado, não é considerado “trabalho”, nem mesmo para as próprias mulheres que o desempenham”.

Rita Machado (2017, p. 113-134), ao tomar conhecimento da história das mulheres, reitera: “Sabe o quanto ela é marcada por violências, silenciamentos, invisibilidades, lutas, antagonismos e resistências. Na roça, as mulheres trabalham duro, mas na vida elas tecem bonito”, porque também produzem formas de conhecimentos, *saberes e tradições* femininas. E cabe a nós visibilizar as experiências dessas mulheres.

Assim, entendemos que o gênero vai se modificando no tempo, no contexto histórico e cultural, e que, a depender das necessidades da sociedade, as mulheres participam das demandas da comunidade, seja para sobrevivência pessoal, familiar ou coletiva do grupo. Como uma “histórica guardiã da cadeia alimentar [...] pois a própria agricultura foi uma invenção da mulher no período pré-histórico”, podemos perceber a importante participação das mulheres para o desenvolvimento da agricultura, conforme Fischer (2004, p. 57-58).

Além da agricultura, os instrumentos utilizados, a saber do “moinho para triturar os grãos”, foram uma invenção também das mulheres e muito usados, por exemplo, na

idade média. Elas “não só descobriram a agricultura” como promoveram “a primeira revolução”, ressalta Fischer (2004, p. 57-58). Mesmo com essas descobertas, e importantes contribuições para a economia camponesa e agricultura, os marcadores de gênero, de raça e de classe trabalham para ocultar os feitos, as conquistas e, por conseguinte, as próprias formas de exploração das mulheres. Para esclarecer melhor, Collete Guillaumin (2014, p. 32) explica:

As mulheres são exploradas, que sua força de trabalho, quando é vendida no mercado de trabalho, é muito menos remunerada que a dos homens. E consequentemente com isso os salários recebidos pelas mesmas são inferiores. Já o trabalho doméstico não pago é um claro exemplo de dominação, de naturalização e legitimação a apropriação das mulheres.

É perceptível nas reflexões da autora que determinado contexto histórico e os afazeres das mulheres são percebidos como algo de menor valor se comparado aos destinados aos homens. Essa dinâmica geral tende a reforçar as práticas as quais descaracterizam as qualidades das mulheres nos espaços cotidianos, se formos comparar na contemporaneidade como indústria, agricultura, âmbito doméstico, comunitário e familiar. Cabe pontuar que, ao situar essa inter-relação das relações de poder, algumas particularidades modeladas socialmente ao gênero e classe tendem a ser reforçadas num dado espaço e tempo:

Apropriação do tempo b) apropriação dos produtos do corpo c) a obrigação sexual d) o encargo físico dos membros inválidos do grupo (inválidos por idade- bebês, crianças, velhos- ou deficientes), bem como dos membros válidos do sexo macho. Há outros trabalhos penosos que não advém da divisão social-sexual do trabalho -, nas relações sociais em que é realizado destrói a individualidade e autonomia, efetuado sem salário (GUILLAUMIN, 2014, p. 47).

Em outras palavras, as características da apropriação do corpo, da vida e das atividades impostas às mulheres beneficiam e favorecem aos homens, ao existir certa subjugação, privilégios e apropriação do espaço delas. Parece que eles tendem a "invadir" e por que não apropriar dos arredores dos territórios femininos relacionando com nossa realidade. Também cabe pontuar como “determinados trabalhos são excluídos ou invisibilizados de outros em função dos instrumentos utilizados nestas atividades” (PAOLA TABET, 2014, p.112) da agricultura. Parece que determinados serviços têm maior valor social produzido do que outros, ou seja, tudo isso vai passar e depender do sexo que utiliza tais instrumentos.

Para exemplificação da discussão anterior atrelada com nossa realidade, apresentamos a seguir um dos mais variados instrumentos tecnológicos presentes na indústria da castanha de caju empregados por homens. Logo, as mudanças provocadas pelo capitalismo vêm substituindo a mão de obra das mulheres rurais pelo uso da tecnologia no mundo do trabalho, de acordo com Dulcemaris Carvalho (1994).

No entanto, existe uma condição de diferenciação do manuseio das máquinas, por exemplo, utilizadas pelos homens e pelas mulheres, tanto na cidade quanto na zona rural. Logo, diferenciando os instrumentos, consequentemente, distinguem quem as usam. E, dessa maneira, as forças dominantes desclassificam as atividades executadas pelas mulheres e as tornam menos valorosas. E para continuar conversando sobre nosso cotidiano, apresentamos mais instrumentos que as mulheres agricultoras usam na apanha dos cajus nos lotes no período da safra da castanha de 2023.

Figura-4 Imagem dos instrumentos utilizados pelas agricultoras na Vila Goiás



Fonte: Acervo da autora (2024).

A imagem possibilita pensar o universo do trabalho em que estão inseridas as agricultoras. Como é perceptível, esses instrumentos são compostos por baldes, por sacos e garrafas de águas, além de panelas com comidas prontas, que as mulheres cozinham e levam no dia a dia da lida para os lotes. Assim, os objetos de pequenos e médios portes são ideais de serem carregados por mulheres e crianças, pois em “tese” não precisa de muito gasto de energia e esforço físico ao transportar. Mas que no dia a dia estes mesmos objetos tendem a ser cansativos pelo uso repetitivo como apresenta Tabet em seus estudos

sobre o poder que esses instrumentos têm ao ser utilizado numa forma de controle e poder masculino.

Então, diríamos mais: "o poder que os homens exercem sobre as mulheres é garantido pelo monopólio das armas-instrumentos" (TABET, 2014, p.157). Logo, é fundamental refletir o estudo de Tabet (2012), de como ela chegou à seguinte conclusão: geralmente, destina-se às mulheres pequenos instrumentos para o cultivo do trabalho, já aos homens os de grandes volumes. Se comparado com a realidade das agricultoras da castanha de caju, cabem às mulheres os precários utensílios e aos homens os mais sofisticados instrumentos tecnológicos, portanto parecem existir dois pesos e duas medidas.

Figura-5 Faca usada por agricultoras para despelicular as castanhas de caju



Fonte: Acervo da autora (2024).

De tal modo é construído no imaginário social, reforçado nas práticas impostas ao gênero e à classe, que esse lugar onde as mulheres, provavelmente, ocupam e vivem, bem como seus instrumentos podem ser adaptados para o manuseio das mãos femininas, pois os papéis sociais reforçam certa destreza, agilidade, múltiplas repetições em criar habilidades que carecem de paciência ao executar as mesmas funções por horas, dias e meses. É como se fosse uma predeterminação do sexo e existisse um pacto para liberar os homens dessas atividades e para sobrestrar as mulheres.

Apesar desses afazeres sejam enfadonhos, cansativos, demorados, ainda são reconhecidos como “ajuda” e o “peso” desses trabalhos considerado “leve”, pois Paulilo

(1987) já ratificou isso em décadas anteriores. Assim, caracterizando as desigualdades que se apresenta de forma diferente para mulheres e homens, apesar de elas executarem atividades ditas masculinas (*idem*), parece que o trabalho varia segundo o sexo de quem o efetua, já invariável mesmo é a convicção de que as atividades feitas pelas mulheres são “maneiras”.

É preciso desnaturalizar o trabalho feito a partir do sexo, descaracterizar essa subordinação-exploração, e diríamos mais: “apesar da sutileza empregada na exploração da mão-de-obra feminina, há mulheres que, realizando as mesmas tarefas que os homens, ganham menos” (PAULILO, 1987, p. 65). De tal modo, essa forma de exploração causa opressões de gênero e de classe, além da raça, da geração e da própria territorialidade.

Percebe-se que essa diferenciação do uso dos instrumentos é causada pela diferença no uso da terra e na experiência de vivenciar a agricultura a partir da condição do sexo. Woortmann (1998) revela que os espaços agrícolas se constituem no uso dos instrumentos e dos campos simbólicos de poder familiar, já que certos utensílios e atividades são apropriados pelos homens, e o que determina essa relação dos instrumentos são as construções familiares de hierarquias centrada no mundo masculino, e, quem sabe, mais reconhecidas:

Já o machado e a enxada são instrumentos de ambos os sexos. Porém, o machado utilizado pela mulher, principalmente para cortar lenha, é um machado velho. Do mesmo modo, a enxada utilizada na horta e para ajudar na lavoura é a que no período anterior fora utilizada pelo marido. Ou seja, primeiro esses instrumentos passam pelas mãos dos homens para depois, quando já não lhes são mais úteis, serem passados às mulheres [...] O mesmo ocorre com a enxada e seu exemplo é significativo: nova ela é do pai e designa a categoria trabalho. À medida que se vai desgastando, ficando mais leve e menos produtiva, passa às mãos da mulher, designando a categoria ajuda (CARMEN MACHADO E RENATA MENASCHE, 2012, p. 10).

Frente à desigualdade descrita, podemos concluir que mudando de mãos, os instrumentos mudam de sentido e de significados no decorrer da vida e do trabalho das mulheres. Logo, esses artefatos são usados nos lotes, nos quintais, nas pequenas propriedades e no sítio; entre permanências e mudanças, talvez, os códigos sejam reforçados pela hierarquia de gênero, de classe e de poder familiar masculino, assim

Existem também certos papéis que podem ser desempenhados por homens ou mulheres a depender da circunstância [...] assim, as relações com a natureza e com os instrumentos de trabalho constroem relações de produtividade e de gênero bastante distintas, ao mesmo tempo em que ocorrem sobreposições, determinando domínios diferenciados na hierarquia familiar. [...]. Intensifica-

se a descaracterização do ambiente, o que atinge as relações de gênero (WOORTMANN, 1998, p.181).

Em alguns momentos, as mulheres desempenham as atividades convencionadas socialmente enquanto funções masculinas. Elas adentram nos trabalhos dos homens, e raramente ocorre o contrário, estes fazem suas tarefas. Já nos setores ditos qualificados, as mulheres participam das atividades do sexo masculino, mas dificilmente eles também venham executar as tarefas femininas.

Como destaca a autora Paulilo que fez um estudo comparativo entre Brejo do Cruz na Paraíba em 1978 com o trabalho de homens e mulheres no plantio da cana de açúcar e no Sul de Santa Catarina em 1981 através do cultivo do fumo onde, justamente refletiu essas funções destinadas a elas e eles e chegou à seguinte conclusão:

Nenhum homem é contratado para fazer trabalho considerado feminino, embora algumas atividades possam ser realizadas por ambos os sexos [...]. Pagando por produção, os proprietários evitam remunerar o tempo que as mulheres gastam com os filhos [...] plantio e a adubagem, evitam presença masculina para melhor caracterizá-las como trabalho “leve”. Apesar da Sutileza empregada na exploração da mão-de-obra feminina, há mulheres que, realizando as mesmas tarefas que os homens, ganham menos [...]. Regiões distintas, culturas diferentes. Como traço comum, a distinção entre trabalho “leve” e “pesado”. O primeiro, atribuição de mulheres e crianças. O segundo, incumbência masculina. (1987, p. 65- 66).

Concluímos com isso que o “peso do trabalho leve” reforça estereótipos, papéis sociais construídos historicamente quanto determinação, por exemplo, do gênero e da classe. E invariável mesmo é a convicção de que o trabalho é leve porque é feito por mulheres e crianças, visto quase como uma determinação da “natureza” (PAULILO, 1987).

Isso tudo na verdade é uma falácia, porque qualifica-se tais funções a partir de quem os realiza, no caso, se é um homem ou mulher executando. Assim, percebemos essa diferenciação até mesmo quando as atividades demandam as mesmas horas, “ou que o esforço físico exigido por um tenha como contraponto a habilidade, a paciência e a rapidez requeridas pelo outro, o que determina o valor da diária é, em suma, o sexo de quem a recebe” (PAULILO, 1987, p. 66). Daí o discurso de “leve” e de “pesado” passa por uma variação do lugar onde os sujeitos estejam e trabalham ao longo do tempo.

Com isso, a divisão sexual do trabalho varia, apesar de existir em diversas sociedades, o que as mulheres fazem em certa cultura modifica-se ao longo do tempo, não necessariamente apresenta-se sobre as mesmas características. Por exemplo, nas

sociedades tradicionais, a hierarquização ocorre por meio da caça de grandes animais, e os homens ficam responsáveis por tal função, como afirma Tabet (2012) estudando comunidades clássicas aponta isso.

Nessas sociedades, a carne é um dos principais alimentos e é bastante estimada, uma vez que envolve a questão do perigo, sendo, desse modo, valorizada nem tanto porque a ação é executada por homens ou mulheres, mas por causa da importância que o alimento representa no contexto e da necessidade de subsistência enquanto parte das relações na agricultura na qual Tabet (2014) pontuou essa análise.

Ela nos ajuda compreender quando analisando determinada sociedade refere-se que em alguns momentos, as mulheres são integrantes indispensáveis da operação de caça, contudo tamanha participação é feita com as mãos nuas ou quase sem armas, deste modo o trabalho das mulheres é limitante (*idem*, p.157). Embora elas participem da colheita, sejam caçadoras de pequenos, de médio e de grandes animais, isso acontece de forma esporádica, intermitente em casos raros e individuais (TABET, 2014).

Destarte, uma vez encontrada essa base desigual para as relações de gênero e classe, ainda assim as mulheres se envolvem nas esferas da produção, além da reprodução biológica e social. Para acontecer essa participação, é preciso diminuir o tempo livre nos cuidados de si, dando atenção aos filhos, ou reduzir a participação nas outras atividades agrícolas, comunitárias e coletivas.

Para a sorte dos homens, acontece o adverso, eles são privilegiados com o aumento de tempo para a caça, para a guerra e, talvez, para a pesca, para a agricultura, pois o seu papel, muitas vezes, na comunidade é destinado à procriação, à proteção enquanto guardião dos alimentos, dos demais membros da família e da cadeia produtiva alimentar. Conforme a autora Tabet (2014) chegou a essa conclusão nas comunidades estudadas por ela.

A diferença entre mulheres e homens, quiçá, começa pela procriação. Diríamos que com as desigualdades, elas tendem a persistir na divisão sexual do trabalho. Mesmo assim, há uma forte participação das mulheres tanto na produção e reprodução social quanto no trabalho executado no âmbito privado (casa, doméstico). Embora este não seja remunerado como o executado no setor público.

Logo, produção e reprodução fazem parte do processo da vida social. Todavia, essa relação tende a criar dicotomias existentes nos afazeres executados pelas mulheres

considerados uma extensão das atividades de “menor valor”, “ajuda”, como nos aponta Paulilo (1987). Sendo assim, as tarefas aparecem socialmente como um “não-trabalho”⁶.

Com isso, pensamos que nossas contribuições vêm no sentido de justamente evidenciar os trajetos das mulheres agricultoras rurais, que possuem um mundo de saberes, e cabe a nós *experienciar* isso junto com elas. E se relacionar com o trabalho na castanha de caju, percebemos, nos estudos voltados para a área, a relação que envolve padrões impostos ao gênero que tendem a reafirmar práticas concebidas enquanto femininas. De tal modo, percebendo como gira, em torno do ambiente, as negociações, os valores, os regulamentos em que as agricultoras habitam:

A castanha é hoje sustentáculo da máquina administrativa do Pará. Em torno dela giram as leis, os regulamentos, os negócios e as negociatas”. Nós acrescentaríamos: em torno dela gira a construção em torno do apanhador de castanha que mobiliza valores e padrões morais para legitimar ações que visam regular e normatizar as práticas de trabalho no castanhal (OLÍVIA CORMINEIRO E MEDEIROS, 2013, P. 293).

Nesse contexto, diríamos que houve uma maior utilização da mulher no “mundo do trabalho”. Há uma diversificação no implemento de práticas da indústria, trazendo, com isso, significados distintos para as trabalhadoras e os trabalhadores, ou seja, se por um lado a ampliação do trabalho feminino no espaço produtivo foi uma conquista da mulher, por outro, ampliou a exploração da força de trabalho ao intensificar o universo feminino. Dito isto, é primordial entender “as relações de gênero enquanto instrumentos de análise fundamentais quando se pretende abordar a discriminação da mulher no mundo do trabalho e, sobretudo, o “destino” que lhe é “reservado” em âmbito laboral” [familiar] (BELTRÃO E BERGOT, 2011, P. 01).

O trabalho das mulheres da Castanha do Alto do Acarajé [...] “encontra no beneficiamento da castanha uma alternativa que se enquadra a realidade e a necessidade local” e familiar, conforme as palavras de Kátia Santos (2021, p. 9). Além da produção de biscoitos, de doces em que possibilita às mulheres criarem suas alternativas para encontrar meios de subsistência à desigualdade, à exclusão, à concentração de renda e à

⁶ A chamada invisibilidade do trabalho reprodutivo foi teorizada por uma série de autoras (BRUSCHINI, 2006; SILVA; LORETO; BIFANO, 2017; SORJ, 2004). Neste projeto, estamos caminhando junto àquelas que localizam, no nascimento da ordem capitalista, a separação entre as esferas produtivas e reprodutivas (FEDERICI, 2019a, 2019b; FRASER; JAEGGI, 2020) e a consequente desvalorização material e ideológica do trabalho reprodutivo realizado no interior dos novos formatos institucionais de família nucleares que se hegemonizaram.

apropriação indevida de terras e assim estabelecer os laços de pertencimento comunitários (SANTOS, 2021).

Embora Kartchevsky (1986), Toledo (2008) e Kergoat (2009), tenham dedicado atenção à relação de gênero, de classe e de trabalho no setor urbano, foi necessário incorporar os estudos das mulheres em contextos rurais, e a pauta somente ganhou maior “visibilidade a partir da década de 1980” (CORDEIRO; SCOTT, 2007, p. 420). E, justamente, foi com um aumento das pesquisas sobre as mulheres na agricultura que os temas iguais a esses ganharam maior repercussão. Não obstante, as pesquisas na década de 80 já sinaliza para uma agricultura em que começa a refletir sobre o peso do gênero e desta forma voltada para as nuances de como se estrutura ou mesmo reforça “subempregos”, mal remunerados no campo, ressalta Bacha e Dulcemaris Carvalho (1994, p. 256).

E tais trabalhos apresenta-se como uma parte da vida e das relações entre as mulheres, ou seja, esse âmbito não é algo predominante na vida das agricultoras, elas podem ter outros anseios como serem mães, estudantes, pesquisadoras, escritoras, líderes comunitárias e políticas, entre outras ambições na vida. Mas, no contexto de vivência na zona rural, muitas vezes é reservado às mulheres o trabalho como forma de sobrevivência, não sendo percebido as outras nuances da vida, e, na maioria das vezes, elas são vistas apenas como meras reproduutoras e donas de casa.

[...] Sempre trabalharam, ainda que intermitentemente. Por sua localização como classe social, são trabalhadoras (p.153). O trabalho feminino continuou inscrito em sua lógica hierárquica, como parte das obrigações familiares, reiterando a tradicional divisão sexual do trabalho [...] esse processo tem marcas de classe e de cor e as oportunidades não se apresentam da mesma maneira para todas as mulheres brasileiras (SARTI, 1997, p. 55).

Fica perceptível como as mulheres pobres, urbanas e rurais, inseridas na ordem societária, historicamente, sempre trabalharam. Assim, a imbricação do gênero, da classe e da raça se articulam mutuamente na produção das desigualdades da vida e do trabalho, formulando as injustiças sociais. Diríamos que essas injustiças sociais das mais variadas são vitais ao modo de produção capitalista que Segundo Souza-Lobo (1991, p. 66). Não basta ter qualidades, agilidade, desenvolver múltiplas tarefas, desempenhar funções ditas masculinas. Tais habilidades podem ser “cultivadas” e não “adquiridas formalmente”, mesmo se especializando no passar do tempo. Percebe-se, então, uma divergência entre “tarefa” e “quem faz a tarefa”.

De fato, o ponto central da discussão reside não na forma como é executada a ocupação, mas quem a faz, deste modo o gênero e o território tem sido secundarizado a depender de onde esteja, o sujeito pode tornar-se menos *invisível*. Diante do exposto, cabe chamar a “atenção para as questões relativa à mulher na agricultura, não sendo algo homogêneo, pois o meio rural em geral tendo não como ponto único, mas como entrada básica, as determinações sociais de gênero” (MIRIAM ABRAMOVAY e MARIA RUA, 2000, p. 27-28) nas quais formam:

[...] relações econômicas e sociais no mundo rural, é necessário revisitá-lo velho tema da invisibilidade do trabalho feminino. Este é definido socialmente como “um jeito de ser mulher”, sempre enredado com as lides domésticas; e como essas tarefas não se expressam em relações monetárias, são esquecidas e desvalorizadas pela sociedade (ABRAMOVAY e RUA, 2000, p.152).

É possível discorrer que, além do secular trabalho doméstico desenvolvido gratuitamente no interior das casas pelas mulheres pobres, ainda é como se existisse uma forma única de “ser mulher”. E essa relação cria uma desvalorização das experiências, o não reconhecimento das várias vivências dessas trabalhadoras a partir das diferenças que elas encontram, sobretudo pela questão de gênero e de classe. Com isso, entendemos que o gênero é modelado social e culturalmente, a depender das necessidades culturais, enquanto fruto das construções históricas desiguais pode alterar de sociedade para sociedade nas várias dimensões da vida e trabalho. Nessa direção, (Sardenberg, 2004, p. 28) pontua que:

As desigualdades devem ser pensadas a partir de uma perspectiva de gênero, ou seja, levando-se em conta a organização social das relações entre os sexos e as ideologias que lhe dão sustentação. [...] Preciso deixar claro, desde o início: falar do trabalho feminino no Brasil, a partir de uma perspectiva feminista de gênero, significa tornar as mulheres visíveis. Isso implica em descobri-las por detrás das estatísticas, computando, por exemplo, quantas são, em que setores se inserem, quais as funções que ocupam, qual a sua média de rendimentos mensais e o tipo de relações de trabalho que desfrutam.

Consideramos necessário que para refletir as diferentes formas de desigualdades na sociedade é importante procurar entender como o gênero e a classe estão articulados e se expressam na relação que mulheres e homens vivenciam em suas experiências de trabalhos. E essas interações podem ser percebidas pelas experiências que as agriculturas carregam, diante dos seus inúmeros conhecimentos adquiridos também nas lidas do dia a dia.

Apesar do aumento, por exemplo, no conhecimento formal, ainda assim as mulheres trabalhadoras continuam a desenvolver tarefas domésticas “como uma determinação natural dos sexos”. Por conseguinte, elas realizam uma jornada extensiva caso possua uma carreira profissional. A maioria das mulheres empregadas no mercado informal, precário ou terceirizado estão em maior número entre o total de trabalhadores/as desempregados/as⁷, mas elas, na maioria das vezes, não ocupam posição de destaque pela divisão sexual do trabalho e essa realidade pode piorar se comparado com os afazeres no meio rural:

A percepção e a presença das mulheres no campo são marcadas pela divisão sexual do trabalho e pelas relações patriarcais. Isso fez prevalecer análises a partir do lugar das mulheres nas relações familiares, em geral focando no seu papel de mães, esposas e donas de casa. As relações patriarcais no campo fazem com que a família seja compreendida como um todo homogêneo em que o homem representa os interesses do conjunto e detém o poder de decisão. Dessa forma a partir da família se organiza uma hierarquia de gênero e geração centrada no poder dos homens sobre as mulheres e filhos (as) (NALU FARIA, 2011, p. 38-39).

À vista disso, é fundamental trazer também as experiências das mulheres e refletir o termo “ajuda”, isto é, o trabalho executado com destreza, com habilidade e competência por elas, é muitas vezes reduzido a simples ajuda. Esse termo se faz presente tanto nas pesquisas como nas discussões teóricas em que, geralmente, continua sendo recorrente.

Ainda com os movimentos de mulheres camponesas do Brasil, percebemos que o MMC “sempre trouxe para a discussão a discriminação sofrida pelas mulheres, que no campo, em termos trabalhistas, era mais acentuada ainda, já que as mulheres sequer eram consideradas agricultoras, ou seja, até sua profissão era negada”, conforme a brilhante tese de Valdete Bonne (2012, p. 76) nos apresenta.

Porém, mesmo diante da significativa contribuição das pesquisas para problematizar a condição de existência e de trabalho feminino ao mostrar as complexidades das relações estabelecidas, ainda assim é primordial que ocorram mais debates acerca do tema, a fim de refletir o modo de vida das mulheres na agricultura.

⁷ De acordo com a metodologia usada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – PNAD Contínua, o estudante e a dona de casa são pessoas que estão fora da força de trabalho; já a empreendedora é considerada ocupada. Menos de 14% das mulheres tinham emprego nos anos 1950, e os últimos dados coletados (1º trimestre de 2022) mostram que esse número passou para 47,4%. No entanto, a quantidade de mulheres desempregadas ainda é maior que a dos homens (52,6%). Disponível em: <www.agenciadenoticias.ibge.gov.br>. Acesso em: 20 de novembro de 2022.

Assim, no âmbito rural, um indicador da invisibilização e da desqualificação das agricultoras “é o elevado número de mulheres caracterizadas como trabalhadoras sem remuneração” (ABRAMOVAY e RUA, 2000, p. 152). Com isso, não se reconhece a importância feminina nas outras dimensões da vida, para a construção das “relações sociais de gênero e produtivas” no meio rural brasileiro na formação dos papéis sociais para mulheres e homens (QUARESMA, 2015, p. 132). Evidenciamos que a participação delas é fundamental para o sustento da agricultura familiar camponesa:

[...] o trabalho da mulher é visto como uma extensão do seu papel de mãe/esposa/dona-de-casa, provedora das necessidades da família, de um modo geral. Diferentemente das trabalhadoras urbanas, que têm de sair de casa para realizar suas atividades extra-domésticas, no meio rural é difícil separar o trabalho realizado na horta, no quintal e no roçado, do cotidiano de dona-de-casa. Mesmo quando é reconhecido atua em todas as atividades, o discurso de que é “ajuda” [...] (ABRAMOVAY e RUA, 2000, p. 155-170).

Dessarte, fica evidente haver uma base ideológica em torno da discussão e como estão estruturadas as relações de gênero-classe-raça, pois as mulheres convivem com papéis sociais conservadores e patriarcas. Embora sejam maioria nas atividades laborais, elas trabalham mais e quiçá ganham menos. Assim sendo, há uma delimitação da ocupação da mulher, como da execução de determinada atribuições:

Trabalho “pesado” é a limpeza do mato e a criação de gado [...] Trabalho “leve”, feminino, é plantar, arrancar o mato miúdo, e adubar, para isso, as mulheres ganham a metade, ou menos, da diária de um homem, embora trabalhem o mesmo número de horas [...] Como traço comum, a distinção entre trabalho “leve” e “pesado”. O primeiro, atribuição de mulheres e crianças. O segundo, incumbência masculina [...] Trabalho “leve” e “pesado” são, portanto, categorias que variam segundo o sexo do trabalhador e as condições de exploração da terra nas várias regiões agrícolas. Invariável é a convicção de que o trabalho feminino é mais barato (PAULILO, 1987, p. 65-67).

Ou seja, a depender do sexo que executa a função, ocorre uma hierarquização do ambiente de trabalho. Essa ordem é despercebida como exploração num certo ocultamento da realidade. Não necessariamente as diferenças ocorrem porque é o homem ou a mulher que realiza a atividade, mas, sim, pela modelagem imposta ao gênero e classe. Isso acaba determinando o local da mulher no trabalho e define, assim, quem explora qual parte da terra. Mesmo as mulheres sendo participantes ativas no trabalho,

Tendem a privilegiar os atores masculinos, e o ponto de vista do homem [...] relega-se, assim, ao silêncio, as atividades femininas, mesmo quando estas contribuem substancialmente para a subsistência da comunidade. Isso significa

que se ignora, por um lado, uma parte importante das atividades econômicas daquelas comunidades, isto é, a agricultura e a coleta. Ignora-se também os agentes sociais dessas atividades- a metade feminina das comunidades (WOORTMANN, 1992, p. 31).

Ao negligenciar o sexo feminino, tem-se uma parte significativa esquecida da vida na agricultura, mesmo que estes sujeitos sejam indispensáveis na *sobrevivência* comunitária. Conforme Woortmann (1992), ao privilegiar o trabalho dos homens, esquecemos que as mulheres desenvolvem uma jornada extensiva, construída pela condição do gênero, já que o este deve ser percebido enquanto uma variável fundamental na compreensão da sociedade. Para a autora, “se o espaço de labor das mulheres é construído, também o gênero o é, e a construção desse último se relaciona inteiramente com o do primeiro.

Se o debate de gênero importa, é fulcral entender como as relações de gênero e classe [...] “estão intimamente relacionadas às atividades de subsistência” (WOORTMANN, 1992, p. 33). Deste modo, “o tempo para reprodução econômica envolve aquele destinado ao trabalho remunerado e o gasto com deslocamento para sua realização. O tempo para reprodução familiar e social incorpora, basicamente, as atividades de organização domiciliar” (DEDECCA, 2004, p.19).

Visto que as construções de gênero passam pela organização social, os papéis sociais vão se adequando. Nesse contexto, as mulheres [...] possuem um tempo econômico pago menor, entretanto realizam jornadas extensas de trabalho não pago na organização familiar” (DEDECCA, 2004, p.30), pois dedicam boa parte do seu tempo, do seu esforço despendido gratuito, não valorizado e considerado menos qualificado. Então olhar para essa diferenciação do gênero no trabalho da agricultura tem sido primordial para pensar esse rural com suas nuances de distinção e ao mesmo tempo algumas semelhanças. Como caracteriza a seguir, Sara Stevano (2017) e expõe que devemos

[...] olhar para as questões de trabalho, gênero e diferenciação rural [...] esclarecer a complexidade das sociedades agrárias [...] a indústria de processamento de caju parece constituir uma das muito poucas oportunidades de emprego (rurais), assalariado ou não, disponível para mulheres. Actividade de processamento é organizada em três fases distintas: na primeira, os homens e as mulheres, juntos, quebram as nozes e tiram o miolo; a segunda, é para descascar, e a última é para a classificação. Estas duas últimas fases de trabalho são inteiramente desempenhadas apenas por mulheres [...] isto reflecte-se claramente na natureza discriminatória do género nos mercados de trabalho: salários mais baixos e condições mais precárias oferecidas às mulheres (STEVANO, 2017, p. 277-292).

Conforme Celecina Sales (2007, p. 439), percebemos que “não basta serem produtoras, trabalhadoras; é preciso serem reconhecidas como tal”, visto que há uma diferenciação entre os trabalhos dos homens e os das mulheres. Geralmente, cabe aos homens desenvolver atividades que exigem mais esforço físico (braçal e dispendioso), e cabe às mulheres ficar com o cuidado do quintal, da horta e dos animais de pequeno porte, ou seja, isso não é visto como esforço físico. Para a sociedade, o trabalho feminino é considerado “leve” mesmo quando elas executam o trabalho “pesado”, consoante Paulilo (1987).

Cabe pontuar que na modernização da agricultura a indústria da castanha de caju se desenvolve, mas “ao mesmo tempo, parte do trabalho que antigamente era feito à mão, hoje pode ser feito com auxílio de máquinas. Logo, algumas situações levaram à diminuição do número de pessoas empregadas na agricultura” (BRUMER, 2000, p. 213), como, por exemplo, as mulheres, e, de certa forma, modifica ou reforça as relações de gênero em contextos rurais, e acentua ainda mais a tendência da *invisibilidade* tão presente na agricultura. Do mesmo modo, duas grandes pesquisadoras de gênero, como Hirata (2014) e Kergoat (2009) chamam a atenção para a *invisibilidade* das relações de gênero que são baseadas numa divisão sexual do trabalho:

Essa forma de divisão social do trabalho tem dois princípios organizadores: o da separação (existem trabalhos de homens e outros de mulheres) e o da hierarquização (um trabalho de homem “vale mais do que um de mulher). Eles são válidos para todas as sociedades conhecidas no tempo e no espaço [...]. Esses princípios podem ser aplicados graças a um processo específico de legitimação- ideologia naturalista-, que relega o gênero ao sexo biológico e reduz as práticas sociais a “papéis sociais “sexuados, os quais remetem ao destino natural da espécie. (KERGOAT, 2009, p. 67-68).

Em outras palavras, a divisão sexual do trabalho opera e se faz presente no interior da instituição familiar, e as mulheres estão sujeitas a diversas violações, as quais, ainda, realizam o trabalho reprodutivo. Todavia, a força de trabalho feminina não necessariamente tem de ser criada na família, pode ser fora, longe do ambiente doméstico como nas creches, nos orfanatos e nas escolas.

Ao pontuar que o capital pode beneficiar-se da divisão sexual do trabalho, embora esteja ligado mais no nível da formação social, cultural e econômica, são as determinações históricas que irão estabelecer quem será a força de trabalho valorizada ou não aos

sujeitos, porque esse sistema cria necessidade para existir uma relação perversa e excludente no trabalho da agricultura.

Outrossim, para as agricultoras que ficam em casa ainda desempenham atividades do lar, conciliam raspagem, *despeliculagem*, seleção, corte de castanha de caju em complementação ao desenvolver os afazeres domésticos considerados como trabalho “leve” (PAULILO, 1987) que cabe na grande maioria esmagadora para as mulheres executar no seu dia a dia. Quando as mulheres chegam do lote, ainda lhes restam as demandas que poderiam ser divididas entre os demais membros da família, no caso os integrantes do sexo masculino, pois todos sujam, comem, dormem, e, na maioria das vezes, tais responsabilidades são destinadas ao sexo feminino:

[...]. A noção de trabalho doméstico é o oposto da objetificação: ela é ligada às relações afetivas da família e baseada na “disponibilidade” materna e conjugal das mulheres. Sendo a forma privilegiada de expressão do amor na esfera dita “privada”, os gestos repetitivos e os atos cotidianos de manutenção do lar e da educação dos filhos são atribuídos exclusivamente às mulheres [...]. (HIRATA e HELENA ZARIFIAN, 2009 p. 253).

Destarte, as chamadas discussões de gênero encontram-se em um processo de novas interpretações, além de desconstruções de identidade atribuídas socialmente em que o debate se encontra interligado aos papéis sociais também no meio rural. Por conseguinte, a divisão sexual do trabalho, não necessariamente está intrínseca ao capital, este se beneficia das históricas relações de gênero e de classe, porque comumente considera-se trabalho o que seja diretamente remunerado. Já o trabalho executado de forma gratuita é percebido de menor prestígio e ascensão social.

Vale ressaltar que são as determinações culturais que irão produzir e reproduzir a mão de obra mais necessária e valorizada socialmente, porque relacionar a discussão de gênero e de classe em contextos rurais é fundamental para entender essa relação, causa e para problematizá-la. Destarte, é necessário entender as múltiplas funções da agricultura familiar atreladas aos sistemas de atividades rurais que refletem a realidade rural a partir do enfoque no território. Dessa forma, poderemos constituir, ao nosso ver, as relações sociais, culturais e econômicas, tanto no âmbito público e privado, em que os atores sociais estabelecem relações de interesses, de saberes individuais/ coletivos, e muitas vezes, encontram-se em campos de disputas com as forças hegemônicas.

Logo, defendemos uma maior *valorização* dos sujeitos que vivem da agricultura, ou seja, nessa perspectiva que aqui apresentamos queremos contribuir para: refletir suas

histórias, seus saberes, além das condições de vida e trabalho destinados às mulheres e consequentemente a todos os demais sujeitos que trabalham na castanha de caju, dela tiram o sustento pessoal e familiar, e deste mesmo trabalho na agricultura da qual vivem e constituem uma parte da existência feminina no campo. Por fim, temos de conhecer e reconhecer as agricultoras e estudos de gêneros e feminismos devidamente referenciados. Para isto, faz-se necessário alinhar nossas reflexões aos caminhos teórico-metodológicos escolhidos.

1.3 Os caminhos “TRILHADOS”: primeiras aproximações do campo

Um dos momentos fundamentais para uma jovem pesquisadora que se propõe fazer uma pesquisa de campo, é perceber os desafios das escolhas metodológicas, dos recortes, das abordagens e quais perspectivas adequam melhor a pesquisa. Dito isto, o presente trabalho de campo visou apontar elementos que possibilitem refletir a realidade de determinadas mulheres no meio rural, numa perspectiva de gênero, trazendo a dinâmica social de como estruturam e refletem essa vivência no trabalho⁸ familiar aliando às suas trajetórias de vidas e às práticas cotidianas, fazendo o exercício de tentar compreender o que desse universo ainda não foi devidamente problematizado.

Para Paulilo (2016, p. 296), “temos de dar conta não de uma teoria geral, mas de explicar um recorte do mundo em que vivemos”, ou seja, nós, enquanto investigadora de campo, temos que analisar as dimensões as quais estão postas no contexto rural, de como se constitui as hierarquias nas relações sociais e de gênero, e, a partir disso, contextualizar como a divisão espacial e sexual do trabalho pode aprofundar as desigualdades de gênero em que algumas representações tendem a persistir em se legitimar ao longo dos tempos.

Adotando, no decorrer do trajeto, a epistemologia feminista materialista, todavia fazendo uma ressalva que “nenhuma teoria, por mais bem elaborada que seja, dar conta de explicar todos os fenômenos e processos” sociais, de acordo com Cecília Minayo (1994, p.18), a realidade é mais dinâmica do que a teoria pode explicar, essa ajuda como uma lente para a partir dela possibilitar fazer uma interpretação de parte do universo dos sujeitos, do dito e achados.

⁸ O trabalho das mulheres com a castanha de caju pode ser um dos elementos, a base para a pesquisa, e que não deve ser entendido como uma categoria analítica geral, central na vida delas, mas uma parte da existência das agricultoras, pois são as dimensões de gênero, raça, classe, geração, dentre outros marcadores que irão possibilitar uma interpretação dessas vivências. É mais a questão de ouvi-las, de entender como se estruturam suas experiências/realidades de vida cotidiana.

Assim, o feminismo “materialista não concebe as relações como sobreposições, mas como interdependentes” (TÁBOAS, 2021, p. 07) e relacional com o contexto social. Pensando, deste modo, nas interconexões das opressões e como é possível ampliar as reflexões. Seguindo a linha de raciocínio, a estudiosa Hirata (2019) sinaliza nas suas análises de gênero e trabalho que desvendar as múltiplas formas de exploração e de apropriações dos corpos e das vidas das mulheres é fulcral para as pesquisadoras de gênero e feministas.

Portanto, precisamos “abrir” este universo das análises e trazer a teoria ao nosso favor, dialogar com ela, o que pode ser útil e nos serve para possibilitar enxergar os sujeitos, o objeto com outros olhares e diferentes ângulos. Assim, precisamos também refletir e expor que temos conhecimento da existência e da importância de outras abordagens, pois nenhuma teoria por mais bem elaborada que seja dar conta de explicar todas as determinações sociais. Embora saibamos que se

Você olha do ponto de vista interseccional, vai ver que quem ganha mais, na realidade, são os homens brancos, em seguida, as mulheres brancas, os homens negros, e por último as mulheres negras. Se você não faz esse corte interseccional, você vai dizer que os homens ganham mais do que as mulheres (HIRATA, 2019, p. 3).

Se não tivermos sensibilidade de fazer esse cruzamento, podemos reproduzir discursos, narrativas hegemônicas da exploração-dominação masculina (CISNE e SANTOS, 2018), pois não dá para separar os atravessamentos, todavia perceber as suas sobreposições, por exemplo, que determinado contexto os marcadores de classe, de gênero podem sobressair e ser mais visíveis do que a raça, a geração, e assim por diante.

A teoria precisa ser “óculos” que entenda a realidade das agricultoras para que nela possamos intervir e operacionalizar, guiando, assim, a prática. Com isso, pensamos com diversas autoras sobre os discursos em volta das mulheres, mas talvez seja mais perceber como elas evidenciam, por exemplo, o duplo pertencimento casa-trabalho, em que ao mesmo tempo se anulam, pois o que fazem fora (público) é visto apenas como complemento aos afazeres da casa (privado) (BRUMER, 2004). E o limite entre fora e casa vai desaparecendo, quando as duas coisas se misturam. Isto é, cuidar das galinhas, da horta, do quintal e do lote são trabalhos, porém quase ninguém ver isso: o tempo despendido no gasto de plantar, de colher e de cuidar, como podemos observar na citação a seguir:

É o pai quem encarna o trabalho no roçado, logo, o trabalho ali realizado é o trabalho dele; os filhos e a esposa, mesmo quando desempenham atividades, apenas “ajudam”, como se diz. Se o lugar do homem é o roçado, o lugar da mulher, mãe de família, é a casa. [...] A casa não se restringe ao espaço físico ocupado pela construção; ela inclui também o terreiro (pátio) que a rodeia, local onde vive a criação (aves de quintal), cabras e porcos. [...] (MENASCHE, 2004, p. 80).

Dessa maneira, não desejamos sobrepor ou hierarquizar as formas de opressão, mas entender a importância simultânea da operacionalização das lentes de gênero e de classe para desenvolvemos as principais questões e conceitos no debate teórico na agricultura familiar. Assim, é preciso utilizar essas lentes para entender a divisão sexual do trabalho, as questões de gênero em contextos rurais, os afazeres das agricultoras e a própria compreensão da labuta na castanha e na vida dessas mulheres que trazem consigo as marcas de muita *invisibilidade*.

Segundo Nancy Holmstrom (2014, p. 348), “a teoria não precisa somente ser desenvolvida, ela deve também ser revisada”. Com isso, pensamos que o nosso papel, enquanto intelectual comprometida com as causas das mulheres, é usar a crítica a nosso favor e, a partir disso, dar um outro significado às relações que estão sendo analisadas. É o olhar da pesquisadora que vai direcionar a apreensão da realidade e construir uma crítica feminista, (SARDENBERG, 2001) ao relacionar os diferentes contextos socioespaciais, para, então, estabelecer uma Ciência verdadeiramente feminista.

Entendemos que o problema não é enxergar determinada realidade, representações ou relações de gênero e de trabalho⁹- como a vivência das mulheres marisqueiras, pesqueiras, quilombolas, quebradeiras de coco, agricultoras -sob uma determinada perspectiva de análise. O mais importante é não trazer de forma universalizante, lembra Piscitelli (2002) e homogeneizadora as outras dimensões da vida, deixando de lado, por exemplo, a família, os laços comunitários, as trocas entre a vizinhança, as resistências, os desafios do dia a dia, ou seja, as múltiplas funções que a vida das mulheres em contexto rural pode evidenciar, bem como trazer as diferenças de mulheres e homens ao experienciar essas representações sociais. (SAFFIOTTI, 1992, p. 210) vai mostrar a importância de compreender essa articulação:

A organização de gênero promove fraturas no edifício da consciência de classe [...]. Já que as experiências de mulheres e homens são muito distintas em uma sociedade na qual não há igualdade social entre os gêneros. A representação

⁹ O feminismo nos possibilita entender que a categoria trabalho é apenas uma parte da existência das mulheres, e não o definidor único, com total centralidade nas suas vidas.

não se confunde com a vivência, com a experiência. A representação é o pensar-sentir a vivência. Tem lugar segundo uma base material, que nutre o nível simbólico e por ele é alimentada. Na realidade concreta, não se podem separar o material e simbólico: um é constitutivo do outro [...] as relações sociais numa sociedade dividida em classes sociais e em gênero, encontram amparo nos próprios fundadores desta concepção de história [...] objetivo e do subjetivo, tão tipificadores do masculino e do feminino [...].

Por isso queremos levar em conta a importância de pensar articuladamente o gênero e classe para justamente não vir a produzir reflexões que hierarquizem o campo material e o campo simbólico, que deixará de ser visto como algo secundário. Logo, as subjetividades das mulheres são tão importantes para nós nesta pesquisa quanto a objetividade de seus trabalhos e cabe a nós refletir cada vez mais sobre suas realidades cotidianas, o que pensam, o que sentem ao realizarmos nossas análises metodológicas.

1.4 Escolhas TEÓRICO-METODOLÓGICAS: apresentações das entrevistadas

Consideramos importante a atenção necessária as escolhas teórico-metodológicas dessa pesquisa, optar por um caminho de pesquisa coerente com as opções realizadas. Isso significa buscar interconexões entre o que é recorrente no “mundo rural”, isto é, o passado e o presente, procurando nos guiar entre mudanças e permanências. Deste modo, nos apoiamos em Gil (2002, p. 53) para a realização de nossa pesquisa de campo, procurando a princípio levantar aspectos mais gerais da comunidade e em seguida, através de coleta de “dados primários, entrando, assim, na realidade do sujeito buscando respostas mais confiáveis”. Para realizar esse propósito escolhemos a adoção de uma abordagem qualitativa, conforme nos ensina Cecília Minayo (2007, p.124):

No caso da pesquisa qualitativa, ao contrário, o envolvimento do entrevistado com o entrevistador, em lugar de ser como uma falha ou um risco comprometedor da objetividade, é pensado como condição de aprofundamento de uma relação intersubjetiva. Assume-se que a inter-relação no ato da entrevista completa o afetivo, o existencial, o contexto do dia-a-dia, as experiências, e a linguagem do senso comum, e é condição “sine qua non” do êxito da pesquisa qualitativa.

Sendo assim, a pesquisa qualitativa serve como um guia ao estudo no campo, ajuda a entender as especificidades de ambientes, de grupos e de uma parte do mundo rural. Esse método de pesquisa exige um olhar atento para refletir além de como o objeto se apresenta num dado momento histórico, na sociedade, pois as relações sociais são produzidas e influenciadas a partir da organização de gênero, de classe, apresentando

sintonia com a realidade examinada, procurando compreender, desse modo, o mundo dos sujeitos que serão entrevistados e o local da pesquisa e suas peculiaridades.

Nesta abordagem, os chamados estudos qualitativos têm uma preocupação fundamental com a interação, com o contato direto prolongado entre o pesquisador, o ambiente e os interlocutores que ali vivem. Sobretudo quando a “situação ou fenômeno é pouco conhecido” (ARILDA GODOY, 1995), assim, este tipo de pesquisa melhor se adapta ao problema proposto, porque a intenção é a “compreensão da teia de relações sociais e culturais de significados que se estabelecem no interior das organizações, o trabalho qualitativo pode oferecer interessantes e relevantes dados” (GODOY, 1995, p. 63).

Somado a pesquisa qualitativa, utilizamos a observação participante, imprescindível nesta investigação, que aliada ao roteiro de entrevista e as próprias entrevistas, possibilita uma maior aproximação do campo da investigação. O que leva a uma propícia relação de “interação” entre pesquisadora e sujeitos “investigados” (GIL, 2002), bem como a uma aproximação ao campo.

Em relação ao lócus da pesquisa, escolhemos a cidade de Serra do Mel da qual fazemos parte como moradora, é aonde estão as mulheres da castanha. A Serra do Mel é composta por 23 agrovilas que receberam nomes de estados brasileiros e dentre elas a pesquisa foi realizada na Vila Goiás, onde estas mulheres residem e a pesquisadora. Diante do exposto, foi realizado um breve de trabalho histórico etnográfico na Vila Goiás, a despeito da relação do processo de trabalho e vida das agricultoras na castanha- pois nossa intenção não é apenas captar o que as interlocutoras dizem, mas enquanto pesquisadora, treinar o olhar para “radiografar” além do dito nas falas que as mulheres revelam, do que temos conhecimento e com isso captar as nuances do trabalho em torno do “gênero da memória” dessas agricultoras, conforme lembra Sardenberg (1998).

Desse modo, a intenção deste trabalho é captar de forma mais ampla a abordagem dos fenômenos sociais estudados, não centrando numa mera descrição e produzindo reflexões críticas sobre as vivências das agricultoras. A adoção dessa perspectiva, “pode, deste modo, ajudar a gerar novas teorias e novas questões para futuras investigações” (Ponte, 1994, p. 2). Portanto, para entender o presente, precisamos, além disso, realizar um esforço de compreensão do presente articulado as determinações do passado, proporcionando uma compreensão mais detalhada e profunda do caso particular do possível a ser investigado.

Dessa direção, Paulilo (1999, p. 140-141). nos ensina que “a vida olhada de forma retrospectiva faculta uma visão total de seu conjunto e que é o tempo presente que torna possível uma compreensão mais aprofundada do momento passado”. Contudo, entendemos que não é uma tarefa simples caracterizar um caso do possível dentre os vários, visto sua profundidade na pesquisa, uma vez que são inúmeros os desafios postos às questões de gênero no meio rural, pois temos mais acesso aos sujeitos e a seu universo do que a teoria pode explicar.

Assim, faz-se necessário apresentar que os sujeitos da pesquisa são agricultoras¹⁰ que trabalham com o manejo das funções na castanha de caju. Participam também da safra da castanha que geralmente acontece entre os meses de outubro a janeiro na propriedade de terra chamado lote e ainda desempenham outras ocupações no trabalho familiar, dos cuidados e domésticos. Portanto, diante das explicações, as agricultoras participam no corte, na apanha, na despeliculagem e na seleção das castanhas. Em termos de perfil e idade das mulheres, as participantes mais jovens estão na faixa etária dos 25 aos 29 anos, na faixa etária das adultas estão as que têm entre 31 a 46 anos, por fim, na faixa etária das mais maduras encontram-se as mulheres entre 58 a 69 anos.

No tocante à naturalidade, as agricultoras são potiguares¹¹ ou norte-rio-grandense, nasceram e moram no Estado do Rio Grande do Norte/RN. Oriundas de oito municípios diferentes: Carnaubais, Serra do Mel, Afonso Bezerra, Campo Grande, Alexandria, Santana do Mato, Areia Branca e Mossoró. Somente duas mulheres nasceram nas cidades de Areia Branca e Mossoró, as demais já moraram na localidade de origem e chegaram na Serra do Mel - Vila Goiás em busca de melhorias de vida e terra para plantar. Todas as entrevistadas são filhas de agricultores e possuem raízes rurais, os pais trabalhavam em fazenda de outros proprietários. Os/as genitores/as vendiam verduras nas feiras, criavam bodes, cabras, plantavam algodão, milho e feijão para o sustento do seio familiar.

Todas as mulheres residem na Vila Goiás e vivem da agricultura familiar e dela tiram o sustento financeiro aliado ao recebimento do benefício do Bolsa Família. Deste modo, queremos reafirmar que, em todas as ocasiões de referências às agricultoras, sempre utilizaremos nomes fictícios de personalidades potiguares, símbolos históricos de resistências e de lutas pelos direitos femininos (ver quadro de biografia no anexo VI). São

¹⁰ As mulheres rurais são público-alvo para que a pesquisa seja desenvolvida.

¹¹ De acordo com MULHER, e Cidadania. **Revista Leituras Potiguares**. Natal, marco, 2004, nº que no idioma tupi guarani significa comedor (a) de camarão, onde o Estado é grande produtor do pescado. Derivando assim o nome da tribo potiguara, onde pertencia a guerreira Clara Camarão.

mulheres que ousaram mexer nas estruturas da sociedade e que, por isso, são fonte de inspiração para o país, para a América Latina e todas nós. Disto isto, em relação às técnicas de coleta de dados com as informantes, utilizamos entrevistas semiestruturadas, conduzidas por um roteiro contendo perguntas abertas e fechadas. (apêndice I) para guiar o caminho.

E, diante de tudo que foi exposto, foi feito o convite às entrevistadas, explicamos os detalhes das entrevistas, permitindo esclarecer dúvidas caso surgissem. A partir de então, passaremos a caracterizar como se deu as entrevistas, minutos antes de cada encontro acontecer, ocorreu o momento de esclarecer em linhas gerais a finalidade da pesquisa, da gravação do áudio, rápida leitura das perguntas e entrega do TCLE, termos de uso de áudios e de imagens para ser assinados. Deste modo, as gravações duraram em torno de 50 minutos no geral, e destacando que três gravações tiveram mais de 1hora.

A saber, a população entrevistada reuniu um grupo de 15 mulheres. E, a princípio seriam entrevistadas 10 agricultoras devido às condições que se encontrava tanto pesquisadora quanto pesquisa: tempo reduzido de escrita, obstáculos enfrentados durante o mestrado como mudança de projeto, de orientadora, aproximação e leitura de gênero em contextos rurais, somando as deficiências no processo de formação da investigadora.

Então, dando continuidade, já tendo previamente marcado o dia das entrevistas, essas aconteceram de forma individual, a fim de garantir o sigilo profissional e, também, ética na pesquisa. De tal modo, importa relembrar que, o início da pesquisa se deu em 30 de agosto de 2023, em horários pré-agendados, mais precisamente às 17h. E seguiu em dias consecutivos, entrevistando duas mulheres por tarde, em local silencioso, num intervalo de 1h entre uma fala e outra, por causa do tempo disponível de cada agricultora, de melhor acesso as entrevistadas, não interferindo no andamento da rotina de trabalhos, em que as vidas dessas mulheres, sempre estão “*cheias de afazeres*”, como bem lembra Gringo (1997).

Nesse processo, as entrevistas foram transcritas em sua íntegra e contabilizadas quase 100 páginas. Depois, cruzou-se os dados de análise dos trechos para melhor dividir as categorias e subcategorias analisadas (ver apêndice IV) e frisando ser uma tarefa tanto desafiadora quanto prazerosa este processo de digitação e recortes das falas. Em todo o percurso, tínhamos a preocupação de digitar no word, numerar e datar o mais breve possível os relatos para não perder o sentido das transcrições, de tudo que foi *revivido*. De fazer observações na ficha de cada participante, bem como as impressões da

pesquisadora que em alguns momentos foram divergentes das informantes, a exemplo da cor das entrevistadas, pontuada na exposição do capítulo seguinte.

Ainda destacando como pensamos na divulgação dos dados, as agricultoras foram nomeadas com pseudônimos de mulheres potiguares, pioneiras na resistência e nas lutas feministas, como Nísia Floresta, Clara Camarão, Alzira Soriano, Celina Guimarães, Isabel Gondim, Auta de Sousa, Vilma Maia etc. Já sobre às técnicas de coleta de dados, utilizamos entrevistas semi-estruturadas, conduzidas por um roteiro contendo perguntas abertas e fechadas.

E o que mais chamou atenção ao término de cada entrevista, já íamos escrevendo no diário de campo, como destaca Torres-Filha (2020) é nele que a entrevistadora anota as ideias do que não foi apreendido na fala, o percebido, os *insights* captados no decorrer das entrevistas como as expressões comportamentais. Diferente, por exemplo, na apresentação das informações mais genéricas a respeito da escolaridade, estado civil, renda, cor e número de filhos/as que utilizou gráficos e tabelas para auxiliar na melhor organização e interpretação das informações coletadas e gravadas.

Voltando às entrevistas gravadas, essas foram digitadas no Word, salvas na nuvem, google drive e e-mail pessoal, onde possibilitou construir um quadro para a reflexão a partir das transcrições das falas. É importante salientar que a pesquisa não enfatiza somente a condição de *invisibilidade/subalternidade* dos afazeres das trabalhadoras rurais, como também mostra suas vivências coletivas, resistências, lutas e seu cotidiano como ressalta Vilma Piedade (2020), ou seja, as “*dororidades*” do trabalho e da existência feminina queremos compartilhar. Porque todas nós temos dores, mas é essencial ressignificar essas angustias e batalhas cotidianas.

Dessa forma, o trabalho com a castanha de caju constitui-se como um dos elementos para compreender as experiências das mulheres rurais vividas e representadas nos diversos atravessamentos de gênero. E junto desse contexto, pensar sobre tantos atravessamos que essas trabalhadoras enfrentam para refletir o lugar que as agricultoras moram, pois é a partir desse ambiente que se estabelece um modo próprio de ser, levando em conta tais dimensões as quais as rodeiam.

É inegável que a experiência dessas mulheres carrega consigo as marcas de histórias condicionadas por trajetórias de negação/resistência/afirmação [...]. Certamente porque muitos, sem experiência com a luta, sem mexer na terra, sem plantar a semente e, quem sabe, sem mexer com gente, muito menos, com mulheres camponesas, não se ativeram ao fato de que a experiência concreta

também é construtora de conhecimento, de vida no território, de reexistência. (GASPAREDO, 2017, p. 36).

Com isso, as mulheres constroem saberes que, muitas vezes, estão *invisibilizados*, não devidamente valorizados ou passado de geração em geração como por avós, mães, tias, primas, filhas, além dos costumes e das crenças. E nossa tarefa é perceber as nuances das experiências de vida, de trabalho, dos sentidos, dos significados para o conjunto de fatores apresentados enquanto parte da existência das mulheres.

Diante disso, temos de interpretar essas experiências vividas de cada mulher ao longo do caminhar, dar-lhes significados, valorizar os saberes ancestrais das agricultoras, passados de geração por suas bisavós, avós, mães, tias, vizinhas, irmãs, comadres, visto que “ora, ninguém no mundo se define ou é definido socialmente apenas pelo lugar que ocupa em um sistema ou modo de produção. Longe disso [...] somos um mundo e as relações sociais nas quais estamos inseridos” [...] (SARDENBERG, 2004, p. 28-29 destaque nosso) para pensar, para lutar e esperançar novos tempos e vidas.

Logo, a relevância da pesquisa para a comunidade científica, para universidade e para a sociedade possibilita problematizar esse universo das mulheres agricultoras, trazendo os marcadores sociais e de gênero relacionadas ao seu trabalho como estruturas organizada familiar, as quais caracterizam e marcam as pluralidades de sentimentos, os saberes e as experiências coletivas enquanto parte deste mundo. E na soma de tantas realidades coletivas, parece que quando as mulheres se juntam multiplicam-se as trajetórias reveladas de *sobrevivências*. É quando aprendemos a enxergar as mulheres ao nosso redor com suas histórias e muitas lutas, mesmo nas limitações, nas exclusões da vida, brotam sentimentos, saberes, resistências nas suas *trajetórias* e cabe a nós experienciar.

Desse modo, nosso objetivo, agora, é apresentar os desafios e algumas vantagens que o campo oferece, sendo primordial “transformar o estranho em familiar e o familiar em estranho”, nas palavras do antropólogo Malinowski (1976), para resgatar a relação vivida da pesquisadora nas Ciências Sociais e tentar desnaturalizar o familiar com vistas em conseguir entender a realidade local e conhecer melhor as entrevistadas a partir das contribuições do “olhar antropológico”. Ao lado disso, potencializar o privilégio epistêmico (de conhecimento e vivência).

Parece que o contato do dia a dia no lugar que habitamos torna-se “familiar” quando, incluídas/os num dado universo, passamos a adquirir costumes, crenças e hábitos

de uma determinada comunidade, onde esse conjunto de valores é produzido na interação de uns com os outros. Mesmo sabendo que toda pesquisa almeja uma certa objetividade e que nada tem a ver com neutralidade e sim com manter-se fiel ao grupo ao qual pertencemos. Isso de certo modo faz parte dos riscos e perigos de pesquisar o familiar, na relação que é necessário tornar-se “estranho” para produzir o distanciamento que a observação exige. Nesta busca de compreender o campo, cabe situar a visão da jovem pesquisadora de campo que se encontra numa íntima relação com as entrevistadas e a Vila Goiás.

Assim, corroboramos com o antropólogo Velho (1978, p. 39), quando afirma: “o que sempre vemos e encontramos pode ser familiar, mas não é necessariamente conhecido”. De fato, habituado/a cotidianamente às relações nas quais estamos inseridas/os num dado tempo/espaço, passam a existir nestas relações uma certa familiaridade, quando na verdade a ida à campo é que proporciona as “verdadeiras descobertas” do “desconhecido”. Embora acostumada a dada realidade, nem por isso deixamos de ousar refletir sobre a entrada da pesquisadora no campo, mas por ora é melhor expor as vantagens de ser moradora da Vila Goiás.

Nesse sentido, a vantagem em ser uma de “dentro”, conforme Patrícia Hill Collins (2016), é traduzida em privilégios e benefícios na aproximação e chegada às mulheres da castanha, justamente por estar no interior da comunidade. Visto que, sendo uma “estranha” para elas contarem suas histórias de vida talvez fosse mais complexo e desafiador. Destarte, passamos a destacar que na Vila Goiás existe o sentimento de coletividade, as agricultoras sabem que a pesquisa tem a finalidade de estudo, conhecem a pesquisadora e contribuíram de bom grado. Como parte do processo de troca de saberes mútuos, Alzira convenceu as mulheres mais tímidas a conversarem e Celina expressou a importância das trabalhadoras e o surgimento da oportunidade de falar, inspiração e *resistência* para outras mulheres:

Eu desejaria que todas elas tivessem a oportunidade que nós tivemos de compartilhar com você um pouco da nossa história, porque a gente se sente muito aliviada quando conversa com uma pessoa que pode contar um pouco da nossa vida, né, porque em muitas coisas a gente quer falar e não tem com quem, e de repente a gente tem uma oportunidade dessa, é muito boa! Desejaria que todas elas, mulheres, que pudesse vir e da essa pequena palavra com você, que viesse, porque é muito bom (CELINA, preta, 51 anos, solteira).

A trajetória de Celina não é diferente das demais entrevistadas que vivenciam marcas das *invisibilidades*, esquecimentos, e caminhos silenciados, por outro lado sua

fala evidencia o quanto uma conversa pode fazer a diferença na vida de outra mulher. Além de refletir que suas vidas e trabalhos importam, trata do fato de se sentirem valorizadas, tendo alguém que as enxerga, escuta seus desabafos, suas alegrias, as dores, a pluralidade de sentimentos e as experiências adquiridas na convivência com as demais mulheres.

Para tanto, é importante mostrar a diversidade de contribuições das trabalhadoras para a *cajucultura*, a Vila Goiás e a sociedade, porque nenhuma pessoa pode ser definida tão-somente pelo trabalho que executa, a labuta constitui apenas uma das dimensões da vida, lhes restando tantas outras grandezas de ser e existir, como assinala Sardenberg (2004). Cabe a nós, pesquisadoras comprometidas na igualdade de gênero, refletir acerca de histórias e da realidade, ao analisar também nossa existência. Isto é, de sermos mulheres que escrevem e acreditam em outras mulheres.

Destarte, retornando ao convívio pessoal no local da pesquisa, a aproximação das agricultoras e o observar este “familiar”, parafraseando, novamente, Velho (1978), possibilita fazer algumas “alteridades”. Mesmo na intimidade, esse conhecimento, porventura compromete as análises e descobertas, e estas descobertas podem “envolver dificuldades diferentes”, que para Velho (1978) estão relacionadas ao campo e a própria realidade e vida das agricultoras/moradoras/es.

Sobre as dificuldades da pesquisa, queríamos compartilhar que uma das mulheres de enorme sabedoria e história de vida, convidada para participar da entrevista, desistiu por medo de gerar algum problema no seu processo junto ao Instituto Nacional do Seguro Social- INSS. Apesar de explicar o intuito da pesquisa e que em nenhum momento iremos divulgar dados que a comprometessem, porque seu nome seria modificado e ninguém iria fiscalizar sua vida.

Ainda chegamos a afirmar que tudo que relatasse seria preservado enquanto condição ética e de sigilo profissional, e que ela conhecia a pesquisadora e sua participação seria estritamente para fins acadêmicos, mesmo assim a convidada recusou, então agradecemos a cortesia por nos ouvir e deixamos o convite para que em ocasião oportunas de divulgação da pesquisa, na Vila Goiás, ela possa somar junto as outras mulheres e conferir o retorno do que se produziu com as informações coletadas. A convidada disse ainda que sua filha alertou para não dar entrevista, enfim, lamentamos, porque as agricultoras detêm saberes e vivências na pesca e na castanha, esta mulher em específico era rezadeira, aprendeu diversas curas com sua mãe e gostaríamos de socializar as histórias do seu cotidiano.

De fato, o cotidiano e a familiaridade estão próximos da vida social que não “enxergamos” alguns detalhes. Porque o cotidiano se apropria do tempo de pensar e refletir nossas próprias ações. Daí a necessidade da investigação mais detalhada que irá diferenciar nas análises, o mesmo fenômeno poderá ser interpretado de maneira diferente, porque:

... a minha subjetividade está presente em todo o trabalho [...] na medida em que volto constantemente a reexaminar a pesquisa e mesmo a revisar o local de pesquisa. Desta forma a minha interpretação está sendo constantemente testada, revisada e confrontada [...] o estudo do familiar oferece vantagens em termos de possibilidade de rever, e enriquecer os resultados das pesquisas. De qualquer forma o familiar, com todas as suas necessárias relativizações é cada vez mais objeto relevante de investigação [...] em perceber a mudança social não apenas ao nível das grandes transformações históricas, mas como resultado acumulado e progressivo de decisões e interações cotidianas (VELHO, 1978, p. 44-46).

Tocar na objetividade é entender que no processo de construção do conhecimento a interpretação subjetiva da pesquisadora e envolvimento com as participantes estará presente, bem como das impressões feitas do campo em que o estudo do familiar ajuda rever equívocos teóricos e pessoais para o enriquecimento da pesquisa, onde as contribuições do local e sujeitos podem desvendar tudo isto. Significa encontrar explicações a partir da observação de como as mulheres agricultoras têm suas feridas e resistências. Este mesmo convívio do “familiar” cria interações ao permitir um certo companheirismo entre entrevistadora e entrevistada e maior aproximação das participantes para que se sintam à vontade de falar as suas histórias.

As entrevistas possibilitaram compartilhar nossas *dororidades* da vida coletiva, como destaca Piedade (2010). Gostaríamos de frisar que o contato de entrevistadora-entrevistada e ao mesmo tempo moradora-vizinha suscitou um misto de emoções, de sentimentos e de descobertas entre ambas as partes envolvidas, que se fosse uma *outsider within* “forasteira de dentro”, novamente, parafraseando Hill Collins (2016), talvez nem trouxesse este grau de interesse, de proximidade, de confiança e disposição mútua para falar das partilhas, dos trajetos e das trajetórias invisíveis das trabalhadoras da castanha.

Contudo, tivemos o cuidado de não atrapalhar a rotina das informantes. A exemplo de Nísia, que minutos antes de começar a entrevista perguntou se seria breve pois ainda iria passar na casa da sua mãe para vê-la e estava próximo da janta, por isso não poderia demorar. Porém, ao reviver as lembranças do passado, as alegrias e os sentimentos diante da vida, a conversa alongou e a entrevistada afirmou: “minha filha, tenho muita história

para contar, cabe no livro” (NÍSIA, preta, 61 anos, casada, aposentada). Sentíamos a empolgação dela, sua vontade de compartilhar com outras mulheres tantas histórias, as dificuldades, as dores, mas sempre com o sorriso no rosto. Uma mulher que aprendeu mesmo a duras batalhas a enfrentar os obstáculos e encontrar motivos para continuar a sonhar por ela, pela mãe, avó, irmãs, tias, filhas/os e as/os netas/os. É tanto que decidimos distinguir (entre parênteses e em itálico) os risos inesperados, os choros de desabafos e dores vividas, mas também de momentos prazerosos ao dar uma palavrinha (*risos*), como disse Alzira, apresentando suas emoções que enriquece a escrita.

Um ponto de destaque é que algumas entrevistadas ao realizarem o exercício de “mergulhar” nas *vivências*, tiveram dificuldade de se expressar e certos “esquecimentos” e sequência dos acontecimentos. Nesses casos foi possível descrever e perceber a linguagem não verbal, tal como comportamentos, olhares, gestos e posturas, questões que complementam a escrita e reflexão para além do registro formal. Ainda relacionado às impressões das entrevistadas, quando as informantes relatavam os trabalhos que executam, descreviam nos mínimos detalhes as jornadas intensivas e extensivas das suas participações nas lidas. Agora, sobre as trajetórias de vida pessoal, apresentando quem são elas, várias relataram superficialmente, até com certas dificuldades em relembrar, então ajudávamos a refletir melhor, e ao perceber que não se sentiam à vontade seguíamos com outra pergunta do questionário (Apêndice II). Portanto, essas impressões de ida a campo podem ser comparadas ao “ritual do corpo”, estudo feito pelo antropólogo Horace Miner (1973) sobre o ritual de preparação não apenas da pesquisadora mais também das entrevistadas em seguir os procedimentos que uma pesquisa científica e acadêmica exige. Como é o caso da informante Nísia em organizar as suas emoções, da Celina em trazer risos, leveza e firmeza em suas palavras ou da Clara Castro que no dia da entrevista tomou banho, se arrumou, chegou perfumada, relatou ter usado uma roupa “melhorzinha”.

É pertinente lembrar que os gestos do corpo revelam e demonstram atitudes e práticas construídas e vividas por determinadas pessoas, grupos, comunidades e sociedades. Ou seja, reflete a disposição das agricultoras em contribuírem com suas narrativas e do quanto são importantes, diríamos, referências para todas nós por possibilitar que a sociedade e universidade as conheçam, saibam das suas *sobrevidências*, do quanto o ato de falar é motivo de acontecimentos, pois cotidianamente a vida delas é feita de rotinas e mesmo assim reservaram um tempo para a entrevista e tiveram a preocupação de não atrasar na hora combinada.

A realidade das mulheres trabalhadoras, mães, algumas solo, e chefes de família inicia cedo com a labuta na *despeliculada*, depois vêm os afazeres da casa e à noite fica quase inviável entrevistá-las. Então a solução encontrada foi utilizar o intervalo de tempo entre à tarde e antes do anoitecer. De antemão não encontramos na Vila Goiás lugar disponível para conversar, no posto de saúde teria de pedir autorização e ficava longe para as trabalhadoras se locomoverem. A escola pela manhã e pela tarde encontra-se ocupada, e outros prédios comunitários são habitados por famílias. Então a saída foi utilizar a casa da pesquisadora, diante da impossibilidade das entrevistas aconteceram na residência das mulheres, seja pela quantidade de pessoas em volta, das crianças, ou até mesmo pelas condições desfavoráveis de barulho e comprometimento na gravação do áudio para transcrição.

Cabe ressaltar que treze agricultoras possuem laços familiares, graus de parentesco como: mães, tias, filhas, primas, cunhadas, noras e sogras. E as outras duas mulheres são vizinhas com vínculos afetivos que foram sendo estabelecidos. Fica evidente as fortes relações que elas construíram, Alzira frisa que na Vila Goiás considera a comunidade quase família em relação aos outros lugares que cada pessoa vive por si, individualmente na correria do dia a dia. Na comunidade prevalece a assistência, quando alguém precisa, chega uma vizinha e faz campanha para os/as moradores e famílias/as mais necessitadas.

Para a estudiosa Regina Mioto (2010), o conceito de família ou como prefiram nomear, “familismo”, pode ser entendido enquanto consanguíneo, parentesco e afetivo. Compactuamos com essa tendência de enxergar as novas relações e inúmeras possibilidades da instituição familiar (co)existir à sua maneira, e nos dias atuais não cabe compreendê-la em um único formato de constituição, transpondo o horizonte temos famílias homoafetivas, monoparentais, chefiadas por mulheres e as tradicionais heteronormativas (*idem*, 2010).

A família, além de ser o lugar do convívio, da solidariedade, das primeiras formas de contato, do fortalecimento de laços construídos nas interações, porventura pode apresentar conflitos, condições delicadas ao tocar em determinados assuntos, como a vida conjugal de marido e mulher e relações entre pais e filhos/as. Questões que se fazem presentes na vida das entrevistas, pois existe um grau de parentesco entre a maioria delas e todas se conhecem. Tanto que foi necessário em certos momentos parar a gravação para respirar, beber água e conter as emoções (*choros*) de Clara Camarão, Clara Castro e Zila.

Visto que certas dores guardadas machucam ao serem relembradas. À respeito disso, Piedade apresenta o conceito de *dororidade* afirmando que:

Dororidade pode definir um lugar de afeto, da reflexão sobre a realidade, da emoção, apontar para o que podemos dar umas às outras (incluo aqui toda a humanidade em uma nova e mais completa ideia de comunidade) no cenário da miséria espiritual e material que paira sobre todos nós na atualidade [...]. Dororidade histórica, precisamos praticar cada vez mais [...] (PIEDADE, 2020, p. 13-14).

Dororidade pode ser traduzida na palavra empatia com o próximo, é a emoção não contida, o sentimento, o afeto e o conselho compartilhado, as experiências vividas que refletem em cada pessoa. Como também na oferta de apoio amigo, é a escuta que se precisa praticar para entender a realidade das mulheres, esse conceito potente e esclarecedor soma aos relatos que as agricultoras compartilham. Ao longo da conversa, Zila apresentou uma dor ao tocar no assunto do ex-casamento (*choros*), lembrando do período de bastante sofrimento quando ficou viúva e viu-se com uma filha pequena para cuidar e sem emprego estável. Todavia, teve a sorte de ser acolhida por sua mãe e padrasto. Destacamos que a entrevistada não seria obrigada a relatar as emoções que as deixavam constrangida e preferia esquecer, mas se pudesse compartilhar sua trajetória, agradeceríamos, porque quantas histórias essas mulheres trazem consigo de muitas *invisibilidades*. E para compreender tais realidade, é preciso então conhecer seus universos de morada.

2 TRAJETO DE VIDA: RESGATANDO O LUGAR DE MORADA

(...) “É preciso dizer como habitamos o nosso espaço vital de acordo com todas as dialéticas da vida, como nos enraizamos, dia a dia, num canto do mundo.”
Gaston Bachelard

Ao começar este trajeto, é preciso falar, em linhas gerais, do nosso “lugar de morada”, das serras, dos cajueiros, dos matos e da “despeliculada” para *sobreviver* nessa familiar relação entre agricultura e terra. Lugar esse que, há 37 anos, a pesquisadora habita e, por coincidência, possui a mesma idade de emancipação política da cidade de Serra do Mel. Assim sendo, é primordial abordar o lugar de origem da investigadora, uma vez que não é fácil produzir um certo distanciamento do ambiente no qual se cria raízes devido à convivência comunitária. E é por ter nascido na cidade que toda essa relação de vivência na Vila Goiás parece ser tão familiar.

Dessa forma, é necessário ressaltar que o contexto relatado nesta pesquisa, muitas vezes, se mistura com a história da pesquisadora e da trajetória de vida e de trabalho das suas tias, da avó, da bisavó e da mãe. Assim como as entrevistadas, as mulheres da família da entrevistadora também trabalham com a castanha e chegaram à Serra do Mel com sonhos parecidos aos das entrevistadas: possuir casa para morar, terra para labutar e água para plantar.

Ao apresentar essas primeiras narrativas, é imprescindível reforçar que as histórias de vida dos familiares da observadora também fazem parte das trajetórias de *sobrevivências* das entrevistadas. As tias, as avós, a bisavó e a mãe da pesquisadora não puderam aproveitar a infância, pois trabalhavam na colheita do algodão, do milho e do feijão, em propriedades privadas, na cidade de Lucrécia-RN. Já em Serra do Mel, essas mulheres residiram primeiramente na Vila Rio Grande do Sul e depois na Vila Goiás.

Ademais, com relação à escolaridade, elas não foram muito longe nos estudos. As avós e as bisavós da pesquisadora são analfabetas, algumas tias concluíram o ensino médio e a mãe (Neta) parou de estudar no ensino fundamental, não finalizou essa etapa, pois se casou e precisava trabalhar na terra para continuar vivendo da agricultura, realizar serviço doméstico não remunerado, dar assistência no cuidado familiar e educar os dois filhos. A título de curiosidade, a avó materna e as três tias possuem propriedade, mas, no

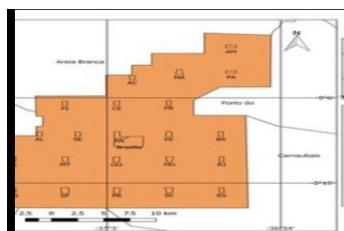
documento da terra, o nome que consta como dono é o do esposo. Dito isto, a mãe da entrevistadora não conseguiu lote mesmo construindo família, e as existências dela e das demais mulheres entrevistadas poderiam ter sido menos sofridas se trabalhassem no seu lote. E, por fim, a avó materna, a avó paterna, as tias e a mãe se aposentaram como agricultoras.

Outrossim, embora a realidade dos familiares da pesquisadora seja similar à das entrevistadas - são todas mulheres que casaram jovens, tiveram filhos e vivem cheias de ocupações dentro e fora da casa - todo esse trajeto e essa trajetória anterior têm uma ligação direta ou indireta na vida das informantes, dos familiares da mestrande e da própria observadora, numa forte conexão relacional, como nos lembra Maia (2004).

A investigadora é uma exceção à regra. Desde cedo, ela procura lidar com os desafios de morar na zona rural e com as muitas dificuldades na formação, isto é, a carência financeira, de acesso à tecnologia, a dependência de programa governamental-como de assistência estudantil, política de cota e bolsa/CNPq-que a possibilitem estudar, continuar no acesso e na permanência da Universidade Pública, permitindo-lhe, assim, desenvolver esta pesquisa.

Dito isto, antes de iniciar a apresentação das trajetórias das mulheres agricultoras da castanha de caju, primeiramente, é pertinente situar os leitores e as leitoras acerca do campo de estudo, ou seja, sobre a contextualização histórica de morada e de vida das participantes que foram entrevistadas. O local da pesquisa possui algumas peculiaridades: é uma região que fica entre o semiárido e o litoral potiguar. Antes de sua colonização, já era conhecida pelos caçadores como Serra do Mel.

Assim, a cidade, segundo o último censo do IBGE (2022), possui uma área territorial de 620, 241km², o número de moradores/as com uma população de 13.091 habitantes e uma taxa de escolarização da população, de zero a 14 anos, é de 97,8%. Quem nasce no município de Serra do Mel recebe o gentílico de serramelense. Adiante seguem fotos ilustrativas desse belíssimo lugar, onde as interlocutoras vivem, para entendemos seus lugares de falas (Ver mapas I e II abaixo).



Fonte: IBGE (2025)

Fonte: GOOGLE MAPS (2025)

Serra do Mel, pode-se dizer, é um misto de belezas naturais, com paisagens das serras, dos cajueiros e dos parques eólicos, os quais trouxeram a presença das empresas multinacionais¹², e com elas, a geração de emprego e até os problemas ambientais e sociais. Além das belezas naturais, a cidade também é vista como grande produtora de mel e, mais recentemente, de petróleo. Porém, toda esta riqueza não chega na zona rural, em particular, na Vila Goiás. Por outro lado, no início dos anos 1970 o desejo de implementar o sonho do “projeto de vidas” em Serra do Mel, o qual foi idealizado, para a cidade, numa ambiciosa Reforma Agrária, que em sua plenitude não se concretizou por vários motivos, seja nas falhas da administração ou mesmo nos rumos que levaram ao desenvolvimento do lugar. A gênese do Projeto de Colonização partiu da gestão do governador do Rio Grande do Norte na época, Cortez Pereira, entre os anos de 1970 a 1974, mas somente concluído no ano de 1982 com a ocupação de quase todas as vilas rurais:

Nesse período foi, também, iniciada a sua implementação com a ocupação das cinco primeiras vilas: Guanabara, São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul - na região das Serras do Mel e do Carmo no estado do Rio Grande do Norte [...]. Os primeiros anos da década de 1970 se distinguem, com relação às políticas públicas para o setor rural, como um período de consolidação do discurso desenvolvimentista e da adoção - por parte dos governantes nordestinos - das ideias defendidas pelos baluartes do Desenvolvimento Rural Integrado [...]. Dentre estes denominados "novos e inusitados projetos" inclui-se o Projeto de Colonização Planejada da Serra do Mel que se configurava em um monumental e ousado Projeto [...] que deveria figurar como marco inicial da política de reestruturação econômica do setor agrícola do Rio Grande do Norte [...] (LILIAN LIMA, 2003, p. 3).

O Projeto de Colonização, ao impulsionar a agricultura e a economia do RN, provocou um aumento nas exportações dos produtos agrícolas no projeto desenvolvimentista. Nesse projeto, os governantes nordestinos almejavam acabar com os vazios populacionais no campo, inserindo medidas urgentes de modernização e de

¹² E com os parques eólicos que expandiram em Serra do Mel, tem-se o grande desmatamento nos lotes, derrubam os cajueiros que é o meio de sobrevivências das mulheres agricultoras (es) e toda população local, a cajucultura, ou seja, prejudica na matéria-prima e nos ganhos da agricultura familiar. Além de trazer uma série de outros problemas sociais, econômicos, culturais e Ambientais. Soma-se a isso os impactos que são poucos discutidos com os moradores (as) e suas respectivas organizações sociais, (sindicatos, associações, conselhos comunitários, cooperativas) e entre outras do âmbito coletivo, extensivo também ao público em geral. Além desses fatores, os estudos são insuficientes a respeito dos impactos na saúde humana, animal e ambiental causados pelos empreendimentos eólicos.

reestruturação dos estados frente a outras regiões do país. Assim, Serra do Mel foi escolhida para fazer parte de um projeto como uma amostra da Reforma Agrária seguida no Oriente Médio e almejada na Constituição Federal/88.

Além do acesso à terra, um dos princípios da Reforma Agrária, contidos na CF/88, é oferecer condições de permanência e produção para o consumo familiar no campo e na cidade, pois as bases da estrutura fundiária tem como objetivos promover o acesso e a distribuição de chão no Brasil, contrapondo a propriedade rural extensa, a monocultura, a exploração da mão de obra escravizada, a apropriação e a concentração dos latifúndios, vestígios esses presentes ainda do período de colonização do país e da herança eurocêntrica¹³.

A real intenção da Reforma Agrária é possibilitar a desapropriação de terrenos improdutivos para redistribuir terra para agricultores e agricultoras sem-terra e, a partir dessa propriedade, as famílias podem tirar o seu sustento através da produção da agrícola familiar. Sendo, difícil, com isso, construir um país mais justo, sem uma ampla, ousada e radical Reforma Agrária, conforme Torres-Filha (2020), que responda as necessidades das mulheres e dos homens do campo, portanto, somos favoráveis para que esta fulcral Reforma Agrária seja concretizada.

Diante dessas demandas e da situação que se encontrava os/as moradores/as rurais, no campo, da década de 80 aos dias atuais, no dia a dia há uma luta da população contra sua exclusão histórica do direito de acesso à terra, de sua autoafirmação, de organização em parcerias com setores da igreja católica, como pastorais da terra e outros grupos que lutam por justiça social. Dessa forma, as trabalhadoras e os trabalhadores do campo criaram formas de resistência, como estratégias entre mulheres e homens, movimentos sociais, dentre eles o MST, o qual se estabelece em defesa da vida, da agricultura, do meio ambiente sustentável para as gerações futuras ao resgatar a função social da terra, de trabalho e lugar de moradia.

O sonho do Projeto Planejado, como ficou conhecido em Serra do Mel, tinha metas e objetivos definidos, que o configurava entre um grande e ousado empreendimento para além dos custos financeiros que o Estado dispunha na década. E para cada meta encontrada, a solução definida era buscar saídas antecipadas para os possíveis problemas que viessem dificultar o acesso das famílias à terra, à permanência nas vilas e aos lotes, como assinala Lima (2003).

¹³ A ideia da Europa e seus elementos culturais, idiomas constituir o centro de referência para todo o resto da humanidade seguir.

As metas idealizadas para Serra do Mel não foram colocadas em prática por uma série de fatores estruturais que deixaram de ser priorizados: faltou nas equipes que operacionalizaram a capacidade de dialogar, faltou diagnóstico para conhecer as reais demandas dos agricultores e das agricultoras, enfim, faltou uma maior capacidade de adaptar o projeto as condições do campo. A respeito disso, concordamos com Torres-Filha quando afirma que se “a política de reforma agrária fosse mais organizada e levasse em consideração determinadas especificidades sociais, políticas e culturais dos assentados e assentadas” (2020, p. 117), a realidade seria outra. Se fosse colocada em prática a análise desses fatores citados pela estudiosa da área, sem dúvida, os/as moradores/as teriam maior potencialidade de suas demandas atendidas.

Com isso, faltou capacidade e estratégia política mais efetiva dos responsáveis pelo projeto para criar condições de efetivação da proposta de assentamento e condições de trabalho. Como, por exemplo, hortas comunitárias, quintais produtivos, projetos de extensão e assessoria rural que capacitem para que os/as moradores/as não precisassem se submeter à lógica perversa e exploradora da indústria da castanha e de seus proprietários e nem viver numa situação que falta o básico para a dignidade humana.

À vista disso, o projeto de Serra do Mel não foi suficientemente amplo para anteder as necessidades do conjunto de trabalhadoras e trabalhadores rurais que viviam naquela região, inclusive as próprias entrevistadas. Um exemplo disso também são os pais e as tias da pesquisadora, que até para se aposentar necessitam dos documentos agrários de um parente ou vizinho que empreste a escritura da propriedade para garantir o que é de todos/a por direito enquanto assentados/as, pois boa parte dos latifúndios concentram áreas rurais no Brasil.

Posto isso, o modelo de assentamento de Serra do Mel visou uma certa uniformidade e padronização na sua construção, sem levar em conta, necessariamente, as características socioambientais da região que podem variar, seja de a indispesável água para as famílias plantarem e da ausência de possíveis intervenções governamentais realizadas ou apenas idealizadas para os “novos” espaços agrícolas.

Assim explicitado as falhas no processo de implantação da Reforma Agrária em Serra do Mel podemos buscar compreender como se encontra nos dias de hoje. Um exemplo disso é como as agrovilas se organizaram na sua forma de desenvolvimento e na forma de cultivo da agricultura com o passar dos anos, procurando atender aos negócios da agroindústria e favorecer a lucratividade do capital, infelizmente, em prejuízo dos interesses coletivos dos/as agricultores/as e de toda a comunidade-interesses esses que

realmente deveriam prevalecer, como bem salienta Torres-Filha (2020). Assim, a referida autora alerta para como a política agrária no Brasil se desenrolou ao longo dos tempos em termos de estrutura macrossocial. Torres-Filha questiona se realmente essa política visa a inclusão dos agricultores e das agricultoras - como maiores condições de acesso à terra, ao crédito, à morada e ao sustento familiar por meio da agricultura - ou simplesmente visa atender aos interesses da agroindústria da castanha. Diante dessa conjuntura, a maior parte das dificuldades acontecem pelo complexo acesso ao território, além da difícil organização para reivindicar por direitos políticos, básicos e essenciais à vida.

Tomando como exemplo, em Serra do Mel nem sempre a política rural visa um integrado desenvolvimento para atender a satisfação de necessidades coletivas nas mais variadas esferas da vida (social, cultural, econômica), e sim, o que houve foi uma mudança desencadeada pela reestruturação das relações sociais. O campo não ficou imune a essa realidade ao interesse de lucratividade, assim criando e segurando condições de expansão do capital, como ressalta Torres-Filha (2020). Não é exagero dizer que essa realidade de transformação capitalista foi transferida para o setor agrícola. Como refletido anteriormente, essa política também começou a ser implantada em Serra do Mel foi tido como sustentáculo da política administrativa do RN que busca a afirmação do mercado da agroindústria que,

[...] tinha como meta a implementação de cinco vultuosos projetos agro-industriais rurais que permitiriam solucionar, segundo o discurso de seus idealizadores, os problemas econômico-sociais do Rio Grande do Norte. Dentre os visionários projetos agrícolas idealizados pelo governo Cortez, o Projeto de Colonização Planejada da Serra do Mel foi um dos poucos - mesmo constituindo-se em um dos mais vultuosos - a ser efetivamente concretizado. Este fato, somado as peculiaridades próprias do Projeto (extensão geográfica, ousadas metas a que se propunha, minúciosidades de sua estrutura e rapidez extrema de implementação) destaca-o em meio às ações e projetos governamentais do período (LIMA, 2003, p. 3).

No setor da agroindústria, os outros projetos que incluíam a chapada do Apodi, Cerro Corá, Boqueirão e Canguaretama, regiões pertencentes ao RN, não tiveram a mesma adesão da economia e da produção do cultivo da cajucultura. Embora o governador fosse um administrador ousado, pode-se dizer ambicioso nas suas empreitadas, não poupava esforços para conseguir subsídios no exterior a fim de aplicar ideias bem-sucedidas em outros países a realidade local da região, mas, aos poucos, basicamente as demandas iniciais do projeto original deixaram de ser atendidas.

Um exemplo disso, é o caso do trabalho cooperativo familiar e comunitário. Em todas as vilas, a formação visava que a produção atendesse ao sustento familiar e aos pequenos produtores, e não apenas a comercialização dos produtos destinados à agroindústria. Por conseguinte, o governo tentou reproduzir em Serra do Mel, inspirado no modelo de assentamento Moshavi-Israel um projeto para conter o famoso êxodo rural, as disparidades loco-regionais, por meio do incentivo financeiro em nível interno de produtos agrícolas da região.

Esse projeto representou uma tentativa de possibilitar que o homem e a mulher do campo tivessem meios para plantar, colher, complementar a renda e viver da agricultura familiar, ou seja, dar condições de permanência às famílias na zona rural, houve uma correlação entre o trabalho agrícola com as novas tecnologias e culturas na “participação do trabalho assalariado”, como aponta Torres-Filha (2020). Isso busca compreender como agricultura familiar visa garantir a satisfação das demandas do agricultor e da agricultora a partir da produção para o próprio consumo e da comunidade, que de modo geral busca preservar a intrínseca relação com a terra, e também um excedente da produção que atende às necessidades das famílias na cidade. Este modelo exige que seja preservada a base social e material de se relacionar com a terra e com o meio ambiente. Para Torres-Filha nos mostra a necessidade de compreender a importância da agricultura familiar para a sociedade brasileira:

No Brasil, a agricultura familiar surge como uma forma de produção alternativa à monocultura e ao latifúndio do período colonial, fortalecendo-se com os impactos sociais, culturais e ambientais ocasionados pela “Revolução Verde” a partir da década de 1950. Antes conhecida como “pequena produção”, começou a ser delimitada mais fortemente nos anos de 1970, consolidando-se na década de 1990 (TORRES-FILHA, 2020, p. 123).

A ênfase da pesquisadora é mostrar a importância da agricultura familiar e que ela poderia ter sido consolidada como uma política de Estado, porque ela seria uma tentativa de superar os modelos tradicionais no campo que privilegiavam a monocultura e o latifúndio, favorecendo a produção de pequenos e pequenas produtoras, que convivem com práticas de cultivo em tradições passadas de geração a geração e que permitiriam o fortalecimento entre campo e cidade.

Ao moldar as extensões das relações no campo, “ao mesmo tempo em que é proprietária dos meios de produção, a família assume o trabalho no estabelecimento. Isso não impede, porém, que alguns membros da família trabalhem em outros

estabelecimentos agrícolas”, como sustenta Torres-Filha (2020, p.125). No caso das mulheres que se encontram entre os afazeres da casa, que trabalham no lote e na safra, elas ultrapassam as extensões das relações estabelecidas e executadas no seio familiar, embora todas as suas labutas ainda possam configurar-se enquanto “ajuda”. É conveniente ao capital criar essas demandas para se apropriar da força de trabalho das mulheres, do lazer, do tempo livre que é reduzido, e associado a isso, dificultando sua participação na militância e nas lutas.

O projeto de Serra do Mel surgiu para solucionar a dimensão geográfica, dificuldades naturais de acesso à terra e à água. Esse projeto deveria atender as demandas e possibilitar condições de moradia para que os/as agricultores/as não precisassem deslocar-se para outra vila e cidade. Posto isso, cada vila dispunha de: creche, associação, escola, posto de saúde, casa e cisterna em toda habitação, chafariz comunitário, armazéns construídos para o cultivo da cajucultura, alimentos plantados, como milho, feijão, mandioca, frutas, verduras etc. Além disso, era necessária a vinda de professores/as, de engenheiros agrônomos, de técnicos e de enfermeiras para o suporte necessário de assistência à saúde e à educação nas vilas:

A dimensão geográfica do Projeto era, para a época, de proporções extremamente amplas [...] localiza-se na região entre as Serras do Mel e do Carmo... abrangendo 60.000 ha em terras. Essa região, descrita [...] como "verdadeiro vazio demográfico", caracterizava-se [...] por suas grandes extensões de terras pouco, ou nada habitadas, e de difícil acesso devido aos seus peculiares aspectos naturais. O Projeto previa a construção de 22 vilas rurais mais uma vila administrativa, obedecendo a seguinte estrutura: "As vilas rurais teriam em média 64 casas residenciais, um armazém de produção, um galpão de máquinas, um depósito para água, uma escola em uma área com 26.000 m² reservados para usos diversos. Previa, também, que além do lote destinado à produção agrícola, o colono receberia uma casa que deveria comportar seguinte estrutura: "... sala, dois quartos, e cozinha, em construção de alvenaria. As instalações sanitárias, fundamentais para a saúde e o bem-estar dos moradores, foram deslocadas para fora do corpo da habitação" (LIMA, 2003, p. 13-14).

Assim sendo, as 23 vilas rurais foram construídas e cada uma recebeu o nome de um estado da federação brasileira, com exceção da Vila Guanabara, que ainda possui a denominação em alusão à fusão do estado da Guanabara para o estado do Rio de Janeiro, durante a Ditadura Militar (1964-1985). Já a Vila Tocantins e o assentamento Carajás pertencem ao município de Porto do Mangue e foram construídos para proporcionar o melhor desenvolvimento de Serra do Mel e da agricultura por meio dos lotes.

Além disso, os lotes continham originalmente mata e cajueiros para possibilitar a plantação e a permanência das gerações futuras na localidade. Nesse contexto, as terras ainda pertenciam, na época, a Carnaubais, Assu, Areia Branca e Mossoró-RN, e, logo depois, a cidade teve sua emancipação política. E as Vilas Brasília e Rio Grande do Norte, com o passar dos anos, urbanizaram-se. Dessa forma, o projeto de Serra do Mel foi um novo município do RN, o único a ter sua origem a partir de uma área de assentamento de trabalhadores/as sem-terra no Estado e surgiu

Em 1970 [...] só foi implantado em 1972, a localidade já era conhecida pelos caçadores [...] em virtude da grande quantidade de mel silvestre produzido pelas abelhas existentes na região. [...] Projeto estimulador da prática do cooperativismo e da agroindústria com a cultura do cajueiro. [...] localizado numa área onde o sertão e o litoral se encontram [...]. Dividido em vilas comunitárias de produção [...]. Sua economia [...] voltada para a exportação de castanha de caju. No dia 13 de maio de 1988, de acordo com a Lei nº 803, Serra do Mel conseguiu sua autonomia política, teve suas terras desmembradas de Assú, Areia Branca, Carnaubais e Mossoró e tornou-se um novo município do Rio Grande do Norte [...] (IBGE, 2022).

Em Serra do Mel, as principais fontes de renda dos/das moradores/as são obtidas por meio do beneficiamento da castanha, da agricultura familiar e da recente produção de energia eólica e solar das empresas multinacionais. Na época de sua ocupação, a cidade começou a ser presidida basicamente por trabalhadores desempregados da industrialização das salinas (Porto Ilha) da cidade de Areia Branca¹⁴, localizada no litoral do RN, conhecida por Costa Branca. Esses mesmos trabalhadores se juntaram às agricultoras e aos agricultores - os quais eram chamados colonos (nome dado aos primeiros moradores que chegaram na localidade por causa do projeto de colonização), vindos de outras cidades vizinhas do Oeste-potiguar que não tinha terras - e trabalhavam nas propriedades de terceiros e ajudaram a fundar Serra do Mel.

Antes de sua fundação, a população conhecia essas terras como Serra do Mel ou Serra do Carmo, segundo Sousa (1991). Já era rota de destino dos caçadores, lugar com bastante presença de animais de pequenos e médios portes, isto é, peba, tatu, tamanduá, veado, porco do mato, ribaçã, avoante, e, contraditoriamente, quase nada da existência de água, daí eles adaptar-se às condições ambientais. Na atualidade, por causa do desmatamento, do crescimento da cidade, dos parques eólicos e solares e da falta de água, é raro encontrar demais bichos além de peba.

¹⁴ Cidade litorânea, vizinha a Serra do Mel, maior produtora de Sal do Brasil, 95% de todo consumo vem dela.

Pode-se dizer que a água se tornou o fator determinante para o cultivo da cajucultura se adaptar entre o semiárido e litoral potiguar e a outras localidades do Nordeste. Por outro lado, Serra do Mel era abundante em grande quantidade de mel silvestre das abelhas encontradas na vegetação ainda preservadas, servindo tanto para consumos regionais quanto para exportação.

A Serra não possuía, praticamente, moradores. Um ou outro, muito raros, moravam nas suas bordas, perto de algum ponto de água [...]. A ideia de aproveitar agricolarmente aquela área tão grande, encravada entre duas regiões salineiras, Macau pelo lado Sul, e Areia Branca pelo Norte, era razoavelmente antiga [...]. Nos anos setenta, as salinas sofrem uma intensa modernização nas técnicas de colheita e transporte do sal, deflagrada por injeções do capital estrangeiro. A mecanização dispensou mão-de-obra que, não encontrou de imediato possibilidades de realocação [...]. É considerando essas duas realidades, a da existência de um vazio demográfico e a da existência de um vazio ocupacional que produzido pela mecanização das salinas, que o Projeto Serra do Mel vai ser criado. (SOUZA, 1991, p. 36- 38).

Um dos determinantes para ocupação da Serra era o impacto do intenso processo de modernização nas salinas que substituiu a mão de obra humana por máquinas. Cerca de 95%¹⁵ de todo sal produzido no país sai das terras potiguares, os outros 5% ficam no Rio de Janeiro, visto que é um produto indispensável para a preparação dos alimentos e das comidas. E com as inovações tecnológicas, os salineiros não tinham mais serviços tradicionais e meios de sustento por conta do forte investimento financeiro do capital no setor da indústria das salinas. Igualmente, os trabalhadores que ficaram desempregados foram beneficiados, receberam uma casa com quintal, cisterna e lote. Os lotes foram construídos com acesso para estrada carroçável (de chão) a fim de os moradores/as irem às suas propriedades trabalhar e apanhar castanha na safra:

Os lotes agrícolas têm todos **50ha**, dos quais **25 conservados em mata**, como área de reserva, **10 deslocados para o plantio de cultura de subsistência** e **15 ha ocupados com cajueiro**. É assim que dizia o Projeto Original. Na verdade, exceção feita às cinco primeiras vilas colonizadas, nenhum colono mais recebeu os 10 ha para subsistência, chamados de “**faixa-branca**”, destocados e em condição de plantio. (SOUZA, 1991, p. 40 destaque do autor).

Ao todo era 1.196 lotes¹⁶ no espaço original, a proposta de origem era que, diante da posse da terra, os colonos deveriam conservar uma parte da vegetação original, e o

¹⁵ De acordo com o site. Disponível em: <https://www.salinor.com.br/a-empresa/>.

¹⁶ Recebidos pelos primeiros habitantes, os colonos, nome este em referência ao projeto de colonização, os lotes plantados de cajueiros, em espaçamento de 10m x 10m, no sistema quincônico, perfazendo 1.725 pés em cada lote, distribuídos em 69 fileiras(carreiros) com 25 plantas em cada. Originalmente, portanto, o

restante da terra, preparada para plantar, ficava por conta dos/as agricultores/as. E, assim, as primeiras vilas foram colonizadas. Já os demais moradores, ao conseguirem lote, deveriam fazer o bozó, podar, destocar, “encoivarar” a mata bruta, ou seja, trabalhar e preparar o chão para o cultivo do caju e deixar a terra fértil/produtiva em suas propriedades.

Os anos se passaram e apenas poucos colonos entre os que receberam as primeiras propriedades ainda estão com a posse dos lotes e morando nas vilas rurais. Muitos foram habitar na Vila Brasília e na Vila Rio Grande do Norte em busca de acesso a hospital, mercado, Centro de Referência da Assistência Social-CRAS, banco, correio, lotérica, restaurantes, lojas, lazer, etc, visto que as duas vilas são da zona urbana e uma série de demandas da vida cotidiana são resolvidas nelas.

A distância de uma vila para a outra é de 5km, por causa da distribuição dos lotes, como apresenta Sousa (1991, p. 40) e enfatiza na sua pesquisa: “da vila mais ao norte, a Amazonas, à vila mais ao sul, a Rio Grande do Sul, ou à mais sudoeste, Guanabara, dá 45 km [...] ao todo, o Projeto tem 61.450 há”¹⁷. Essas terras eram, na década, devolutas, constituindo terrenos públicos que não tinha proprietários, utilização ou nenhuma função social e/ou inexistência de produto que expandisse a indústria locoregional:

Para incorporar esse vazio à área produtiva era necessário a intervenção do Estado [...]. Levado pela dinâmica da reprodução capitalista, que impõe a necessidade do alargamento do mercado, o Estado pensa o Projeto de Colonização de Serra do Mel e do Carmo. Deste modo, torna-se possível a instalação e expansão de uma indústria da castanha de caju, pela garantia da matéria-prima. (SOUZA, 1991, p. 40-41).

Desse jeito, nasce a indústria da castanha de caju, com a chegada de fábricas na Vila Brasília e demais vilas entre a década de 80/90, além da criação de cooperativas para o beneficiamento e a venda de produtos do ramo. Há também a presença de empresas na cidade vindas do Ceará, estado produtor de caju e castanha, as quais exportavam dos lotes as caixas de cajus para fazer polpa, suco, o que, ao mesmo tempo, também intensificou a produção e exportação desses produtos e derivados elevando a produção e a economia da cidade.

Logo depois dessas mudanças, a indústria passa a priorizar o trabalho avulso com famílias mais “autônomas”, sem vínculo empregatício e trabalhista. Além disso, ocorre o

¹⁷ projeto dispunha de 2.063.100 cajueiros plantados em 17.940 hectares. Para maiores informações, consultar Sousa (1991).

¹⁷ Dado de 1991, disponibilizado no estudo realizado por Sousa na sua dissertação de mestrado.

fechamento das fábricas e, mais recentemente, da principal Cooperativa dos Beneficiadores Artesanais de Castanha de Caju do Rio Grande do Norte-Coopercaju, fundada em 21/07/1991. Além disso a cooperativa Coopercaju foi o resultado de um importante investimento e de organização dos pequenos produtores e trabalhadores (as) da região: tinha uma boa parceria e relação de prestação de serviços tanto para os associados-beneficiadores (as) quanto para os produtores que exportavam itens do caju e derivados da castanha. A Coopercaju se configurou numa grande referência em âmbito local, regional, nacional e internacional, mostrando que, por longos anos, deu certo a experiência do trabalho com direitos garantidos, prestando serviços aos seus sócios e, ao mesmo tempo, aos pequenos produtores e, também aos grandes negócios.

Além disso, a Coopercaju era uma importante fonte de renda dos moradores e de grande destaque no RN, pois além de exportar, tinha toda uma preocupação com a qualidade final das mercadorias, com os associados e com a geração de emprego para alavancar a economia e levando o nome da cidade até mesmo em nível nacional e internacional. Ademais a cooperativa empregava várias famílias, tinha funcionários/as, e dispunha de grandes parcerias para financiamento como o Banco do Nordeste-BN, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social-BNDES, numa verdadeira simbiose entre agricultura familiar e produtores.

Mas a realidade da cooperativa não permaneceu nessa lógica de parceria por muito tempo, terminando por dar espaço para uma outra forma de relação com a agroindústria fragilizando a sua atuação. Por fim, a Coopercaju, com o passar dos anos, também foi perdendo sua base mais social familiar e o próprio caráter de uma cooperativa, dando espaço para a lucratividade na comercialização da castanha e seus derivados. E com isso, a dinâmica da castanha vai se dando cada vez mais nas vilas através do prevalecimento do trabalho autônomo, desregulamentado. É o caso da Vila Goiás, onde não existe trabalho em cooperativa, organizações sociais como sindicatos, conselhos comunitários ou associação em funcionamento, regulando os direitos do trabalho e das trabalhadoras/es, como lembra Torres-Filha (2020).A seguir apresentaremos ao/as caros/as leitores/as o conjunto que compõe a etnografia da Vila Goiás.

2.1 Informe histórico/etnográfico da Vila Goiás

Diante desse resgate histórico e de um esforço de caracterização da Serra do Mel, é necessário destacar uma das vilas que apresenta um significado especial por ser

simultaneamente nosso local de moradia e o lócus da pesquisa. A Vila Goiás, um ambiente que desperta um sentimento de pertencimento e que compõe a minha (nossa) identidade de agricultora que tem raízes rurais, ser mulher parda, feminista, extrabalhadora da castanha é pertencer a este lugar “socialmente diferenciado” (TAYSE SILVA, 2021, 32), e que faz parte da investigação realizada com as agricultoras, a Vila Goiás está:

[...] situada no centro da segunda faixa de vila [...] e próxima, a 5km, da Vila Brasília, sede da administração do Projeto, e, hoje, do município, é a vila mais central, porque encruzilhada de muitos caminhos. Essa situação é antiga; antes do Projeto o local onde hoje a vila se situa era conhecido com O xis. (SOUSA, *apud* CRISPINIANO, 1991, p. 30).

A Vila Goiás possui uma localização, de certa forma, privilegiada, colocando-a próxima da vila Brasília e da vila Rio Grande do Norte, zona urbana em que se encontra o melhor acesso à saúde, à educação, à infraestrutura, ao comércio e ao trabalho. Em termos de população a Vila Goiás estima-se, mais ou menos, em 277 habitantes e 139 domicílios, sem contar com as residências fechadas. Essa estimativa de residentes foi fornecida pela agente comunitária e por meio dos prontuários de saúde que cada família possui como registro no hospital.

Disto isto, devido a tantos desafios (será detalhado adiante), se a Vila Goiás fosse mais longe do centro da cidade, a vida se tornaria mais complexa. Para Sousa (1991), a Vila Goiás é rota de muitas encruzilhadas, isto é, possibilidade de trafegar para qualquer outra área, seja pelo Norte, ao Sul, ao Leste e ao Oeste, por isso ser chamada de “o xis”.

Dessa forma, por sua localização a vila facilita o deslocamento das pessoas como ponto de carona, os táxis vêm buscar e deixar passageiros/as de Mossoró, encomendas das transportadoras devido à melhoria de acessibilidade por causa da construção da estrada da castanha em 2019 (antes o acesso se dava por meio de estrada carroçal ou de chão); essa rodovia liga Carnaubais a algumas vilas, passando em sentido ao centro da cidade e finaliza o acesso em Areia Branca. Então, pode-se dizer que a maior vantagem de morar na localidade é a situação geográfica dos/as moradores/as, que não estão alheios e fazem parte da realidade.

Todavia, dentro dessa realidade, a Vila Goiás em termos de locomoção é complexa, não existe transporte popular de acesso a todas as vilas e para cidades vizinhas, isto é, Areia Branca, Carnaubais e Acú, embora já tenha existido um ônibus coletivo com destino a Mossoró, o qual levava os moradores/as para resolver as demandas. Depois,

com o desenvolvimento da cidade de Serra do Mel, surgiram os táxis particulares, que, de certa forma, trouxeram uma dependência de veículo, visto que a população se vê obrigada a possuir determinado meio de locomoção pessoal para circulação local: carroça, bicicleta, sendo os mais práticos e os mais utilizados o veículo e a motocicleta.

Nessa perspectiva, apresentando o contexto geográfico da comunidade, podemos fazer uma relação com a condição de transporte das informantes, pois quatro agricultoras das 15 entrevistadas possuem automóveis, ou seja, um carro para uso pessoal e familiar visto a necessidade de mobilidade e outras sete mulheres têm motocicletas. Deste modo, os habitantes são obrigados a comprarem um meio de transporte. Por fim, quatro trabalhadoras não dispõem de carro ou moto, embora seja possível encontrar uma ou duas motos pertencentes ao seu grupo familiar, ou então os/as moradores/as oferecem caronas, porque na Vila Goiás as pessoas conhecem umas às outras e a prática da carona, ajuda é cultural.

Ademais, em relação ao sistema educacional da Vila se dar da seguinte forma: uma escola na localidade que funciona nos turnos da manhã e da tarde, com ensino infantil e fundamental, com turmas multisseriadas, nesse modo, uma professora ensina séries diferentes aos alunos/as na mesma sala¹⁸. A Vila Goiás é um polo e recebe crianças além da própria comunidade, das Vilas Minas Gerais, Rio de Janeiro, Espírito Santo, Mato Grosso, e os estudantes vêm nos ônibus escolares municipal.

À noite, o colégio da Vila Goiás conta com o público da Educação de Jovens e Adultos (EJA); já os alunos do ensino médio vão para a Vila Brasília, na zona urbana de Serra do Mel a única escola da cidade que atende a essa demanda. No que diz respeito ao ensino superior, duas pessoas da comunidade cursam faculdade privada, sendo disponibilizado um ônibus de segunda a sexta, manhã e noite para os/as universitários/as irem a Mossoró, saindo da Vila Brasília, o lugar mais próximo e acessível aos estudos. E na realidade da pós-graduação, apenas a pesquisadora faz o curso de mestrado em universidade pública.

Dito isso, a estrutura criada no projeto de colonização foi pouco a pouco desativada, tanto pelas condições de funcionamento, quanto pelas más administrações, condições de vida de parte da população, assim, com relação à creche, encontra-se cedida para residentes que não têm onde morar, e os dois prédios da antiga associação encontra-

¹⁸ Para melhores explicações da realidade escolar na vila Goiás, foi produzido o trabalho de Conclusão de Curso-TCC da Especialização em Educação e Contemporaneidade/IFRN, cujo título chama-se: “Educação em Gênero e Formação Docente na Escola Municipal Vila Goiás/Serra do Mel-RN”.

se ocupados. Inclusive duas das entrevistadas habitam com suas famílias nesses dois prédios que são da comunidade. Cabe frisar que, essas duas mulheres não possuem casa própria. Para concluir, 13 entrevistadas têm moradia, duas mulheres saíram do aluguel e construíram suas residências. Fora isso, a antiga fábrica, mais conhecida por galpão, está abandonada, servia de casa de farinha e para guardar a produção de milho, feijão, melancia, mandioca e, ainda, de local para festas ou mesmo para as pessoas buscarem água no estabelecimento.

Além disso, o chafariz comunitário, fonte de água para a população há décadas, parou de funcionar. E o posto de saúde, várias vezes, teve de ser reformado, para abrigar as famílias sem-teto. Com a construção das casas financiadas pela Caixa Econômica, os moradores saíram do espaço, recentemente ocorreu uma obra e agora, a cada 15 dias, há médicos e outras demandas são atendidas no posto, como, por exemplo, atualizar os dados do Bolsa Família- para facilitar a vida das moradoras/es, a equipe do CRAS vai até o posto de saúde para evitar aglomerações. No presente momento está sendo construído a Unidade Básica de Saúde-UBS polo Vila Goiás. No mais, todas as demandas relacionadas a média e alta complexidade à saúde da cidade se concentram no hospital da Vila Brasília, pensando nesses fatores condicionantes e determinantes de acessibilidade da população aos serviços disponíveis de saúde, é o caso do lazer.

Em termos de lazer, a Vila possui um campo de futebol e uma quadra de esportes. Ainda inexiste área de repouso, parquinho para as crianças, academia pública para os jovens e os adultos se exercitarem e cuidarem da saúde mental-corporal (a academia existente é privada. Geralmente, as mulheres caminham na estrada de lotes ou na pista da castanha, próximas aos transportes. Quando precisam realizar festas tradicionais no São João, fazem rifa ou bingo beneficente, usam justamente a quadra e o salão da vizinhança. Anualmente, conforme as necessidades, acontece a festa da padroeira na igreja Nossa Senhora dos Impossíveis ao lado da quadra, é o momento em que reúne a população e é ponto de encontro das famílias, visitantes, amigos e conhecidos (a igreja evangélica fica do lado da católica).

Assim, o pequeno comércio funciona da seguinte maneira: detém três lojas em variedades de utensílios de casa, de roupas e de perfumes que as moradoras vendem enquanto autônomas da Avon, da Natura e do o boticário. Nos finais de semana que existe demanda, algumas habitantes fazem comida para vender como sopa, caldo e canja. Ainda sobre os negócios, existe pequenas mercearias, bodegas e mercadinhos.

Após essa breve explicação da Vila Goiás, detalharemos a seguir ainda as formas de trocas no comércio, em volta das agricultoras, das suas vidas e de seus trabalhos. Mostrando de como as mulheres se desdobram no ganho do seu sustento e da família. Sobre o assunto das vendas de alimentos, roupas, perfumes, algumas entrevistadas como Maria Oliveira, Vilma e Myriam desejam colocar um negócio para elas e as irmãs, só que no ramo da castanha, para não depender tanto do serviço árduo da safra e da “*despeliculada*” e ter algo mais estável, na própria casa.

Por exemplo, a entrevistada Lucy vendeu roupas e perfumes, quando solteira, juntamente com suas irmãs para pagar as contas e não depender dos pais, porque é acostumada desde criança a trabalhar, manter-se e comprar o que precisa. Então, para ratificar as análises, seguem as palavras dela: “só que depois que eu vim pra cá, parei de fazer muita coisa, não dá certo!” (LUCY, parda, 27 anos, agricultora). Ela interrompeu as vendas nem tanto por escolha, mas por necessidade, casou muito jovem, teve obrigação de focar no trabalho da castanha, da casa e no cuidado dos três filhos e de um enteado. Com isso, somando todas as labutas, é uma sobrecarga de responsabilidades e de consumo de tempo de trabalho aviltando sua vida, conforme apontado por Toneli (2008), sequer restando alguns momentos para o próprio cuidado, descanso ou lazer no final de semana.

Outra participante da pesquisa, Maria do Santíssimo, revende utilidades de cama, mesa e banho com o seu pai para conseguir uma renda extra e para não depender do trabalho na castanha, uma vez que não existe nenhuma garantia, pois só ganha se produzir, ou seja, é um lucro incerto, além de ser precário. E com as vendas das mercadorias, ela ajuda o pai doente:

“Eu tinha muito desejo de ter um negócio só meu, uma loja, alguma coisa, sabe [...] eu e ele (pai) coloca o dinheiro da gente pra investir e eu revendo pra mim e ele. A gente viaja pra São Bento/PB [...] pega produto de cama, mesa e banho, e revende, pra fazer um dinheirinho por fora, ajuda muito” (MARIA DO SANTÍSSIMO, parda, 25 anos, casada).

O pai da entrevistada, justamente com ela, revendia redes, cortinas, tapetes etc. E o que se tornou decisivo para colocar o pequeno negócio foi porque o genitor encontrava-se em condições de saúde debilitada e não podia trabalhar na castanha ou agricultora. Como na comunidade, existe bastante demanda por produtos de cama, mesa e banho, as moradoras preferem comprar na mão de Maria do Santíssimo, para não ter de se locomover até a Vila Brasília ou viajar a Mossoró, configurando, neste sentido, como se fosse uma espécie de ajuda mútua típica do interior. Maria do Santíssimo, além de pensar

na saúde do seu pai, cuida das demandas da casa, do marido, e ainda tem a responsabilidade de educar os dois filhos, por meio dos lucros da castanha como micro empreendedora.

Portanto, os sonhos das mulheres agricultoras da Vila Goiás são parecidos com os de Maria do Santíssimo, de Maria Oliveira, de Vilma e de Myriam, pois elas querem construir o próprio negócio, uma vez que conseguir um emprego de carteira assinada é pouco provável em tempos de precarização em todos os sentidos da vida, desse modo, a solução para o problema encontrado por elas tem sido o trabalho de forma autônoma no ramo da castanha.

Ainda relacionado ao pequeno comércio, as mercearias, mais conhecidas de bodegas, abastecem os/as moradores/as e as famílias com o básico. E por não existir grande variedade de produtos, os alimentos tornam-se mais caros. Com isso, a população compra o que falta nos supermercados da Vila Brasília, na feira aos domingos ou em Mossoró. Ademais, é válido ressaltar que não existe padaria ou lanchonete funcionando na comunidade.

Diante da realidade, continuaremos a refletir sobre as vivências das mulheres agricultoras, na qual configura uma parte da dinâmica social que compõe as trajetórias desses sujeitos enquanto protagonistas que *despeliculam* suas vidas de estratégias cotidianas e reexistências comunitárias. De tal modo, com tanta ausência do básico, Myriam teve a ideia de faturar um dinheiro a mais e ajudar as pessoas da vila com sobremesas e gelados.

De acordo com a entrevistada, os moradores/as solicitavam a compra desses alimentos e nenhum comerciante vendia, então ela resolveu tentar. Segundo Myriam, ela vende as seguintes sobremesas: “vendo sorvete, açaí, picolé, essas coisas, acho que tá com uns três anos que comecei a vender. Penso em vender quando tiver um jogo, porque é uma vila, né, tem que se deslocar pra comprar, aí tendo na vila, o pessoal já compra” (MYRIAM, 35 anos, branca, casada).

No mesmo sentido, outra entrevistada encontrou uma alternativa para *sobreviver*, para atender às necessidades da família e da Vila: “Tenho um comerciozinho [...] começamos a vender pouquinho, a gente come, se meus fio tem precisão, leve, ali eu vendo, se chegar na minha casa, se precisar eu dou também e, nunca me faltou!” (NÍSIA, preta, 61 anos, casada, aposentada).

De certa forma, Myriam e Nísia pensam em quem precisa; em primeiro lugar, no coletivo, depois, vem o lucro, tendo no dia a dia a prática da boa vizinha que aprenderam

convivendo com os pais, as tias, as irmãs e os moradores da zona rural, e elas não visam somente o faturamento. Os negócios para elas possuem um valor simbólico, conforme Bourdieu (1989), uma vez que o sentido de camaradagem para a vida dessas mulheres é materializado nas trocas entre as vizinhanças, seja por meio de alimentos, dos favores, das ajudas recíprocas nos cuidados uns com os outros e do vínculo estabelecido ao próximo a partir da *vivência* tão íntima ao longo do tempo. A partir do nosso entendimento, é comum tais ações acontecerem no interior e zona rural em que as pessoas se conhecem, e na Vila Goiás isso é fortemente presente:

[...] Nós trabalha fazendo as comida, cachorro quente, um bucado de coisa. Eu acho que tá com uns 3 anos, porque teve aquelas doença, né? Aí nós paremos... aí agora acho que vamos continuar a fazer. Às vezes eu fico meio estressada, mas aí eu ajudo. (AUTA, preta, 46 anos, casada). Entrevista concedida à autora em: 30 de junho de 2023. (1h e 20 min).

O Natal Solidário é um evento que constrói laços comunitários de solidariedade. Há três anos, junto do seu esposo, Auta promove um dia especial para as crianças da Vila Goiás, arrecada patrocínio financeiro dos moradores/as com o poder aquisitivo maior, dos empresários local e da vila Brasília, bem como têm apoio de alguns políticos para realizar as brincadeiras, jogos, prêmios e comidas para todas as crianças até 12 anos de idade. Dessa forma, entendemos que esse gesto de solidariedade acaba sendo materializado e celebra o verdadeiro espírito natalino, na partilha e na convivência, que, mesmo diante dos desafios postos à comunidade, o que não falta é disposição dos organizadores para fortalecer as construções dos laços afetivos, de solidariedade, de camaradagem, dos interesses grupais, além do parentesco sanguíneo.

Embora seja cansativo preparar todo o evento, como frisa Auta, de conseguir anunciar em carro de som informando da dinâmica seguida, é um trabalho em que a entrevistada entende como doação, o que pode contribuir, de sua parte, na melhora da convivência entre as pessoas, reunir algumas mães e pais de famílias, ver o sorriso das crianças, alegres e felizes, é gratificante, vale muito o espírito fraternal. Portanto, o natal nos convida também a refletir nossas ações para com próximo e que atos de solidariedade começam no dia a dia em que se vive e na política da boa vizinhança.

Auta ainda relata que chegaram a perguntar se ela e o marido vão se candidatar a políticos, vereadores ou líderes comunitários, por fazer ação social e trabalho voluntário e o que vão ganhar com isso?! De forma sintética, ela responde que tem prazer em ver as pessoas felizes, apenas gosta do que faz, sente-se bem ao proporcionar um momento

diferente de lazer, uma vez que as pessoas da comunidade têm quase sempre a mesma rotina do dia a dia, e se pode ajudar, ela faz de coração. Ainda cabe ressaltar o depoimento de uma entrevistada que vai ao encontro das ações de Auta:

... Tem momentos que a gente ver uma mulher passando pela dificuldade, né, a gente começa a conversar uma coisa, a gente muda a vida daquela pessoa, né, porque eu creio que eu já fiz isso muito, porque eu gosto muito de, de...os meninos dizem assim: “mãe, a senhora acabe com esse negócio de chegar nos cantos e vir uma coisa, e a senhora se meter” (CELINA, preta, 51 anos, solteira).

Assim sendo, a política da boa vizinhança na Vila Goiás é colocada em prática por meio dos cuidados, do lazer e dos conselhos, muito bem exemplificados no relato de Celina. Para ela, uma palavra amiga pode fazer toda a diferença na vida de uma mulher, pois, por causa da rotina com tantas demandas, as mulheres tendem a ser ignoradas, e talvez não sejam compreendidas nas suas existências e demandas. Cabe ressaltar, ainda, que a entrevistada mostrou como vale a pena estender a mão e solidarizar-se com as dificuldades e dores do/a outro/a, de mostrar que todos/as são importantes à sua maneira, e a cada dia, espalhar, pelo mundo, atitudes e gestos de empatia iguais aos de Celina.

A *solidariedade* entre as mulheres ocorre por meio de ajudas tecnológicas, em situação de doença, nos cuidados das crianças e dos doentes, na oferta de carona, ao prestar uma ação social às famílias necessitadas como a criação de rifa, de bingo, de feijoada, de cesta básica etc, dando sentido às práticas sociais na relação entre trabalho e cotidiano. A respeito disso, concordamos com Agnes Heller (2008, p.17) quando nos ensina que “a vida cotidiana não está ‘fora’ da história, mas no ‘centro’ do acontecer histórico: é a verdadeira ‘essência’ da substância social. (...) as grandes ações não cotidianas que são contadas nos livros de história partem da vida cotidiana e a ela retornam”.

Concordamos com o pensamento da autora, em que as ações *cotidianas* de trocas e favores de Myriam, de Nísia e de Auta são parecidas ao estudo desenvolvido pelo antropólogo Mauss (2003) quando pesquisa as relações e prestações de favores e trocas interna feitas por grupos de pessoas nas suas comunidades, o qual chama essa relação de “ensaio sobre a dádiva” e nomeia então de reciprocidade. Mauss ainda procura explicar as origens das trocas: dar, receber e retribuir não existe meramente num gesto de interesse mercadológico, e que o real sentido dos favores, solidariedades estão na coletividade dos grupos e da comunidade a qual representa as ajudas desejadas de um povo ou vila, por

exemplo, no tempo da castanha em que existe maior demanda e passa vendedores ofertando vários produtos.

Justamente no período da safra, os moradores contam com poder aquisitivo de compra por causa da castanha, passam representante de porta a porta vendendo frutas, verduras, ovos e comidas. Assim sendo, a primeira entrevistada relata que encontra bastante demanda e pedidos de culinária como tipos de sopas dos habitantes da Vila Goiás para comprar, segue o comentário dela: “o pessoal pede muito mode eu fazer, pra vender, canja, arroz de leite com paçoca, que eu já vendi, eu fazia em Mossoró, aqui no período da igreja também eu fiz uns dias [...] (CELINA, preta, 51 anos, solteira).

Celina assinala que as pessoas gostam bastante de suas comidas e que ela faz com amor, e só não torna regular as vendas no decorrer do ano devido cuidar da sua mãe, por trabalhar com castanha e ainda fazer faxina para complementar a renda da família. Depois da safra, ela enfatizou que os pedidos para fazer comidas, por parte dos moradores/as, reduzem, porque estes não contam mais com o dinheiro da safra da castanha. Embora, no restante do ano, surgem vendedores de comidas, de móveis e de cesta básica e outras mercadorias na Vila Goiás.

De certa forma, essas vendas ainda fazem parte do contexto das trocas, dos favores, num lugar de tamanha dimensão geográfica, tanto os moradores/as quanto os/as vendedores/as dão assistência uns aos outros como podem para além dessas necessidades. Esse tipo de solidariedade acontece nas relações estabelecidas há tempos atrás através da utilização coletiva de comunicação.

E na continuação das trocas, temos o exemplo na relação ao uso da tecnologia feita na Vila Goiás, a comunicação antigamente ocorria por meio de cartas, os moradores tinham que ir buscar as correspondências nos correios, mas geralmente, sempre um vizinho, conhecido, amigo ou parente trazia, como todos se conheciam. Além dessa rede de apoio, nos anos 90 e começo de 2000, surge a TELERN¹⁹. A empresa instalou um telefone comunitário, o qual tinha uma tabela de preços, e os usuários pagavam por minutos de ligação, o/a responsável que trabalhava enquanto atendente, esperava passar os minutos do tempo que seria para chamar o parente desejado ou retornava à ligação.

Depois surgiram os orelhões públicos, em seguida os telefones residenciais e, mais recentemente, as operadoras de celulares. Em 2010, começou a instalar internet via rádio,

¹⁹ Foi a empresa operadora de telefonia do sistema Telebras no Estado do Rio Grande do Norte antes do processo de privatização em julho de 1998.

de maneira bem precária, o sinal piorava quando chovia devido aos vários usuários conectados ao mesmo tempo. Então, em 2019, houve o aumento e maior acessibilidade do processo de mudança da internet via rádio por fibra óptica e quem não possui internet na casa, o/a vizinho/a, o/a amigo/ ou familiar compartilha a senha do “*wi-fi da vida*”.

Ainda na apresentação da breve etnografia da Vila Goiás, a realidade de desafios do viver das moradoras/trabalhadoras se mistura com os contrastes de tantos empasses locais. Ou seja, não é possível que passem dias, meses, anos, décadas e nenhuma solução seja encontrada, viável para a realidade da Vila e o sofrimento que a ausência de benefícios coletivos pode causar na existência das pessoas. É necessário encontrar uma saída juntamente com o poder público para mudar o cotidiano, como, reunir-se com a Companhia de Águas e esgotos do Rio Grande do Norte-CAERN, cavar mais poços, fazer irrigação por gotejamento, criar parcerias com as multinacionais de energia eólica e solar instaladas na cidade, uma vez que o ideal seria pagar a conta de água e chegar o líquido nas casas para o consumo e a agricultura.

Outro possível caminho seria a comunidade se reunir com a governadora e apresentar proposta e cobrar solução, pois não é uma demanda ou caso específico da agricultora Nísia, da Auta e da pesquisadora, e sim de toda uma comunidade, vila e cidade que necessita dessa organização e prioridade sobre a questão, já que a água também é indispensável à vida.

Se existisse água suficiente as campões poderiam plantar, colher e vender, nas feiras, os alimentos sem agrotóxicos, o que fortaleceria a agricultura familiar, os produtos orgânicos. Porém, a realidade é outra, o problema não é de hoje, é desde a fundação da cidade. Ninguém paga água, mas também “não tem”. Em 2021, a Vila Goiás passou um ano sem cair uma gota d’água nas cisternas. Isso é um “esquecimento” das autoridades políticas de modo geral, de enxergar como encontra-se a situação de vida/trabalho/lazer das mulheres, mas o que não falta é a clássica promessa de campanha dos candidatos/as para organizar o abastecimento da água por meio de reuniões com a CAERN para tomar “conta” da água e, assim, historicamente, tem continuado no ciclo repetitivo das “velhas chagas sociais”.

E por parte dos/das moradores/as, já houve abaixo-assinado para denunciar a situação para o governo do Estado, da péssima condição da água que estava chegando ao poço da Vila Rio de Janeiro, a qual não dava para cozinhar ou beber, e até o presente momento da pesquisa, nada mudou. É inadmissível colocar a culpa na condição

geográfica da Serra do Mel, isso não torna motivo suficiente para tanta dificuldade, mas converte-se um problema social que deve ser prioridade política de qualquer gestão.

Os/as moradores/as sofrem demais porque precisam comprar água em Carnaubais e outras cidades vizinhas, é tanto que, quando perguntado às entrevistadas sobre os principais obstáculos encontrados na Vila Goiás, as respostas foram unâimes: em primeiro lugar, falta de água; em segundo lugar, trabalho, em terceiro lugar, lazer, uma vez que a vida gira em torno da água e, inclusive, a própria agricultura. E por fim, para melhor exemplificação, enfatiza Clara Camarão e Celina:

Falta tanta água, tem só quando chove, quando passa a chuva a gente passa até de 6 mês sem água e quando vem água não é de qualidade, péssima e, que eu gostaria que fizesse um poço, porque todo mundo saciava né! Suas casas, ou mesmo que pagasse, mas tinha água (CLARA, parda, 69 anos, viúva)

A água a gente tinha que comprar, né o sofrimento aqui é grande! O que plantar dar, mas é aquela aguinha choradinho de uma loça, uma ropa. A gente tem vontade de plantar, mas para morrer de sede, ou a planta ou a gente! (NÍSIA, preta, 61 anos, casada, aposentada)

Aqui tinha como a gente plantar e colher, né! Pra melhorar a situação da gente [...] porque fruta aqui dar de tudo quanto a gente plantar, toda qualidade de planta nessa terra dá, agora o problema é a água que não tem pra gente fazer isso, né! (CELINA, preta, 51 anos, solteira)

O relato de indignação de Clara Camarão, Nísia e Celina, mostra o quanto o problema é antigo e parece que nada muda, tudo permanece igual na realidade das mulheres agricultoras, parafraseando Kergoat, porque, se tivesse água para plantar, a qualidade de vida dos/as moradores/as seria outra. Então, a luta é para que a CAERN assuma a distribuição e toda população pague o que consome, tendo água para os moradores plantaram. Perceber as desafiadoras especificidades locais e adequar as demandas reais da população são os pontos principais de qualquer gestão e direito de todo cidadão que depende da terra para viver e dela trabalhar.

A entrevistada Celina toca no cerne da questão. Na vila Goiás, tudo que se planta floresce, só precisa de água para as mulheres poderem ter uma horta comunitária, quintais produtivos, vender os produtos da agricultura familiar nos supermercados, configurando numa renda extra. Com isso, entendendo que para obter qualidade e estilo de vida mais saudável, é fundamental consumir frutas, verduras e legumes sem agrotóxico, além de incentivar o trabalho da agricultura familiar (WOORTMANN, 1992).

Desse modo, as agricultoras e os moradoras/es, sem exceção, são obrigadas/os a possuírem mais de uma cisterna para as tarefas cotidianas, que só aliviam mais de comprar

água, bem como de andar na carroça com tambor de água quando a chuva cai nas bicas. Na Vila Goiás, o carro-pipa do exército vinha abastecer, com água, a cisterna da casa de número 21, local onde morava o antigo presidente da associação, o qual repassava o líquido para a população.

Todavia, a operação carro-pipa teve de parar a distribuição por falta de um representante comunitário ou qualquer morador/a que assinasse e se responsabilizasse pela distribuição d'água. Com isso, acabou ainda mais prejudicando o processo de plantar e colher da população local. Por fim, com o olhar de gênero sobre a divisão sexual e social do trabalho quem mais sofre com as escassezes são as mulheres. Porque não houve uma verdadeira política de irrigação, sustentabilidade, mas colocaram pessoas para ocupar o vazio demográfico, isto é, plantar, produzir, ocupar, sem de fato ofertar para além da mera *sobrevivência*.

2.2 Vivências afetivas e comunitárias

De tal modo, dando sequência às apresentações e no intuito de continuar às características da Vila Goiás, os/as primeiros/as moradores/as, em sua grande maioria, venderam os lotes e as casas e foram morar em outras cidades e na Vila Brasília por três motivos: em busca de melhores condições de vida, de saúde e de acesso a lazer, e até mesmo por conta de todas as complicações descritas de morar numa vila. Com a partida dos primeiros moradores, a população foi se renovando com os filhos dos colonos, como netos, bisnetos que aqui habitam e trabalham. Então, para ratificar os principais problemas encontrados na Vila Goiás, seguem alguns relatos das mulheres que vivenciam cotidianamente as dificuldades a seguir:

Era para ter uma fabricazinha para as mulher trabalhar já que tinha antes, nera! [...] tem minhas filhas que é mais nova (NÍSIA, preta, 61 anos, casada, aposentada)

Deveria ter um artesanato para as mulheres, porque tem muitas delas que só ficam dentro de casa. Aqui tem muita gente com habilidade, mas não tem um canto, não tem um apoio. (ZILA, parda, 42 anos, solteira)

Eu acho assim, que deveria ter mais incentivo ao esporte, para as mulheres, né? Melhorasse mais a saúde, a água, também o trabalho, né? (MYRIAM, branca, 35 anos, casada)

Eu queria que tivesse assim... uma associação de mulher pra trabalhar sob castanha, é, sobre doce, rapadura, né! Menino; eu creio que dava certo, viu!

Tem bastante mulher pra isso, só falta se organizar e planejar pra fazer, né!
(CELINA, preta, 51 anos, solteira)

Selecionamos cinco importantes falas para ratificar o que tínhamos apresentado anteriormente, enquanto também inserida na comunidade, fiel ao seu grupo e, ao mesmo tempo, que está “dentro e fora” para perceber as nuances do cotidiano, em que as mulheres confirmam problemas similares. Do mesmo modo, discutimos em cima dos trechos que expressam a realidade das agricultoras que desejam uma vida melhor para elas e todos/as outros/as moradores/as.

Celina salienta a existência de muitas mulheres que tudo sabem fazer na Vila Goiás, do trabalho leve ao pesado, como bem frisa Paulilo (1986), e o que na verdade carece, é de organização²⁰ independente da assistência do poder público ou do interesse de terceiros como empresários e ONGs. Ainda complementa Cisne e Santos (2018, p. 113), lembrando que isso também,

[...] reflete o comodismo de algumas mulheres que não participam nem se organizam politicamente em associações, sindicatos, movimentos sociais, quando dispõem de tempo livre, deixando de opinar, e mesmo decidir, sobre as lutas por direitos e demandas de sua própria vida.

Embora estejam em curso relativas mudanças na composição social da família rural, o poder de decisão e de maior participação na vida pública, política, etc, ainda é centrado na figura masculina. As mulheres encontram-se ocupadas com uma forte divisão sexual do trabalho e esses desdobramentos contribuem para a construção dos papéis sociais de gênero (KERGOAT, 2009).

E tanto que outra entrevistada, Ana, ressaltou que na Vila já teve um clube de mães. De acordo com ela, as reuniões aconteciam no galpão ou na antiga associação, mas não obtiveram êxito no clube de mães por uma certa falta de interesse e de acomodação. Conforme Ana, isso aconteceu porque as/os moradoras/es estavam acostumados/as a se deslocarem para o centro da cidade na Vila Brasília ou mesmo achar difícil mudar a realidade local que, somada aos outros determinantes torna-se ainda mais desafiadora à vida, sobretudo das mulheres e das crianças.

²⁰ Ao término desta dissertação e para alegria da pesquisadora e das trabalhadoras, as moradoras da Vila Goiás estão na gênese das articulações de reativar a associação de mulheres, já teve duas reuniões com representantes para formação das associadas, criação de grupo nas redes sociais aonde serão repassados os informes dos próximos passos.

Esse mesmo galpão, como é chamado, encontra-se desativado e sem morador. Faz um tempo que a população da vila está na tentativa de reativar a associação nesse prédio em desuso. Embora não seja uma tarefa simples, uma vez que as documentações e o livro de registro da associação foram queimados em um incêndio²¹ ocasionado pelo filho do antigo presidente da associação. Com isso, o livro de registro foi perdido e, também parte da história da vila. Como foi explicitado acima, se houve uma organização ou uma associação das trabalhadoras e dos trabalhadores em prol da comunidade no passado, é possível voltar a realizar melhorias, não ficar apenas no papel o desejo de reativar a associação.

Torres-Filha (2020) expõe que para existir maiores facilidades dos benefícios governamentais, os incentivos ao crédito e fomento para o meio rural tornam-se mais viáveis quando os trabalhadores (as) estão organizados em associação, o que dá credibilidade e respaldo de pessoa jurídica, questão que facilita para que estes concorram a editais, e administrem de forma” coletiva e participativa” os interesses comunitários e bem-comum. Para buscar as melhorias para as mulheres e demais moradores/as. O que a autora enfatiza, é preciso organização para ter acesso a uma melhor condição de poder através da política pública, quanto mais coletivo for os interesses comunitários, mais se constrói o que a intelectual chama de bem comum.

Além da complexidade de organização, na Vila Goiás, falta, por exemplo, melhores condições de vida, lazer e, como então *sobreviver* no lugar que falta tudo isto, somado a forma como o trabalho é realizado, extremamente desvalorizado, feito com o apoio familiar e de crianças, sem um espaço/estrutura que possa tornar mais leve. Logo, alguns ofícios são destinados às trabalhadoras rurais, assim como certos instrumentos são feitos para o sexo feminino, apoiando-nos na pesquisa realizada por Paola Tabet (2012). Porque existe uma divisão dos utensílios para os homens e as mulheres ficam com os instrumentos velhos, sem ferramenta, fazendo com as mãos.

Então, queremos frisar que os problemas relatados pelas mulheres e pela pesquisadora passam de algum modo por conta dessas ausências das necessidades básicas a ser atendidas. Mas como viver bem se as mulheres da vila Goiás convivem e enfrentam cotidianamente sérias barreiras de vida e de trabalho, somado a tudo isto, sem ter água em quantidade suficiente para plantar e colher ou na torneira para beber. Enfim, o poder

²¹ De acordo com a comunidade local, esse filho sofria de esquizofrenia.

público como o governo deveria olhar para a especificidade da população de Serra do Mel, especialmente, da Vila Goiás.

Porque as famílias de agricultores/as, possuem situações diversas do que foi planejado com o projeto de reforma agrária para Serra do Mel, ainda sobre isto, Torres-Filha (2020, p.116) na sua tese de doutorado compartilha que as “realidades sociais e produtivas variadas, o que necessariamente implica uma reorganização social, cultural e política” seja por questões relativas as construções dos territórios, seja pelas falhas nos assentamentos, semelhante as realidades vividas por agricultoras da castanha ou por questões mais gerais/estruturais.

Desse modo, os processos de trabalhos na Vila Goiás acontecem da seguinte maneira: as mulheres plantam, no período do inverno, milho, feijão, melancia, melão, jerimum e macaxeira no quintal. Sendo que poucas trabalhadoras cultivam horta, quintais, tendo de escolher entre as necessidades básicas de *sobrevivências* ou agricultura, no máximo, as condições permitem o plantio do coentro, fio de cebola e tomate, no quintal, para o consumo no núcleo familiar.

Nos quintais, terrenos fora da casa, existem as plantas frutíferas: manga, caju, laranja, acerola, goiaba, limão, cajarana, seriguela, tamarindo etc., para o consumo alimentar das famílias. Contudo, se as mulheres tivessem roçado, lote, elas poderiam vender o excedente. Porém a realidade é outra, o que resta para elas são os quintais para autoconsumo e troças do dia a dia.

E ainda o que os/as agricultores/as plantem e cultivem, esses trabalhos são considerados como “ajuda”, “algo *invisível*” ou “maneiro”, como bem enfatiza Maia (2004). Em suma, podemos deduzir que é importante essa pequena produção para atender uma parte do sustento da família, embora quase ninguém enxerga isso enquanto serviço. Assim, como também conseguisse atender ao comércio por meio do excedente das frutas para fazer polpa de suco, outros derivados do caju, o que faz com que os alimentos sejam perdidos. Então, a seguir, apresentamos o que as mulheres plantam nas pequenas produções e demandas da agricultura:

[...] no meu quintal eu planto feijão, jerimum, e no lote é só feijão mesmo.
(ALZIRA, 55 anos, parda, casada, aposentada)

No quintal planto, milho, feijão, verdura, coentro, tem pé de ecelora e goiaba
(MARIA OLIVEIRA, parda, 27 anos, casada)

Eu faço em tudo, no lote, é dentro de casa e é por fora, plantando horta, tenho tipo um sitiozinho, no lote, limpo mato, faço bozor dos cajueiros, cisco e

destoco. Esse ano não plantei nem milho e feijão [...] Eu fiz um curso pelo (Senac) e a proposta de produzir a cajuína. É, como se diz, o produto orgânico, né, no caso, da agricultura familiar, que a gente poderia ter, pra fazer a disposição, assim quando precisasse, e até ter uma renda (ANA, parda, 62 anos, casada, aposentada)

Como relatado, as mulheres transitam em vários espaços, na pequena horta, no serviço da casa, no lote, tudo está interligado, ou melhor, conectado às suas participações, no “público e privado”, como nos lembra Brumer (2004), porque ao mesmo tempo que produzem o sustento, elas consomem. Portanto, o trabalho na castanha e no pequeno cultivo serve para prover as necessidades pessoais, o sustentar a família, apesar dos ganhos desses trabalhos serem insuficientes pelo fato de serem realizados no seio familiar e executados pelas mulheres, destaca Sardenberg (2004).

As ocupações das mulheres configuram, ao mesmo tempo, no espaço da “produção e reprodução social”, pontua Boris (2014). Para tanto, Ana sente o desejo de produzir tudo que sabe fazer de alimentos do caju, pois complementaria seus lucros, e o principal objetivo seria incentivar as agricultoras a saírem de suas casas, plantarem e com isso, chegar, na mesa das famílias, produtos de qualidade, não industrializados. Cabe ressaltar na íntegra o relato de Ana:

Eu me considero agricultora e orgulhosa de ser trabalhadora rural. Mas, falta incentivo assim pra o trabalho na agricultura familiar, eu fazia muito doce, rapadura de castanha, hoje em dia, faço só se precisar, assim, pra o consumo de casa, mas pra vender, como eu fazia, faço mais não [...] Eu vender eu tinha que registrar na firma (ANA, parda, 62 anos, agricultora e aposentada)

Entre uma conversa e outra, bem como na fala da agricultora, percebemos que ela é orgulhosa de ser “*mulher da roça*” lembrando Gringo (1985) ou “trabalhadora rural” para Carneiro e Teixeira (1995) e, confirma isso tanto pela maneira de se expressar, pelo desejo de continuar a cultivar a terra que faz com muito prazer e sabedoria, quanto pela necessidade de buscar melhorias para ela e família através do ofício que aprendeu ao longo da vida. Sem dúvida, que acima de tudo tem orgulho do seu trabalho, das conquistas, apesar das dificuldades, dores e alegrias. Ana expõe o que tanto gosta de fazer, mas a vida contém alegrias e dores ou como lembra Piedade (2020), “o barulho contém o silencio”

Por exemplo, o quanto é desperdiçada a matéria-prima, a indústria prioriza a castanha para exportar, todo caju da safra anual é perdido, o que poderia gerar proveitos, alternativa de trabalho e valorização das agricultoras para continuar fazendo o que

aprenderam. No caso de Ana (que possui lote e é aposentada), a realidade é diferente das demais mulheres, que não são aposentadas ou dispõem de terra. Todavia, até ela, tendo maiores condições de fabricar seus produtos caseiros, parou por falta de incentivo financeiro e de comercialização nos supermercados ou nas feiras. Como podemos identificar, que diante desses desafios, falta uma dose de ação concreta de todas as trabalhadoras e dos moradores para que os sonhos se concretizem.

Com isso, o que prevalece na Vila Goiás é a criação de animais entre as agricultoras/es, como: porco, galinha, guiné e cabra que se adaptam às condições de escassez hídrica. A atividade que conta com a participação das mulheres e dos homens é a safra da castanha. Neste momento não existe tanta separação das ocupações, como nos esclarece Nogueira e Passos (2020). No entanto, quando as mulheres chegam do lote, a jornada de trabalho no ambiente doméstico continua.

O que diferencia seus trabalhos dos homens é o que elas fazem para agilizar e tentar equilibrar os proventos. Com isso, as mulheres acordam entre 3h a 4h da madrugada para adiantar a labuta de segunda a sexta (algumas já preparam as refeições na noite anterior), os filhos pequenos ficam com as avós, tias ou irmãs, delegando os cuidados a outras mulheres. E as crianças maiores vão para o ofício com os adultos, pois o trabalho infantil ainda não desapareceu, visto que inexiste fiscalização por parte do Conselho Tutelar ou da Vara da Infância e Juventude que possa inspecionar tais atividades.

Assim sendo, percebe-se que na *despeliculada* há mais a participação de mulheres e de crianças; raramente, um homem se submete a esse tipo de tarefa ou quer realizar, pois é um serviço que faz com que o indivíduo passe o dia na mesma posição, sentado, nos lembra Morais (2017). Assim, cada agricultora desenvolve o seu ofício ao lado da sua residência, debaixo de um cajueiro, em condições desfavoráveis: exposta ao sol, à chuva. A única ocasião em que as trabalhadoras se reunirem é na ida ao lote, mas ficam sem tempo de conversar porque necessitam apanhar castanha.

Tanto o trabalho do lote quanto da *despeliculada* configuram-se como sub-emprego, precário, parecido com o do início da industrialização. Ao mesmo tempo em que a indústria da castanha se moderniza com equipamentos, ela substitui a mão de obra familiar. E no seio dessa exploração, ainda se encontram as mulheres e crianças, visto que as bases da divisão sexual do trabalho, para Hirata (2015), colocam as mulheres em um lugar de desigualdade para criar a necessidade de controlá-las; sendo uma das características vitais do trabalho expropriado, a subalternidade atrelada ao sexo feminino. Assim, as agricultoras se configuram enquanto parte da força de trabalho, da reprodução

diária, física e social das novas gerações de trabalhadoras a exemplo das suas filhas e netas.

Ao conciliar tantos serviços, a sobrecarga é maior para as mulheres – e a pesquisa de campo sinaliza que os homens, quando chegam do lote, não se “sentem na obrigação” de realizar os afazeres da casa e ignoram os cuidados com os filhos. E, para tornar esse contexto de labor ainda mais desafiador, as mulheres são obrigadas a redobrarem os cuidados em termos de higiene íntima – especialmente no período da menstruação –, uma vez que nos lotes não existem banheiros e, assim, cada uma improvisa como pode, pois ninguém aguenta sair de casa às 5h da manhã e retornar somente à tarde, bebendo água e outros líquidos sem usar o banheiro.

Outro quesito preocupante é a necessidade usar roupas mais apropriadas, calça e blusa de manga longa, devido à “quentura no corpo”, uma vez que os cajueiros estão sendo substituídos pelas variedades precoce ou anão e, por este motivo, a planta não faz sombra como os cajueiros comuns. Sobre essa questão, vejamos o que Zila fala a respeito:

Mulher eu acho que vantagem não tem nenhuma na castanha, agora desvantagem tem muita: porque você acaba com sua pele, você acaba com tudo, até o seu cérebro vai junto, porque como você trabalha no sol, destrói você todinho. Tem que ser de calça, boné, camisa comprida, protetor usar, diariamente, calor horrível. Beber muita água, o alimento tem que prestar atenção no que tá levando pra ser aquela comida leve, pra você não adoecer lá (ZILA, parda, 42 anos, solteira)

A realidade do trabalho de Zila, não é diferente das outras agricultoras, como podemos ver no relato de Alzira: “Eu uso uma roupa de manga comprida, o protetor também uso, porque o sol é muito quente, tem que se cuidar bastante”. Nessa mesma lógica, Vilma também chama atenção: “aquele sol quente, a quintura, uso roupa pra ajudar”. E, por fim, temos o depoimento de Lucy: “eu só posso trabalhar toda coberta porque fico coberta de caroço, tenho alergia, só trabalho de manga comprida e de calça” – ela está se referindo ao trabalho da *despeliculada*, onde o pó da casca da castanha causa alergia no corpo e, como não tem outra opção, continua no ofício. É perceptível, nos relatos, como a castanha é ofensiva à saúde e as precauções, tomadas pelas mulheres, ocorrem numa total ausência de vistoria por parte do Ministério do Trabalho-MT em fiscalizar como as agricultoras executam os serviços, fazendo com que elas sejam esquecidas, invisíveis e desprotegidas. Por exemplo, ao cortar a castanha precisa passar um óleo nas mãos como meio de proteção, pois pode criar uma casca e ferir a mão. Em alguns casos, de tanto cortar o fruto, algumas mulheres perdem até a digital dos dedos,

sua identidade pessoal e adquire uma enfermidade – *experiência* que a agricultora Isabel relata a seguir:

Quando eu cortava castanha, eu parei porque me deu uma dor nessa perna aqui (direita), era dentro do osso, aí eu parei de cortar castanha por isso, mas daí pra cá eu melhorei, era cansativo, porque ia de 6h30 e vinha de 11h, almoçava, de 12h30 voltava de novo, era cansativo (ISABEL, branca, 58 anos, casada, aposentada)

Os processos de manejo da castanha são repletos de tarefas desgastantes, cansativas, enfadonhas e que, ao mesmo tempo, exigem habilidade e rapidez. Nessa mesma lógica de argumentação, as intelectuais Beltrão e Bergot (2011, p.06), em estudo realizado com quebradeiras de coco do Pará, apontam uma realidade semelhante à das mulheres da castanha de caju: seja nas condições de labutas realizadas sobre o sol e na poeira, muitas mulheres “ficam doentes por causa da quentura”; ou seja, na fábrica ou no lote apanhando castanha, em ambas as situações isso é nocivo à saúde. Dito isto, não é exagero afirmar que parece se repetir, ao longo dos anos, uma realidade que “aflige” estas trabalhadoras mediante a desvalorização das lidas e, com isso, consequentemente de suas funções.

A partir da compreensão dessa realidade, fica perceptível como os ganhos são precários e que a falta de opção, no entanto, obriga esses sujeitos a se submeterem a trabalhar pesado para receber um valor ínfimo. E, nesse processo, os sacrifícios são muitos: acordar de madrugada; fazer comida; delegar os cuidados dos filhos/as pequenos/as a outra mulher e, na maioria dos casos, levar as crianças maiores para trabalhar e, com isso comprometendo seus estudos. Tomando nota que os trabalhadores/as da castanha em sua maioria são constituídos por mulheres, Stevano (2017) lembra que os trabalhos das mulheres levam mais dispêndio de tempo e exigências devido a tantas responsabilidades que estas possuem antes de sair da casa, como com os cuidados com filhos/as e o marido, diferente dos homens que executam quase sempre um único trabalho.

Não podemos esquecer que, para agravar esta situação, as pequenas produtoras que trabalham para si e cortam castanha ainda realizam este trabalho de forma manual, visto que o investimento no maquinário é alto para montar seu micro e pequeno negócio. Inclusive, houve uma redução dos investimentos de crédito concedidos às/aos agricultoras/es pelo governo através do Banco do Nordeste (através do Agroamigo e

Crediamigo) e, nos últimos anos tornou-se mais fácil recorrer aos bancos privados como o Banco Bradesco.

É tanto que dez entrevistadas já fizeram empréstimos para os seguintes itens: comprar castanha; maquinário de trabalho; construção e reforma da casa e da cisterna e terminar de pagar o carro e/ou a moto financiados. E, para tornar ainda mais difícil, a ausência de apoios fundamentais como assessoria técnica (como EMATER), um espaço como a associação, um sindicato forte ou uma cooperativa, tudo isso torna mais difícil o processo de “organização social e produtiva” dos trabalhadores/assentados (TORRES-FILHA, 2020).

Vale lembrar ainda que, além desses poucos incentivos ao crédito, existe o chamado “seguro safra”, um programa de parceria entre a prefeitura, a caixa econômica e o Governo Federal, e que é constituído da seguinte forma: os agricultores contribuem com uma parcela em dinheiro por ano e quando não tiver inverno suficiente para plantar e colher, recebe o auxílio em dinheiro, como uma espécie de auxílio de emergência para sanar dificuldades no período de seca.

À guisa de conclusão, nossa intenção em divulgar estes esclarecimentos é distinguir como se formam as relações de gênero e trabalho, sobretudo problematizando a diferenciação existente entre mulheres e homens no mundo rural, que muitas vezes passam despercebidas, tornando-se “invisível aos olhos”. Isso significa dizer que, o que aparentemente parece ser igual em termos de ganhos monetários, no final, o peso do “gênero”, ou como prefiram o peso sexo no trabalho, conforme Kartchevsky (1986), é maior para as mulheres, isso impacta fortemente nas vidas e ofícios delas.

Todavia o que não falta é a capacidade das agricultoras se reinventarem para *sobreviver*. Contradictoriamente, são mulheres que trazem marcas de muita invisibilidade de gênero, mas também de resistências. Cremos que para existir uma mudança na sociedade, em nível macrossocial, temos de começar por cada uma/um de nós, ao problematizar os lugares que temos acesso no cotidiano.

2.3 Sobre “VIVER”: Formas de EXISTÊNCIAS

Para continuar a evidenciar como as agricultoras vivenciam e compreendem certos debates acerca das suas realidades (de cor, renda e trabalho), nos interessa melhor distribuir as falas das agricultoras a partir dos intervalos de idade (já divulgado o perfil

anteriormente), em complemento dos dados, no entanto, sem a pretensão de reforçar estereótipos ou preconceitos geracionais.²²

Também não pretendemos realizar análises baseadas no imaginário social, ainda que as *vivências e trajetórias* das mulheres entrevistadas, muitas vezes, se expressem em torno das representações construídas sobre gênero, as quais, no entendimento de Cisne e Santos (2018), invisibilizam as mulheres e suas experiências particulares e coletivas. Todavia, não é somente contar as histórias das agricultoras e sim atentar para as condições da pesquisadora que estará de certo modo “radiografando” além das falas, do “revelado”, como nos lembra Macêdo (2008).

Antes de continuar a compartilhar o universo das entrevistadas, gostaríamos de convidar para refletir, junto conosco, a fala de Carolina Maria de Jesus, quando apresenta que “já estava cansada de viver às margens da vida” (2007, p. 184). A autora é uma mulher negra trabalhadora, favelada e catadora de papel, que desde criança teve sua trajetória de vida atravessada por tantas adversidades e por meio dos seus escritos encontrou resistências e motivos para *sobreviver*.

A autora enfatiza que “cansou de viver às margens da vida”, essas margens podem ser os silenciamentos, a falta de oportunidades, as desigualdades econômicas e sociais, mas acima de tudo vemos o quanto foi preciso afirmar-se na luta antissexista, antirracista e anticlassista. Nesse sentido, quantas Carolinas existem em meio às mulheres agricultoras, com suas feridas ocultas e *existências invisibilizadas*? É fundamental trazer para as nossas análises as colaborações que problematizam as barreiras das desigualdades através do diálogo com diferentes autoras que contribuem com seus apontamentos e, aceditamos que, nessa perspectiva, o feminismo negro pode subsidiar fortemente tais discussões.

Além das lições de Carolina Maria de Jesus, soma-se a contribuição de uma outra grande intelectual negra, Bell Hooks (2019), que nos apresenta que as mulheres negras e pobres devem sair “das margens” da sociedade e irem para o “centro” da vida. Ambas as autoras nos ajudam a entender a necessidade de colocar em evidência as margens das trajetórias das agricultoras em direção ao centro, através do debate das opressões e de qualquer outro tipo de exclusão sobre ou entre as mulheres.

²² Ver sugestão de leitura: BRITTO DA MOTTA, Alda. Geração, a diferença do feminismo. I SIMPÓSIO INTERNACIONAL – O DESAFIO DA DIFERENÇA: articulando gênero, raça e classe. Salvador: UFBA, abr. 2000, 15p.

Neste diálogo, considero que as características das mulheres agricultoras com suas trajetórias particulares, ao mesmo tempo se diferenciam e se assemelham às histórias de tantas Carolinas. Isso porque são as mulheres trabalhadoras da castanha e das camadas populares do campo que cotidianamente enfrentam inúmeros desafios; portanto, cabe entender as experiências de quem trata da terra tem a ensinar. Assim, os dados mais objetivos da pesquisa foram esquematizados em gráficos e tabelas e, diante de informações das mulheres – como cor, estado civil, número de filhos, ser beneficiárias do programa Bolsa Família, renda e escolaridade –, analisamos esses elementos de modo a compor um perfil das entrevistadas e isso foi de grande relevância para as análises/explicações a seguir.

Para uma melhor compreensão da importância da idade das trabalhadoras, observamos que existe uma diferença significativa em vivenciar certas experiências cotidianas e tantas outras dimensões da vida em diferentes momentos/idades. Uma fala que chama atenção é quando uma informante consegue enxergar o que a levou a trabalhar na castanha: “[...] no caso eu cresci e vi minha mãe rapando castanha, indo apanhar castanha no lote, aí eu fui acompanhando, aqui também não tem outra coisa” (VILMA, preta, 28 anos, casada). Ela comprehende como a sua ocupação é passada de geração a geração na família, um ciclo se repete entre as mulheres, pois trata-se um serviço executado que passa de mãe para filha e que vem desde sua bisavó, avó, mãe, irmãs, primas, além dela. Com isso, percebe-se que determinados trabalhos tendem a reforçar práticas concebidas enquanto femininas, como asseveraram Cisne e Santos (2018).

As mulheres não desempenham apenas as lidas com a castanha de caju pela falta de oportunidade de trabalho, também seguem uma cadeia hereditária de trabalhos desde as suas antepassadas e continuam perpetuando este ciclo familiar sem ter meios de poder romper com essa realidade. Reside nesse ponto a preocupação em recuperar elementos do passado da vida/trabalho das agriculturas para, com isso, entender e explicar o presente.

Deste modo, voltando um pouco no tempo, as condições de vida de Auta, Isabel, Alzira, Clara Camarão e Ana não eram fáceis, são as agricultoras mais experientes, pouco tinham o que comer e algumas, como Nísia e Celina, chegaram até a passar fome. Isabel lembra de trabalhar duro destocando, limpando o mato, fazendo coivara, bozor e plantando onde faltava cajueiro, porque seus pais adquiriram o lote tendo de preparar a terra. Essa é a dura realidade vivida pelas mulheres do meio rural e que precisam trabalhar, desde cedo, para complementar a renda familiar (PAULILO,1987).

Mas, essas mesmas mulheres reconhecem que ainda que com tanta dificuldade na agricultura, a vida melhorou na Serra do Mel. No início, nem todas as mulheres se estabeleceram na Vila Goiás, antes viveram na Vila São Paulo, Ceará, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Paraná e Minas Gerais, depois que começaram a residir na comunidade. Em relação à moradia, a composição do núcleo doméstico-familiar das mulheres, na sua maioria, constitui-se basicamente da entrevistada, seu marido e filhos/as. Mas, nesse conjunto há algumas variações: uma mulher habita com seus pais e filhos/a; outra, mora com a mãe, o padrasto e as filhas; uma terceira agricultora convive com netos/as e bisnetos/as, depois que ficou viúva; outra mulher mora com filhos/as e netos e, por fim, duas entrevistadas moram com marido, filhos/as e netos.

Um outro dado que merece ser ressaltado é a cor das entrevistadas. A partir da autoidentificação, foi possível construir o perfil das mulheres abaixo.

Entre o número de mulheres entrevistadas, três se consideram brancas, dando um total de 20% da amostra. As que se autodeclararam pardas foram oito agricultoras no total, contabilizando 53% como a imagem aponta e o número de mulheres pretas foram quatro, o que representa um percentual de 27%. Das informações acima, somente Vilma afirmou ser preta, as outras três (Nísia, Celina e Auta) disseram ser “moreninhas” mesmo com a leitura da pergunta e das opções apresentadas, que foram baseadas no censo do IBGE/2022 e de acordo com os estudos étnico-raciais.

Carneiro (p. 169, 2002) lembra que o falso mito da “democracia racial” supõe a existência de relações harmoniosas entre as classes, isto é, difunde uma ideia que vivemos em uma sociedade sem preconceito e discriminação de raça, pregando que todas as pessoas respeitam a diversidade pluriétnica e multicultural e que não existe racismo institucionalizado e estrutural no país. Esse tipo de pensamento tem levado muitas pessoas a não se reconhecerem como negras.

Assim, se formos analisar as falas das interlocutoras numa perspectiva antropológica, entenderemos porque algumas mulheres se auto identificarem como “moreninha” – lembro que não me cabe refutá-las ou afirmar que estão erradas. Porém, enquanto estudiosa de gênero e do campo das relações étnico-raciais, temos a pretensão de problematizar que esta construção permanece no imaginário social e cultural a partir desse viés explicitado anteriormente por Carneiro. Então, no processo da pesquisa, decidi colocar na ficha dessas entrevistadas a observação, ao lado de “moreninha”, da nossa leitura entendemos quanto à cor das entrevistadas elas são mulheres pretas ou pardas. Logo, ainda que estas não reconheçam completamente como essa relação impacta suas

existências, entendemos que esse processo tem raízes no mito da falsa democracia racial e na colonização e, conforme nos lembra Piedade (2020 p.16): *a dororidade* “contém as sombras, o vazio, a ausência, a fala silenciada, a dor causada pelo Racismo. E essa Dor é Preta”.

Ainda esse respeito, é possível concluir que as marcas da “colonização” penetram no imaginário social e na consciência das mulheres dificultando reconhecerem seus traços étnicos e suas raízes afro-brasileiras. A persistência do falso mito da democracia racial leva as mulheres/intervistadas, ao longo da vida, a acreditarem no falso embranquecimento que levaria a uma “melhor aceitação” baseada numa série de estereótipos. Logo, como nos lembra Piedade (2020), a principal função do racismo em continuar existindo é “manter a hegemonia da branquitude”. Somado a isso, também concordamos com Kilomba (2019) ao afirmar que as marcas históricas das construções raciais tendem a basear e definir como os papéis sociais de gênero são moldados e o inverso acontece igualmente, fazendo com que, numa via de mão dupla, o gênero também seja influenciado pela raça.

No que se refere à situação conjugal (ver gráfico 3), as mulheres casadas totalizam a grande maioria de 47%, isto é, sete pessoas; em seguida, as que possuem união estável representam 27%, o que é equivalente a quatro trabalhadoras e nenhuma afirmou ser divorciada ou desquitada. Dando sequência, 20% das entrevistadas, igual a três trabalhadoras, se consideram solteiras e mães solo, vivem relações amorosas sem parceiros exclusivos (foram casadas, separaram e se identificam como tal) e apenas uma agricultora (7%) ficou viúva e não pretende mais casar – trata-se da mais madura em termos de idade. Há várias razões para uma predominância de mulheres casadas no grupo das entrevistadas, mas não podemos esquecer que, como lembra Sorj (2004), o culto ao casamento como sagrado permanece em nossa sociedade, sobretudo para as mulheres. Isso faz com que a “felicidade” da mulher dependa da validação masculina ou que sempre precise estar ao lado de um homem para estar bem. Na verdade, mais importante é o amor próprio, o autocuidado diário e o pensar e em si em primeiro lugar – pois, embora tal realidade venha sendo modificada, ainda se criam meninas e meninos, desde pequenas/os, numa clara educação sexista²³. Por fim, todas as mulheres se consideram heterossexuais e vivem (ou viveram) relações monogâmicas por parte delas com seus parceiros.

²³ É um tipo de educação que se utiliza de supostas diferenças biológicas, físicas para justificar desigualdade e hierarquia existente entre os meninos e meninas, ver Cisne e Santos (2018).

A educação sexista é uma das principais causas do reforço do preconceito e da desigualdade, fazendo com que o peso do gênero impacte a vida e a forma de mulheres e homens experienciarem o casamento ou até mesmo a possibilidade de escreverem suas histórias, parafraseando Conceição Evaristo. Antes de tornar-se viúva, Clara Camarão dedicou boa parte da vida à atenção aos/as filhos/as e à prestação de serviços domésticos gratuitos ao marido e, hoje, no seu momento de viudez (sem poder vivenciar o luto e pensar mais no auto cuidado) continua nos trabalhos dos “cuidados produtivos”, agora cuidando dos netos/as, bisnetos/as e também da casa, como chama atenção Clarissa Alves (2021).

Nosso questionamento parte da seguinte cogitação: será que os homens abdicariam dos seus sonhos em função do bem-estar dos filhos/as e netos/as ao se tornarem viúvos? Ficariam “sozinhos”, sem construir uma nova relação conjugal? Temos que questionar, cada vez mais, o porquê de certas realidades impostas às mulheres. Ninguém deve sacrificar sonhos e a própria vida em função do outro ou permanecer em qualquer relação sem que existam motivos para somar, entre outras coisas: parceria, respeito, *valorização*, cuidado nos pequenos detalhes, reciprocidade e companheirismo na construção de um projeto de vida semelhante.

A respeito das idades dos filhos das agricultoras, temos as seguintes faixas etárias: primeira, filhos/as de dois a seis anos, no total seis crianças nas respectivas idades; segunda faixa entre sete a 12 anos, temos cinco crianças e, na faixa entre os 13 a 17 anos, são quatro crianças. Todos os/as filhos/as nessas idades estão estudando e ajudam na *despeliculada* da castanha, nos afazeres da casa (para as mulheres) e no cuidado com o lote. Já na maioridade, entre 18 a 30 anos temos seis filhos/as e, dos 30 aos 50 anos, 34 filhos/as. Entre as entrevistadas podemos observar algumas situações: o maior número de filhos/as é das agricultoras Ana (nove filhos/as), Celina (sete filhos/as), Clara Camarão (sete filhos/as), na sequência Isabel (cinco filhos/as), Nísia (seis filhos/as) e Auta (quatro filhos/as).

Segundo na contramão, Maria Oliveira é a única com apenas uma filha. Essa realidade se faz por um conjunto de fatores, tais como: o relativo esclarecimento quanto ao uso de métodos contraceptivos, além de uma série de impedimentos como dificuldades financeiras, carência da presença paterna nos cuidados da casa e filha, além de rede de parentesco para auxiliar. Devemos problematizar não apenas essa ausência da participação masculina, mas, o fato de que uma mãe com filhos/as na faixa de idade acima dos 18 anos vai experienciar a maternidade de maneira totalmente diferenciada daquelas

que possuem crianças pequenas – esse é o caso da própria informante que tem uma filha pequena e que demanda atenção e sua supervisão nas tarefas, na escola, na alimentação, no lazer. Esses exemplos são apenas para pensar na infinidade de tarefas que essas mães executam, de acordo com Caumo (2015). Não é à toa que Maria Oliveira deixou claro que não pretende ter outra criança, pelo menos em breve.

Ainda sobre a experiência da maternidade, as agricultoras tiveram mais filhos/as do sexo feminino e demonstram que isso as preocupam, pois não desejam que suas filhas continuem realizando trabalhos iguais aos delas e ou mesmo que se que casem e tenham filhos/as muito cedo. Desejam que as novas gerações aproveitem a infância e juventude, procurarem estudar e ter uma vida menos sofrida. Reconhecem ainda que o ofício na castanha é desgastante, cansativo e que os ganhos são poucos. As trabalhadoras frisam que se tivessem oportunidade, com certeza, não se submeteriam às péssimas condições no serviço como a “desvalorização e má remuneração”, como corrobora a pesquisa de Maia (2004). A idade é um fator que contribui para a variação do número de filhos/as entre entrevistadas: as mais maduras são as que tiveram entre quatro a nove filhos/as e, entre as agricultoras mais jovens, esse número é bem menor, variando de um a três.

Diante dessa realidade, o fator idade influencia diretamente na experiência de ser mãe, pois as mulheres mais maduras parecer ser mais afetadas pela maternidade do que as mais jovens. Com isso, nos filiamos à posição de Elisabeth Badinter (1985), em seu livro “O mito do amor materno”, quando ela faz uma descrição densa e precisa de como ao longo da história o sentimento maternal varia de acordo com os costumes, as tradições e necessidades da sociedade. Ela nos ensina que o amor é conquistado, portanto não é algo inato, sendo fruto das determinações socioculturais. Dessa forma, o mito do amor materno se assemelha à realidade das agricultoras maduras, que se doaram por demais e *vivenciaram* grandes sacrifícios em nome da família. Por outro lado, as mulheres mais jovens visualizam, nas suas vidas e decisões, um futuro para além dos filhos/as e das implicações da maternidade.

Segundo Boris (2014), a história da maternidade e da “maternagem” foi seriamente direcionada a ser o centro da vida das mulheres. Hoje, cabe a nós ressignificá-la, pois, em primeiro lugar, ser mãe deve sempre partir de uma escolha e não de uma imposição da sociedade e, em segundo lugar, é importante que as mulheres possam ter condições materiais e psicológicas para decidirem sobre seus corpos e suas vidas. O relato a seguir toca justamente nesse ponto, só que com outras palavras, quando Vilma diz que: [quando] “a mulher vira mãe, muitas esquecem de si, vive para o marido e filhos/as e

tende a não se agradar” (VILMA, preta, 28 anos, casada). Vilma entende que a vida das mulheres não se resume à maternidade e ao casamento, são apenas duas dimensões da existência, as mulheres possuem aspirações pessoais além da relação conjugal-maternal.

Não podemos esquecer que existe uma pressão social que direciona as mulheres para a maternidade e que pode acarretar angústia, silenciamentos e outros sentimentos diante da vida. Desse modo, a maternidade ainda se constitui como uma relação sagrada na sociedade burguesa, sendo primordial compreendermos que cada mulher deve poder fazer suas escolhas, tempos e modos particulares de vivenciá-la ou não. Porém, se na “maternagem as mulheres cuidam”, os homens são desobrigados dessa gama de responsabilidades e até mesmo daquilo que a paternidade demanda, explica-nos Boris (2014), pois não se sentem forçados a assumir alguns encargos. É preciso mudar esta realidade, pois, na verdade, deve prevalecer uma regra de deveres igualitários para ambos os sexos. É perverso perceber que, mesmo com um pai ausente, a cobrança tende a ser diferenciada daquela que é feita a uma mãe na mesma condição.

Sobre a questão das fontes de renda das entrevistadas, os dados obtidos evidenciam que as mulheres *sobrevivem* da renda da castanha somada ao recebimento do benefício do Programa Bolsa Família²⁴

Diante disso, é importante seguir as explicações de quantas entrevistadas recebem o benefício do Bolsa Família e dependem dessa assistência para criar os filhos. No total, são dez mulheres beneficiárias, o que equivale a uma parcela de 67% das agricultoras que precisam deste programa do governo federal e que, aliado à produção da cajucultura e da aposentadoria rural e do Benefício de Prestação Continuada, configura-se como uma das principais fontes de renda do município. O Programa Bolsa Família, como política pública no âmbito da assistência social, é um programa seletivo, focalizado e para quem necessita. Não busca uma transformação macrossocial, apenas tentar amenizar as diversas desigualdades com soluções paliativas, diríamos que minimalista. Os 33% que não recebem este benefício de assistencial equivale a cinco agricultoras.

Sobre as aposentadorias, é necessário ressaltar a importância da expansão desses direitos sociais e trabalhistas, pois ao longo dos anos, “...a previdência foi ampliada para os trabalhadores rurais, por meio do Funrural (1971), política que adquiriu, neste caso,

²⁴ Criado em 2003, durante o governo Lula, o Bolsa Família ganhou reconhecimento internacional por ser um programa de transferência de renda capaz de combater a fome e reduzir a pobreza, especialmente por condicionar o pagamento à frequência das crianças na escola e à vacinação. Outro fator responsável pelo sucesso do programa é o repasse da verba às mulheres, o que contribui para a garantia da relativa autonomia feminina (ALMEIDA, 2021).

um caráter mais redistributivo, já que não se fundava na contribuição dos trabalhadores” (BEHRING; BOSCHETTI, 2008, p. 136). Assim, foram concedidos benefícios através do Funrural aos trabalhadores e trabalhadoras rurais acidentados/as em 1974.

Com o fim da Ditadura Militar em 1985, foi promulgada a Constituição Federal de 1988, a mais democrática e cidadã da história brasileira, que assegurou amplitude à categoria de trabalhadores/as. Essa conquista é resultado da luta de mulheres e homens do campo, dos movimentos sociais rurais – a exemplo o MST – e da sociedade civil organizada. Com o fortalecimento da seguridade social, esta passou a ser composta, além da saúde, também da assistência e da previdência, integrando deste modo o tripé da seguridade social no Brasil (BEHRING; BOSCHETTI, 2008).

Essa mudança vai permitir a conquista do direito de aposentadoria aos chamados “segurados especiais da previdência”, isto é, os não contribuintes diretamente, composto pelo seguinte grupo: agricultores/as, garimpeiros/as e pescadores/as. Estes sujeitos precisam comprovar atividade na terra/mar, entre outros requisitos exigidos, pois esse grupo não tem emprego regulamento de carteira assinada, dependem das condições climáticas, da terra e agricultura para conseguir o sustento familiar. Dentro do grupo das entrevistadas, temos Ritinha enquanto a única agricultora que contribui mensalmente como trabalhadora autônoma ao INSS – o que se constitui de grande relevância em termos de cobertura previdenciária, caso venha a precisar de auxílio doença, salário maternidade ou aposentadoria no futuro.

Queremos assinalar que Lucy, Ritinha, Clara Castro, Zila, Vilma, Maria do Santíssimo e Maria de Oliveira receberam também o salário maternidade que é um benefício previdenciário do INSS, concedido à segurada gestante na ocasião de nascimento dos/as filhos/as, e em 2023 o valor do auxílio pago foi atualizado para um salário mínimo, podendo ser pago em até 120 dias, o equivalente a 4 meses de afastamento das atividades rurais por nascituro ou natimorto. Entretanto, para ter acesso a esse benefício, as seguradas contribuintes individuais e as especiais trabalhadoras rurais necessitam comprovar, respectivamente, contribuição e exercício de atividade rural nos últimos 10 meses.

Sabemos que no processo de hegemonização do capital financeiro houve a expansão e intensificação dos trabalhos desregulamentados, pontua Hirata (2004) e, em contrapartida, houve redução das proteções e aumento das desigualdades entre mulheres e homens. Do mesmo modo, se analisarmos o trabalho no lote, a *despeliculada* e a seleção e corte da castanha também estão na categoria de trabalho desprotegido, pois não se

configuram enquanto vínculo empregatício ou geram contribuição direta ao INSS. Ora esta conformação do “sexo do trabalho”, esclarece (KARTCHEVSKY, 1986) faz com que as desigualdades estejam presentes na própria construção do lavoura, dos direitos essenciais e vitais para a vida dessas agricultoras.

Por isso, a grande preocupação das mulheres é o que fazer caso venham a adoecer e precisar de benefício previdenciário. Lucy demonstra essa preocupação ao questionar como irá comprovar que trabalha desde adolescente na agricultura, pois ainda terá de reunir provas para no futuro se aposentar como trabalhadora rural. E cada vez mais aumentam os critérios e exigências de comprovação para a aposentadoria. Assim, de acordo com o Art. 201 da CF/88, parágrafo 7º e inciso II:

II - 60 (sessenta) anos de idade, se homem, e 55 (cinquenta e cinco) anos de idade, se mulher, para os trabalhadores rurais e para os que exerçam suas atividades em regime de economia familiar, nestes incluídos o produtor rural, o garimpeiro e o pescador artesanal. (BRASIL, CF, 1988).

Para entendermos melhor esses critérios, ao completarem 55 anos as mulheres e 60 anos os homens, numa redução da idade de 5 anos para ambos os sexos, se comparados com os trabalhadores/as urbanos, os trabalhadores rurais recebem todo mês a aposentadoria de um salário mínimo. Uma das grandes conquistas que cinco agricultoras entrevistadas dizem ter tido foi a relativa autonomia do acesso à renda através da aposentadoria. Essas mulheres comentam que rezavam para chegar logo este dia e para que toda a documentação estivesse certa e, assim, não precisassem judicializar sua solicitação e pudessem ter seu direito garantido.

Tomada pela alegria, Ana afirma que: “minha aposentadoria, né (*risos*) foi o maior sonho (*risos*) da minha vida (*risos*)” (ANA, parda, 62 anos, aposentada). A entrevistada alega que a aposentadoria garantiu a segurança alimentar para ela e a família e, por isso, é grata pela vitória tão batalhada, fruto do seu serviço. Como também destaca, Alzira: “minha aposentadoria que foi alcançada, graças a Deus” (ALZIRA, parda, 55 anos, aposentada). Segundo a entrevistada, tudo na sua vida e da sua família era mais complicado antes, pois sobreviver apenas da castanha e com auxílios do governo era muito duro porque não dá para conseguir o sustento familiar apenas da agricultura, pois possui filhos(as) e netos(as) que precisa ajudar e era muito difícil antes da aposentadoria, sem a possibilidade de contar com um ganho certo. Além de Ana e Alzira, Isabel, “mergulhada” numa imensa alegria, descreve sua grande conquista:

Eu achava tão custoso que eu dizia: “será que vou chegar a me aposentar”? Chegou os 55, me aposentei, comprei o que eu não tinha pra botar as vasilhas em cima, um armariozin, não tinha uma geladeira, era um pote, hoje, eu tenho onde botar um gelo, água. Eu conquistei tudo com meu aposente, porque o que a gente ganhava era pouco não dava pra comprar essas coisas, era o comer e mal (ISABEL, branca, 56 anos, casada, aposentadora).

A entrevistada Isabel pontua que não tinha esperança de chegar a se aposentar e possuir uma existência minimamente digna, através do suor das labutas e melhores condições materiais de subsistência e que, outrora, parecia ser impossível mudar essa realidade, porque sua vida, em suas próprias palavras: “foi muito atribulada”, sofrida. Assim, para ter sua de sobrevivência cotidiana garantida, a única coisa que poderia ampará-la era esse salário mensal e, com ele, ter maior independência financeira, a tão sonhada autonomia para não se submeter apenas à lida nas castanhas. Além de Ana, Clara Camarão é aposentada e tem um lote, diferente de Isabel, Nísia e Alzira, que conseguiram o recurso mensal da aposentadoria, todavia, não possuem “lote”, “nem terra”, mesmo morando há décadas na Vila Goiás, assim como as demais entrevistadas.

De tal modo, para as duas entrevistadas com lotes, os títulos das terras e registros dos proprietários que constam nas documentações são em conjunto com os companheiros. Paulilo (2009) lembra do difícil processo de sucessão: primeiro, de possuir “chão” e, segundo garantir as posses, ou melhor, a herança da terra ser repassadas para outras mulheres e suas descendentes. Com isso vemos o quanto o poder masculino é ainda atuante no campo, nas relações monetárias e como essa estrutura se faz também presente na Vila Goiás, seja no processo inicial de acesso à terra, seja nos dias atuais. Os sessentas lotes da Agrovila, em sua grande maioria, estão sobre propriedade de zelo e cuidado masculino, relembrando Torres-Filha (2020). Então, como garantir a conquista desse direito, se apenas duas agricultoras foram beneficiadas e as demais mulheres excluídas? Isso mostra que não basta o acesso é preciso dar condições para a permanência em viver da agricultura familiar.

Deste modo, adentrando nas especificidades do mundo rural, concordamos com o pensamento de Woortmann e Woortmann (1996, p 23) quando afirmam que “não se pensa o trabalho sem pensar a terra”. Diríamos que, pensar nos trabalhos familiares das mulheres, é tocar no ponto crucial no seio familiar no universo rural: terra para viver e labutar. Isso porque nos perguntamos: como as agricultoras irão plantar, produzir, consumir e fortalecer a agricultura familiar, vender o excedente, sem lote para plantar e

colher? É desafiadora a realidade que as mulheres rurais vivem, em tempos de crise e contrarreformas da seguridade social (incluindo a previdência) implantadas por diferentes governos em fins dos anos 1990 e nas duas décadas dos anos 2000. A aposentadoria, é um dos maiores direitos conquistados da classe trabalhadora, e para as mulheres rurais e as trabalhadoras da castanha, que na sua maturidade possui esta necessidade de amparo, além da lida na castanha e outros auxílios. Mas, parafraseando Simone de Beauvoir (1949) basta uma crise – política, econômica, religiosa e social – para que os direitos das mulheres sejam afetados e enfrentem outras exclusões.

Em relação à experiência de trabalho com vínculos empregatícios e acesso a direitos trabalhistas²⁵, cinco mulheres tiveram as carteiras assinadas como auxiliar de serviços gerais, merendeira na escola da Vila Goiás, babá, empregada doméstica, e auxiliar de ensino – essas três últimas ocupações se deram em Natal, na capital. Na Vila Goiás a possibilidade de emprego que existia era a de selecionadora em fábrica de suco de caju e castanha. Na partilha dessas trajetórias, vamos conhecer a luta de Nísia por seus direitos, além da coragem para *Reesistir*.

INÍCIO:

Trabalhei na Rio Grande só selecionando, eram 50 mulheres, mas por fim ficou em 20 porque não aguentavam né! Não pudia ficar um granitinho de casca, a gente tinha que tirar [...] tinha que ser separada. Só 10 minutos pra comer e pra ir no banheiro [...]. Ele era tão igigente de um jeito que quando chegava (supervisor) de Natal ia pra mesa, aí dizia: que castanha é essa? Nós tinha que dizer uma por uma, a P, a PP [...] Jeito nenhum tinha assistência! [...] Não era carteira assinada, sofri muito tudo isso, e o que fez com nós? Ele deu o papel de seguro desemprego, com muita luta que nós dizendo que ia butar na justiça, deu vencido, três dia, quando nos fumo pra caixa (em Mossoró) passemos meio dia no sol e chegou lá dentro, o rapaz disse assim: “esse papel aqui não está valendo mais”, como é a conversa [...] era para vocês terem vindo com três dias, ome, nós recebemos onte! Meus direitos! Pelo que nós sufriremos [...] uma vez nós chegemo lá faltava um minuto pra 7h, ele não deixou nós entrar! Nós voltemos por causa de 1 minuto, eu disse assim: “João, a gente veio de pé”: deixo não![...] Vamos atrás dos nossos direitos nós andemos tanto dentro de Mossoró, ah, não tenho medo não, nós fumo bater no sinicato. Disse: “Francisca, se você quiser desistir, não desisto! Eu desejo um advogado bom! Aí ele disse: “muito bem, você é resolvida”, sou! O que aconteceu? Essa pessoa é de Natal, tem uma empresa na Serra do Mel, então faz seis mês que nós trabalhamos, ele tirou nós, dizendo que tinha ido à falência essa fábrica, eu quero meus direitos! O que a senhora deseja, eu disse: quero resolver, as outras desistiram, ficaram tudo com medo. Eu não tenho medo! [...] Trabalhei, então eu quero receber [...] (NÍSIA, preta, 61 anos, casada).

²⁵ Consultar LEI Nº 8.213, DE 24 DE JULHO DE 1991. Dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências.

A contundente história de Nísia exibe a realidade das mulheres e o quanto ela é fonte de inspiração (mesmo sem perceber) na luta por seus direitos e no fortalecimento da resistência feminista, uma vez que não desistiu por ela e pelas demais companheiras, mesmo diante dos diversos obstáculos enfrentados, como: acordar cedo, fazer a comida e levar para a fábrica, trabalhar em condições precárias e sob fiscalização, ter o tempo controlado e supervisionado.

O que Nísia enfrentava nos serviços e jornada, nada mais era do que as chamadas “opressões cruzadas”, embora não exista uma universalidade dessas causalidades, mas dependendo de contextos, como Nísia descreveu, no seu entendimento, tantas opressões sofridas pela entrevistada, que o tempo todo, era “visível a todos e que é cega apenas àqueles que não querem ver” (HOURIA BOUTELDIA, 2016, p.6), ou melhor, aos homens, ao patrão e todo um sistema macrossocial que se beneficia com o tempo do trabalho e existência das mulheres para lucrar.

Além de todo o controle, Nisia dizia que não podia se ausentar para as necessidades fisiológicas, ir ao banheiro quando precisava, dispondo apenas de 10 minutos na hora do almoço. Ainda precisava ir e voltar a pé, enfrentando 10 km de distância da Vila Goiás, isso se não contasse com a sorte de conseguir carona em um dos percursos até a fábrica. Com isso, nossa intenção não é romantizar os sacrifícios que Nísia enfrentou nas ocupações para criar os filhos, mas questionar como a vida poderia ser de fato “maneira”, como afirma Maia (2004).

Os filhos de Nísia eram pequenos, a filha mais velha cuidava dos menores e quando chegava ao final da tarde, ainda restavam os afazeres domésticos. O serviço na castanha era para o sustento deles, porque Nísia tinha se separado do primeiro marido e era mãe solo. Na castanha encontrou um meio de *sobrevivência* e junto disso uma forma de realizar seu sonho de trabalhar em fábrica e se tornar mais independente financeiramente. Quase sem oportunidade de emprego estável, ela desejava receber pelo trabalho. E para entender o desfecho dessa história, sem alongar tanto as explicações finais em torno do labor, convivência e experiência entre as mulheres da castanha, continuamos:

DESENROLAR:

Marcou a audiência! De 50 mulher ficou em 3. Porque as outras desistiram, não queriam andar, não queria gastar [...] A minha conversa é receber meu dinheiro, só isso! Ome, vamo fazer acordo, eu disse: “faço não”! Mas as outras fez! [...]. Agora, eu vou explicar a você, João! Oie, nós samos da Serra do Mel, eu nunca trabalhei em negócio de fábrica, de emprego, foi a premeira vez,

desloquei da minha casa porquê? Porque tenho precisão, tenho filho para cuidar, pra dar de comer, eu me alevantava à meia noite para fazer comer, eu vinha de pés, você sabe! Erro é comum, mas aquele não! Zé Vicente disse: Maria, as outras fizeram acordo, faça! Você recebe, é, Zé Vicente, vou fazer [...] mas eu ia fazer vergonha a ele, o que ganhasse aqui pra ele criar vergonha na cara! [...]

FINAL:

Conseguimo! Recebemo! Naquele tempo foi novecento cruzeiro, parece! Eu sei que eu fiz minha cisterna, e o advogado quis bem pouquim, só uma ajudinha mermo, um auxílio. As outras não foram, perderam! Mês por fim, só ficou eu e Francisca! Eu recebi! (NÍSIA, preta, 61 anos, casada).

A coragem de Nísia foi decisiva para conseguir os direitos trabalhistas. Além de que, as cinquenta mulheres desistiram, seja em função do dinheiro que não tinham para custear as passagens de ida e vinda a Mossoró - porventura, precisavam se deslocar várias vezes até ganhar a causa na justiça -, ou por desacreditaram que poderiam vencer o processo ou mesmo por medo de denunciar o patrão. Com a ressalva de Francisca que recebeu o dinheiro, no entanto quem procurou advogado, sindicato, caixa econômica e reuniu todas as provas possíveis, não foi ela, e sim, Nísia. Há que se reconhecer tamanha força e ousadia de uma mulher sem medo, e que é preciso arriscar-se mexer nas engrenagens de gênero, de classe e de raça, conforme Toledo (2008) postas na sociedade para assim somar na resistência coletiva das mulheres. É preciso acreditar que essas mesmas engrenagens podem mudar (embora estejam bem estruturadas), então dedicamos em especial as agricultoras uma famosa ciranda feminista utilizada nas reivindicações em que a poesia oxigena a vida ao sonhar por dias melhores:

Companheira me ajuda
Que eu não posso andar só
Eu sozinha ando bem
Mas com você ando melhor
(Ciranda feminista).

A ciranda é uma espécie de hino na luta feminista e representa a coragem das mulheres da cidade e do campo, que juntas são como as águas do mar e oceano, se multiplicam na resistência contra as opressões. Oferecemos esses versos à Nísia e a cada agricultora, que na devida importância e limitação escolheu compartilhar conosco um pouco da sua história. Não é fácil mudar as estruturas seculares de exclusões que as mulheres enfrentam para se organizar em prol do bem-estar comum.

Compete a nós problematizar estas exclusões entre mulheres e homens e lançar outras reflexões junto às entrevistadas. E parafraseando um ditado feminista que diz “se não podemos falar das mulheres rurais essa não será minha/nossa verdadeira revolução na cidade e no campo”. Porque falar da vida das mulheres, é também conhecer seu dia a dia, pensar como as agricultoras se dividem essencialmente entre o mundo da produção e a família. Assim, criando, de certo modo “um jeito de ser mulher”, lembra Abramovay e Rua (2000).

Para algumas das agricultoras que não têm a presença masculina na família, como Clara Camarão, é importante levar os netos para trabalhar no lote. De forma similar, o mesmo ocorre com Clara Castro e Zila, que contam com os filhos/as na complementação da renda. Essa lógica de atividade é transferida para mulheres e crianças desenvolverem, ficando no domínio feminino, como exemplifica Woortmann (1998). As entrevistadas Ritinha, Vilma e Maria Oliveira, por outro lado, disseram que seus maridos estão trabalhando de carteira assinada nas firmas e empresas multinacionais de energia eólica, sendo esse o motivo de não irem para o lote no momento.

Todas as entrevistadas ressaltaram a importância do trabalho nas suas vidas, de ganhar seu dinheiro, não depender de marido, mesmo que suas ocupações não sejam tão valorizadas como deveriam. Grande parte dos proventos das agricultoras são destinados para a reforma e construção das casas e compra de móveis e utensílios domésticos; também gastam com a vestimenta dos filhos, dividem contas como energia, *internet* e as compras de alimentos. No quesito renda, chegamos à conclusão de que não há muita variação de uma família para outra.

Disto isto, os rendimentos da família acontecem assim, 46% das agricultoras, no caso sete mulheres, vivem com dois salários mínimos, somando nesse total os ganhos na castanha e de quem possui aposentadoria. Nesse sentido, duas mulheres têm lotes, então contam com os lucros maiores da safra, e nesse grupo de sete trabalhadoras, duas agricultoras possuem oito carreirões²⁶ e esses hectares dão alguns sacos de castanha e são vendidos para pagar as contas básicas e urgentes.

Já as informantes que ganham o valor de um salário mínimo estão no percentual de 27% – correspondem a quatro agricultoras e estas recebem ainda o adicional do Programa Bolsa Família. Isso significa que a renda das que *sobrevivem* com rendimentos menores a um salário mínimo ficaram em 20%, que corresponde a um total de três

²⁶ São hectares de cajueiros plantados no lote que no período da safra produzem caju.

mulheres. As trabalhadoras que se mantêm com menos de dois salários mínimos correspondem a 7%, sendo apenas uma entrevistada. Constatamos que nenhuma trabalhadora ganha acima de dois salários mínimos, sendo importante lembrar que a questão da renda tem relação intrínseca com o grau de escolaridade.

Em relação ao nível de escolaridade das trabalhadoras, quarenta e seis por cento apresentam o ensino fundamental incompleto, numa proporção de seis mulheres, em seguida a esse número temos que trinta e três por cento, ou melhor quatro entrevistadas, concluíram o ensino médio. Os sete por cento, que equivale a uma agricultora, indicam que esta parou os estudos no ensino médio. E outra não teve acesso à educação formal. Duas mulheres entrevistadas conciliam trabalho e estudo – uma está concluindo o ensino médio e a outra o curso técnico de eletrotécnica, ambas estudam à noite. Nesse conjunto, é importante indicar que uma trabalhadora possui o curso superior em pedagogia e, embora tenha sido uma grande conquista, ela nunca trabalhou na área por falta de oportunidade de emprego com remuneração e direitos compatíveis –embora, tenha esperança de, futuramente, ser mais independente e possuir uma carreira na área.

Assim, as mulheres são cercadas por várias formas de exclusão e tantos outros elementos que dificultam que suas reais necessidades sejam atendidas. Entendemos que os desdobramentos desses elementos na vida das agricultoras – o fato de não serem qualificadas e de operarem suas lidas com instrumentos manuais – não é exclusivamente porque “são mal-formadas na escola”, na educação formal, se pensarmos em outras dimensões, concordamos com Kartchevsky (1986, p. 117) quando afirma que isso ocorre, na verdade, “porque são bem formadas pela totalidade do trabalho reprodutivo”. Por outro lado, o trabalho assalariado não está isento das relações do trabalho doméstico, um depende do outro para operar em maior ou menor proporcionalidade na sobrecarga das agricultoras da castanha, embora esses serviços apresentem intensidades diferentes, a depender de cada particularidade. Porém, como se dedicar aos estudos e adquirir qualificação, tendo tantas obrigações internas/externas à unidade familiar?

Somado a isso, à medida que as trabalhadoras não têm acesso ao ensino superior e às políticas públicas de inclusão, torna-se desafiador também para suas filhas quebrarem as estatísticas e romperem com os ciclos repetitivos das desigualdades das relações de gênero (Scott, 1990). Nesse sentido, o depoimento de Auta reflete, justamente, sobre tais aspirações em relação à sua filha:

Eu tenho muita vontade de a que veve (filha) dentro de casa ser alguma coisa na vida pra mim dar a ela o que eu não tive... eu trabalho pra ela ser alguma coisa na vida. Eu e Chico não tem estudo não, mas eu quero dar a ela [...] (AUTA, preta, 46 anos, agricultora)

Auta expressa o cruel fato de que ela e outras trabalhadoras rurais não tiveram oportunidade de estudar porque precisavam trabalhar e sustentar os filhos, além de uma série de outras demandas doméstico-familiares. Depois de ser mãe, Auta depositou esperança nas crianças continuarem com os estudos, desejando que a filha caçula se forme, consiga um emprego, desfrute de oportunidades que nunca aconteceram em sua vida. Por esse motivo paga um curso para a adolescente em Mossoró, e faz tudo que está ao alcance dela e do esposo para que a menina não seja, como ela, totalmente dependente da agricultura. Embora, diante do *cotidiano* cheio de desafios, a informante percebe o poder de mudança que a educação formal pode oferecer, então demonstra reconhecimento e valorização desta alternativa como uma oportunidade de um outro futuro para a nova geração.

Por fim, chegamos agora ao último capítulo, no qual “mergulhamos” profundamente na análise das experiências e no cotidiano que as mulheres partilharam durante a realização desta pesquisa. Mesmo vivenciando os limites e possibilidades de nos relacionarmos umas com as outras, nossa intenção é continuar a relatar as *histórias* colhidas no percurso desta caminhada. Assim, focamos na valorização da sapiência originada das histórias de suas vidas, no potencial que as mulheres/rurais têm para que os diferentes jeitos de viver encontrem novos horizontes pelos percursos, cheio de possibilidades e oportunidades.

3 SOBRE “EXPERIÊNCIAS”: HISTÓRIAS INDIVIDUAIS E COLETIVAS

Mulher da roça eu sou, sou semente
(Cora Coralina).

Apresentamos este capítulo com a epígrafe de Cora Coralina e o que ela tem para nos ensinar: *que mulheres da roça nós somos!* E desejamos compreender como, diante de tantas realidades vivenciadas no dia a dia da Vila Goiás, as agricultoras têm suas experiências de vida afetadas e modificadas. Ao iniciar com a discussão das relações sociais estabelecidas no campo, é preciso enfatizar a importância de pensar essas mulheres com seus conhecimentos, suas identidades de pertencimento a um lugar e suas ocupações, para que possam se reconhecer como sujeitos de direitos, da produção de saberes e de *resistências*. Com isso, desejamos chamar a atenção para a necessidade em perceber a maneira de viver das mulheres para além da relação de trabalho ou puramente produtiva, rompendo, assim, com uma visão simplificadora que considera as mulheres e o “mundo rural como homogêneo” (MACIAZEKI-GOMES; NOGUEIRA; TONELI, 2016). Em cada lugar, as mulheres constroem seus estilos próprios de viver, suas maneiras de sentir e expressar-se diante da vida. Assim sendo, descartamos qualquer tentativa de apresentação de uma mulher rural enquanto “sujeito universal”, como bem criticou Rosaldo (1979), mesmo que ainda reverbere na sociedade tal discurso.

Longe disso, é na convivência com o outro que se produzem diversos conhecimentos, relações sociais comunitárias e familiares, embora nem sempre sobre condições desejáveis esperadas para todos/as. Ainda assim, queremos entender essas

sobrevivências. No campo pode estabelecer uma ordem desigual entre homens e mulheres, pois em volta das representações sociais é como se aqueles e estas vivessem suas próprias *experiências* no mundo e suas representações do universo, as quais não são homogêneas (KARTCHEVSKY, 1986).

Ainda que compartilhando um mesmo espaço e uma mesma identidade atribuída – mulher trabalhadora rural – não existe homogeneidade nas *experiências* e sim convergências nas formas de representações dos seres humanos que habitam um mesmo espaço e convivem se influenciando mutuamente, “afinal não podemos esquecer das chamadas identidades sobrenomeadas, como bem lembram Sardenberg e Macêdo (2011, p. 39) – o que pode fazer com que simultaneamente alguém seja: “mulher negra”, “mulher trabalhadora rural” e “moradora da Vila X”. Afinal, essas múltiplas conexões vão se estabelecendo e formando as várias identidade das pessoas como membros de um país, uma vila, uma comunidade ou de um grupo de mulheres Y, por exemplo.

Contudo, é “inegável que a *experiência* dessas mulheres carrega consigo as marcas de histórias condicionadas por trajetórias de negação/resistência/afirmação” (GASPARÉDO, 2017, p. 38) de saberes um tanto esquecidos, ignorados enquanto maneira de ser dos/das camponeses na formação das suas identidades individuais e coletivas como sujeitos sociais que, historicamente, *reexistem*.

Para construir as identidades femininas é necessário trazer as histórias individuais e coletivas dessas mulheres. Assim, vamos buscar diferentes facetas dos discursos das agricultoras acerca das *experiências* na cajucultura, no trabalho e na pluralidade de vivências que atravessam suas subjetividades, ou seja, nas existências em que as mulheres rurais estão inseridas, em suas diversas formas de ocupações e nos desdobramentos enquanto sujeitos com formas específicas de viver. Acreditamos ser possível discutir as identidades e subjetividades das agricultoras a partir de conjunto de características que aproximam e distanciam suas formas de *existência*.

Por isso, temos que reconhecer um cotidiano devidamente referenciado pelos sujeitos que nele vivem. Sendo assim, as mulheres com suas tradições e sua cultura, seus saberes e seu trabalho, precisam ser valorizadas para, então, construirmos uma sociedade mais justa e menos desigual, em que os seres humanos não sejam vistos apenas pelo lugar que ocupam na “cadeia produtiva”, como lembra Sorj (2004). Nesse contexto, também teremos suas crenças, tradições, identidades camponesas e familiares preservadas. A este respeito Maia (2004) aponta que:

Além da combinação dos espaços da propriedade camponesa, onde se desenvolvia a agricultura [...], outras estratégias, a ela complementares, fundadas nas formas de cooperação do grupo doméstico, eram desempenhadas para a reprodução de toda a família [...] identidade camponesa à medida que elas se tornam o principal elo de ligação entre a família e a terra [...] (MAIA, 2004, p. 96).

Assim sendo, a condição de vivência sobre essas determinações (tradições, culturas, saberes e trabalhos) não é somente identificar-se por como trabalhadora, mas dar condições materiais e subjetivas às mulheres para vivenciarem outra forma de existência e desenvolverem suas potencialidades. As mulheres devem se reconhecer na qualidade de sujeitos com direitos, que merecem condições dignas de existência, embora exista todo um conjunto de representações para *oprimi-las* e *invisibilizá-las* na relação entre trabalho e vida. Em outras palavras, para Rosa (2012, p. 105), “quando o sujeito tem sua identidade definida como a de camponês a terra fica enraizada de tal forma em sua vida [...]”, com isso o indivíduo acaba reconhecendo a condição de também agricultor(a) e trabalhador(a) rural. Esse sentimento de pertencimento, que forma nossa (minha) identidade de camponesa, agricultoras, mulheres trabalhadoras da castanha, fica evidente quando nos sentimos pertencentes a este lugar, “socialmente diferenciado”, como foi bem captado por Tayse Silva (2021, p. 32).

Portanto, essa realidade reflete uma das dimensões da vida, a de mulher trabalhadora, e essa imagem ainda se faz associada por estigmas em que a “participação feminina” é secundarizada no processo de produção, criando inúmeras *invisibilidades*. Ao mesmo tempo que sua valorização social é reduzida à “ajuda” e, por consequência seu trabalho também, quando na verdade elas sempre estiveram presentes nos afazeres agrícolas, na opinião das estudiosas Maria Carneiro e Vanessa Teixeira (1995).

Logo, visibilidade e valorização devem andar ladeadas para construir outro tipo de corpo social, na qual as desigualdades de gênero sejam superadas tanto na cidade, quanto na agricultura familiar, nas palavras de Miriam Nobre (1998, p. 7) “para que outras rosas, margaridas, açucenas floresçam” e não percam “o viço”, a força e crescimento a qual brota da terra para a vida.

Assim sendo, nesta última etapa deste trabalho, continuamos o debate acerca de como histórias individuais e coletivas influenciam na construção das identidades e o que essa interação tem a ver com a produção de saberes, na qual os atores sociais que vivem da terra criam raízes e permanecem neste lugar, de modo a fazer morada e serem transformados, a partir de uma série de elementos que envolve “tradições de

conhecimentos”, como nos lembra Paulilo (1990). Dito isso, o viver e labutar das mulheres tem se caracterizado para além da produção, no desvendar da soma de um conjunto de fatores fundamentais para conhecê-las. Esse contexto, ao mesmo tempo, reflete também a vida da entrevistadora: mulher de raízes rurais, ex-trabalhadora da castanha que tenta romper o ciclo invisível das desigualdades e hierarquias sociais – como relatado anteriormente –, enquanto parte integrante desta trajetória, que percorre lado a lado junto com sua família e com as agricultoras da castanha.

Deste modo, iniciamos esta etapa adentrando um pouco mais na vida cotidiana e na intimidade das entrevistadas. Um primeiro aspecto a destacar – para aquelas casadas ou em uniões estáveis – diz respeito à forma como elas lidam com a vida conjugal e seus desafios. De modo geral, as mulheres apresentam em seus relatos realidades bem parecidas com aquela exposta por Clara Castro. Com receio, ela falou de forma ampla sobre o seu conturbado casamento, pontuando que sofria com problema de vício em bebida do companheiro: se “juntou” muito nova, aos 15 anos; teve quatro filhos/as e, sempre que engravidava, em sua vida se repetia o ciclo da “reprodução social” (BORIS, 2014), pois parava de estudar, mas, por outro lado, não podia interromper no trabalho, tendo de conciliar com filhos e casa. Finalmente, há quatro anos se separou.

Em outras palavras, Sorj (2004) descreve esse ciclo que Clara Castro viveu como parte característica da produção e reprodução social e sexual da vida – grande parte expressa no nível do trabalho doméstico. Isso porque ainda que reprodução esteja diretamente relacionada a estas tarefas e, consequentemente, à supressão das necessidades básicas de existência mediante a urgência do trabalho de cozinha, da limpeza, da organização da casa, etc., abarca ainda a criação, a socialização e a subjetivação dos seres humanos (SORJ, 2004). É no seio da instituição familiar que as mulheres – sujeitas à opressão nessa sociedade – realizam o trabalho reprodutivo em nível diário, gratuitamente e que aparece socialmente como um “não-trabalho”, ou melhor, estes trabalhos têm esta característica de justamente por “não serem pagos” (GUILLAUMIN, 2014). Essa invisibilidade está sempre associada ao trabalho feito por mulheres das camadas sociais mais vulneráveis, mantidas no âmbito privado e no interior de suas próprias casas (SORJ, 2004).

Em sentido semelhante, o relato de Isabel é bem impactante, pois, para ela a vida de casada sempre consistiu em “muita luta, muito trabalho [...] “aprendi muita coisa, cuidar da família, cuidar de casa, porque quando eu me juntei com 14 anos, muito nova, não sabia de nada” (ISABEL, branca, 56 anos, casada, aposentada). No entender de

Isabel, o casamento talvez fosse uma fuga da vida sofrida de serviços da sua família, visto que ela era adolescente e sem muita *experiência*. Embora ajudasse sua mãe a cuidar dos irmãos e da casa, sentiu que era diferente de assumir as responsabilidades que o matrimônio e a maternidade exigiam, sobretudo para as mulheres. Isabel descreve, através das suas palavras aquilo que Guillaumin (2014) chamou de “o contrato social não monetariazado”: o casamento em todas as suas nuances.

Dando sequência, Celina recorda que se casou muito nova e que teve que aprender a cuidar de filhos(as) e de casa. Afirmou que preferia, se pudesse compartilhar apenas as *experiências boas*, porque no período de juventude, diz ela: “inventei um casamento, comecei a ter menino [...] Com 15 anos, 16 anos, tive minha primeira filha, desde que eu me entendi gente que tive essa responsabilidade” (CELINA, preta, 51 anos, solteira). No fim, todas nós temos “*dores*”, todavia é essencial ressignificar as angústias e os sentimentos diante deste percurso que se chamada vida.

De modo geral, as mulheres possuem realidades parecidas com a de Celina, desde cedo tiveram de assumir deveres de pessoas adultas. É tanto que Maria Oliveira mergulha nas lembranças e compartilha um pouco das suas dores: “eu casei muito nova, meu primeiro casamento já foi com 13 ano, só foi ciúmes, brigas, trabalhar e cuidar de casa, passou só dois meses (separada), aí casei de novo do segundo. Me separei com 15, aí com 16 anos me juntei de novo, até hoje”. Com esses relatos, queremos relembrar as sábias palavras de Piedade (2020) que, diante dessas aflições e angústias existenciais das entrevistadas, afirma que precisamos praticar cada vez mais esse ato de escuta, amparadas no conceito de *dororidade*, visto ser importante retratar as “violências que nos atingem, a cada minuto. Apoio, união e irmandade entre as mulheres impulsionam o Movimento Feminista” [...], e manter esse propósito se faz vital para as pesquisas de gênero no ambiente rural.

Seja nas cidades ou na zona rural, é fato que as maiores violências sofridas contra as mulheres ocorrem no seio da unidade familiar. E os lares que deveriam ser o espaço de harmonia, paz e afeto, infelizmente vem, historicamente, se constituindo como um lugar de muitas violências cometidas contra as mulheres. E nesta soma de fatores, estas ainda são penalizadas quando permanecem sem conseguir se libertar desse ciclo perverso – o que é, muitas vezes, usado contra elas (TOLEDO, 2008).

Algumas entrevistadas vão chamar atenção para o fato de, mesmo sem vivenciar violência, o ideário de casamento construído na sua imaginação foi diferente do cotidiano vivido por elas – especialmente ao se verem numa relação em que lhe é exigido mais e

mais trabalho, sendo o centro da vida doméstica da família. Essas demandas de trabalho incessante vão constituir uma realidade bem comum e continuam exigindo muito das novas e velhas gerações de mulheres rurais. Verônica Ferreira (2005, p. 35) explicita que esses serviços são propositadamente desvalorizados e invisibilizados, não sendo “sequer considerados como atividade que produz riqueza. Trata-se aqui, fundamentalmente, do trabalho doméstico (afazeres domésticos, cuidado dos filhos e da família em geral)”.

Essa situação também é relatada por de Maria Oliveira ao relatar que executava todo tipo de trabalho no tempo de casada, sem ganhar reconhecimento pelos serviços, sentindo a sobrecarga das obrigações esperadas e impostas às mulheres – ao invés da constituição de uma união prazerosa, saudável – e inexistindo motivos para continuar a convivência junto ao seu companheiro. Assim, ainda persiste no imaginário social que as mulheres devem se doar ao máximo nos cuidados com os outros, mesmo em desagrado consigo mesmas. De acordo com Brumer (2000), a exploração de gênero tem múltiplas formas de existir, mas, é nas relações conjugais que essa desigualdade tem se manifestado mais fortemente – conforme temos constatado em vários momentos desta pesquisa.

Um fato comum apresentado em diversos relatos é que a história parece se repetir, pois as avós das mulheres da pesquisa se casaram na mesma faixa etária que suas mães e as próprias entrevistadas continuam repetindo o ciclo. Embora com uma ressalva: as mulheres da castanha desejam que suas filhas estudem, trabalhem e tenham mais oportunidades de escolher ser o que desejarem “para não depender financeiramente de homem ou de qualquer outra pessoa”. Ainda nos depoimentos, a respeito das dores e preconceitos sofridos no casamento, uma delas afirma:

Eu tinha dificuldade com meu esposo, ficava aquela coisa pra eu não estudar, tipo botando obstáculo, era isso aí minha dificuldade maior, até ano passado chegou a hora de dizer, não! Tenho que estudar, ficar parada não pode, aí pronto, fui, eu não convenci, eu disse eu vou! Hoje em dia eu sou uma outra pessoa que antigamente, baxava muito a cabeça, principalmente pro esposo, né, queria fazer aquela coisa, mas tipo ele interferia, de uma forma ou de outra, aprendi [...] Que o que eu quero, eu sigo, levanto a cabeça e sigo, vou fazer e ele não interfere mais, aprendi isso! (RITINHA, parda, 29 anos, casada)

Quantas narrativas parecidas com a de Ritinha existem e não temos conhecimento? Quantas mulheres com sonhos pessoais de crescimento e perspectiva de futuro vêm tendo seus sonhos e projetos ignorados? A entrevistada frisou que deseja aprofundar seus estudos na área da saúde, fazer o curso técnico de enfermagem, verificar pressão, explicar o uso de medicamentos ou aplicar injeção e contribuir na melhoria da

vida e saúde na Vila Goiás. Mas esse projeto só será possível com a continuidade de seu investimento na profissionalização e Ritinha está decidida a avançar no processo de educação formal para realizar-se, embora carregue as marcas dos “efeitos da apropriação” no seu corpo, na sua vida e na sua subjetividade (GUILLAUMIN, 2014). Trata-se de um trabalho que Ritinha pensa em desenvolver no futuro, de forma “gratuita” para ajudar na vila – já que a agente comunitária de saúde não se encontra atuando na comunidade por vários fatores – entre eles o fato desta estar doente e não morar mais na localidade, tendo deixado de atuar antes mesmo desses acontecimentos.

É importante ainda destacar que a entrevistada, Ritinha, sempre pensa na melhoria da vida de todos a sua volta, mesmo que, em muitas circunstâncias não receba apoio do marido e que, ao invés disso, este coloque obstáculos e interfira nas suas decisões – embora a entrevistada deixe claro que o esposo não o faça por maldade. Durante a entrevista Ritinha demonstra não perceber “machismo” nas atitudes do esposo, presentes nos pequenos detalhes e ações sutis que se manifestam em maior ou menor proporção. A esse respeito Brumer (2000) afirma que vivemos numa sociedade paternalista, logo atitudes como a do marido da entrevistada nada mais são do que essa reprodução machista disfarçada em atitudes, gestos e comportamentos corriqueiros atuando na vida conjugal e familiar do casal.

Várias entrevistadas enfrentaram as marcas desse machismo e de outras desigualdades de gênero nos seus relacionamentos, em especial, ao terem seus sonhos diminuídos continuamente pelos companheiros ou mesmo pelos pais. Clara Camarão dialoga conosco nessa direção:

Trabalhei, quando eu tinha 13 anos na SUCAM e passava nas casas examinando as pessoas, tirando o sangue, saber quem tinha febre amarela e dava um remédio [...] se tivesse 10 pessoas colhia das 10 pessoas e tinha que ser numeradazinha tudim, mesma enfermeira de hoje, aí eu queria cursar isso aí, aí papai não deixou porque era com homem, naquele tempo a ignorância era demais né! O homem disse: eu pago o estudo dela, essa menina é muito inteligente, isso daqui é coisa difícil [...] e ela tá fazendo e tá dando certo, em Baraúna andava por tudo que era canto, dentro das matas [...] fazendo essa pesquisa pra eles de mês em mês eles vinha, me gratificava (CLARA CAMARÃO, parda, 69 anos, viúva, aposentada).

Nesse sentido, as reflexões das mulheres e *suas histórias* estão atreladas às bases produtoras da desigualdade de gênero, do preconceito pelo fato de ser mulher e de como o machismo se faz presente, em diferentes épocas. Mesmo Clara Camarão estando à frente do seu tempo e contexto social, é perceptível que as condições de emprego na zona rural

sempre foram desafiadoras. Portanto, pontua Márcia Silva (2004), possuir um trabalho de carteira assinada na zona rural – com todas as desigualdades produzidas pelo gênero, pela classe e raça – é *sorte*. Isso nos dias atuais, imagine na década de 1980.

Nessas condições nem sempre favoráveis de direitos e oportunidades, Clara Camarão lembrou que sempre quis ser enfermeira e, com isso, construir uma carreira executando o trabalho que gostasse. Contudo, o primeiro impedimento veio de seu pai, que não gostava que mulher estudasse, era a lógica daquela circunstância que ia de encontro a realidade dela. Assim, as mulheres não conseguiam trabalhar porque ficaria perto de outros homens. Clara Camarão ressalta a tamanha ignorância dessa visão e, mesmo na atualidade, com maior acesso à informação, com as lutas dos movimentos feministas e do movimento de mulheres camponesas, para Boni (2004) o preconceito de gênero ainda pode expressar-se com maior intensidade numa localidade do que na outra.

Nesse contexto, faz-se primordial encontrar alternativas de combate às desigualdades através de campanhas que possam alertar as mulheres sobre como a violência doméstica e familiar opera e como as relações de poder são construídas ao longo do tempo. Isto é, tais relações se estabelecem em reciprocidade agindo na vida das mulheres e como afirma Carolina Silva e Schneider (2010), essas relações podem se apresentar de múltiplas formas, numa base de poder e legitimação, por exemplo, definindo papéis sociais e convencendo as pessoas de que a velha divisão sexual do trabalho se mostra como “natural” e “até inevitável”.

Em outras palavras, é de vital importância a realização de pesquisas que se proponham a conhecer as *sobrevivências/resistências* das agricultoras, porque a única moradora que discute estes assuntos e estuda mulher, gênero e feminismo é a pesquisadora, motivo pelo qual a temática é mais que necessária, é urgente! Dando continuidade à trajetória de Clara Camarão, ela vai falar que não apenas seu pai, mas, também, seu marido foi um dos obstáculos à sua entrada no mundo do trabalho fora de casa:

Porque em 80 as meninas da EMATER vinheram pra mim fazer um curso, trabalhar, ganhar como fosse uma funcionária lá, me graduar no trabalho, né! E Joaquim, meu marido não deixou! As mulheres que saiam de casa pra trabalhar pra fora pra eles não tinham valor, não era tão bem vista, que quisessem ocupar o canto dos homens, na verdade só queria o espaço, mas não entendia (CLARA CAMARÃO, parda, 69 anos, viúva, destaque nosso).

Clara Camarão representa essa mulher rural aprisionada no contexto social onde vive: presa pelas proibições masculinas e também pelas escassas condições de acesso à educação no campo e, assim, viu ir por água abaixo o seu desejo de estudar, de se profissionalizar e construir a carreira dos seus sonhos. Sua primeira barreira foi representada pelo seu pai e, depois, após um novo estímulo e uma nova oportunidade para trabalhar, já casada, no entanto vem um segundo empecilho, também de outro homem: seu companheiro não permitiu que continuasse no emprego, como se trabalhar pela independência e relativa autonomia financeira, além de realizações pessoais fossem sinônimo de competição ou ocupar o espaço masculino.

Este impactante depoimento da entrevistada, nos lembra de que a apropriação do trabalho das mulheres, caminha ladeada com a apropriação dos seus corpos e vidas, fazendo referência ao profundo estudo realizado por Guillaumin (2014). Aonde pretendemos chegar com esses diferentes olhares sobre essa realidade? Essa discussão da autora faz referência a como “uma mulher não deve esquecer-se de que pertence a alguém e que, sendo propriedade de seu esposo, não pode evidentemente dispor de seu próprio corpo” (GUILLAUMIN, 2014, p. 39) e acrescentaríamos da realização de sua plena felicidade/*existência*.

Clara Camarão explicou que desejava um espaço com oportunidades iguais àquelas ofertadas aos homens, como era o caso do seu esposo, jogador de futebol, que detinha condições para se aperfeiçoar no esporte e na profissão escolhida. Essas indagações possibilitam cogitar nossos objetivos, de como o trabalho domiciliar, no mundo da produção se interrelaciona e de como a vida material e emocional constituem a existência desses sujeitos para entender o que são as dores na vida das mulheres, seus desejos impedidos e diminuídos em função da aprovação do outro, diria mais, pelas expectativas e estruturas sociais – como os ofícios – impostas/os às mulheres, numa forte e gritante discriminação:

[...]. Dororidade trata no seu texto, subtexto, das violências que nos atingem, a cada minuto. O caminho que percorro nessa construção conceitual me leva a entender que um conceito parece precisar do outro. Um contém o outro, assim como o barulho contém o silêncio. Dororidade, pois contém a sombra, o vazio, a ausência, a fala silenciada, a dor (PIEADAE, 2020, p. 13-16).

Não é porque a mulher seja casada que deva anular a vida pessoal ou precise agradar o outro causando prejuízo para si, todavia é como se existisse uma validação da sociedade e dos homens afirmando o que uma mulher pode ou não fazer. Já para o sexo

masculino é pouco provável que aconteçam tamanhos empecilhos. A entrevistada Clara Camarão percebeu as desigualdades, mas não conseguiu transformá-las; por outro lado, Ritinha – que cedia muito aos desejos do companheiro – teve coragem/atitude de enfrentar e mudar em benefício dela própria. Portanto, recuperar essas *trajetórias* das informantes como parte de várias histórias coletivas, segundo Michelle Perrot (1989), apontam nesta direção da reconstituição de experiências compartilhada, a partir de escolhas, recortes e supressões que formam a *biografia vivida e relembrada* de cada uma.

Entre estas descobertas da pesquisa soubemos que três entrevistadas trabalharam em fábrica de castanha, tiveram a carteira assinada como merendeiras e participaram de cooperativa e, não por coincidência, são as mulheres mais maduras que tiveram essas vivências. Outras três agricultoras participaram de grupos de mulheres e aprenderam artesanato e a fazer comidas e acessórios decorativos de casa em associação.

Cabe ressaltar que Ana chegou a ser tesoureira quando a Vila Goiás contava com uma associação e Alzira participava das reuniões, observava o que o sogro, então presidente, realizava. Além disso, algumas trabalhadoras já venderam sanduíche, comidas, guaraná do Amazonas e etc. Grande parte das entrevistadas frisaram que se tivessem condições plantariam para cultivo, na própria Vila Goiás, milho, feijão, verduras e legumes, ao invés de dependerem da tradicional cajucultura. É fato que as mulheres mais jovens estão buscando concluir os estudos, querem fazer curso técnico, faculdade, retomaram os estudos. A primeira entrevistada, por exemplo, possui curso de placa solar devido à grande expansão de energia eólica²⁷ no município.

Nesse sentido, as mulheres da Vila Goiás almejam ser bombeiras, enfermeiras, educadoras físicas, trabalhar de carteira assinada em fábrica com direitos trabalhistas/previdenciários e melhorar o próprio ambiente de trabalho na comunidade, além de persistir nos sonhos e não desistir. Assim, é quase unanimidade entre as mais jovens que os serviços executados na castanha são mais realizados por necessidade e falta de opção profissional, ou mesmo a permanência no meio rural. Brumer (2000) dirá que, ao contrário das mais jovens, o pensamento das mulheres mais maduras vai colocar em

²⁷ Para conhecer a realidade das comunidades tradicionais/lokais impactadas pelas mudanças ambientais, sociais, humanas e sanitárias trazidas, sobretudo, com as instalações dos parques eólicos, sugerimos a pesquisa de doutoramento de Dayane Soares: *Vidas ao vento. E como complemento a pesquisa teórica e bibliográfica realizada pelos discentes: Dariana, Alberto e Janaina para a disciplina de Educação Ambiental na especialização-IFRN sobre Educação Ambiental: Os Impactos no Território Causados Pelos Parques Eólicos na Microrregião de Serra do Mel/RN-BR.*

primeiro lugar os esforços que visam proporcionar a melhoria dos/as filhos/as, netos/as, pois, estão mais condicionadas a pensar na felicidade familiar e, por último, nelas.

Pelo exposto, é possível concluir que as exclusões e desigualdades de gênero no mundo do trabalho rural ainda atribuem às mulheres “(principalmente às mulheres jovens) uma posição subordinada na estrutura familiar” (GUILLAUMIN, 2000, p.219). Ou melhor, são as mulheres as mais atingidas nessa desigual distribuição de trabalho e poder na produção e reprodução da vida. E, diante desses dados, Sarti (1997. p. 161) toca nesses pontos anteriores – e que são cruciais para entender o excesso de dedicação das mulheres e de todas as preocupações nos cuidados da casa, dos membros da família e, do porquê pensar nelas mesmas, inconscientemente, continua sendo algo feito em último lugar. Sarti não nos deixa esquecer que, para as mulheres, o trabalho “pode lhe trazer também a satisfação de ter algum ‘dinheiro seu’, parco que seja, afirmando em algum nível sua individualidade, mesmo que seus rendimentos não se destinem para si mesma, uma vez que esta individualidade não deixa de ser referida à família” (SARTI, 1997, p. 161).

É perceptível que as experiências particulares e coletivas das agricultoras entrevistadas também são inspiração para outras mulheres. E, diante de tantos desafios, nas pequenas e grandes conquistas ao longo da vida, elas resistem à sua maneira. Por sua vez, quanto ao que fazem com os proveitos, as trabalhadoras investem dentro de casa, na família, e, por último, pensam nos cuidados pessoais.

Do conjunto das entrevistadas que são casadas, apenas uma respondeu afirmativamente que o companheiro participa do cuidado com os filhos/as. Na desigual divisão do trabalho no interior da família, existe um certo desagrado dos pais com relação aos cuidados com as crianças e à realização de atividades domésticas, o que sobrecarrega as esposas, como se essas atividades fossem obrigações exclusivas das mulheres. No entanto, se todos comem, sujam e moram na casa, porque as mulheres precisam ser sobrecarregadas com a responsabilidade de todas as atividades domésticas? Essa atitude cria uma relação de gênero desigual e desproporcional (MORAIS, 2017). Daí nossa necessidade de problematizar cada vez mais o gênero enquanto categoria analítica e investigativa da conjuntura e dos sujeitos da pesquisa. Nas palavras de Macêdo (2018) estudiosa da área, o gênero possibilita aos pesquisadores “realizar uma releitura de todo o entorno”, isso significa repensar como gênero redimensiona a dinâmica da vida familiar, o trabalho, a cultura, a religião, os valores morais dentre outras “institucionalidades” que

sustentam a “ordem social”, para tentar *ressignificá-las*, em especial no contexto estudado.

3.1 “Trajetórias visíveis e INVISÍVEIS”: compreensão da vida e subjetividade

É na vida cotidiana que encontramos diversas narrativas ainda não contadas nos livros, como é o caso das mulheres da castanha que dia a dia tecem bonito suas histórias. Nessa perspectiva, continuamos a apresentar as trajetórias e a vida cotidiana das entrevistadas a partir de um contexto constituído entre o mundo do trabalho, da produção, dos cuidados familiares e comunitários, em uma relação que nem sempre ocorre de maneira igualitária.

Neste sentido, na condição de pesquisadora de campo, o que vai diferenciar essas análises é perceber como se constroem estas relações desiguais, através do olhar, da abordagem do lugar e da interpretação das/os informantes, com isso, tornamo-nos parte observada e também entrevistada pelos sujeitos (SALEM, 1978). Embora esses encontros possam acontecer em épocas e realidades diferentes, o grau das dificuldades de ida ao campo, seja de estranhamento ou de encontro das subjetividades estarão presentes.

Ainda a respeito da interação na situação de entrevista, Salem (1978) vai dizer que os/as informantes buscam construir uma certa relação de afinidade entre eles e o/a entrevistador/a, em uma tentativa de aproximação de seus mundos – algo comum diante da necessidade de diminuir a sensação de “*invasão*” produzida pela situação da pesquisa, especialmente a expectativa de que os/as informantes falem o esperado, entre outras dificuldades. O processo de entrada no campo requer uma atenção para diminuir a sensação de distanciamento e o exercício de aproximação pede uma abertura para acolher as histórias contadas e as lembranças vividas – como, por exemplo, no caso das “*invisibilizadas*” mulheres da castanha, foi muito importante criar condições para que elas se sentissem à vontade para apresentar suas próprias versões da história, através do resgate de “*memórias*” esquecidas e silenciadas (PERROT, 1989).

Detalhar as histórias das agricultoras diante das possibilidades e limitações que uma dissertação oferece, nos levou a optar por mostrar não apenas uma trajetória de vida específica, apesar da difícil escolha em referenciar as histórias e relatar algumas mais que necessárias *trajetórias* de vida ao invés de outras (CORDEIRO; SCOTT, 1996). Portanto, a pesquisa propõe apresentar histórias vividas e relatadas, mas se posiciona contra qualquer tentativa de fazer generalizações sobre as mulheres, pois busca reconhecer as

particularidades na diversidade – o que é muito mais elucidativo do que qualquer tentativa de caracterização unificada de lugares, sujeitos ou *vivências*, enfatiza Rosaldo (1979).

Assim sendo, não desejamos buscar avaliar as diversas experiências relatadas de forma genérica ou de maneira superficial, baseada em modelos homogêneos da realidade social, mas refletir de forma articulada ao captar como as relações de gênero são organizadas em cada história particular. Daí pensamos em relatar os *trajetos invisíveis*, nos quais cada mulher carrega consigo formas próprias de viver, atreladas a tantas outras que, de início, pareciam ser distintas, mas que, quando analisadas na íntegra, na verdade, constituem parte de um mesmo “quebra-cabeça”.

Poderíamos dizer que as reflexões/histórias em torno das entrevistadas ajudam a formar os laços de pertencimento, relações de amizade, redes familiares, de parentesco e companheirismo comunitários, onde estes fatores estão conectados e permeiam a vida das mulheres e de suas trajetórias. E para nós, pesquisadoras, isso possibilita uma visão “integradora”, mais ampliada desse universo social do qual nos encontramos tão “próximo” e chamamos de “familiar”, como sugestiona Herreira (2012).

Seguindo na tentativa de resgatar as trajetórias das agricultoras, a partir dos relatos de suas experiências particulares/coletivas, estamos realizando um esforço simultâneo de reconstruir a memórias social dessas mulheres e de sua comunidade. Portanto, concordamos com as colocações da intelectual feminista, Cecilia Sardenberg (1998) quando aponta que:

No particular, há de se observar que a memória social não se constitui como um objeto acabado ou fixo no tempo. As memórias são reconstruídas - e construídas - em termos do presente, dentro de circunstâncias e ideias atuais. Tanto em termos do indivíduo quanto de um grupo, lembrar não é reviver o passado; trata-se de um ato criativo, mais de construção (SARDENBERG, 1998, p. 6).

Deste modo, as memórias são entendidas não enquanto o fator definidor de verdades, mas servem como exercício para resgatar o passado sob as circunstâncias do presente. Portanto, lembrar é uma possibilidade de (re)construção do indivíduo/grupo. Então, memória pode ser definida enquanto conhecimento do passado que é guiada pelo olhar do presente, são as lembranças de cada sujeito ao se relacionar consigo e o outro no mundo.

A memória pode ser entendida como a forma como os sujeitos se identificam com a vida coletiva, compartilhada em grupo ou comunidade da qual faz/fez parte,

interligando uma pluralidade de olhares sobre a realidade, através de experiências contadas ao longo dos tempos, podendo ser a memória de um sujeito, povo etc. Assim, para resgatar essa memória das entrevistadas, selecionamos seis relatos do conjunto das 15 entrevistas – é importante esclarecer que as demais informantes possuem cada uma a devida importância e contribuição ao longo deste caminhar, bem como trazem histórias não menos desafiadoras nessa tentativa de “resgatar memórias” (SARDENBERG, 1998).

Iremos nos aprofundar na exposição das narrativas de Ana, Nísia, Isabel, Celina, Zila e Ritinha. Dito isto, não pretendemos tornar repetitivos seus depoimentos, mas detalhar *trajetórias invisíveis de vidas*, observando a importância em partilhar algumas histórias ricas em detalhes, na tentativa de resgatar e/ou reconstruir “o gênero das memórias”, a partir das falas das entrevistadas.

Iniciamos com as memórias de Ana, mulher parda, 62 anos, que nasceu na cidade de Campo Grande-RN. Seus pais eram agricultores e relata que não vivenciou sua infância como gostaria (brincava apenas quando sobrava tempo no açude ou no rio), pois tinha que labutar com a família e o que produziam era pago de meia²⁸ ou de terça ao trabalharem nas terras de outros proprietários. Ao todo, seus pais tinham quatro filhas e Ana era a primogênita; executava todo tipo de trabalho, tanto o considerado “maneiro” quanto o “pesado” (Maia, 2004). Na adolescência, passou a residir em Mossoró com a família – nessa época já estudava e cuidava das irmãs mais novas.

Ana conta que chegou na Serra do Mel em 1976, mas que morou, de início, na Vila São Paulo, por motivo do pai começar a trabalhar no “projeto Serra do Mel”. Em seguida, mudou-se, consecutivamente, para a Vila Pernambuco, Ceará e Brasília – nesta última já casada e, por fim, se estabeleceu com o marido na Vila Goiás. Casou aos 15 anos, seguindo a tendência esperada para as mulheres da época; foi mãe nessa idade e teve nove filhos/as, todos já estão casados/as e com filhos/as que fizeram dela avó de 16 netos/as. Conta que estudou através do EJA (Alfabetização de jovens e adultos) e que fez diversos cursos (como de doce de caju e crochê) e também outras formações pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial-SENAC²⁹, voltadas para o micro e pequeno empreendedor (a). Por algum tempo, para complementar a renda, já fazia vários doces e

²⁸ Significa uma parceria estabelecida na zona rural, onde o que a/o trabalhadora/o produz é dividido pela metade entre ela/ele e o dono da terra, e 1/3 é separado para agricultora e proprietário.

²⁹ Instituição que atua enquanto terceiro setor e, é o principal agente de educação profissional no Brasil voltado para o Comércio de Bens, Serviços e Turismo do País.

rapadura de castanha, mas parou com as vendas porque precisava ter firma registrada. Diz que ainda deseja fazer o curso de corte e costura para beneficiar sua família.

Nestes anos, fica evidente que o processo de formação, exceto pela experiência com a EJA, esteve todo ele voltado para a realização de cursos que reforçam as atividades realizadas por Ana enquanto responsável pelo cuidado dos filhos e da família e pela complementação da renda. A esse respeito, Cisne e Santos (2018, p. 124) vão dizer que

[...] entendemos que não basta às mulheres passarem a ser titulares de programas, é necessário pensar os programas e as políticas públicas em uma perspectiva feminista, ou seja, que não reforce a divisão sexual e racial do trabalho, a sobrecarga de responsabilidades ditas femininas e que possibilite o avanço para a autonomia das mulheres, assegurando condições legais de trabalho.

Como aponta Articulação de Mulheres Brasileiras (2011), nos estudos realizados entre 2003 a 2010 sobre a superação dos desafios das desigualdades de gênero: é necessário que as políticas públicas, além de assegurar condições favoráveis de trabalho para as mulheres, possam valorizar essa participação em todas as dimensões do curso da vida e, com isso, possibilitar uma maior qualificação profissional e pessoal, dando chance, por exemplo, para que as agricultoras ocupem melhores oportunidades no mundo do trabalho. A partir dessa ótica, os dados levantados por Andrea Butto (2014) mostram que, na ausência de políticas públicas que gerem fator de renda monetária além de outros desafios, os trabalhos das mulheres no meio rural tendem a estar voltados para o autoconsumo da família:

[...] por exemplo, a escassez de água em suas residências e a necessidade de suprimento de lenha para atividades de preparo de alimentos – além da menor disponibilidade de tempo para atividades geradoras de renda monetária. Essa forma de inserção econômica produz uma representação do seu trabalho como atividade secundária e marginal, ao mesmo tempo em que, sem o trabalho delas, não é possível garantir a reprodução física e social da agricultura familiar (BUTTO, 2014, p. 26).

Analizando esse contexto a partir dos relatos de Ana, observamos que ela tem de sobra talento, coragem de labutar, força de vontade e prazer pelo trabalho que executa, mas fica evidente que o que sempre lhe faltou foram condições financeiras mínimas para dar prosseguimento aos seus negócios e sonhos. Assim, a falta de crédito, de CNPJ, de apoio ao micro e pequeno empreendedor rural, já abordado anteriormente por Torres-Filha (2020) tornam estes sonhos distantes de se realizarem. Na ausência dessas fontes de apoio, fica evidenciada a necessidade de Ana ter precisado desempenhar outros serviços,

como o de merendeira em escola ou então trabalhar no seu lote na safra da castanha – limpando mato, fazendo bozó do cajueiro, coroamento e todo o resto. Quando questionada sobre seus sonhos, Ana comenta que gostaria de ter tido uma profissão que lhe permitisse a compra de um carro, a construção de uma casa melhor para ampará-la na sua fase de idosa e que deseja muito poder ajudar seus filhos. Por outro lado, o trabalho da castanha no corte da amêndoia conseguiu realizar pouca coisa, tendo apenas garantido o básico para *sobreviver*. Como lembram Woortmann e Woortmann (1996), o funcionamento da unidade familiar em torno da agricultora se assenta em fortes bases “hierárquicas e de gênero” e, na ausência de políticas que busquem reverter esta situação, fica evidenciado o contexto de tantas dificuldades e precarização da vida das mulheres.

Dando sequência, a maior dificuldade que a entrevistada relatou passar foi a de educar os nove filhos/as sem possuir um trabalho certo, ou melhor, de carteira assinada, apenas tirando seu sustento da terra. Ainda assim, relata que mesmo com tantos desafios nunca perdeu o sorriso no rosto e o desejo de oferecer, junto com seu esposo, estudo para os filhos/as, com o intuito de que todos membros da família pudessem melhorar de vida. Os esforços de Ana para melhorar a vida dos filhos/as vão ao encontro do que Sarti (1997, p.61) chama a atenção: sobre a importância da família na geração de redes de apoio, pois ela “torna-se o maior parâmetro e base das relações sociais, na ‘casa’ e suas extensões fora dela”.

Ana ainda relembra que participou ativamente da Associação da Vila Goiás, antes do seu fechamento, desempenhando o papel de tesoureira – lembra com saudade desse período pois recebia uma feira da emergência no tempo da seca e óleo para o trator cortar os terrenos, além disso tudo que precisava para ela e família era mais fácil de conseguir tendo essa assistência. Em outro momento, chegou a trabalhar em uma fábrica na Vila Brasília e fala que eram tempos difíceis: caminhava 5 km para ir e mais 5 km para voltar e, mesmo, assinando carteira, existia uma fiscalização dura que só dava apenas 10 minutos para ir ao banheiro, não podia conversar e ganhava por produção.

Nesse contexto de baixa qualificação, fica evidente a total falta de opção e que, somada a pouca remuneração, vão estabelecer o cenário perfeito para subordinação dos trabalhadores e, principalmente, das mulheres (SARTI, 1997). A entrevistada descreve que seus rendimentos eram insuficientes para o mês, pois só dava para *sobreviver e*, por isso tinha que procurar outras alternativas, desde os serviços de criação de animais, venda de leite, ovos e frutas e hortaliças para complementar o sustento familiar. Essa atuação polivalente é bem resumida, como podemos ver na citação abaixo:

À mulher, de um modo geral, compete executar tanto as atividades mais rotineiras, ligadas à casa ou ao serviço agrícola, como as de caráter mais leve. Entre as tarefas em geral executadas pelas mulheres estão praticamente todas as atividades domésticas, o trato dos animais, principalmente os menores (galinhas, porcos e animais domésticos), a ordenha das vacas e o cuidado do quintal, que inclui a horta, o pomar e o jardim (BRUMER, 2000, p. 211).

Neste caso, a autora reforça as palavras da entrevistada em relação ao desempenho dessa infinidade de afazeres domésticos e que chegam desde os processos da agricultura da até a criação de animais – como tirar leite de vaca, cortar castanha e plantar árvores (cajarana, acerola, tamarindo, goiaba etc.) para revender as frutas nos supermercados.

A próxima entrevistada chama-se Nísia: mulher preta, 61 anos, nascida na cidade de Afonso Bezerra, interior do RN, filha de pais agricultores, é a mais velha de oito irmãos e, em 1979, quando tinha dezessete anos, foi morar na Vila Goiás. Desde a infância plantava milho, feijão, melancia e algodão junto dos seus genitores e irmãos para *sobreviver*. Relatou terem enfrentado tempos muito difíceis e que sua família passou por muitas carências materiais. Lembra, emocionada: “era tanta fome”! De fato, faltava inclusive mantimentos básicos para alimentação como feijão, arroz e carne.

O relato de Nísia mostra que o fato de enxergar tão de perto o sofrimento dos seus pais, tendo que trabalhar de sol a sol para alimentar tantos filhos/as, fez com que ela não desejasse se casar cedo – embora nutrisse vontade de construir sua própria família no futuro. No entanto, como muitas mulheres da sua época, Nísia acabou se casando aos dezenove anos e relata que sofreu bastante nessa primeira união devido ao problema de vício em bebida de seu marido – posteriormente, vai se casar pela segunda vez. Desse primeiro casamento teve seis filhos/as e afirma que os criou sozinha, apenas com a ajuda da sua genitora. Passou por muitas dificuldades enquanto mãe solo e chefe de família, pois, como lembra Macêdo (2008), as desigualdades de gênero tornam as mulheres que chefiam suas famílias as principais responsáveis por educar e sustentar as crianças, numa realidade que não oferece as condições necessárias para lidarem com todas essas demandas simultâneas. Hoje, com 12 netos e prestes a ser bisavó, o conselho que deixa para todos eles é: “estudem”!

Em relação à escolaridade, a entrevistada conta que estudou apenas até a 3^a série, porque nessa época pensava que a educação não iria mudar em nada sua vida e que, ao seu redor, não existia nenhuma referência de pessoa que tivesse prosperado através da educação. No entanto, lembra que seus pais nunca deixaram de incentivá-la, Nísia, por

sua vez, não gostava de estudar e via a escola como obrigação, achava “chato”. Hoje, confessa que entende o quanto desperdiçou oportunidades de aprender e ter uma formação.

Sobre a relevância da educação para a vida das mulheres, especialmente no mercado de trabalho, Bruschini (2006, p. 66) vai dizer que “a escolaridade tem grande efeito sobre o tempo que elas levam executando essas tarefas” *desvalorizadas*. Sobretudo na ótica do campo, a educação formal é a ponte que deveria possibilitar qualidades favoráveis de capacitação e organização para as mulheres refletirem suas vidas e lidas, voltadas para os meios e as condições de agregar valor a estes aprendizados. Para além dos ganhos monetários, a educação deve ser reflexiva para desenvolver a capacidade dos sujeitos decidirem sobre si, sendo imprescindível que ela possa apresentar alguns saberes fundamentais sobre a própria prática educativa e sua uma possibilidade de ajudar *resssignificar* a existência das mulheres as suas particularidades de formação educacionais, lembra Ficher (2004).

A educação precisa ser parte do contexto em que os sujeitos estão inseridos, isto é, faz-se necessário alinhar o exercício do aprender, do conhecer e da curiosidade para estimular a capacidade dos indivíduos na condição de sujeitos políticos e sociais. Afinal, somos seres humanos históricos e com capacidade de intervir no mundo através das ações, ou melhor, da realidade, sendo fundamental discutir as implicações que determinados acontecimentos representam na vida de cada indivíduo diante dessas condicionalidades (FISCHER, 2004).

Hoje em dia, com maior maturidade e experiência de vida – inclusive da maternidade –, Nísia tem outro posicionamento no que diz respeito à contribuição da educação para desenvolver potencialidades de transformar sujeitos e vidas e na possibilidade real de construção de uma sociedade mais democrática. Isso não significa negar que somos seres condicionados historicamente e socialmente pelo cotidiano (HELLER, 2008) em que vivemos, porém, esse *cotidiano* não é o definidor ou determinante único. Assim, combater as desigualdades educacionais e de gênero torna-se primordial para as pessoas desenvolverem *vivências* democráticas no exercício do respeito ao diferente, na inclusão, predisposto à mudança do conjunto desses fatores.

No grupo de entrevistadas, Nísia é uma das poucas trabalhadoras sem escolaridade. Hoje, ela se arrepende da escolha que fez no passado e lembra que até tentou estudar no EJA, porém acredita que lhe faltou paciência/ “cabeça” para aprender tudo desde o início, não obstante afirme achar lindo quem sabe ler. Sem letramento, Nísia

revela que canta na igreja porque consegue decorar os hinos e confessa que gostaria de conseguir fazer anotações no caderno de sua pequena mercearia, pois quando está sozinha por lá precisa decorar as compras dos clientes para, posteriormente, pedir ajuda de alguém da família.

A valorização da educação formal, no entanto, como lembra Bruschini (2006, p. 69), na zona rural é importante, mas deve estar associada à capacitação para o trabalho na agricultura para superar a ideia do trabalho feminino com uma “simples ajuda”:

[...] no campo, melhores condições de estudo não levam, necessariamente, a melhores condições de trabalho. Além disso, na zona rural, o investimento em formação e na capacitação das mulheres para atividades agrícolas é tão importante e urgente quanto a educação formal.

Somado a isso, é de suma necessidade que as mulheres tenham maiores oportunidades de ter acesso a trabalho regulamentado e crédito, que possam se capacitar e também tenham políticas previdenciárias ampliadas. Inclusive, o maior sonho da nossa informante era conseguir se aposentar e poder comprar um carro através de financiamento. Recentemente, ela conseguiu realizar os dois objetivos, além de conquistar a casa própria e reformá-la através do incentivo da política de crédito agrícola. A entrevistada nunca gostou de viver no aluguel, embora já tenha habitado num quarto no quintal da casa de sua mãe, contudo, morar de favor, em suas palavras: “*jamais*”! Sempre labutou.

O ex-marido trabalhava em firmas no Ceará e interior do Rio Grande na função de tratorista, de certa forma era obrigada a mudar de cidade, morou em Afonso Bezerra, Areia Branca, já em Natal (gostava de residir na capital, pois pegava o *tickets* dos ônibus para conhecer a localidade), contudo precisou retornar a Vila Goiás.

A relato de vida da entrevistada e sua experiência de trabalho, dialogam com os apontamentos de Beltrão e Begot (2011) sobre como “a realidade das fábricas pouco (ou nada) mudou em relação às condições escorchantes de trabalho [...] a realidade que assola as fábricas de castanha hoje é a mesma de 30 anos atrás” (BELTRÃO; BEGOT, 2011, p. 6). Normalmente os espaços que as mulheres ocupam são abafados, sem ventilação e quentes, além disso realizam os ofícios sentadas por longas horas durante o dia para bater a meta da produção. De modo geral, o beneficiamento da castanha de caju segue uma lógica perversa e parece quase imutável: é para as mulheres que, geralmente é oferecido o serviço manual, repetitivo, enfadonho e corporal, que exige cuidado e sensibilidade,

traços tipicamente “destinados” ao sexo feminino (BRUSCHINI, 2006). Ou seja, as mulheres ainda ocupam funções “consideradas tradicionais”.

Em síntese, a informante desabafa que os empregos nas fábricas, olhando por outro ângulo, serviram de aprendizado, experiência e forma de cultivar novas amizades. Além disso, fez um curso no ramo da castanha para caso precisasse montar um negócio como autônoma para ela e as filhas, aprendendo a administrar. Para finalizar essa narrativa, o conselho que a informante deixa a todas as mulheres é: “estudar para viver melhor, jamais desistir dos sonhos, mesmo que estes demorem a se concretizar”. Nesse processo, há uma tentativa de resgate das “memórias” enquanto uma espécie de “prática feminina”, como postula Perrot (1989).

Dando continuidade às apresentações, vamos conhecer Isabel, mulher branca, 56 anos, nasceu em Carnaubais-RN e morou no Imbuzeiro, região pertencente a este município. Casada e mãe de cinco filhos, no momento também é avó de oito netos. Há 43 anos que habita na Vila Goiás, antes disso vivia na Vila Minas Gerais. Nos tempos de criança, admite que não aproveitou a infância – uma realidade bem comum das agricultoras e se repete ao comparar com as demais mulheres entrevistadas. A sua mãe não a deixava brincar porque tinha que trabalhar, plantar milho, feijão e jerimum.

Deste modo, no contexto da labuta no lote ajudava o pai a encoivar os tocos, a fazer limpeza de mato e quando não estava fazendo estes serviços ficava responsável de auxiliar os irmãos/as mais novos/asa, ao todo são 13 irmãos/as. Dando sequência, depois que chegou na Goiás melhorou de vida, embora o dia a dia seja corrido, na casa tudo quem resolve é ela, ir no banco, bodega, supermercado e etc. Nessa realidade, tais demandas são transferidas as mulheres: “dona da casa, empregada doméstica, mãe, babá, secretária”, ou seja, a sociedade patriarcal delega esses serviços ao mesmo tempo que precisam prover outras necessidades e bem-estar da família, como problematizaram Abramovay e Rua (2000).

No curso da vida, Isabel teve conquistas pessoais e familiares, morava numa casa de taipa, com muita luta conseguiu reformá-la através de um empréstimo que fez, inclusive pensava em não conseguir chegar nos 55 anos com sua maior vitória: a aposentadoria. Ela, como tantas outras agricultoras, viveu anos casada e criou os filhos/as através do sustento da castanha, do lote, do corte das amêndoas e ficou doente devido a toda essa labuta.

Como evidenciado até aqui, o manejo da castanha produz uma falsa visão de ser um trabalho simples, que pode ser feito por qualquer pessoa e, com isso, não exigindo

habilidades especiais ou mesmo sendo incapaz de provocar danos à saúde – já que pode ser realizado por mulheres e crianças. Na realidade, pesquisas como a de Beltrão e Begot (2011), vão por em questão o processo de trabalho na “lida da castanha”:

É preciso que se desmistifique a ideia de que o trabalho da mulher, neste caso, quebrar castanha, por supostamente exigir destreza e acuidade visual, torne-se um trabalho “leve”, ao contrário, as mulheres com quem conversei padecem de doenças incuráveis que adquiriram na lida da castanha [...] o trabalho na castanha, por ser desenvolvido por mulheres e ser considerado um trabalho “típico” de mulher (BELTRÃO; BEGOT, 2011, p. 8).

A pesquisa acima vem ratificar o que a agricultora nos informou, em conversa anterior, acerca do seu processo de adoecimento causado pelo serviço com a castanha. Ainda assim, prefere executar outras ocupações no lote, como apanhar castanha debaixo do cajueiro: “*sossegada, para relaxar a mente*”, do que lidar com os afazeres domésticos e cuidar de doentes, porque segundo ela: “na casa tem de fazer mil coisas simultâneas e nunca tem fim”. Para Isabel, a lida no lote proporciona paz, sossego, calma, tranquilidade na mente que no mundo doméstico/casa não possui, ainda como “a gratificação de romper o que se expressa chamar como confinamento doméstico (SARTI p.161). Igualmente, pesquisas como a de Brumer (2000, p.212) vão ratificar essa constatação da preferência de muitas mulheres entre trabalho agrícola a trabalho doméstico:

Não é de surpreender, por isso, que muitas mulheres, apesar da dureza do trabalho agrícola e de seu papel subalterno no mesmo, prefiram exercer essa atividade ao trabalho doméstico, usando justificativas tais como: “o trabalho doméstico é todo dia a mesma coisa, a gente limpa e logo em seguida tem que limpar de novo”; “o trabalho na roça a gente vê” (BRUMER, 2000, p. 212).

Em outras palavras, no caso de Isabel, o seu entendimento é que os trabalhos domésticos são muito “desgastantes”, todo dia a “mesma coisa”: cozinha, lava, arruma, limpa a casa e não vê nada ajeitado. De sobra, ainda tem que lidar com o estresse de cuidar do marido e do filho, ambos doentes, isso tudo “perturba a mente”, então prefere sair para o quintal, ficar em contato com a natureza ou casa da mãe, para não “enlouquecer”, no lote pelo menos tem paz, tranquilidade e percebe monetariamente os frutos do trabalho. No dia a dia, ninguém percebe o quanto todos estes trabalhos, aliado ao de cuidadora é extremamente fadigado para esta mulher, que suga todas suas energias, mexe com a saúde mental e física, ou seja, é como se esta super jornada extensiva fosse atribuição quase exclusiva das mulheres (BRUMER, 2000).

Diante do significado do trabalho na sua vida, Isabel explicita o quanto o labutar fora da casa proporciona maior bem-estar, mais gratificação e leveza (*IDEM*, 2000). Muito diferente de quando chega na casa, com tanta demanda, resolve as compras no mercado, vai na feira, coloca água para as tarefas diárias. Então, a partir das suas *experiências*, ela deixa um conselho para todas as mulheres trabalhadoras: “estudem”, que labutem em outra ocupação além da casa, mas lembra que trabalho no sol também é muito ruim e se podem encontrar oportunidade de emprego regulamentado, então, é bem melhor!

Dando sequência aos relatos, vamos agora conhecer Celina, mulher preta, 51 anos, no momento está solteira, pois divorciou-se. É mãe solo de sete filhos/as, tem oito netos/as, inclusive a filha primogênita está na faculdade de pedagogia. Voltando um pouco às suas origens: chegou na Vila Goiás em 1979, com oito anos de idade; os pais conseguiram um lote e casa para morar dentro do “Projeto de vida”; antes disso, habitaram na Vila Paraná. Ao longo dos anos residiu uma boa temporada em Pendências e Mossoró, mas sempre indo e voltando à Vila Goiás. Ela conta que nasceu em Afonso Bezerra-RN e que desde pequena, junto do núcleo familiar, sempre trabalhou para sobreviver: cuidava da roça e da lavoura, plantava e colhia batata, vendia verdura, pescava peixe para comer, carregava água da rua, ou seja, executava inúmeras funções, uma realidade semelhante à de tantas outras mulheres do campo (BORIS, 2011). Diz que nesta época a vida era mais sofrida, pois quando chegava do trabalho na roça ainda restava os afazeres da casa e era responsável por zelar pelos irmãos e tinha dias que cuidava de todas as sete crianças.

Celina comenta que sentiu que não teve infância e o mesmo aconteceu na adolescência, porque, por volta dos seus doze anos, teve que cuidar do pai que adoeceu e as irmãs mais velhas já eram casadas. Em nenhum momento seus irmãos do sexo masculino dividiram qualquer responsabilidade – o que dialoga com os apontamentos de Nogueira e Passos (2020) a esse respeito. Cisne e Santos (2018) vão dizer a esse respeito que, embora tenham ocorrido avanços na legislação e na realidade da vida cotidiana, os estudos no campo das relações de gênero e feminismos mostram que, em pleno século XXI, as desigualdades de gênero e classe ainda impactam fortemente a vida das meninas e das adolescentes. Isso nos leva ao seguinte questionamento: se todos comem, sujam, dormem, por que as tarefas são reservadas na sua quase totalidade tão-somente às mulheres? A sociedade normaliza essas relações desequilibradas e injustas e, neste cenário, nossa contribuição é problematizar as raízes das desigualdades nas relações de gênero.

Voltando para o relato de Celina, ela nos conta que aos 15 anos casou e foi mãe aos 16 anos e, assim, chegaram mais obrigações domésticas e, para completar, seu marido fazia uso de bebidas alcoólicas e tornou a casa um ambiente de muita violência. Nesse contexto de dificuldades e apesar de ser ainda muito jovem, ela relembra que fazia tudo que estava ao seu alcance para evitar que seus filhos/as sofressem. Com tantas demandas e dificuldades, ainda afirmara: “aquilo que não pôde fazer na juventude, finalmente vem realizando na fase adulta coisas como passear, viajar, ir a festas, se cuidar e aproveitar a vida”. Agora, é possível pensar mais na sua realização pessoal/profissional para além dos serviços que executa “dentro” e “fora” de casa (Boris, 2014) e filhos/as.

Sobre sua labuta para *sobreviver*, explica que já trabalhou na fábrica de caju, matou galinha e frango para vender em granja e que, nos últimos anos, se dedicou a ser cuidadora de idosos, inclusive tem o sonho de encontrar um emprego nessa área, pois tem prazer nesta profissão. Realiza a despeliculada de castanha nas “folgas” e planta milho, feijão e verduras no quintal, mas continua com a criação de animais Diz que faz tudo que for preciso para garantir o pão de cada dia de toda família. A maneira simples como Celina fala das suas várias atividades, como muitas outras mulheres, parece esconder a percepção do grande esforço na qual envolve o trabalho feminino, como mostra o trecho abaixo:

[...] elas, ao mesmo tempo em que cuidam da casa, carregam água, cuidam também dos pequenos animais (galinhas, cabras e porcos) e das hortas. Além dessas atividades que se concentram principalmente na casa e no quintal, elas ainda desenvolvem trabalhos no roçado, principalmente no período do plantio e colheita. Por não desenvolver todas as etapas do roçado, e por ser uma atividade liderada pelo homem adulto, esse trabalho é qualificado como ajuda (SALES, 2007, p. 441).

Como apontado anteriormente, a realidade descrita por Sales (2007) é parecida com a de tantas mulheres rurais, inclusive com a da própria entrevistada, pois suas atividades se confundem e se misturam aos diversos serviços que ela realiza para sobreviver e não depender financeiramente de ninguém. Celina diz sentir-se cansada, por ter iniciado cedo a sua labuta, seja quando solteira, por necessidade de ter de trabalhar mais os pais, ou depois da casada, em busca das condições materiais de garantir *sobrevivências* para si e para seus filhos/as. Para finalizar, a entrevistada fala de um momento importante de sua vida, quando participou por quase um ano do grupo de mulheres em Pendências, o local ofertava cursos para fazer lantejoula, desenhos nos panos de pratos, doces diversos e corte de cabelo. Lembra com alegria que cada experiência proporcionava um aprendizado diferente e que era uma grande distração estar

junto de outras mulheres, porquanto, além de relaxar a mente, recebeu aprendizados em forma de outras alternativas de sustento e fez diversas amizades.

Seguimos agora para tomar conhecimento da história de Zila, mulher parda, 42 anos e pedagoga de formação. Nasceu em Mossoró-RN e morou três anos no interior de São Paulo, em Marília, inclusive sua primeira experiência de emprego com carteira assinada foi de assistente de serviços gerais nessa cidade. No momento, se considera solteira, mas, na realidade, ficou viúva há seis anos e é mãe solo. Filha de pais agricultores, é a primogênita de cinco filhos/as e, como de costume, teve sua vida marcada pelo destino de gênero (TORRES-FILHA, 2020): por ser a mais velha, ficava encarregada de cuidar dos irmãos/as pequenos/as para que sua mãe pudesse trabalhar.

Boa parte da juventude viveu com a avó materna – da infância até a adolescência. Lembra que apanhava castanha para si e diz que no tempo que trabalhava no lote da avó era menos cansativo, sem tantas cobranças como hoje, que é submetida a ordens e a “lógica produtiva dos patrões”, como sinalizado por Silva (2004). Trabalhou por algum tempo como auxiliar de ensino em uma escola na Vila Brasília, mas a maior parte do tempo viveu do trabalho na castanha. Essa realidade de Zila é reflexo da precarização do mundo do trabalho e que sempre existiu na zona rural – evidenciada por padrões de trabalho por tarefas e “por contratos muito fracos ou não existentes, que exclui assegurar direitos trabalhistas” (STEVANO, 2017, p. 286). Em outras palavras, Zila está sujeita a realizar este serviço para não depender da mãe e para manter o sustento das filhas. Basicamente, sua renda é proveniente do Programa bolsa família e da despeliculada da castanha. Hoje, tudo que possui é a casa própria e uma moto – que herdou da partilha dos bens após a morte do marido – contudo não tem um lote e não tem plantação no quintal.

Zila mora com a mãe, o padrasto, um irmão e suas filhas. É a única formada em nível superior, tanto na sua família como entre as entrevistadas. Faz oito anos que terminou o curso de pedagogia, mas, mesmo com o aumento do nível de qualificação não conseguiu ocupação na área. Refletindo sobre isto, Hirata (2002, p.61) alerta para uma difícil realidade, pois, mesmo mais escolarizadas, “as mulheres continuam aceitando ganhar menos”, seja por falta de oportunidade ou por não se sentir em condições de poder fazer escolhas. No caso de Zila, ela nunca atuou na área, todavia deseja trabalhar um dia no seu campo de formação e, assim, proporcionar uma qualidade de vida melhor para a sua família. Ela também possui capacitação em um curso técnico em placas de energia solar e tem experiência comprovada no currículo.

O caso de Zila e de muitas outras mulheres faz “cair por terra” o discurso de que as mulheres não buscam qualificação para melhorar sua formação profissional; então, elas se “submetem ganhar menos” porque não lhes resta outra saída, já que não há emprego formal. O relato da entrevistada mostra que, ao contrário do que pensa quem enxerga acomodação entre os pobres, ela é um forte exemplo de alguém que faz de tudo para driblar os obstáculos da vida: malha todos os dias, anda de motocicleta, deseja aprender a dirigir carro e tirar a CNH, gosta de costurar e faz pequenos consertos em roupas, tapetes e calcinhas. Na pandemia, revendeu muitas máscaras de tecido para outras cidades. Ela conta que parou com essas alternativas de renda por falta de investimento financeiro.

Por fim, após tantos relatos biográficos, chegamos à apresentação da trajetória de Ritinha: uma mulher parda, de 29 anos, nasceu na Serra do Mel, vive em união estável, tornou-se mãe aos 19 anos e tem dois filhos. Ela relata que residiu por algum tempo em Mossoró e que esse foi o período mais desafiador da sua vida, pois vivia em hospitais acompanhando e cuidando de três familiares de seu esposo – apesar da responsabilidade efetiva ser dos filhos – e que, por sempre pensar no próximo, se viu sobrecarregada. Com isso, de tanto cuidar dos outros, acabou não tendo tempo para cuidar de si, quase adquiriu uma doença mental (depressão) e até hoje sofre de ansiedade. Este relato parece semelhante ao de Guillaumin (2014), que chama de trabalho “efetuado sem salário”, desenvolvido por amor, onde a mulher presta serviços “familiares” por conta de relações sociais que são fortes e “poderosas”. Isto é, trabalho não pago, realizado gratuitamente no interior da casa.

Ela conta que, por muito tempo, morou de aluguel, porém conseguiu construir sua casa com parte do dinheiro vindo da castanha. Ainda hoje sobrevive da lida de *despeliculagem* e em condições nada favoráveis. Esse sempre foi o seu “ganha pão”, pois começou a trabalhar na safra da castanha muito cedo, aos 10 anos, para ajudar seus pais a sustentar seis filhos pequenos. Ela gosta de cozinhar, ir a festas para dançar, sair no final de semana, ter momentos de lazer em família e assistir filmes. Embora saiba andar de moto, quer aprender a dirigir e sonha em comprar um carro e ter maior autonomia.

A entrevistada agradece por suas conquistas e alegrias, apesar das adversidades gosta da experiência de conviver com outras agricultoras. Dessa realidade, tira boas experiências no convívio, no crescimento e aprendizados, mesmo os ganhos sendo mínimos e sempre iguais. Frisa que aprendeu três importantes coisas que as mulheres devem procurar dar atenção: em primeiro lugar, estudar; em segundo, pensar mais em si e, em terceiro, se cuidar mais. Lembra que, por ter sempre muitas demandas que

predominantemente acabam na responsabilidade feminina, as mulheres esquecem de si ao se doarem para o outro, descuidando de sua saúde e adquirindo uma alta carga de tarefas. Schenato e Santos (2021, p. 136) refletem sobre a gravidade dessa situação, pois, mesmo quando as mulheres realizam atividades profissionais, na maioria das vezes “são trabalhos voltados a educação, saúde e serviços sociais”, aliás, ocupações estas que exigem atenção e cuidado e, mesmo quando pagos, quase nunca são bem remuneradas. Todavia, se fossem funções realizadas por homens, provavelmente seriam passíveis de questionamentos sobre o papel social desenvolvido por eles (Sarti, 1997).

Ao falar de superação, a informante destaca que uma das suas maiores dificuldades estava relacionada ao fato de seu esposo colocar obstáculo para ela dançar nas quadrilhas, porém, agora aprendeu a se impor, se libertou e segue em frente! Inclusive, desde 2021, dança no Festival de Quadrilhas Juninas de Serra do Mel-FERCAJU – promovido pela prefeitura municipal no intuito de preservar as tradições nordestinas, incentivando os jovens e adultos de Serra do Mel a participarem. Ela e outras mulheres que foram entrevistadas ganharam o prêmio de segundo lugar em 2022, com a Quadrilha Laço Verde e até foram se apresentar em outra cidade.

Para a alegria das mulheres e demais moradores da Vila Goiás que se prepararam e ensaiaram para dançar no festival com o tema vaquejada, em 2023, Laço Verde ganhou em 1º lugar, conquistando o prêmio de 7.000,00 reais e troféu. Além disso, o grupo representou a cidade de Serra do Mel nas festas juninas de 2024 na tradicional competição do Mossoró Cidade Junina-MCJ, que reúne quadrilhas das regiões vizinhas do Oeste Potiguar. A união do grupo em torno de um objetivo comum tem fortalecido sua organização – na festa da padroeira de Nossa Senhora dos Impossíveis, as integrantes do grupo venderam comidas e fizeram sorteio de brindes para arrecadar dinheiro para o figurino das quadrilhas. Essa organização foi possível porque teve patrocínio e investimento do poder público local, que fez a diferença em um lugar onde existe um “*certo esquecimento*” e “*invisibilidade*”. Porém, ainda cabe uma reflexão: que o exemplo e força da quadrilha reacenda a esperança dos/as moradoras/es em busca de outros avanços, bem como pela reativação dos espaços de articulação política para que todas/os sejam beneficiadas/os.

[...] uma das principais dificuldades que as mulheres enfrentam é a falta de capacidade financeira para comprar grandes quantidades de matéria prima que lhes permita assegurar continuidade na atividade de processamento durante todo o ano. Isto significa que, sem apoio externo, elas normalmente só são capazes de adquirir quantidade de matéria prima suficiente para processar o

caju durante alguns meses do ano, a maior parte na época da colheita (STEVANO, 2017, p. 292).

Reativar estes ambientes de articulação contribuiria diretamente para a conquista de investimentos e subsídios voltados para a agricultura familiar. Diante dos relatos de vida das seis entrevistadas, podemos deduzir que suas existências possuem uma sequência de *trajetórias* análogas quando o assunto é “trabalho”. Tanto as agricultoras adultas quanto as mais jovens, desde pequenas, tiveram que labutar com os pais nas plantações de algodão, milho, feijão, venda de frutas e verduras, executando os mais diversos serviços, desde limpeza da terra, apanhar castanhas, *despelicular*, até os afazeres domésticos.

Além de tudo isso, a maioria das agricultoras teve a infância negligenciada, principalmente as mulheres com maior experiência de vida. Ao invés de irem brincar e aproveitar essa fase da vida, tinham que labutar para ajudar na renda familiar. Por outro lado, é importante fazermos uma ressalva quanto ao contexto que estamos falando, pois não podemos esquecer que estamos, no presente, analisando vários acontecimentos a partir de uma retrospectiva do passado. É preciso considerar que na infância da maioria das entrevistadas se fazia comum que os filhos/as participassem dos serviços/trabalhos da família, principalmente nas famílias muito numerosas os filhos (as) eram de certa forma considerados como mão de obra necessária, como afirma Boni (2004).

Cabe pontuar ainda que as desigualdades de gênero fazem com que, desde cedo, meninas sejam vistas mulheres e tenham que assumir responsabilidades e deveres de pessoas adultas, executando as tarefas mais variadas possíveis. A adolescência das mulheres trabalhadoras é muito curta e, muitas delas, na primeira etapa da sua juventude já estavam se tornando mães e donas de casa com vida conjugal e rotinas de trabalho bem delimitadas. Para Cisne e Santos (2018), era comum crianças e adolescentes meninas serem vistas a partir desse olhar adultocêntrico que lhes rouba parte da infância. Não podemos esquecer que o conceito de infância e juventude que temos nos dias atuais foi preconizado apenas nos anos de 1990, fortalecido pelo Estatuto da Criança e Adolescente-ECA, (Lei nº 8.060 de 13 de julho de 1990) e que traz em seu texto a defesa de que

Nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais (BRASIL, ECA, 1990, Art. 5º).

O ECA traz como princípio básico o combate de todo tipo de exploração, inclusive da mão de obra infanto/juvenil, além das outras formas de violência, muitas vezes naturalizadas. Possibilita, assim, assegurar que as crianças e adolescentes gozem de direitos e deveres, tanto individuais quanto coletivos, inerentes à pessoa humana, tomando-os como seres em processo de desenvolvimento das capacidades física, moral, psicológica e social e que devem receber proteção integral. Isso significa que a legislação foi ampliada na definição de que a infância/juventude é o momento para brincar, estudar e se profissionalizar.

Ouvindo o relato das entrevistadas sobre sua infância e juventude fica bastante evidente a situação de escassez que “encurtou” seu direito às brincadeiras da infância e reduziu suas opções e perspectivas de futuro profissional, colocando o início precoce da vida conjugal como um destino “natural”. Nesse contexto, acreditava-se que a solução seria o casamento, pois as mulheres pensavam que o matrimônio iria tirá-las de tantas responsabilidades e daquela tão “difícil” existência. Não apenas essa situação contribuía para que as agricultoras casassem muito jovens, mas também, na mesma proporção, para que se tornassem mães precocemente – em sua grande maioria sem qualquer planejamento. Olhar para estas convergências no curso de vida das agricultoras é refletir sobre o desencadear histórico de uma série de determinações postas às mulheres, desde a ocupação de um lugar *“invisível”* e *desvalorizado* no seio da família, que já tinha na divisão do trabalho o gênero, a classe e a raça como suas principais estruturas e sustentáculos, nas palavras Morais (2017).

Traçando um panorama das entrevistadas, fica evidente que as mulheres mais adultas falaram em seus depoimentos sobre seus casamentos, a experiência da maternidade e sobre as labutas para sobreviver, porém não tocaram explicitamente nas várias violências sofridas nestes casamentos e nem sobre como isso tudo afetou na saúde física e psicológica. Um exemplo está no quase silêncio das entrevistadas sobre os maridos e o vício em consumo de bebidas alcoólicas – como Celina, Clara Camarão e Nísia – e as diversas situações de violência por elas vivenciadas/relatadas. Também não tocaram abertamente nas vivências íntimas sobre sexualidade, no máximo falavam sobre saúde reprodutiva, afirmando que se cuidam, vão no médico e fazem exames – o que nos permite perceber a persistência dos tabus sobre prazer e sexualidade feminina, alinhados ao sexismo em torno da temática (Cisne e Santos, 2018).

Outro ponto fundamental que cabe destacar é que as mulheres jovens têm uma maior abertura quanto às questões da sexualidade: refletem sobre os seus corpos e acerca

de não apenas satisfazer o desejo do parceiro; usam métodos contraceptivos e, algumas, tiveram a relativa autonomia de escolher a quantidade de filhos/as; outras fizeram a cirurgia de laqueadura/esterilização recente, embora com muita luta, devido a burocracia das instituições hospitalares – como relata a entrevistada Clara Castro. A este respeito, a própria Lei Nº 92.63, de 12 de janeiro de 1996, mais conhecida como a Lei do Planejamento Familiar, nos deixar pensar na dificuldade que envolve este assunto, pois de acordo com a referida lei a mulher só poderia se submeter a cirurgia de laqueadura em vigência conjugal, com idade de 21 anos, tendo no mínimo dois filhos/as e possuindo autorização do marido e atestado de dois médicos.

Porém, em 2022, com a recente alteração da Lei, não é mais obrigatório possuir filhos/as e autorização do companheiro (no caso das casadas) para ter direito à cirurgia. Sem dúvida, esta é uma vitória dos movimentos feministas e de mulheres a favor dos direitos sexuais e reprodutivos femininos. Ainda sobre a questão da temática sexualidade na vida das agricultoras, é importante destacar que na Vila Goiás não existe no posto de saúde ou na escola uma programação que traga profissionais de saúde e pesquisadoras da área de gênero e sexualidade para realizar reuniões, palestras e debates a respeito do tema.

Desta maneira como a pesquisa de trabalho anterior³⁰ é uma exceção, entendemos que a sexualidade se expressa para além do corpo, dos métodos contraceptivos, da satisfação e desejo do outro. Acreditamos que é preciso viver seus prazeres afetivos, sozinhas ou acompanhadas, de modo a poder escolher o que é melhor para si. Portanto, no decorrer da vida e desenvolvimento da sexualidade, existem padrões de agir, comportar-se, seguindo a ordem exigida pela sociedade, sempre fundamentada numa definição rígida dos sexos, como explica Rosaldo (1979). Portanto é necessário refletir sobre a necessidade de problematizar a sexualidade como produto de construções sociais, passível de ressignificações e que pode mudar de acordo com o contexto sócio-histórico e cultural. E assunto que deveria ser normalizado na vida cotidiana e escola.

Dito isto, é essencial refletir acerca do universo em que estão inseridas as agricultoras e sobre como gênero/sexo/sexualidade são percebidos, muitas vezes a partir de uma repressão dos corpos. Nesse processo, convém resgatar a contribuição de Mead (1979) quando afirma que o sexo seria apenas um elemento para explicar as personalidades. Para ela, as diferenças dos papéis sexuais seriam fruto dos costumes, dos valores e das práticas cotidianas de determinados grupos e não o fator definidor das

³⁰ Para mais informações consultar TCC sobre o tema educação em gênero na Escola Municipal da Vila Goiás.

diferentes atitudes apresentadas por mulheres e homens. Com esse entendimento podemos pensar que não há base para a justificar a superioridade ou inferioridade entre os sexos, por isso concordamos com Hirata (2004, p. 20) quando ela afirma que é preciso uma existência que permita uma “efetiva igualdade social e sexual”, porque viver em igualdade é um direito de todos e todas.

Uma expressão das desigualdades e violências experimentadas pelas agricultoras é o cotidiano de super exploração da sua força de trabalho – que não é identificado por elas como uma forma de violência, especialmente quando esse trabalho é realizado no interior da família. A esse respeito, Maia (2004) vai dizer que as violências podem se apresentar na forma de cansaço físico e mental, provocada pela fadiga do trabalho considerado “maneiro” e por tantas outras responsabilidades executadas ao mesmo tempo. Essa super exploração também é vivenciada pelas mulheres da castanha e, como visto anteriormente, passa por fatores históricos e culturais que mantém sua negação e invisibilidade e que torna urgente uma maior *valorização e reconhecimento* da importância destas trabalhadoras e dos serviços prestados à suas famílias e comunidades.

Os depoimentos das agricultoras entrevistadas mostram que é na vida cotidiana que as mulheres desenvolvem suas capacidades de enfrentamento de sua realidade e de elaborar sentimentos e reflexões diversas sobre si e sobre o mundo. Conforme Heller (2008), é nesse cotidiano – tão heterogêneo, fragmentado e cheio de negações e exclusões – que estão incluídas/os as mulheres e homens numa verdadeira apropriação do tempo dos sujeitos, mas que também lhes possibilita uma chance de projetar-se para além do imediato nas suas vidas. Nesse processo, os depoimentos mostram que as agricultoras desenvolvem estratégias para suportar tantas labutas e manterem algum momento para pensar em si: cuidam da saúde como podem, fazem caminhada – da forma mais acessível, seja na pista, na quadra ou mesmo na estrada para os lotes -; algumas praticam sua fé cantando na igreja; outras preferem se exercitar na academia; jogam bola e participam de campeonatos femininos de futebol. Contam com o apoio fundamental de suas mães e irmãs, seja através de incentivos ou cuidado com os filhos quando precisam ir à escola e ao trabalho. Quando estão na castanha escutam música para relaxar, nos finais de semana aproveitam em família, quando podem jantam na Vila Brasília, preparam almoço e churrasco.

Mesmo no contexto do lazer, não podemos deixar de observar que os papéis de gênero continuam “seguindo a cartilha”, pois quem prepara os comes e bebes feitos nas ocasiões especiais – como aniversários, semana santa e demais feriados – são as mulheres,

na condição de esposas, filhas e noras. Os homens convenientemente chegam para almoçar com tudo preparado, comem e “param por aí”, pois, como afirma uma entrevistada “homem só atrapalha na cozinha”. Além disso, a participação masculina acontece apenas quando é para dividir as despesas, contribuir financeiramente. Nestas situações, as mulheres ainda não têm muito poder de reversão dos papéis sociais impostos e que tendem a subordina-las, além de permanecerem exploradas com os trabalhos gratuitos, como discorre Toledo (2008).

Por outro lado, os diversos depoimentos mostram que cada uma das mulheres entrevistadas desenvolve suas estratégias de sobrevivência para além da labuta cotidiana e “se viram” como podem para relaxar e cuidar da mente e do corpo:

Todos os anos faço meu *check-up* de saúde, né, exercício em casa, eu gosto de me cuidar, do jeito que eu posso [...]. Adoro dançar (*risos*), sempre quando posso vou a uma praia, um rio. Se desse, todo final de semana estaria passeando com minha família num local diferente. Gosto muito de ouvir música, assistir as novelinhas, o terço da misericórdia, o jornal (CELINA, preta, 51 anos, solteira)

Faço caminhada quando tô bem estressada dentro de casa, aí eu saio [...] vou costurar, e ali vai ajudando. (ALZIRA, parda, 52 anos, casada, aposentada)

[...] Já pratiquei academia e até futebol [...] quando eu tenho alteração na minha vida, aquela ansiedade muito grande, eu faço muito costura, esses tapetezinhos, mãe me ajuda. Já pensei em vender, mas não fui muito a frente não! Até nisso era bom um grupo de mulheres, porque juntava, pra divulgar, até pros festeos juninos (RITINHA, parda, 29 anos, casada)

De forma ampla, as agricultoras buscam aproveitar a vida nas possibilidades que encontram, duas entrevistadas desejam ser educadoras físicas para incentivar as pessoas a praticar esporte e saírem do sedentarismo. Contudo, falta o básico: academia pública para a população frequentar e lazer para as crianças. Essas são demandas antigas das moradoras que poderiam ser uma maneira de estímulo na reativação do grupo de mulheres, possibilitando a valorização e prática das “tradições familiares” (BRUMER, 2000) passadas de geração em geração – desde as avós, mães, irmãs e vizinhas, as mulheres são fontes de inspiração umas para as outras e para todos/as nós.

As tradições e aprendizagens trocadas entre as mulheres ainda não são devidamente aproveitadas pelas mulheres da castanha. O caso de Alzira é um exemplo: gosta de pintar casas – atividade que aprendeu com sua irmã –, sabe fazer vários tipos de artesanato e diz que não gosta de esperar por homem. O fato de não existir um espaço para comercialização dos produtos locais e a falta de incentivo as trabalhadoras venderem

em barracas na feira aos domingos impede o desenvolvimento dos seus talentos – algumas sabem fazer vários doces, rapadura e mel de caju, outras fazem guaraná do Amazonas. Não custa lembrar que, com a ajuda das novas tecnologias, as entrevistadas conseguiriam até montar uma loja virtual e melhor divulgar seus produtos e alcançar maior número de pessoas. Seguem alguns trechos ratificadores das análises anteriores:

O que aprendi com minha mãe, com minha irmã, por exemplo costurar, aprendi pintar e construir também (ALZIRA, 55 anos, parda, casada, aposentada)

[...] Eu aprendi na 60, aí quem tivesse lá aprendia, pequenos consertos, faço tapetes, já tive até de fazer calcinhas para as meninas [...]. Eu tenho muita vontade de comprar uma máquina maior pra confeccionar calcinha pra vender (ZILA, parda, 42 anos, solteira)

Eu costuro na mão porque aprendi com minha avó e também aprendi com minha mãe a fazer artesanato, né, fazer chapéu, essas coisas assim, o crochê eu fiz também (ANA, parda, 62 anos, casada, aposentada)

A costura, né, já é de família, todos gostam de costurar, umas que gostam do artesanato, vaso, tapete e a gente faz aqueles pássaros de madeira (RITINHA, parda, 29 anos, casada)

Como apontado anteriormente, as agricultoras têm um grande potencial, possuem saberes e criatividade que, somados a vontade de prosperar, traria a possibilidade de diversificar e ampliar suas fontes de renda. Todavia, a transmissão desses saberes que as mulheres trazem consigo passa por diversos processos, desde a extensão das relações familiares domésticas até a valorização desses saberes femininos, das práticas e transmissões que aprenderam com suas antepassadas (Rosa, 2012). Nesse contexto, tais saberes são acompanhados por papéis sociais bem definidos na estrutura estabelecida pelo gênero e pela classe (BRUSCHINI, 2006). Como lembram Woortmann e Woortmann (1996, p. 11), os saberes das mulheres rurais são alinhados às práticas agrícolas que influenciam até no tipo de atividade, nos valores estabelecidos e na renda que podem obter:

No campesinato que aqui estudamos, a transmissão do saber para o trabalho faz-se no próprio trabalho - pois o saber é um saber-fazer, parte da hierarquia familiar-subordinado ao chefe da família, via de regra o pai [...]. A transmissão do saber é mais que a transmissão de técnicas: ela envolve valores, construção de papéis, etc.

Neste panorama, a construção dos saberes, das tradições e dos valores das mulheres passam por questões em torno do gênero – que vão desde valores sociais e até mesmo aos papéis que as mulheres desempenham e que acabam influenciando nos seus

serviços. Assim, embora própria forma de ensinar a executar determinadas funções tenha uma base prática, por ser fruto de construções sociais numa sociedade com padrões rígidos de hierarquia de gênero, fica evidente que há barreiras para a apropriação do saber mais especializado pelas mulheres. Ao mesmo tempo, como relembra Moraes (2017), estimuladas a conviver com formas mais tradicionais de conhecimento, há um maior direcionamento das mulheres para aquele tipo de trabalho que leva tempo, que exige paciência e repetição – como a costura, o artesanato e trabalhos manuais. Assim, não é exagero afirmar que essas formas de trabalho sofrem a transversalidade das relações de poder, pois fica evidenciado como o trabalho de mulheres e homens na zona rural ainda é fortemente impactado por fatores como gênero e classe.

Pensar o impacto de dimensões como gênero e classe nas trajetórias das agricultoras requer um esforço para que estas categorias não sejam entendidas como “qualquer ferramenta de análise” (MACÊDO, 2008, p. 34), mas que possam refletir importantes conexões relacionais para pensar as vidas e a lida das agricultoras em face às peculiaridades do mundo rural, sem, com isso, naturalizar desigualdades ou simplesmente reduzi-las a um rol de características particulares desfavoráveis às mulheres de todo o mundo. Então, cabe entender exatamente estas construções desde o nível macrossocial ao locorregional, pois como lembram Gama e Santos (2017, p. 272): “para que se possa conhecer o modo de vida camponês, é necessário realizar estudos aprofundados e mesmo conhecer na prática a realidade vivenciada pela comunidade camponesa, sobretudo a sua cultura de resistência e tradição”.

3.2 REExistências e vivências

Neste panorama continuaremos a evidenciar os trabalhos e as rotinas de sobrevivência das camponesas e que, como nos lembram Gama e Santos, constituem uma realidade um tanto quanto esquecida e ignorada (2017). A partir das *experiências* e cumplicidades vividas junto aos sujeitos da pesquisa, desejamos “mergulhar ainda mais fundo” no universo das mulheres agricultoras para melhor comprehendê-lo. Dessa forma, ao entender um pouco mais sobre a realidade destes sujeitos, será possível compreender como constroem práticas e produzem conhecimento sobre sua realidade – quem sabe, nesse processo, nos trazendo elementos de sua realidade que ainda não foram devidamente problematizadas.

Tendo explicitado esse propósito, é preciso ainda lembrar que, devido aos limites que uma dissertação impõe, não será possível conhecer na íntegra todos os relatos sobre a vida *cotidiana* e a *rotina* das trabalhadoras da castanha. Ainda assim, as falas selecionadas vão evidenciar um conjunto de circunstâncias e fatores convergentes apresentados por elas no decorrer do seu “dia a dia” e nas rotinas de trabalho e de vida:

Acordo de umas 03:30... eu já fico despelicando de 04:30, numa bacia, quando amanhece o dia eu boto lá fora. Mas quando eu tava cortando castanha, já ia pra li no escuro, cortava pra mim [...]. Quando não tem castanha vou fazer as coisas dentro de casa, varrer um terreiro, faço o café, lavo a louça e vou despelicar [...] tiro até a boca da noite...vou cuidar na janta, durmo cedo... 7 h [...] porque eu acordo cedo, já tô **bem cansada** [...]. Primeiro lugar é em casa [...] no lote eu fico trabalhando, fazendo uma coisa e outra [...]. Eu sou mais no lote do que em casa [...] quando eu pego num serviço eu só paro quando eu termino e só de noite... eu tiro direto... já cansou de nós levantar aqui de 3h, eu tiro até 17h:30 da tarde, paro só pra comer. **Não me sinto cansada** (AUTA, preta, 46 anos, casada, destaque nosso)

Acordo as 5h, faço o lanche dos meninos, aí depois eu começo na castanha, meio dia eu paro, aí vou fazer almoço, arrumar a casa, o menino vai pra escola, aí começa na castanha de novo [...] aí á noite tem a janta, os pratos deixo pra o outro dia, já termino esgotada (*risos*), durmo bem tarde, fico assistindo [...]. No oupendre, que é onde eu mais trabalho, né, passo o dia rapando castanha, lavo roupa. Só descanso meio dia na hora do almoço, agora não, final de semana paro, não trabalho, só na casa (VILMA, preta, 28 anos, casada)

Eu acordo as 4h para fazer o café, relaxar a mente, vou ciscar o terreiro da cozinha, depois volto, vou fazer a merenda dos homens (*risos*), e assim a rotina é grande. Aí os afazeres da casa, né? Armaria, é muita coisa viu, aí vem lavar louça, cuidar do almoço, lavar louça de novo [...]. Eu vou dormir, é... umas 23h, por que eu digo: não, agora eu vou assistir a novela, desparecer (*risos*), porque só lutando com doença dentro de casa [...]. Só meio dia, deito um pouquinho e assim vamos levando o tempo (ISABEL, branca, 56 anos, casada, aposentada)

Acordo de 5h [...].faz o lanche, aí varre a casa, lava as louças, o banheiro, aí depois pra começar na castanha, aí tem o almoço e assim vai o dia (*risos*) piscou o olho e já tá de noite [...]. Paro meio dia sempre me deito um pouco pra relaxar também, né? Ninguém é de ferro, pego no celular pra olhar as coisas, né? (MYRIAM, 35 anos, branca, casada)

É importante situar, nesses relatos, a jornada extensiva e exaustiva e como as características da repetição dos afazeres são tão comuns no cotidiano de labuta das trabalhadoras. Também se faz necessário observar como isso impacta em suas vidas. Se analisarmos com atenção os depoimentos das mulheres entrevistadas, com relação às características do processo de trabalho, podemos encontrar semelhanças com a pesquisa realizada por Guillaumin (2014, p.45), embora em outro contexto e sociedade:

[...] Preocupar-se [...] com o que será preciso fazer daqui a alguns minutos [...] antes de tal hora, antes de partir, antes da chegada de Z... Cada segundo do tempo – e sem qualquer esperança de ver essa preocupação acabar em uma hora estabelecida, mesmo durante a noite –, ela é absorvida por outras individualidades, desviada para outras atividades [...].

Essa a jornada extensiva e ininterrupta das mulheres e que inclui os cuidados e os encargos dos mais diversificados possíveis como principais responsáveis pelo bem estar de toda a família, nos leva ao seguinte questionamento: *e se ficam doentes, resta saber, quem cuidará delas?* Todas essas atividades, em conjunto, criam, na verdade, uma “superjornada” extenuante e que pode ser resumida da seguinte maneira: cuidar dos filhos e do marido, dos trabalhos domésticos, das demandas da castanha, do quintal, da horta, dos animais, fazer feira, fazer comidas e por aí vai... Enfim, os relatos vêm confirmar o que sabemos: “a mulher é a última a deitar-se e a primeira a acordar” (FISCHER, 2004, p. 62). Por tudo isto, buscamos identificar a interpretação das agricultoras sobre suas experiências de vida/trabalho, visando problematizar a interrelação entre contexto social e familiar em que vivem. Procuramos compreender as interconexões entre os serviços realizados e percepção de algum reconhecimento e valorização por parte das mulheres. Ao mesmo tempo em que se faz visível o quanto as entrevistadas estão sobrecarregadas, percebe-se que, ao mesmo tempo, elas continuam a dar conta de sua vida doméstica articulada aos ofícios que chegam para elas, construindo, assim, suas rotinas a partir das “circunstâncias que se apresentam” (FISCHER, 2004), as quais, talvez, nem sempre sejam desejadas.

Ainda mais grave é que os diversos relatos evidenciam um grande volume de trabalho e tempo gasto que é suprimido da existência das mulheres – elas passam os dias ocupadas – e apenas algumas percebem o impacto negativo que isso traz para si, a exemplo de Vilma, que confessou terminar todas as obrigações completamente “esgotada”. Contradictoriamente, o relato de Auta mostra a rotinização/normalização do ritmo acelerado da labuta e demonstra agir de forma automática, pois, comenta que desde criança está acostumada a trabalhar e que, depois de casada, nada mudou; pelo contrário, vieram os filhos, a casa, o marido – tudo configurando as mais fortes justificativas para suportar com resignação tantas “obrigações familiares” (SARTI, 1997, p. 62).

Contradictoriamente, há momentos em que Auta afirma que se sente cansada e em outros diz gostar muito de realizar o trabalho da casa e que este é vital. No entender da entrevistada, as obrigações familiares das mulheres vêm acima de qualquer outra atividade, o que justificaria toda sua entrega e a um sentimento que leva “à gratificação

de saber que, pelo seu trabalho, a mulher verá seus filhos vestidos, a comida na mesa, a família bem alimentada” (SARTI, 1997, p.161), evidenciando, assim, em suas colocações três dimensões, trabalho-família-casa, tão presentes no *cotidiano*. Dessa forma, certos discursos invisibilizam e transformam responsabilidades coletivas familiares em supostas obrigações para as mulheres e, tudo isso, gerando ao final sobrecargas e adoecimento para as mulheres (Morais, 2017).

Na luta para sobreviver, as entrevistadas não tiveram grandes oportunidades, se adaptando aos trabalhos que aparecem – Auta é um desses exemplos, acostumada com as duras atividades que executa, embora tenha sofrido diversas enfermidades em consequência do tanto que labutou. Os relatos apresentados refletem o que as trabalhadoras pensam sobre as atividades que executam, ainda que existem algumas diferenças, consideram “trabalho” tudo que desenvolvem mesmo com a invisibilidade costumeira. Os trechos revelados mostram que há semelhanças nas suas jornadas de trabalho – desde o fato de levantarem muito cedo e em horário semelhante, a realização das lidas com excelência “todo dia e o dia todo”, tendo praticamente a mesma rotina, como já expunha Gringo (1985).

Quando adentram no período da safra da castanha, o sentido do “tempo do trabalho” na vida delas é mais regulado; por outro lado, mais desafiador e o ritmo das tarefas se intensifica. Ou seja, acordam no crepúsculo, começam os afazeres de madrugada adentro e antes de se firmar o amanhecer adiantam o lanche das crianças e dos homens, o almoço para levar para o lote, e só param de apanhar castanha no horário da refeição, voltando à tarde. Assim, em cada tempo histórico as sociedades “estabelecem o seu próprio modo de lidar com as relações sociais, o controle e uso do tempo” (TONELLI, 2008, p. 2008); no entanto, merece destaque que, para as mulheres esse uso do tempo vai se apresentar diferente da forma de como é exigida dos homens, como nos lembra Tonelli (2008, p. 212):

O tempo do trabalho regula o tempo fora do trabalho – da vida pessoal, das relações familiares, do lazer, das religiões – e define a movimentação das pessoas e das mercadorias nas cidades (mas também fora delas), regulando seus fluxos.

Ao comparar a quantidade de tempo exigido aos diferentes serviços e aos diferentes trabalhadores, fica evidente como as mudanças no mundo do trabalho – seja na zona rural ou na urbana – causam implicações em todas as esferas da vida social e, nesse

contexto, as mulheres enfrentam maiores atribuições, sendo muito exigidas “dentro” e “fora” da habitação (SILVA, 2004). Auta reforça essa constatação, ao afirmar que primeiro vem as lidas da “casa”, depois o lote e a castanha e, sobrando tempo, a preocupação consigo mesma. Vilma, por sua vez, afirma terminar o dia cansada e que, no final de semana, não trabalha, isto é, “só na casa”, o que no seu entender, não configura “serviço”. Essa parece ser uma das grandes contradições expressas pelas entrevistadas: o trabalho da casa é mais que uma obrigação realizada gratuitamente e, sim, uma tarefa que lhe é exclusiva, portanto, indiscutível – nesse exemplo observamos como a lida doméstica segue uma lógica que hierarquiza o sexo do trabalho, como aponta Kartchevsky (1986).

Poucas, como Isabel, deixam evidente que preferem estar no trabalho do lote – por ter “mais paz e tranquilidade” do que na rotina da casa, onde a luta é grande, enfadonha e repetitiva. Diante disso, é perceptível que a maioria aceita com “naturalidade” o tipo de trabalho exigente da rotina doméstica e, além disso, poucas mulheres alegaram se sentirem exaustas no fim do dia. Não é exagero afirmar que, muitas vezes, as mulheres seguem caminhos um tanto contraditórios, pois, ao mesmo tempo que afirmam gostar de seu cotidiano, reconhecem que a vida das agricultoras é feita de muito trabalho – como destaca Gasparedo (2017, p. 73), “[...] e na vida das mulheres camponesas o trabalho é ainda mais intenso e desafiador. Como expressam os fragmentos da música citada enquanto epígrafe – e que retrata muito bem a realidade de cada agricultora –, a vida de serviço “é sempre cheia”. Porém, essa aceitação por parte das agricultoras não pode ocultar as outras dimensões da existência – como sentimentos, desejos e vontades – que são *invisibilizadas* nessa *jornada intensiva/extensiva/intermittente* e o papel que, nesse contexto, as desigualdades de gênero desempenham na produção e reprodução da vida social. Como alertam Cisne e Santos (2018), essa condição subordinada das trabalhadoras convém ao capital (e eu diria ao patriarcado), pois essa rotina sempre cheia, em que não sobra espaço para as mulheres refletirem suas realidades, mostram um dispêndio de tempo para *sobreviver* que poderia ser convertido em tempo livre para tecer lutas.

Faz-se imprescindível discutir essas formas de desgastes produzidas pelo trabalho das mulheres – visto que ela se soma às questões importantes aos objetivos desta pesquisa: identificar os possíveis impactos do trabalho com a castanha na vida das agricultoras e se há sinais de alguma valorização pessoal e reconhecimento profissional, especialmente na relação trabalho/vida das mulheres, apontando para possíveis impactos no curso das suas

existências. Desse modo, os trechos a seguir refletem como as entrevistadas sentem essa relação:

Sinto cansada, desde que entendo de gente, trabalho e não é serviço maneiro, pesado. Me sinto valorizada até demais, reconhecem o que eu faço [...] O que poderia melhorar é o ganho, é muito pouco pra os serviços que a gente faz [...] (CELINA, preta, 51 anos, solteira)

Eu sinto prazer em fazer essas coisas. Mulher, trabalhar é muito bom, aqui como trabalhadora rural, agora vamos ver se as pessoas reconhecerem o nosso esforço, né! Porque nós precisamos mais de ser reconhecida, né! Muitas vezes não reconhecem o **valor do trabalhador rural** [...] (CLARA CAMARÃO, parda, 69 anos, viúva, destaque nosso)

Me sinto muito cansada, muito estressada, me sinto reconhecida como trabalhadora, valorizada, mais ou menos [...] não tem esse negócio de carteira assinada. Eu faço por necessidade, mas também faço porque gosto (MARIA DO SANTÍSSIMO, parda, 25 anos, casada)

É bastante cansativo [...] chega do lote tem de fazer aquele dever todo santo dia, fora isso vem a casa, vem filhos, vem esposo, tudo dá aquele cansaço mental, físico [...] Gosto de ser trabalhadora rural. Mas não tem o devido reconhecimento. Estressante demais, incha tudo. Não tem a devida valorização (RITINHA, parda, 29 anos, casada)

[...] anda muito no lote, aí cansa, ainda tem casa pra cuidar. Despelicando é trabalho sentado, é claro que não deixa de ser cansado, mas é diferente de você tá andando carregando peso, né? Faço sim, porque não tem outra coisa, mas dizer que gosta [...] a agricultura não é fácil [...] a gente não é reconhecido, trabalha feito animal (ZILA, 42 anos, parda, solteira)

Nesta dissertação refletimos junto com as entrevistadas os espaços e lugares de precariedade que ocupam a partir da visão crítica do sexo do trabalho, como também é apontado na pesquisa realizada por Kartchevsky (1986). Ao dar a oportunidade de ouvi-las e enxergar um pouco mais como se encontra a situação de vida delas, percebemos o quanto todos esses trabalhos realizados pelas mulheres são essenciais, diríamos que vitais para a sociedade e para a manutenção da vida. Mas, contraditoriamente, fica evidente, na exposição das *trajetórias* de vida que as agricultoras deixam entrever que se sentem cansadas dos serviços que executam, pois saem de casa para o lote e é isso todo dia o dia inteiro. Em quase todas as narrativas prevalece a fala de que não se sentem valorizadas e reconhecidas enquanto agricultoras; além de serem mal pagas, desempenham muito trabalho e recebem pouco retorno, com pouca satisfação pessoal e nenhum crescimento profissional. Se não existe o devido reconhecimento da importância do/a trabalhador/a rural, isso tudo, na lida remunerada, essa realidade piora quando o assunto é trabalho

doméstico e familiar – que é prestado gratuitamente e em que se mistura com casa, filhos, companheiros, doentes, tudo executado de forma simultânea.

Analizando esse contexto, em que essas mulheres não têm a devida liberdade e autonomia de se libertarem, surge uma pergunta fundamental: e quem sai ganhando com isso? Embora que ganha com isso seja o patriarcado e o capitalismo, na prática, são os maridos que dependem do esforço das mulheres, são os filhos/as, os pais, os irmãos – pois é conveniente para os homens ocuparem o espaço público, enquanto o confinamento é direcionado às mulheres (BORIS, 2014). E, recuperando novamente o pensamento de Rua e Abramovay (2000), quando destacam as causas da quase “generalizada ausência de reconhecimento” destas mulheres, elas lembram que esse lugar de subordinação feminina precisa ser entendido enquanto parte constituinte das relações desiguais de gênero e classe, como já discutido no primeiro capítulo desta dissertação.

Um ponto convergente no relato de Celina e que permite compreender que o outro lado da falta de reconhecimento do trabalho das agricultoras, vem da dificuldade de melhorar os ganhos. Entendemos que, para melhorar todas as esferas da vida, inclusive nesse pouco reconhecimento, é preciso igualdade também na remuneração e serviços de mulheres e homens. Mesmo com a baixíssima remuneração na lida da castanha, as agricultoras se submetem a executar esse ofício bem mais por necessidade do que propriamente por escolha. Para isto, é preciso entender a situação das mulheres e os discursos apresentados nas entrevistas capturam uma parte significativa deste universo tão complexo.

Tais discursos vêm identificar os possíveis impactos dos trabalhos com a castanha nas suas vidas e se existem sinais de *valorização pessoal/profissional*. Constatamos pelas entrevistas que apenas uma minoria das agricultoras está satisfeita com seu trabalho; no entanto, a grande maioria das mulheres se sente desmotivada, sem perspectivas de mudança em médio prazo. Para compreender essa realidade, é fundamental nos debruçarmos sobre as lentes de gênero e classe para entendermos o macro contexto que estrutura essa realidade (SOUZA-LOBO, 2011).

Quando perguntada sobre a satisfação com seu trabalho, Zila resumiu a gravidade das condições de trabalho e a falta de oportunidade na zona rural, pois as mulheres trabalham bastante e não vêm os “frutos do suor”, sem falar nos ganhos incertos e insuficientes – a ponto de não ser possível manter a família “apenas na castanha”. Em seguida, apresenta o contraponto, dizendo, em outras palavras que, apesar do pouco *reconhecimento social* das trabalhadoras rurais, sem a inserção delas no setor produtivo

da agricultora faltaria alimentos, ou seja, há uma vital dependência do trabalho destas mulheres para a *sobrevivência* das pessoas no mundo.

Considerando as afirmações das mulheres que dizem gostar da sua ocupação, Carneiro e Teixeira (1995) traduzem esse duplo sentimento das agricultoras: “elas se percebem enquanto trabalhadoras que desempenham duas atividades: uma dentro do espaço doméstico e outra fora. Apesar de rejeitarem o trabalho que realizam na roça e de afirmarem frequentemente que o largariam quando fosse possível” (CARNEIRO; TEIXEIRA, 1995, p. 52). Não obstante, nas falas das mulheres da castanha existe uma contradição, umas acham bom ser agricultoras, estão felizes com o que desenvolvem e a vida que levam, outras percebem que o trabalho poderia melhorar e dizem não estar satisfeitas a ponto se sentirem incomodadas, mas há momentos que se contradizem e falam de gostar em parte do trabalho.

As falas sobre o trabalho apresentam a contradição fundamental em um contexto em que sobreviver é essencial: fatores como o costume, a ausência de escolhas, a experiência passada de mãe para filha, tudo se mistura para tornar o trabalho uma necessidade e uma opção que não pode ser recusada. Assim, é como se na cabeça delas o fato de estarem com a mente/corpo ocupada/o em qualquer lida fosse melhor do que ficar “parada”. Embora, obviamente saibamos que os patrões escolhem para esses serviços justamente as mulheres e de bônus, as crianças, segundo Hirata (2002, p. 71) “por serem mais disciplinadas, organizadas, estando acostumadas a fazer várias atividades ao mesmo tempo, além de uma série de qualidades que as mulheres adquirem na gestão da atividade doméstica” e alinhando estas qualidades aos ofícios fora da casa. Isso porque tais habilidades são adquiridas e umas complementam as outras e, nessa correlação indagamos: quantas horas por dia trabalham, sobre quais condições?

Eu num tenho muita base não (AUTA, preta, 46 anos, casada)

Mulher, de 7h as 11h, dar umas 10h tudo durante o dia (LUCY, parda, 27 anos, viúva)

Vamos dizer que eu trabalho 7-8h, e **acho que vai o dia todo**, porque eu não paro, se eu tô sentada é fazendo alguma coisa (CELINA, preta, 51 anos, solteira, destaque)

Eu trabalho de 5 da manhã a 5 da tarde, são 12h, dá 5h não trabalho mais, nem se meu pai pedir (ANA, parda, 62 anos, casada, aposentada)

Acho que umas 15 horas se botar tudo, né, porque o descanso mesmo é só quando a gente deita pra dormir (MARIA DO SANTÍSSIMO, parda, 25 anos, casada)

Há que se considerar que não devemos idealizar a realidade que as mulheres, em especial as agricultoras, enfrentam no quesito dificuldades como, por exemplo, o acúmulo da jornada de trabalho. Então, ao refletir sobre suas atividades fica claro que labutam mais horas do que aquelas contabilizadas ou consideradas como “trabalho” remunerado por elas – na verdade, no universo das mulheres da castanha, ninguém labuta menos de 10h por dia, na soma de todos os afazeres domésticos, dos cuidados e da lida no lote e na despeliculagem. Podemos lembrar que essa é uma das características da expropriação feminina, o fato do trabalho no seio doméstico/familiar, executado pelas mulheres, “não ser pago” e, por esse motivo, mais difícil de ser cronometrado, como atesta Guillaumin (2014). Se o mesmo trabalho fosse realizado por homens, talvez hoje estivesse regulamentado, bem pago e considerado de maior valor social; porém, é através da *sobrecarga de afazeres* para aquelas, que estes garantem mais tempo livre para usufruírem como desejam.

É tanto que Frigotto (2002) vai afirmar que,

[...] É usual considerar-se trabalho apenas aquele que é diretamente remunerado. Assim, por exemplo um diagnóstico feito em bairros populares da cidade de Ponta Grossa, no Paraná, mais de 90% das donas de casa respondiam negativamente quando indagadas se trabalhavam. Ao pedir que descrevessem o que faziam durante o dia, nenhuma tinha uma jornada de trabalho menor que 12 horas (FRIGOTTO, 2002, p. 12).

Nesse contexto, muitas mulheres, geralmente, quantificam seu trabalho mais especificamente quando sua natureza é compreendida como apropriadamente remunerado, inclusive, com a reprodução dessa lógica, interioriza discursos que beneficiam o sistema. É fundamental alterar essa forma de contabilização do tempo de trabalho e da ampliação dos tipos de trabalho que produzem riqueza, como o trabalho doméstico e a produção no campo da agricultura familiar. A mudança dessa lógica poderia alterar positivamente essa realidade – permitindo às mulheres possuírem mais tempo livre, por exemplo – e poderia gerar oportunidades como o aumento das políticas de fomento, concessão de crédito e maiores investimentos no setor agrícola e também ampliação da capacitação através da oferta cursos, dentre outras soluções cabíveis para cada tipo de especificidade.

Ainda dialogando com a experiência de trabalho das agricultoras, perguntamos se elas se encontravam satisfeitas com o que trabalho que realizavam e quais vantagens ou desvantagens, mais especificamente, percebiam no trabalho da castanha:

Trabalho porque não tem outra coisa e preciso, né! Meu sonho é trabalhar de carteira assinada numa empresa. Ninguém se sente bem quem trabalha na castanha. Desvantagem é que não tem um trabalho certo, se ficar doente não vai ganhar (LUCY, parda, 27 anos, viúva, aposentada)

Só rapar castanha eu acho que o ganho é muito pouco (*risos*). Eu acho que a vantagem é de rapar na hora que a gente quiser pegar ali, parar, no lote não, se for tem de passar o dia (MARIA GOMES, 31 anos, parda, união estável)

Eu faço porque é a necessidade né, poderia ter me formado, mas me casei cedo, tive filho, aí os estudos ficaram em última opção, já pensei em fazer muito curso profissionalizantes, mas só pensei, deixei de mão [...]. A vantagem que tem de trabalhar na castanha é só o dinheiro mesmo, é como eu digo: faço por necessidade, não possuo profissão alguma pra fazer outra coisa (MARIA DO SANTÍSSIMO, parda, 25 anos, casada)

Não tem o valor que a gente merece mais eu me sinto bem [...]. Eu acho vantajoso trabalhar pra mim mesmo na castanha, porque não sou mandada, né! E como eu já sofri demais em trabalhar para os outros, eu tenho como levar direitinho as pessoas que vão me ajudar, de não fazer o que faziam comigo! Porque eu trabalhei como escrava [...] (CLARA CAMARÃO, parda, 69 anos, viúva, aposentada)

Pra mim no tempo da castanha é bom [...]. Me sinto feliz. Eu acho vantagem, porque... eu não gosto muito de trabalhar noutras coisas, Ah, 10 mil vezes na castanha, faz só aquele serviço, e na casa é mil e uma coisa (ISABEL, branca, 56 anos, casada, aposentada)

Considerando as colocações das entrevistadas é preciso reconhecer que a grande maioria desenvolve/desenvolveram diversos trabalhos para *sobreviver* e, afirmam, por vários motivos preferirem o trabalho na castanha ao invés do serviço doméstico-familiar. Algumas vêm alguma vantagem em *despelicular* na casa; outras, debaixo de cajueiro, porém quando chove precisam procurar outro lugar e, muitas vezes, falta um espaço apropriado que tenha sombra. Uma outra questão é que, além de ser cansativo e incerto, e, algumas mulheres estabelecem a lógica de produção por meta como forma de atingir um maior faturamento e isso aumenta a pressão sobre o lavor da castanha. Outra agricultora desabafa afirmando que não teve opção e chama atenção para o fato de não possuir “profissão alguma”, pois a dura lida na castanha não foi escolha, e sim uma questão de *sobrevivência*. A entrevistada introduziu o discurso de que seus “afazeres” não configuram trabalho e poderiam ser melhor remunerados se ela possuísse estudo, no entanto, entendemos que se trata sim de um trabalho, embora este seja mal remunerado.

Sabemos da relevância da qualificação/capacitação na sociedade do trabalho, contudo a educação formal é apenas uma das dimensões da vida, basta pensar: quantas mulheres são formadas, a exemplo de Zila, porém não conseguem emprego na área? O sistema no qual vivemos é perverso e culpabiliza os sujeitos pelo seu “sucesso ou fracasso”, como se este não se esforçasse o suficiente para “vencer”. Assim, dialogando com Toledo (2008), além de tudo isso, ainda existem as especificidades do meio rural, onde as mulheres possuem menores perspectivas de crescimento profissional, embora tenham motivos para permanecer e viver da agricultura, diferente dos homens. E na particularidade das mulheres rurais, mais uma vez, Duarte (2011) explica a condição de dupla subordinação das agricultoras, pois além delas enfrentarem as opressões e desigualdades de gênero, também enfrentam a exploração de classe, dentre outros marcadores, estas desigualdades combinadas estão fortemente “presentes no meio rural”.

Algumas informantes relatam que o único aspecto positivo do trabalho na cajucultura é o fato de realizar a despeliculagem na hora que quiser, tendo a falsa impressão de controlar o “uso do tempo”, como informa Tonelli (2008) e de também poder conciliar atividade com as outras demandas. De certa forma, isso contribui para fortalecer o trabalho autônomo, precarizado, flexibilizado e desqualificado, no qual as mulheres fazem as próprias regras na ausência de um chefe para controlar a produtividade ou vigiá-las. Somado a isso, o fato de as atividades da castanha serem executadas no lar – ou próximo a ele – cria uma ideia de extensão da morada, fazendo com que os trabalhos se misturam com a vida privada, como afirma Sorj (2004). Na verdade, essa extensão contribui para uma maior exploração, só que mascarada, diante das novas mudanças do trabalho, como classificam diversas estudiosas da área (TOLEDO, 2008; BONI, 2005; BORIS, 2014).

Os discursos das mulheres sobre o trabalho na castanha, portanto, não vão em uma única direção, pois, se por um lado ela afirmam ter mais liberdade de fazer seu horário e ritmo de trabalho, por outro lado, chegamos à conclusão que estas passam o dia todo no sol, na safra, tentando se proteger como podem do calor. Mas, trabalhar na castanha não significa apenas a *despeliculagem*, também pode ser o trabalho no lote – e algumas preferem “mil vezes” o sossego do lote aos afazeres da casa. E a título de explicação, as agricultoras que gostam de apanhar castanha são aquelas que conseguiram se aposentar, possuem lotes, isto é, trabalham nas suas propriedades. Por outro lado, o desabafo de Clara Camarão define a realidade do campo da mulher na labuta do campo: os frutos do suor não têm o devido valor para a sociedade. Historicamente as mulheres das camadas

populares sempre labutaram, quer por sua condição enquanto trabalhadora, quer sua condição de gênero – e, como afirma Sarti (1997), essa vivência relacional de gênero, de classe e de cor não possibilitam as mesmas oportunidades ou se “apresentam da mesma maneira para todas as mulheres brasileiras”.

Clara Camarão é uma das entrevistadas mais maduras e que já labutou bastante nas propriedades de terceiros, enquanto mulher agricultora/trabalhadora. Então, a partir dessa *experiência*, ela busca dar exemplo e diz que aprendeu a reconhecer o valor do serviço das outras pessoas e de não querer explorar ninguém – embora entenda que existam sujeitos que para sobreviver aceitam passar por estas situações. Contudo, ela deixa essa lição e ensina que todas as pessoas merecem respeito por igual, independente de origem, formação, idade, etnia, gênero e classe.

Dando prosseguimento ao diálogo com as trabalhadoras, nessas tramas que compõem suas vidas, as entrevistadas foram indagadas a respeito do que as motivaram a adentrar na cajucultura e se/de que forma as labutas familiares interferem na castanha. Abaixo temos algumas das respostas elaboradas pelas informantes a esse respeito:

[...] a gente não tem como deixar a casa e cuidar só da castanha. Eu trabalho na castanha porque é um trabalho que eu gosto de fazer. Necessidade também, os dois. Podia melhorar mais as coisas [...] ficava mais fácil (ALZIRA, 55 anos, parda, casada, aposentada)

Interfere... você paralisa pra fazer uma coisa e outra, já atrasa ali no trabalho. Filhos... é difícil, mas, consigo... de um jeito ou de outro... mulher consegue fazer várias coisas numa hora só. Também falta de opção [...] tem que fazer mesmo (CLARA DE CASTRO, branca, 31 anos, solteira)

Interfere, se eu trabalhasse só na castanha eu ia produzir mais [...]. Eu fui trabalhar por necessidade, a gente tinha a família grande e tinha que trabalhar pra se manter, tirar o sustento de nós, não tinha um emprego e nós se sustentava do trabalho da terra, né! (ANA, parda, 62 anos, casada, aposentada)

Poderia ser menos trabalho se tivesse a ajuda, como eu falei, de participação de dentro de casa, das tarefas, né, eu acho que diminuía o trabalho, até a sobrecarga (RITINHA, parda, 29 anos, casada)

Eu acho que não, porque é a vida da gente, trabalhar na castanha, em casa, com comida, cuidando dos filhos, tem a roupa pra lavar, não tem como interferir não, porque é o trabalho do dia a dia da dona de casa é esse![...]. Eu creio que por obrigação, por necessidade da gente trabalhar nisso, porque tem de sobreviver (CELINA, preta, 51 anos, solteira)

Como os dados da pesquisa demostram, não existe a possibilidade de as agricultoras executarem apenas uma função, ou melhor, trabalharem apenas com a castanha em tempo integral. Deste modo, os ganhos são menores na *despeliculada*, por outro lado, na safra

da castanha os lucros melhoram, porém, a produção tem a duração de mais ou menos três meses. As entrevistadas Ritinha e Isabel destacam que se tivessem apoio nos afazeres da casa teriam mais momentos para si, reduzindo a *sobrecarga*, ou seja, se pudessem contar com a participação masculina na distribuição das tarefas do lar poderiam faturar mais com as castanhas e teriam um descanso quando chegassem do lote.

Na contramão dos relatos, Celina aponta que os trabalhos na casa e nos cuidados não interferem na produção e maiores ganhos na castanha, justificando suas funções sociais, e como ela deixa explícito: “o trabalho da mulher é esse”. Porém, na totalidade de sua entrevista, ela se contradiz, deixando entrever que interfere sim. Muito dispêndio de tempo nas lidas, poucos ganhos, inclusive sempre labutou de tudo, ora por obrigação, ora por necessidade para sobreviver e sustentar os filhos. Na verdade, a informante não percebe a sutileza de como a divisão sexual do trabalho opera em sua vida familiar e na vida das outras companheiras, conforme aponta Caumo (2015). As agricultoras já estão tão acostumadas a uma mesma “rotina” que acabam incorporando e naturalizando várias interfaces da discriminação, inclusive a própria posição “multifuncional” das mulheres na família e com isso, as muitas exigências da extensão de seu papel de mãe, esposa, dona de casa e provedora das necessidades da família.

Não é toa que a velha divisão sexual do trabalho (aprofundaremos essa discussão à frente, por ora, lembremos) se mantém viva e forte, contudo, organizada sobre novos aspectos. De tal modo não é surpresa que essa visão imposta acaba ainda influenciando discursos como o de Clara de Castro – que se vangloria que, por ser mulher, consegue fazer várias atividades ao mesmo tempo. A percepção de que as bases que mantêm a desigualdade entre homens e mulheres se trata de uma construção social, nos leva a reconhecer que, seja no interior da família ou mesmo por trás de tantos ofícios existe todo um sistema de poder agindo secularmente no decorrer da história que reforça a existência de funções “tidas” como naturalmente femininas ou masculinas (Boni, 2012).

É de extrema importância ressaltar que Clara de Castro e as demais mulheres que pensam a divisão sexual desigual do trabalho como algo positivo e “que sempre foi assim” não podem ser culpabilizadas por esse tipo de discurso, pois a realidade é encoberta e marcada por formas de pensar que mascaram as relações sociais e, desde a infância, existe uma divisão e orientação, ainda nas palavras de Boni(2012)., acerca do que é coisa de menina/mulher e o que é coisa de menino/homem como realidades opostas e marcadas por relações de poder (SCOTT, 1990). Por fim, para existir uma maior igualdade entre os sexos, é preciso desmistificar a ideia de que as tarefas ligadas a um determinado gênero,

definindo, por exemplo, que meninos/homens não podem fazer as mesmas tarefas consideradas como adequadas para meninas/mulheres. Assim, propomos indagar um pouco mais outros fragmentos das entrevistas, com foco em refletir sobre quais as estratégias que as mulheres utilizam para lidar ao mesmo tempo com tantas tarefas:

De estratégia mesmo eu só tenho a ajuda do meu esposo, ele não me ajuda assim dentro de casa, mas quando tá mais desocupado ele vai reparar os meninos, mas o resto, a casa e o trabalho é assim, na doida (MARIA DO SANTÍSSIMO, parda, 25 anos, casada)

É, a gente já faz muita coisa à noite, né? Pra não perder o dia de serviço, tempo, acho que é isso mesmo! (MYRIAM, 35 anos, branca, casada)

Vejo como estratégia de ir dormir mais cedo, pra acordar mais cedo! Deixar de ir a um evento porque se não vai perder a hora no outro dia (ZILA, 42 anos, parda, solteira)

Se tem castanha pra raspar amanhã, hoje a gente já começa a adiantar as coisas, né, lavar os pratos da pia, os de comer, pra amanhã pegar na castanha mais cedo, salta aquela horazinha, volta pra castanha de novo (CELINA, preta, 51 anos, solteira)

O primeiro relato toca num ponto crucial, a agricultora relembraria que só conta com a participação do esposo quando ele está “mais desocupado” do trabalho remunerado, pois só assim cuida das crianças, o restante dos afazeres da casa e da castanha são de responsabilidade exclusiva dela. O que a informante entende por “ajuda” – ao longo das falas de todas as agricultoras também prevalece esse discurso –, na verdade entendemos como uma obrigação, trabalho não reconhecido inclusive pelas próprias mulheres, pois todos que moram na casa deveriam ter as mesmas obrigações com o estabelecimento de uma divisão sexual igualitária de tarefas, já alertado em outro momento por Duarte (2011). No meio rural, a divisão sexual do trabalho pode ser compreendida a partir de como os homens e mulheres desenvolvem relações bem definidas, no caso destas, suas atribuições são “ligadas ao sustento da família”, logo por não gerar relações monetárias, estas mesmas atribuições são vistas como extensão de seu papel de mãe, esposa, dona de casa e provedora das necessidades da família”, (CAUMO, 2015, p. 220).

Além disso, existem agricultoras que até comprometem seu lazer, deixando de sair para cuidar do domicílio e das múltiplas demandas do seio familiar – como Zila, por exemplo, que controla seu tempo de lazer familiar e social. Driblam, por vezes, a *sobrecarga* de responsabilidades, já que o lazer é regrado, com um cochilo depois do almoço, uma conversa na casa da sogra, da mãe, da tia e da vizinhança, exercendo sua

espiritualidade fazendo orações, ou ainda se distraindo com o celular, televisão e rádio. A este respeito Dedecca (2004, p. 21-22) vem esclarecer que:

O tempo para reprodução familiar e social incorpora, basicamente, as atividades de organização domiciliar, de lazer e de sono. [...] A submissão do trabalho através da violência ou do controle do acesso à terra caracterizaram muitas das sociedades pretéritas. O menor tempo livre é observado para as mulheres e, em especial, para aquelas com filhos com até 15 anos. No caso dos homens, encontra-se um tempo econômico pago mais elevado e tempos não pagos e para organização familiar menos intensos.

A citação vai ao encontro dos relatos, pois as agricultoras sendo mães e casadas possuem uma jornada extensiva maior – e é claro que essa questão afeta seus ganhos e os momentos do ócio, porque lhes restam todo um conjunto de preocupações e de tarefas para organização do bem-estar familiar. O que pode ser observado na afirmação de Auta sobre fazer uma tarefa, depois outra, em seguida ir para a castanha, e assim levar a vida cheia de rotina, trabalhando nos diversos serviços, sem sobrar espaço/tempo para ao menos se entreter na vizinhança.

Por todas essas funções, as mulheres entrevistadas têm inúmeras privações e sobrecargas, todavia o que não falta no aumento do trabalho são vulnerabilidades, instabilidades, sofrimentos e expropriações, como dissera Verônica Ferreira (2004). Refletimos que a expropriação das vidas e do tempo das mulheres constituem “um aspecto fundamental de sua exploração” (TABET, 2014, p.124). E, neste pensamento, questionamos as entrevistadas sobre o trabalho doméstico, perguntando quem faz o quê na casa: cozinha, lava e passa a roupa, arruma a casa e vai ao supermercado/feira?

Mulher, eu faço tudo, eu resolvo tudo (risos) (MARIA GOMES, 31 anos, parda, casada)

Eu, agora, ao supermercado, aí é eu e meu esposo. Quem paga é ele (RITINHA, parda, 29 anos, casada)

Eu, ao supermercado, eu e meu marido, quem paga as contas, ele (VILMA, preta, 28 anos, casada)

Minha mãe quem cozinha, eu lavo e também passo a roupa, a minha filha geralmente varre a casa e lava banheiro [...]. Minha mãe quem vai ao supermercado e a feira (ZILA, 42 anos, parda, solteira)

Todos três (ela, filha e esposo) faz dentro de casa... Ele me ajuda em tudo, até pra lavar roupa, lavar uma louca, às vezes quando eu tava doente, me operei, ele fazia minha comida, lavava roupa, é dividido pra tudim. Como eu tô dizendo: quando eu tô doente, ele quem faz. Supermercado é ele, porque eu não gosto de ir, e a casa sou eu (AUTA, preta, 46 anos, casada)

Nesse propósito passemos novamente a refletir sobre o que as mulheres falam sobre a existência da velha divisão do trabalho – que também é social e sexual – e se percebem os reflexos dela em suas vidas, ao fortalecer e alimentar um sistema perverso que beneficia os homens e mais ainda todo um sistema, conforme apontado anteriormente. Em quase todos os aspectos, as mulheres são as únicas responsáveis por dar conta do recinto, não tendo as obrigações divididas com os irmãos, tios, padrastos, parceiros e filhos do sexo masculino.

Precisamos pontuar algo relevante para entender melhor esse contexto: no interior da lógica capitalista nem tudo é nomeado como mercadoria e visto como algo que tem valor de, ou seja, algumas coisas são criadas para não serem pagas, e na particularidade da zona rural, as mulheres necessariamente não contam com a contratação dos serviços de outra mulher, como babá e diarista, como lembra Bruschini (2006). Com isso, na safra e *despeliculada* existe a participação do trabalho das crianças e adolescentes junto às mulheres, seguindo uma espécie de “autoridade masculina” sobre estas e aquelas, seja no lote ou no recinto doméstico, como frisa Quaresma (2015). Sendo esta autoridade doméstico-familiar dos homens – pais, companheiros e maridos – reproduzida há gerações.

Um detalhe que se sobressai nos relatos é que apesar das mulheres ficarem responsáveis por todas as atividades da casa, resolvendo quase 100 % de tudo sozinhas, porém, no momento de realizarem as compras no supermercado ou na feira alguns companheiros vão junto, pois nessa hora o ato de pagar as compras é visto ainda como algo que cabe aos homens – o que envolve um certo controle monetário, em função de quem detém a maior parte das “posses materiais”. Se formos comparar esta realidade com as sociedades coletoras no texto de Guillaumin (2014) sobre a prática do poder, tanto o dinheiro, os bens materiais, quanto as mulheres são consideradas “propriedades” ou “posses” pessoais que pertencem a “classe dos homens” e, em consequência disto, estes podem fazer o que quiser.

Na qualidade de posses, todo discurso sobre eles só é conveniente na boca do proprietário, que deles fala como lhe convém [...]. Além disso, esses bens estão à sua disposição [...] Mas não se trata, de modo algum, de que esses bens possam sair perambulando por aí e cometam o erro de acreditar que são proprietários do que quer seja e principalmente de si mesmos (GUILLAUMIN, 2014, p. 42).

Esta discussão anterior pode ser entendida como uma forma de manipulação, do controle dos bens e consequentemente das mulheres e crianças. Porque existe uma divisão de tarefas apenas entre as mulheres da casa – esse é o caso de outra entrevistada, Clara de Castro, em que as meninas cuidam da casa, a filha mais velha toma conta da mais nova e ainda participa na *despeliculada*. Enquanto seus dois filhos “cooperam” na safra, no trabalho de maior rendimento, por outro lado, estão isentos de fazer comida, vigiar a irmã pequena, limpar casa, cortar o mato, fazer bozó, consertar uma cerca, colocar água na cisterna ou máquina para lavar roupa ou mesmo *despelicular*. Isso leva a um questionamento bastante pertinente: já que o trabalho executado dentro do recinto pertence quase exclusivamente às meninas, porque fora da casa inexiste a participação dos filhos homens? Já que as atividades fora da casa são quase sempre consideradas afazeres masculinos, percebemos que existe todo um conjunto de fatores que os beneficiam, porque, além de assumir todo o trabalho considerado como “de dentro da casa” as mulheres também executam os serviços pesados da agricultura.

Para compreender todo esse debate precisamos mais uma vez lembrar a importância de fundamentar nossas reflexões em torno da categoria ontológica de gênero, para, assim, compreender o porquê de certos grupos em determinados contextos sociais serem mais afetados do que outros, no caso deste estudo, trata-se das mulheres agricultoras da castanha. Para Donna Haraway (2004, p. 211), gênero

é um conceito desenvolvido para contestar a naturalização da diferença sexual em múltiplas arenas de luta [...] busca explicar e transformar sistemas históricos de diferença sexual nos quais “homens” e “mulheres” são socialmente constituídos e posicionados em relações de hierarquia e antagonismo.

Mas com isso lembremos que, nem todas as relações que envolvem hierarquias e desigualdades podem somente ser explicadas pelos aportes de gênero (SORJ, 1993), pois, nas diversas dimensões da vida, outros fatores se articulam e pluralizam o universo dos sujeitos, tornando mais complexa sua inserção na realidade social. Então, destacamos a importância de compreendermos que gênero opera, simultaneamente, articulado aos marcadores sociais de classe e raça – e pensar nessa dinâmica é condição para entender as sociedades do presente, como afirma Silva (2004), visto que são importantes categorias para explicar as desigualdades e para permitir a superação das exclusões. Embora a classe social não seja um fator autoexplicativo e nem possa dar conta de todas as dimensões da vida dos sujeitos, acrescenta Macêdo (2008), mas, em uma sociedade capitalista, a relação

com o “mundo da produção” não pode ser minimizada, pois também constitui uma parte expressiva para compreender a existência material e as formas de pensar dos seres humanos, lembra a brilhante intelectual.

A combinação das desigualdades de gênero e classe, tanto dentro da família quanto no mercado de trabalho, vai fortalecer uma divisão sexual do trabalho que estabelece que a participação nos afazeres da casa seja de responsabilidade das mulheres, favorecendo as forças hegemônicas, isto é, a dinâmica capitalista, ao produzirem uma superexploração das mulheres e “liberarem” os homens para serem mais fortemente explorados no mercado de trabalho. Em outras palavras: observamos que existe um aumento na exploração feminina, por outro lado, uma maior flexibilidade da mão de obra masculina para beneficiar todo um sistema. Mas, se por um lado o trabalho das mulheres e das crianças é bem utilizado, por outro o mesmo serviço é desvalorizado para, assim, ser invisibilizado.

Nessa toada, ainda quando as mulheres desempenham essas atividades ditas “femininas”, sob o aval da velha divisão sexual do trabalho, toda essa participação na reprodução da sobrevivência das famílias é considerada como algo de menor importância – e é sob essa ótica que Boni (2012) afirma que ocorre um apagamento do trabalho feminino. Nessa mesma direção, Toledo, (2008, p. 16-18) vai afirmar que

A exploração é um fato econômico e dá origem à divisão sexual na sociedade [...]. A mão-de-obra feminina [...] sempre fez trabalho pesado antes da indústria, como arar a terra, cuidar de animais, esfregar o chão, transportar e carregar os filhos, o que demonstra que a ideologia de sua fragilidade é uma imposição cultural da sociedade burguesa, para servir às necessidades da grande indústria daquele momento.

Queremos frisar que as mulheres das camadas populares/trabalhadoras sempre trabalharam para manter o sustento da família. No caso das mulheres da zona rural isso não é diferente, pois elas participam, simultaneamente, de todas demandas da agricultura e também, desde sempre, do secular trabalho no interior da casa, tanto nos cuidados quanto na agricultura familiar. Nos seus estudos, Torres-Filha (2020) vai apontar que o processo de desenvolvimento econômico tem provocado maior agregação de tecnologia nos produtos alimentícios no espaço agrícola, e isso tem ocasionado uma forte expansão de novos modos de produção em escala mundial. Com isso, o capitalismo impõe uma nova sujeição da agricultura à lógica do lucro – é nesse contexto que se explica a

transformação do trabalho das mulheres agricultoras para se ajustar aos moldes de organização da indústria da castanha.

De tal modo, mesmo que o trabalho da castanha tome grande parte do tempo das agricultoras, elas continuam assumindo grande parte dos cuidados no interior de suas famílias. Visando compreender um pouco mais esse processo, perguntamos às entrevistadas: E na família de vocês, quem mais cuida dos filhos (as), crianças, dos(as) mais velhos(as) e doentes?

Adriana (filha). Lá em casa não falta menino. Eu cuidava de idoso e de mamãe. (CELINA, preta, 51 anos, solteira)

Os dois cuida das crianças, mas eu cuido mais porque eu vivo mais em casa do que ele (VILMA, preta, 28 anos, casada)

Eu, tem a sobrinha do meu esposo que cuido também. (MARIA DO SANTÍSSIMO, parda, 25 anos, casada)

Eu! Já cuidei, de doente. (CLARA CAMARÃO, parda, 69 anos, viúva, aposentada)

Daquele idoso que tem lá em casa que dá muito trabalho. Já cuidei de doente, dava banho em pai. Cuido de Artur (filho) (ISABEL, branca, 56 anos, casada, aposentadora)

Eu, às vezes, cuido das crianças das minhas irmãs [...] quando precisa, né cuido das crianças das vizinhas, dar uma “olhadazinha”. Já cuidei de idoso, do meu avô. Deixar as crianças na escola. Se tem reunião, sou eu! No dia dos pais ele (marido) nunca vai, ele veve viajando, lá em casa quem resolve tudo sou eu [...] meu tio, ele é esquizofrênico, a gente leva pro médico, tamo tentando controlar a medicação dele, é um cuidado (RITINHA, parda, 29 anos, casada)

É perceptível como os excertos apontam para uma sobrecarga de serviços e invisibilidades nos trabalhos que as mulheres desempenham no dia a dia. Somados todos os ofícios relatados por elas, é possível observar o grande volume de tempo dedicado aos afazeres domésticos e aos cuidados não remunerados, todos sendo feitos gratuitamente e sem nenhum tipo de registro do tempo destinado a essas atividades – com exceção de Celina, que desenvolveu por longo tempo uma relação de trabalho remunerado na área do care³¹, como denomina Hirata (2016), ou simplesmente trabalho de cuidadora.

Várias feministas do passado e do presente, alertam para a injustiça presente no fato de que “os homens têm as mulheres, mas, infelizmente, elas não podem dizer o mesmo deles... Os depoimentos das entrevistadas comprovam essa triste realidade: é

³¹ Para maiores detalhes sobre o trabalho de cuidado, sugerimos a leitura da pesquisa desenvolvida por Helena Hirata (2016), na qual realizou tal comparação em três países: Brasil, Japão e França. Embora, com realidades diferentes, estas funções ainda são desenvolvidas majoritariamente por mulheres.

evidente que nas famílias dessas mulheres todos os homens têm mães, irmãs, esposas, sobrinhas, filhas, etc. para cuidar de uma série de responsabilidades domésticas. Vilma oferece um desses exemplos quando afirma que ela e o esposo cuidam do filho, porém, completa que ela faz muito mais pelo fato de passar a maior parte do tempo em casa. Ora, mas é exatamente na casa que ela desenvolve todos os serviços – tanto o trabalho de *despeliculada* quanto todas as atividades no âmbito da recinto doméstico-familiar e as atividades de fora da casa – como as plantações do quintal, criação de animais, trabalho no lote etc. A verdade é que estar na casa não é sinônimo de estar mais disponível, pois as mulheres acabam, por consequência, desenvolvendo uma maior participação em todas as duas dimensões, tanto no trabalho dentro como no que é realizado fora de casa.

A situação relatada por Vilma também é explicada por Maíra Machado (2014, p. 64), quando ela aponta que “as ajudas” que os maridos/companheiros declaram realizar junto com as esposas/companheiras, na verdade servem mais como discurso para reduzir a pressão “do que uma prática frequente”, isto é, significativa e rotineira. Os depoimentos colhidos mostram que realizar cotidianamente o trabalho da casa ainda é uma função feminina, em tarefas vitais como cozinhar, lavar, passar, dedicar-se à reprodução da manutenção da saúde familiar. Boris (2014) vai confirmar essa realidade, lembrando que nada acontece se não houver mulheres para dar banho, alimentar, acompanhar e transportar as crianças e outros dependentes que necessitam desses cuidados diários.

No caso de Vilma e de outras entrevistadas, quando os maridos chegam da labuta, eles não sentem necessariamente a obrigação de dividir qualquer tarefa, porque não enxergam sobrecarga de responsabilidades no trabalho dos cuidados. Mesmo em situações em que a entrevistada vai para o lote junto com o companheiro, a preocupação de apanhar castanha e olhar a criança, ao mesmo tempo, fica sob sua responsabilidade. Como contou uma entrevistada, quando o pai olha os filhos é porque ela precisa sair com urgência – por exemplo, ir ao médico – e não tendo outra mulher/menina com quem deixar, o esposo cuida. Isso significa dizer que muitos homens não querem desenvolver estes trabalhos, como cuidar dos próprios filhos, da casa, das nuances e exigências que são convenientemente lidas como tarefas exclusivas da maternidade, ou melhor, de um modelo de cuidado “a maternagem das mulheres reproduz mulheres que cuidam) e de *status social* (homens não querem fazer tal atividade)” (BORIS, 2014, p.103).

Neste casamento entre casa e trabalho, uma questão inconciliável mesmo são as responsabilidades familiares não divididas entre os cônjuges, melhor dizendo, com os homens. Isso tudo consome além de tempo, o excesso de doação de serviços prestados,

no caso das mulheres agricultoras, realizados no interior de suas casas, gratuitamente para satisfação de outrem, o que gera desgastes físicos, emocionais, intelectuais, afetivos e tantas outras dimensões da existência humana (BORIS, 2014).

Se todos esses serviços foram delegados às mulheres, - que passam a ter suas atividades bem delimitadas como suas –, então os cuidados não são vistos como trabalho, mas como uma espécie de “obrigação feminina” (KERGOAT, 2009) e estes esforço de doação e entrega serve para que tudo permaneça agradável e confortável para os homens. Nesse contexto, as mulheres não “podem” descansar, faltar ou mesmo adoecer, pois são não são apenas úteis, mas indispensáveis ao sistema. Na verdade, somos treinadas para sermos parecidas – e “comparadas” – às máquinas humanas, mas sem “reposição de peça”. Não é à toa que Souza-Lobo (2011) chegou a afirmar que os trabalhos fabris femininos, “sustentam o mundo” – e isso não é muito diferente na realidade rural.

Portanto, a indignação, as falas silenciadas e as diferentes formas de luta por igualdade de gênero são uma ameaça aos benefícios adquiridos injustamente pelos homens. Estes argumentos dialogam com trabalhos desenvolvidos por Hirata (2016), quando a autora chama de trabalho do *care* os cuidados desenvolvidos por mulheres, ela mostra que essas formas de reprodução social são aliados dos papéis de gênero, sendo difícil separá-lo do trabalho doméstico. É como se existisse uma linha tênue, sutil e de complementação de ambos. Nesta relação, seja pela baixa remuneração ou desqualificação, o trabalho gratuito/remunerado/doméstico torna-se “pouco gratificante e cansativo” (SARTI, 1997, p.161), mas, como não se trata de uma opção, não podem ser recusados. Assim, o fato de as agricultoras assumirem sozinhas toda a esfera dos cuidados domésticos associados à dura lida na castanha, contribui para uma superjornada de trabalho normalizada como parte inquestionável de sua realidade.

O depoimento de Ritinha é auto explicativo, pois mostra como ela resolve diversas demandas dos filhos, inclusive as da escola, e o companheiro, como reconhece, não toma qualquer iniciativa e não comparece nem no dia dos pais. A informante ainda destaca mais uma responsabilidade que possui no interior do seu grupo familiar: é responsável pela saúde de um membro da família, isto é, cuida da medicação do tio diagnosticado com esquizofrenia. Esses dados convergem com a pesquisa realizada por Maíra Machado (2024, p. 61):

De modo geral, pode-se afirmar que a organização do cotidiano doméstico é, majoritariamente, uma responsabilidade feminina nas casas das entrevistadas. A mulher não apenas é a principal executora, como é também a figura que

organiza, hierarquiza e define quais são as tarefas de manutenção do lar a serem realizadas.

Assim, para estimular a reflexão sobre a divisão sexual do trabalho junto às entrevistadas, indagamos para as trabalhadoras casadas ou em uniões estáveis acerca de como se dá a participação do marido nas tarefas da casa, se acreditam que os serviços poderiam ser divididos e como isso poderia melhorar a vida da família. A seguir, algumas das respostas apresentadas:

Não faz. Não! (RITINHA, parda, 29 anos, casada)

Faz não. Está fazendo agora, mas não fazia não, Pedro não limpava um terreiro de primeiro, era eu que limpava tudo (ANA, parda, 62 anos, casada, aposentada)

Faz não, a tarefa que ele faz (marido) é só me dar trabalho (ISABEL, branca, 56 anos, casada, aposentada)

Não, não tem divisão, só entre as mulheres mesmo. Tudo sou eu! (LUCY, parda, 27 anos, casada)

Só é eu. Não faz nada mulher, é machista (risos) não quer fazer nada! (MARIA GOMES, 31 anos, parda, casada)

Como visto anteriormente, os relatos do cotidiano deixam explícita a recusa dos companheiros em participar dos cuidados com a família – exceto quando existe algum impedimento da companheira e não há outra mulher para executar as lidas – por exemplo, além de situações como enfermidade, também pode ocorrer no nascimento dos filhos e haja a necessidade de a esposa estar de resguardo. No entanto, em circunstâncias “normais”, é muito comum que os homens sigam com suas realizações pessoais, tendo momentos para a profissionalização e para o lazer, sendo privilegiados por uma estrutura hierárquica de poder que secularmente os favorece.

O depoimento de Maria Gomes que, em suas palavras, classifica o esposo como “machista”, demonstra uma percepção de como essa estrutura desigual beneficia seu companheiro ao longo dos anos de casamento, pois, reconhece a injusta sobrecarga de desenvolver todas as atividades/responsabilidades da casa e filha sozinha. Apesar das queixas, a maioria das entrevistadas não tentam romper este ciclo vicioso, fortalecido pela invisibilidade e desvalorização dos serviços colocados exclusivamente “nas suas costas”. Alguns poucos relatos das mulheres já trazem uma cobrança de participação e de responsabilização do marido, exigindo que ele faça sua obrigação, por entender que não se trata de ajuda.

Outra entrevistada, Lucy, usando de uma certa ironia vai responder em seu depoimento que existe divisão de tarefas em casa, mas isso ocorre somente entre as mulheres. Com isso, ratifica-se a percepção de que as demandas domésticas, em proporções alarmantes, recaem fortemente sobre as mulheres e acabam funcionando como um modo eficiente de subjuga-las. Bruschini (2006, p. 62) vai apontar que, nesse contexto, um dos principais desafios no mundo do trabalho, em particular no Brasil, “é promover a conciliação entre família e trabalho”. E, para nós, este desafio de conciliação se torna ainda maior porque ele deve incluir homens e mulheres neste processo.

Para prosseguir neste objetivo de reflexão sobre a imposição de papéis de gênero na vida cotidiana, interpelamos as entrevistadas em relação ao nível de satisfeitas delas quanto à divisão de tarefas da casa entre elas e o restante dos membros da família, marido e filhos. Seguem as respostas:

Eu acho que dá pra dividir mais, fazer a comida, dá pro marido, até um filho fazer, né! (VILMA, preta, 28 anos, casada)

Não estou! Que meu esposo dividisse comigo, inclusive nas atividades das crianças. As vezes cozinha, às vezes, né! (RITINHA, parda, 29 anos, casada)

Ele ajudasse mais que podia dar banho nos meninos, passar uma vassoura na casa, eu que faço só, tudo sou eu (LUCY, parda, 27 anos, agricultora)

Não tem, não estou satisfeita. Se, ele ajudar, né, porque eu ia ter mais tempo, até pra eu estudar. Ele ajudava raspar castanha, mas na maior briga (MARIA GOMES, 31 anos, parda, casada)

É mais a parte assim de fora, ele gosta de ciscar, limpar o mato. Sim, eu acho que sim. No caso já é, mas sempre sobra mais pra mulher! (*risos*) (MYRIAM, 35 anos, branca, agricultora)

É, poderia, mas nem adianta eu insistir porque nenhum faz, é eu mesmo, ele (marido) não enxerga bem, ele quer uma coisa eu tenho que ir lá e dar (ISABEL, branca, 56 anos, casada, aposentada)

Considerando o conjunto das falas, o modo de vida das mulheres entrevistadas tende a privilegiar os homens. A divisão sexual do trabalho na família (HIRATA, 2002; HIRATA e KERGOAT, 2007) hierarquiza e privilegia o sexo masculino ao mesmo tempo em que estabelece uma ordem de valorização que destaca quais são os melhores serviços, para depois separá-los, isto é, as mulheres realizam determinadas tarefas e os homens outras. Sob essa ótica, tal relação prejudica a maneira dos homens agirem consigo, com o outro, com as mulheres e com toda a sociedade.

Nesse contexto, a forma como os homens são educados segue uma espécie de cadeia quase hereditária. Duarte (2011, p. 128) vai dizer que somado a isso, no “caso das

mulheres trabalhadoras rurais, além de ter que enfrentar a opressão de gênero, elas têm que enfrentar a discriminação, a desigualdade e a pobreza, características principais no meio rural brasileiro” Assim, a complexidade desse assunto torna ainda mais relevante a realização de pesquisas que desvalem como a vida das mulheres rurais é atravessada por profundas desigualdades e que demandam superação, como afirma Quaresma (2015, p. 35):

A divisão sexual do trabalho está presente no mundo rural, segregando e hierarquizando o trabalho de mulheres e homens [...]. As mulheres são quem planeja, implementa e cuida do espaço, que, de forma silenciosa, alimenta a família [...]. Desvelar as desigualdades existentes é o primeiro passo para construir a estrutura necessária para superá-las e avançar na mudança da história de injustiças e contradições que pesa sobre as mulheres, especialmente as campesinas.

Apesar de trabalharem na casa, no roçado e na plantação e, portanto, participarem ativamente para o êxito da produção familiar, as mulheres são, paradoxalmente, entendidas como “auxiliares”, seja dos seus parentes, dos maridos, dos filhos ou dos pais. Assim, em várias outras ocasiões, também vão ser constituídas apenas em “ajudantes”, para não configurar força de trabalho bem remunerada (QUARESMA, 2015). Somada a isso, os depoimentos deixam ver que as mulheres não estão satisfeitas com a falta da participação masculina e não é possível continuar esperando que os homens venham um dia a “contribuir” por um mero ato de boa vontade. Os relatos mostram a urgente necessidade de uma melhor distribuição da divisão sexual do trabalho, rompendo, assim com o modelo vigente – que, nas colocações de Silva e Schneider (2010), concebe esta mesma divisão como “até inevitável”, ao mascarar as manifestações da exploração de um sistema organizacional de tarefas que tende a beneficiar os homens e penalizar as mulheres.

Enfim, se os homens fizessem suas obrigações, suas companheiras estariam mais saudáveis e satisfeitas, pois teriam tempo para si e até para estudar e assim, não se sentiriam as únicas responsáveis por “aguentar a barra” de relações que fragilizam todas social e psicologicamente. Somada a isso, nos parece igualmente importante reconhecer que, junto à fragilização dos corpos e das mentes, as mulheres rurais precisam enfrentar diversas opressões, como pontua Caumo (2015), e que se explicam pelas múltiplas disparidades de gênero, de classe, de raça – expressas através dos subempregos, do analfabetismo e outras estruturas de exclusão social.

Dessa forma, para estabelecer relações mais igualitárias, tanto no âmbito público e privado, é preciso que os atores sociais encontrem interesses coletivos nos campos de disputa contra as forças hegemônicas. Para isso acontecer é vital uma maior valorização dos sujeitos que vivem da agricultura e isso implica reconhecer a força e o protagonismo expressos nas experiências de mulheres trabalhadoras que cuidam de suas famílias e geram renda através do beneficiamento da castanha. Suas vidas são compreendidas pela articulação dinâmica de elementos formadores da tríade família-cuidado-renda.

Cisne e Santos (2018) discutem que a não valorização, tanto na esfera privada quanto pública - isto é, reprodutiva e produtiva -, faz com que muitas mulheres não se reconheçam como trabalhadoras, geradoras de riquezas, mostrando uma clara diferenciação entre o mundo dos homens e das mulheres. Como complementa Quaresma (2015), falta chegar às mulheres mais oportunidades para realizarem outras atividades, bem como o reconhecimento sobre a importância daquelas que já realizam. Esta realidade vai ao encontro da vida das agricultoras, uma vez que tudo o que realizam é trabalho, sendo este fundamental para a reprodução social e econômica da comunidade à qual pertencem.

Nessa perspectiva, queremos contribuir para a reflexão de suas histórias e de seus saberes, visibilizando as condições de vida e trabalho das mulheres e demais sujeitos que sobrevivem da castanha de caju, tirando o sustento familiar desta atividade e que, também, constitui parte da experiência da existência feminina na zona rural. Por fim, temos que conhecer as agricultoras e reconhecer uma agricultura e estudos de gêneros e de classe devidamente referenciados.

Deste modo, depois da longa tentativa de resposta dos objetivos formulados, é importante retomar, nosso ponto de partida: como ocorre a dupla participação das mulheres entrevistadas na esfera dos cuidados e no trabalho e as quais possíveis dificuldades enfrentadas na busca da valorização de si e de reconhecimento profissional?

Essa dupla participação das agriculturas é evidenciada por uma série de fatores que se articulam de forma que, para elas, não parece ter nenhuma cisão ou hierarquização: família e trabalho são duas faces de um mesmo projeto de vida. Quando as entrevistadas enumeraram os vários trabalhos gratuitos executados no domicílio – como, por exemplo, lavar, passar, arrumar, limpar, cozinar, fazer compras, cuidar dos filhos – elas terminam por pontuar o preço que pagam por esse lugar central que ocupam na família e que é fortemente marcado por renúncias de tempo de lazer, de estudo e profissionalização e até da possibilidade de vivenciar uma existência individual – tudo isso em nome/função dos

filhos, do marido, do casamento, dos parentes, da prioridade à felicidade familiar, muitas vezes, em detrimento de uma possível satisfação pessoal. Por outro lado, mesmo os ganhos obtidos através do mundo do trabalho são, ao final de tudo, investidos na melhoria de suas casas, no bem-estar dos filhos e, por último, nelas. Embora saibamos que, antes de ser mãe, doméstica, agricultora, existe uma pessoa com uma subjetividade, os relatos demonstram uma forte consciência de possuir um projeto que é coletivo e uma grande centralidade do projeto familiar motivando-as a prosseguir.

Esse senso de coletividade que embasa seus projetos de vida familiar e profissional, obviamente não eliminam sua individualidade, pois, todas elas existem enquanto sujeitos que possuem sonhos, desejos e almejam conquistas. Mesmo que os relatos registrem que parte desses desejos e projetos foram apagados ou mesmo silenciados pelas marcas do gênero, da classe, da territorialidade – que se manifestaram na injusta da divisão sexual das tarefas, nas super jornadas, no muito trabalho para pouca remuneração –, “reforçando papéis sociais” e tantas outras hierarquias como uma dupla face de um mesmo quebra-cabeça (Kergoat, 2009).

Assim, as trabalhadoras da castanha percebem as dificuldades de realização do seu ofício: seja pela falta de crédito, por labutarem sem garantias previdenciárias, pela ausência de condições adequadas de trabalho ou pelo tanto que trabalham sem serem valorizadas. A falta de uma política de fortalecimento da agricultura familiar e os ganhos monetários insuficientes, somadas às lidas familiares e a quase nenhum reconhecimento por parte da sociedade e da própria população local e mesmo dos familiares, mostra um contexto de falta de incentivo e de maiores oportunidades.

Deste modo, pelas trajetórias de vida, foi possível compreender que as agricultoras vivenciam essa dupla participação, aliás, através jornada intensiva e extensiva de trabalho tanto nos absorventes e extenuantes cuidados domésticos quanto na dura atividade na *despeliculada* da castanha. É como se existisse uma simbiose, parafraseando Saffioti (2015), associada a extensão estabelecida entre a esfera produtiva e reprodutiva para compreender essa relação no mundo do trabalho, onde a desigualdade se faz presente “nas relações sociais familiares, o que leva aos acessos e oportunidades diferenciadas entre as mulheres” (NOGUEIRA; PASSO, 2020, p. 305) e entre as mulheres e os homens. Além de tudo, são *invisibilizadas*, *silenciadas*, *preteridas*, embora, realizando todo tipo de serviço. E, obviamente que as desigualdades de gênero as colocam em desvantagem em relação aos homens, pois, ao executarem as várias lidas, terminam sobre carregadas e

exauridas – o que ganha contornos graves entre aquelas que são mães solo e, portanto, chefes de família.

Assim, se essas trabalhadoras, na quase totalidade, não contam com a participação masculina na divisão de tarefas e responsabilidades dos cuidados, logo, nesse contexto, os homens se beneficiam dos serviços prestados gratuitamente pelo sexo feminino, como explicita Morais (2017). E não há justificativa para que essas mulheres continuem sendo as únicas responsáveis por este “mundo de afazeres”, especialmente entre adultos funcionais de quem se espera uma relação, no mínimo, de reciprocidade.

Diante das discussões apresentadas, identificamos que poucas informantes gostam realmente dos resultados obtidos nessa “costura” entre as dimensões da vida familiar e atividades laborais. Particularmente, são as mulheres adultas que estão mais ou menos “satisfeitas” com as conquistas e também com a vida e o trabalho que possuem. Já as mais jovens, se pudessem mudariam de ocupação, seja pela invisibilidade, seja pela ausência de reconhecimento de sua condição de trabalhadora rural da castanha. Somada a isso, elas identificam a falta de terra para labutar e a dificuldade na venda dos produtos artesanais – que muitas vezes são desperdiçados, inclusive seus dons e saberes tradicionais não são desenvolvidos – como fatores que mantém a dependência com relação ao trabalho no manejo da castanha. Nesse universo, apenas algumas agricultoras possuem os meios para plantar no quintal e na pequena produção para o consumo familiar e, com isso, melhorar suas condições de satisfação de necessidades básicas de *sobrevivência*.

Por tudo isto, podemos afirmar que as reflexões acima apresentadas foram cruciais para responder aos nossos questionamentos de investigação e evidenciar a dificuldade das agricultoras para manifestarem um maior nível de satisfação com relação ao trabalho que executam na lida da castanha. Nessa mesma direção, ficou evidenciado que elas também apresentam uma resistência em admitirem terem orgulho de si mesmas, mesmo com todas as limitações, além de evidente dedicação demonstrada diante das múltiplas e excessivas demandas familiares e laborais. Por fim, como conquistar esse devido reconhecimento profissional e valorização pessoal ainda se constituem em uma incógnita.

TECENDO CONSIDERAÇÕES

“A persistência é o melhor caminho para o êxito.”

Charles Chaplin

Na condição de jovem pesquisadora, acreditamos ser desafiador finalizar ciclos e um mestrado em poucas linhas as quais chamamos de “considerações finais”. Um texto que finalmente tem a “cara” da investigadora, depois de tantos processos de mudanças, angústias, delícias e alegrias em seguir em frente mesmo diante dos obstáculos. Tudo isso foi possível por alguns fatores: I) Acreditar no poder de recomeçar, afinal, nem todas as pessoas já “chegam” prontas, às vezes, é no processo de caminhada que elas se encontram; II) Também pela persistência, pelo voto de confiança depositado por Márcia Macêdo (orientadora) somado à paixão pelo tema e ao compromisso comigo mesma, com as mulheres da castanha e com as outras camaradas. Apesar dos devaneios da jovem pesquisadora (neófita), *“ninguém soltou a mão de ninguém”*. Esta trajetória foi uma espécie de “abrir mão” de pretensiosas ambições acadêmicas e de rever equívocos; ao longo do percurso, nesses três anos de curso, fomos descobrindo o “nossa pedaço” e que esta dissertação se parece com sua autora.

Este espaço serve de retomada das descobertas, do que se extraiu nas análises dos dados e, principalmente, da tentativa de sintetizar ao longo deste percurso o que foi possível alcançar. E trazer indagações deste universo e dos sujeitos, aos quais agradecemos imensamente a partilha, a generosidade, as confidências, onde misturam-se histórias particulares e coletivas de resistências, *sobrevidências* das mulheres agricultoras e todas nossas raízes rurais.

Assim, aproveitando o ensejo, sentimos na obrigação de expressar a mais sincera gratidão e de reconhecer, enquanto pesquisadora, alguns equívocos ou omissões, em parte porque gostaríamos de ter nos dedicado e empenhado mais no diálogo acerca de determinadas reflexões. Como exemplo, gostaria de citar: uma maior elaboração das discussões de gênero em contextos rurais, o debate sobre territorialidade, o diálogo com o feminismo negro enquanto ferramenta política para pensar as imbricações de gênero, de classe e raça sobre a ótica das interseccionalidades que atravessam as existências das mulheres. Aquilo que não tivemos condições de realizar agora, será possível em outras oportunidades futuras de aprimorar estas reflexões.

Entretanto, ao longo deste percurso enfrentamos muitas situações desafiadoras. No início da jornada do mestrado, desejávamos fazer tanta coisa, galgar altos voos... E, assim, foram muitas cobranças e expectativas em condições nem sempre desejadas, pois a realidade é mais desafiadora do que se espera.

Esperamos ter lançado alguns apontamentos para trabalhos futuros ou, caso alguém se interesse pela investigação, que essa dissertação contribuía de alguma forma. Portanto, lembramos dos fundamentais ensinamentos de Márcia Macêdo, que alertava sobre realizar um trabalho honesto, não apenas reproduzir o que outras estudiosas na área já discutiram, as contribuições da pesquisa iriam se diferenciar das demais nesse sentido. Porque temos de trazer estudos devidamente referenciados da nossa realidade e mulheres locais. É preciso “*enruralizar*” a Universidade Pública.

Ficamos tristes por não poder compartilhar na academia a sabedoria da agricultora Maria do Céu, contadora de muitas histórias, rezadeira, curandeira, pesqueira, trabalhadora da castanha e de tantas outras vivências que aprendeu com suas antepassadas, portadora de *sábias teorias de vida*.

Por ora, chegamos às famosas “conclusões”, resultados e percepções diante das falas e dos diálogos com as entrevistadas, numa espécie de “fechamento” de indagações iniciais. Desse modo, esta pesquisa buscou discutir uma realidade ainda pouco estudada, acerca de como ocorre a dupla participação das mulheres agricultoras da Vila Goiás na esfera dos cuidados familiares e no trabalho da castanha e as quais possíveis dificuldades enfrentadas na busca da valorização de si e por reconhecimento profissional.

A discussão dessa temática de grande relevância social enfrenta algumas dificuldades como: em primeiro lugar, a falta de estudos, palestras e pesquisas no campo do gênero sobre a realidade da Vila Goiás e, em segundo lugar, a possibilidade de compreender como as desigualdades de gênero criadas na sociedade impactam negativamente no mundo rural e nas relações entre mulheres e homens. A nosso ver, a tríade trabalho-família-cuidado expressa hierarquias de poderes que perpetuam privilégios masculinos. A problematização dessas questões possibilitou que as agricultoras pudesse refletir sobre suas próprias vidas, à medida em que nos colocamos à disposição para ouvi-las, pois, falas silenciadas escondem barulhos (PIEDADE, 2020), histórias de *sobrevivências* são *invisibilizadas* e preteridas.

Embora, sempre existirá algo a mais para abordar, apresentar. É sabido que o ato de pesquisar adota regras, normas acadêmicas, mexe com teorias e assim, nos leva a “novas indagações, descobertas” e, que sabe, *insights* para uma possível pesquisa de

doutorado. Por fim, sem mais delongas, ao recapitular da análise do campo, percebemos o grande descompasso entre o volume de trabalho realizado pelas mulheres e os baixíssimos ganhos financeiros e quase sem nenhum reconhecimento, além da total falta de outras oportunidades de trabalho. Portanto, analisando as trajetórias de vida e o cotidiano das agricultoras, foi possível entender como as desigualdades de gênero as obrigam a assumir uma jornada intensiva e extensiva de trabalho, fazendo com que elas assumam sozinhas toda a esfera dos cuidados familiares domésticos associada à dura lida na castanha.

Essa atividade, majoritariamente feminina e com um baixo status enquanto ocupação informal, termina por fazer com que essas trabalhadoras sejam invisibilizadas, silenciadas, preteridas, ao serem vistas como realizando um serviço de menor importância que aqueles realizados pelos homens. E, mais ainda, por ser visto como “leve”, “maneiro” e por “ser mal pago”, justamente para favorecer a divisão sexual do trabalho que beneficia todo um sistema e manutenção do status quo de privilégios de uns poucos – a “classe dos homens” – (SAFFIOTI, 2015), em detrimento de uma grande maioria, as mulheres. Tudo isto, faz com que o cuidado não institucionalizado seja uma prática atribuída, historicamente, a mulheres neste nosso viver cotidiano.

Através dos aportes de gênero trazemos as vivências destas agricultoras enquanto protagonistas e não apenas coadjuvantes das suas histórias. Para a construção de um maior delineamento dos “sujeitos desse processo”, foi (e é) fundamental debater as raízes das opressões e das exclusões que têm implicações em “várias esferas da vida social”. Assim, estudando mais de perto os sentimentos e os pontos de vista das entrevistadas sobre suas *sobrevidências*, entendemos a necessidade da escolha das lentes de gênero para compreendermos uma parte significativa da existência destas mulheres.

Dessa forma, se tentássemos pesquisar a participação das agricultoras na atividade da castanha e as formas como geram renda, sem contextualizar a interrelação com o mundo da produção (na atividade da cajucultura) e também uma maior aproximação das vidas e experiências das mulheres, de maneira ampla, sem o olhar sensível de gênero, correríamos o risco de entender este processo, à primeira vista, através de um viés desfalcado, generalizado, sem “contemplar a verdadeira realidade” e suas implicações diante do gênero (TORRES-FILHA, 2020).

Torres-Filha (2020, p.273) ainda enfatiza que é preciso pesquisar detalhadamente sobre os fatores que possibilitam a invisibilidade das desigualdades, porque ao “incluir os homens, não necessariamente se incluem as mulheres”. Em outras palavras, quando,

aparentemente, mulheres e homens desempenham atividades iguais no lote, essa participação “igualitária” termina por esconder o peso do gênero, principalmente por camuflar uma falsa impressão de existir “igualdade”. Somente conhecendo os processos de trabalho por completo e de perto, isto é, as vidas e rotinas das trabalhadoras é que entenderemos melhor as bases dessas desigualdades de gênero. Nesse contexto específico, não existe igualdade nas atividades realizadas e muito menos na remuneração, e, mais importante ainda, as entrevistadas precisam dar conta de “outras” questões inadiáveis e intransferíveis: os serviços familiares. Na verdade, o que prevalece, do começo ao fim, é uma desigualdade dos afazeres como retrata na imagem abaixo.

Figura-7 Imagens de agricultora limpando o mato com um ciscador.



Fonte: Acervo da autora (2024).

A produção acadêmica em torno da categoria gênero toma como uma das suas primeiras tarefas, desbancar o lugar das diferenças biológicas atribuídas entre os sexos para que elas não sejam motivo para explicar/justificar as relações desiguais de gênero (Nicholson (2000). Gênero é exatamente o conceito que rompe com qualquer tentativa de legitimação para persistência de destinos opostos para mulheres e homens. O diálogo com as trabalhadoras da castanha toma a categoria gênero como forma de problematizar as relações de poder (SCOTT, 1990) que vão explicar a produção de desigualdades e sua posterior eliminação. Relacionando com a foto apresentada acima (Figura 7) é um registo da trabalhadora Ana, a quem gostaríamos, primeiramente, de homenagear, em nome das demais. Em sua vida, desde pequena, Ana nos informa que “sempre foi de muita luta”;

nas suas palavras: “não tive infância, a minha infância foi trabalhando mais meu pai”...Ela nos conta que sua vida sempre foi para o trabalho: primeiro para *sobreviver*, depois passou a trabalhar para dar conta dos filhos (as), da casa, do marido, das exigências da castanha e por aí vai.

Revendo o depoimento de Ana sobre sua vida e batalhas, é evidente o quanto suas palavras são impactantes, ao mesmo tempo nos ensina sobre a importância de enfrentar os combates e não desistir. Com sua sabedoria, ela nos guia como fonte incessante por justiça, dignidade, contra a opressão secular e, principalmente, pela verdadeira igualdade substancial. E, diante de tudo isto, Ana encontra motivos para continuar a acreditar que sempre é possível mudar. Sua firmeza na vida e prática cotidiana é fonte de inspiração para todas nós, uma autentica “*mujer da roça*”. Ela trabalha no lote, na costura, no cultivo dos produtos orgânicos, na criação de animais, nos diversos empregos outrora prestados fora do lar, na antiga associação, da qual participou enquanto tesoureira, ajudando a construir um espaço de decisões e organização política. E diante da teimosia e resistência, ela se diz orgulhosa em ser agricultora e, para finalizar, concordamos com seu ensinamento inspirador: *para quem sabe lutar, não cabe apenas sobreviver*.

Ao longo da apresentação deste itinerário de pesquisa, é pertinente ainda retomar uma velha questão política que foi reacendida no caminhar das conversas e que poderá ser desenvolvida objeto de pesquisa futura. Durante as entrevistas, descobrimos a forte vontade por parte das mulheres interlocutoras em se organizarem junto com os/as demais moradores e moradoras da Vila Goiás para buscar um espaço que sirva para confeccionar produtos artesanais, além de melhorias nas condições de lida com a castanha ou mesmo reativar a antiga associação e buscar assegurar assistência governamental para esta iniciativa. Este desejo tem nos levado – a pesquisadora, algumas mulheres entrevistadas e um morador – a cogitar a realização de uma pressão política junto dos representantes políticos da comunidade para a implementação deste espaço. E, quem sabe, esta demanda possa vir a se transformar em luta organizada e que venha ser semente de uma futura conquista, fruto dos esforços empreendidos pelas mulheres moradoras. Acreditamos nos ganhos da organização para a luta coletiva e para a formação de uma nova consciência de gênero, pois, como lembra Sales (2007, p. 14):

A organização das trabalhadoras estimula suas lideranças a pensar sobre as desigualdades de gênero, e, a partir desse olhar, as trabalhadoras começam a discutir sobre a invisibilidade do seu trabalho na agricultura familiar camponesa. As trabalhadoras rurais percebem que as atividades produtivas desenvolvidas no grupo familiar têm um significado econômico.

Apesar da sua importância, a organização e articulação política comunitária não é uma tarefa simples de se construir, porque ainda é preciso enfrentar um conjunto de forças que mantem as conquistas do passado num lugar de tanto esquecimento, que alimenta certos conformismos e que faz lembrar as mesmas promessas de cada eleição e que mantém a ideia de que “nada vai mudar”. Torna-se um grande desafio fazer os/as moradores/as acreditarem que, pela coletividade e resistência contra-hegemônica, possa ocorrer uma melhoria macrossocial; para isto, é necessário bem mais que uma “dose” de boa vontade. Quem sabe, ainda haja uma chance da Vila Goiás, em um futuro próximo, possa vir a ser a célula de um processo de empoderamento das agricultoras, de uma luta pelo acesso e participação nos espaços de poder e para o fortalecimento da agricultura familiar, da economia popular e solidária e para reivindicações por condições dignas de existência.

Por outro lado, se a luta ainda não teve avanço desejado na questão política, na pauta da cultura as mulheres não estão paradas. Na contramão de tantas dificuldades acima elencadas, desde 2021 que três agricultoras – Ritinha, Zila e Clara Castro – dançam no Festival de Quadrilhas Juninas-FEQUAJU promovido pela prefeitura municipal, no intuito de preservar as tradições nordestinas e incentivar a participação de jovens e adultos de Serra do Mel. O grupo de quadrilha Laço Verde, do qual participam as entrevistadas, ganhou o prêmio de segundo lugar no Concurso de Quadrilhas em 2022 – e até foram se apresentar em outra cidade! E, para felicidade comunitária, em 2023 e 2024, as agricultoras da castanha, somadas aos demais moradores/as se prepararam novamente, se organizaram e ensaiaram por meses para dançar nas quadrilhas. Assim, com os temas “Vaquejada” e “Sertão”, o grupo Laço Verde conseguiu ganhar o primeiro lugar por dois anos consecutivos, recebendo uma premiação de 7.000,00 reais (mais troféu e viagem) foram representar a Serra do Mel nas festas juninas de 2024 na tradicional competição de Mossoró Cidade Junina-MCJ – que reúne quadrilhas tradicionais de várias cidades e regiões vizinhas do oeste potiguar.

Figura-8 Quadrilha campeã Laço Verde/Vila Goiás no Fequaju 2023



Fonte: Acervo da autora (2024)

A fotografia acima expressa um momento de realização em que a organização coletiva, a persistência e a dedicação na busca da realização de um objetivo/projeto comum, se faz fundamental ao beneficiar toda comunidade, fortalecer os laços de solidariedade e união. Em contextos sociais onde faltam, muitas vezes, tantas condições mínimas de vida e trabalho, a cultura vem mostrar o seu real valor para crianças, jovens, adultos e idosos. Isso tudo é possível quando há valorização do lazer, esporte e da cultura e, obviamente, investimento do poder público local – certamente que essa combinação, sem dúvida, faz a diferença em um lugar que paira um “certo esquecimento”.

Mas, qual a conexão do exemplo e porque a foto apresentada é uma fonte de inspiração? Exatamente, pelo desejo de que essa experiência sirva como uma influência positiva e que possa ajudar a reacender a chama da esperança de aglutinar a mesma força para a criação da organização das moradoras/es e trabalhadoras da castanha, no intuito de cobrar melhorias necessárias ao desenvolvimento da vida na Vila Goiás em todos os sentidos.

Certamente, que algumas pautas devem ser unificadas na organização das lutas coletivas e prioridades como: definir os passos de como reativar a associação (agora de mulheres) elaborar uma proposta com as principais beneficiárias deste projeto em forma de um coletivo, colher abaixo-assinados, voltar-se para articulação de demandas e procurar uma assessoria especializada e a preparação da documentação necessária para que este sonho possa se concretizar (sair do papel).

Figura-9 Reunião para criação da associação de mulheres da Vila Goiás



Fonte: Acervo da autora (2025)

Figura-10 Reunião para criação da associação de mulheres da Vila Goiás



Fonte: Acervo da autora (2025)

Figura-11 Reunião para criação da associação de mulheres da Vila Goiás



Fonte: Acervo da autora (2025)

Assim, ao presente término do mestrado as mulheres da agricultura familiar e castanha, junto com todas nós moradoras da Vila Goiás iniciaram os primeiros passos rumo à ativação da associação. As trabalhadoras criaram um grupo de *whatsApp* onde divulgam todos os informes, cursos, reuniões, assinaturas e prazos, por exemplo, para recebimento de milho, feijão e sorgo dentre outros gêneros alimentícios da agricultura familiar. Porque é fulcral ser protagonistas nas nossas próprias histórias. E não tem como passar por todas estas dimensões da vida e lida desconsiderando o poder da terra, dos saberes tradicionais dos sujeitos que fazem parte dela.

Podem as agricultoras não estarem levantando bandeira em movimentos, sindicatos, ONGs e cooperativas, porém essas mesmas trabalhadoras das imagens buscam outras tentativas de organização coletiva, de resistências, enquanto base do cultivo e sistema produtivo, ajudando produzir os alimentos das famílias, fortalecer as relações entre campo-cidade. Porque quem põe “comida” na mesa não são os supermercados ou os empresários, mas os pequenos e médios produtores, o MST. Embora o protagonismo das mulheres seja *invisibilizado*, todo dia elas fazem presente na colheita, nos quintais produtivos, nas florestais, na agroecologia, nos mariscos e na cajucultura. E cabe a nós pesquisadoras na área trazer suas resistências e modo de viver.

Diante das fotografias apresentadas, retomamos este contexto e os resultados da pesquisa, a realidade investigada interferiu em alguns momentos nas análises dos dados, pois tivemos certa dificuldade de enxergar com clareza o que queríamos e nossos objetivos sofrerem muitas mudanças. O desejo de resgatar os direitos negados às mulheres/interlocutoras – como acesso à terra e programas de apoio social e econômico de crédito ao/a trabalhador/a rural, construção de um espaço digno para a confecção de artesanato, venda de produtos orgânicos e polpas com remuneração justa é urgente, tanto nas relações de gênero quanto no interior de suas famílias – em vários momentos a vivência destas chocou com seus depoimentos (das entrevistadas) que mostravam, muitas vezes, aceitação e conformismo diante das diversas desigualdades em seu cotidiano entre a família e o trabalho.

Por fim, concluímos que, mesmo enfrentando tantas dificuldades cotidianas, contudo a maioria das entrevistadas encontra motivos para alimentar sonhos e acreditar na conquista de uma existência mais igualitária e, consequentemente, mais prazerosa. Algumas interlocutoras conseguiram expressar seus sentimentos diante de tantos *silenciamentos* que carregam e que estão intimamente ligadas às suas histórias. Nesse sentido, evidenciamos limites temporais, limites nossos e delas, mas também possibilidades diante dos desafios de partilhar estas lindas experiências, aonde somos aliadas em direção da conquista dos nossos propósitos.

Nesse contexto, reafirmamos que as mulheres de origem camponesa precisam ocupar o lugar de protagonistas das suas vidas para além das *sobrevivências*. Acreditamos que, neste percurso, as conquistas virão como fruto das trocas de experiências e de muitos aprendizados articulados junto as agricultoras da castanha. E almejamos que esta dissertação possa colaborar de alguma maneira enquanto uma reflexão frutífera sobre suas/nossas existências em todas suas potencialidades.

Mantemos acessa a crença de que estamos – a cada dia e todo dia – resistindo à *invisibilidade imposta às mulheres da castanha*. Sabemos que essa *invisibilidade* está intimamente relacionada à desvalorização das tradições e do lugar de pertencimento dos(as) próprios(as) agricultores(as) que da terra tiraram o seu sustento. Nesse processo, como alerta Duarte (2011) permaneceremos atentas na ação contra a hegemonia masculina, branca, ou seja, a persistente hipervalorização do homem patriarca e “chefe” da família. Para enfrentar esta hegemonia, devemos compreender e identificar quais ideologias estão postas na estruturação das relações sociais de gênero – para que entendamos o porquê de a luta das mulheres ser marcada por tantas negações da validade

do seu saber, muitas vezes, quem é e ao mesmo tempo do que não é, reitera Piedade (2020).

Todavia, alguns detalhes fazem toda diferença: o apoio mútuo das mulheres que partilham das mesmas dores e exclusões, a solidariedade possível e a irmandade tecida entre elas e que torna um forte combustível, impulsiona a luta contra as desigualdades não apenas de gênero, pois, é fato, elas *existem*. Por sua vez, Kilomba (2019, p.98) nos ajuda compreender que essas “formas de opressão não operam em singularidade; elas se intercruzam”. Assim, pedimos licença às nossas referências e muito temos que agradecer a cada interlocutora por conceder o privilégio de nos deixar entrar nas suas histórias intercruzadas e compartilhar conosco *as dores e delícias do viver*. E, para não dizer que não falamos de *dores*, pedimos sinceras desculpas quando, no esforço de mergulhar na complexidade de suas trajetórias, incorremos em diversas tentativas de rememorar dororidades (Piedade, 2020), certamente, desejavam esquecer. Por fim, vamos ao encontro de Minayo (1999, p.17) quando ela afirma que: “Nada pode ser intelectualmente um problema, se não tiver sido, em primeiro lugar, um problema da vida prática”.

REFERÊNCIAS

- AMB. **Políticas públicas para a igualdade:** balanço de 2003 a 2010 e seus desafios do presente. Brasília: CFEMEA. 2011.
- ALVES. Clarissa Cecília Ferreira. **Trabalho reprodutivo sob o capital:** mulheres, classe e raça no trabalho doméstico e no cuidado. Belo Horizonte, MG: Letramento, Temporada, 2021, p. 438.
- ABRAMOVAY, Miriam; RUA, Maria das Graças. ABRAMOVAY, Miriam. **Companheiras de luta ou “coordenadoras de panelas”?** As relações de gênero nos assentamentos rurais. Brasília: UNESCO, 2000.
- BRUMER, Anita. **Gênero e agricultura:** a situação da mulher na agricultura do Rio Grande do Sul. Paper presented at the XXII International Congress of the Latin American Studies Association (LASA), Miami, March 16-18, 2000.
- BUTLER, Judith. P. **Problemas de gênero:** feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.
- BADINTER, Elisabeth. **O amor conquistado:** o mito do amor materno. Tradução de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.
- BEHRING, Elaine; BOSCHETTI, Ivonete. **Política Social:** fundamentos e história. 5. Ed. São Paulo: Cortez, 2008.
- BRUSCHINI, Cristina. **Trabalho Feminino:** Trajetória de um Tema, Perspectivas para o Futuro. Revista Estudos Feministas, 1993, 17 nº1/94. P. 17-32.
- BRUSCHINI, Cristina; LOMBARD, Maria Rosa; UNBEHAUM, Sandra **Trabalho, renda e políticas sociais:** avanços e desafios. O Progresso das Mulheres no Brasil. UNIFEM, Fundação Ford Cepia, Brasília, 2006, p. 62-93.
- BELTRÃO, Jane Felipe; BEGOT, Marjorie. **Quebradeiras de Castanha do Pará:** Um estudo sobre Trabalho Feminino, Gênero e Direitos Humanos. São Paulo, 2011, p.1-15.
- BORIS, Eileen. **Produção e reprodução:** casa e trabalho. Tempo social. Revista de Sociologia da USP, 2014, v. 26, nº 1. p. 101-121.
- BONNAL, Phillip; CAZELLA, Ademir A.; MALUF, Renato S. Olhares disciplinadores sobre territórios e desenvolvimento territorial. In: GAZELA, Ademir et al (orgs). **Agricultura familiar: multifuncionalidade e desenvolvimento territorial no Brasil.** Rio de Janeiro: MAUAD, 2009.
- BUTTO, Andrea. Movimentos Sociais de Mulheres Rurais no Brasil: A construção do sujeito feminista. Tese (Doutorado) –Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Sociologia. Recife, 2017.

BONI, Valdete. Poder e Igualdade: as relações de gênero entre Sindicalistas Rurais. In: Maria Ignez Silveira Paulilo; Bernardete Wrublevski Aued. (Org.). **Agricultura Familiar**. 1^a ed. Florianópolis, 2004.

BACHA, Carlos José Caetano; CARVALHO, Dulcemaris de. **Mercado de trabalho na agricultura brasileira década de 80**. Rev. Econ Sociol Rural, Brasília, v. 32. nº 3, p. 255-288, jul./set. 1994.

BOUTELDJA, Houria. **Raça, Classe e Gênero**: uma nova divindade de três cabeças. Cadernos de gênero e diversidade. Vol. 02, nº 02, Jul.-Dez., 2016. Disponível: <https://periodicos.ufba.br/index.php/cadgendif/article/view/20686/1399>.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. 2^º ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidente da República 1988.

BRASIL. **Estatuto da Criança e Adolescente**. Lei Nº 8.060, de 13 de junho de 1990.

BRASIL. **Lei de Planejamento Familiar**. Lei Nº 9263, de 12 de janeiro de 1996.

EMBRAPA. **Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária**. Disponível em: https://www.spo.cnptia.embrapa.br/conteudo?p_p_id=conteudoportlet_WAR_sistemasd_eProducao!f_1ga1cepotlet&p_p_lifecycle=0&p_p_state=normal&p_p_mode=view&p_p_col_id=column-2&p_p_col_count=1&p_r_p_-76293187_sistemaProducaoId=7705&p_r_p_-996514994_topicoId=10308. Acesso em: 11 de janeiro de 2022.

CISNE, Mirla; SANTOS, Silvana Mara de Moraes. **Feminismo, Diversidade Sexual e Serviço Social**. Biblioteca básica de Serviço Social. 1^a ed. São Paulo: Cortez, 2018.

CONTE, Fabiana. **A vida da mulher no campo**: Trabalho e Independência. Universidade Federal de Integração Latino-Americana. 2019, s/p.

CORMINEIRO, Olívia Macêdo Miranda; MEDEIROS, Euclides da Cunha. **O universo dos trabalhadores dos castanhais**: Cotidiano e exploração no Vale do Tocantins. (1890-1940). Revista Mundos do Trabalho, v.5, n. 9, janeiro-junho de 2013, p. 283-305.

CORDEIRO, Rosineide Meire; SCOTT, Russel Parry. **Mulheres em áreas rurais nas regiões Norte e Nordeste do Brasil**. Revista Estudos Feministas, Florianópolis:15(2), 419–423 mai./jun. 2007.

CORDEIRO, Rosineide Meire; SCOTT, Russel Parry. Mulheres no campo polarização de gênero e sinais de ascensão. In: GODINHO, Tatau; VENTURI, Gustavo (Orgs). Fundação Perseu Abramo, 1996. **Mulheres brasileiras e gênero nos espaços público e privado**: uma década de mudança na opinião pública. Fundação Perseu Abramo, 1996.

CARNEIRO, Maria José; TEIXEIRA, Vanessa Lopes. **Mulher rural nos discursos dos mediadores**. Revista Estudos Sociedade e Agricultura, 3(2), 45–57, 1995.

CARNEIRO, Sueli. Raça e Gênero. In: BRUSCHINI, C. & UNBEHAUM, S. (org.) Gênero, democracia e sociedade brasileira, p. 169-194, Editora 34, São Paulo, 2002.

CASTRO, César Nunes de. **A Agricultura no Nordeste brasileiro: Oportunidades e limitações ao desenvolvimento.** Texto para discussão. Rio de Janeiro, novembro, 2012. Disponível em: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/1011/1/TD_1786.pdf.

CAUMO, Alessandra Juliana; STADUTO, Joefferson Andronio Ramundo; SOUZA, Marcelino. **Distribuição espacial das trabalhadoras rurais na agricultura familiar no Nordeste do Brasil.** Revista Retratos de Assentamentos, v.18, n.1, 2015.

CARVALHO, Dulcemaris de; BACHA, Carlos José Caetano. **Mercado de trabalho na agricultura brasileira década de 80.** Rev. Econ Sociol Rural, Brasília, v. 32. nº 3, p. 255-288, jul./set. 1994.

DEDECCA, Cláudio Salvadori. “**Tempo, trabalho e gênero**”. In: COSTA, Ana et al. (Orgs.). Reconfiguração das relações de gênero no trabalho. São Paulo: CUT Brasil, p. 21-52. 2004.

DUARTE, Emmy Lyra. **Uma análise das relações de gênero e classe: O papel diferenciado do sindicalismo rural em Alagoa Grande –Paraíba:** 2011. Mundo do Trabalho. Revista Pegada – vol. 12 nº 2.

FISCHER, Isaura Rufino. **O protagonismo da mulher rural no contexto da dominação**-um estudo no acampamento do Engenho Prado Recife: Fundação Joaquim Nabuco/Editora Massangana, 2006. (Tese de doutorado em Serviço Social). Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2004. 240 p.

FARIA, Nalu. **Mulheres na economia solidária.** In: BUTTO, Andrea; DANTAS, Isolda (orgs.). Autonomia e cidadania: Políticas de organização produtiva para as mulheres no meio rural. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2011.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **A dupla face do trabalho: criação e destruição da vida.** A experiência do trabalho e a educação básica. In FRIGOTTO, Gaudêncio. Rio de Janeiro: 2002.

FERREIRA, Verônica. **O novo e o velho no trabalho das mulheres.** Mulher e trabalho: encontro entre feminismo e sindicalismo. Carmen Silva et. all (Org.). SOS CORPO – Instituto Feminista para a Democracia, 2005.

GASPAREDO, Sirley Antoninha Kroth. **A construção de saberes de mulheres camponesas:** uma análise a partir do programa de sementes crioulas no Oeste de Santa Catarina-Brasil. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional – Doutorado. Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC, 2017.

GAMA, Lívia Thaysa Santos Albuquerque; SANTOS, Cirlene Jeane. **O campesinato como modo de vida:** a produção camponesa no povoado Serrote Grande, Craibas/AL. Volume 2, nº 2 mai./ago. 2017, pp: 267-278. Disponível em: www.kentron.ifal.edu.br/index.php/diversitas_journal.

GUILLAUMIN, Colette. **Prática do poder ideia de natureza.** In: Jules Falquet [et al.] (Orgs.). O patriarcado desvendado: teorias de três feministas materialistas: Colette Guillaumin-Paola Tabet-Nicole Claude-Mathieu. Recife: SOS Corpo, 2014. 188 p.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 6 ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GODOY. Arilda Schmidt. **Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades.** Revista de Administração de Empresas São Paulo, v. 35, n. 2, p. 57-63. Mar./Abr. 1995.

HIRATA, Helena. Gênero, classe e raça. **Interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais.** Tempo soc. vol.26 nº.1 São Paulo Jan./June 2014.

HIRATA, Helena. **Mudanças e permanências nas desigualdades de gênero:** divisão sexual do trabalho numa perspectiva comparativa. Outubro de 2015. p. 04-20. Disponível em: <https://library.fes.de/pdf-files/bueros/brasiliens/12133.pdf>

HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. **Novas configurações da divisão sexual do trabalho.** Cadernos de Pesquisa, v.37, n.132, p. 595-609, set./dez. 2007

HIRATA, Helena. **Nova divisão sexual do trabalho.** Um olhar voltado para a empresa e a sociedade. São Paulo, 2002.

HIRATA, Helena. Entrevista: Helena Hirata. **TRABALHO, EDUCAÇÃO E SAÚDE** (IMPRESSO), v.17, p. e0021138, 2019.

HIRATA, Helena. ZARIFIAN, Philippe. Trabalho (conceito de). In HIRATA, Helena [et al.]. (Orgs.). **Dicionário crítico do feminismo.** São Paulo: ed-UNESP, 2009. p. 251- 256.

HERREIRA, Carolina Marin. **Uma análise do trabalho da mulher rural através da perspectiva da multifuncionalidade agrícola.** Seminário Internacional Fazendo Gênero 10 (anais eletrônicos), Florianópolis, 2012, p. 1-11.

HILL COLLINS, Patrícia. Aprendendo com a outsider within: a significação sociológica do pensamento feminista negro. **Sociedade & Estado.** 2016, vol.31, n.1, pp.99-127. http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S01029922016000100099&script=sci_abstract&tlang=pt.

HELLER, Agnes. **O cotidiano e a história.** 2. ed. - São Paulo: Paz e Terra, 2008.

HARAWAY, Donna. "Gênero" para um dicionário marxista: a política sexual de uma palavra. Cad. Pagu, Campinas, n. 22, jun. 2004.

IBGE. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.** Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rn/serra-do-mel/historico>. Acesso em: 30 de dezembro de 2021.

KILOMBA, Grada. **Memórias da Plantação:** episódios de racismo quotidiano. Rio de Janeiro: Ed Cobogó, 2019. (cap 4, p. 93-109).

KARTCHEVSKY, Andrée et. al. **O sexo do trabalho.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

KERGOAT, Danièle. **Dinâmicas e consubstancialidade das relações sociais.** Novos estudos - CEBRAP, São Paulo, n. 86, p. 93-103, Mar. 2010. Disponível em www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002010000100005. Acessado em 04 setembro2016.

LAGROU, Elsie Maria. “Uma experiência visceral: pesquisa de campo entre os Kaxinawá”. In: GROSSI, M. **Trabalho de campo & subjetividade.** Florianópolis: PPGAS/UFSC, 1992. pp. 19-40. Disponível em: http://www.mediafire.com/file/i94t7y1cirasg39/LAGROU_-experiencia_viscer.pdf/file.

LIMA, Lilian Pereira de. **SERRA DO MEL, UM PROJETO DE “VIDAS”:** O Impacto do Projeto de Colonização Planejada da Serra do Mel no Cotidiano das Famílias Assentadas. (Monografia) Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Centro de Ciências Humanas. Curso de História com Habilitação em Licenciatura e Bacharelado. Natal, 2003, p. 1-36.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; DESLANDES, Suely Ferreira; CRUZ NETO, Otávio. Et. al. **Pesquisa social:** Teoria, método e criatividade, 34º ed. Petrópolis: Vozes. 1994.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde.** 10. Ed. São Paulo: Hicitec, 2007.

MACHADO, Rita de Cássia Fraga. **MULHERES DA FLORESTA”:** AS CASTANHEIRAS DO NORTE. Fronteiras: Revista de História. Dourados, MS. v. 19, n. 33 p. 131-146, Jan. / Jun. 2017.

MAIA, Cláudia J. **Trabalho, família e gênero:** estratégias de reprodução social camponesa no Médio Jequitinhonha. Mulher e Trabalho, Porto Alegre, v. 4, p. 89-103, 2004.

MAUSS, Marcell.[1923-1924] **Ensaio sobre a dâdiva.** Forma e razão da troca nas sociedades arcaicas. In : _____. Sociologia e Antropologia. v. II. São Paulo : Edusp., 2003.

MINER, Horace. **Ritos corporais entre os Sonacirema.** Fonte: A.K. Ronney e P.L. de Vore (orgs.), Dou and Others. Readings in Introductory Anthropology (Cambridge, Winstrop Publishers, 1973), pp. 6-72 (tradução: Erlich).

MALINOWSKI, Bronislaw. **Argonautas do Pacífico Ocidental.** São Paulo, Abril Cultural, Pensadores Ática. 1976.

MEAD, Margaret. **Sexo e Temperamento.** Tradução de Rosa Krausz. São Paulo: Perspectiva, 1979, 2a. ed.

MACÊDO, Márcia dos Santos. **Na trama das interseccionalidades:** mulheres chefes de família em Salvador. Tese (doutorado)-Universidade Federal da Bahia, Faculdade de

Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais-Salvador, 2008. 247 f.

MACHADO, Rita de Cássia Fraga. **MULHERES DA FLORESTA": AS CASTANHEIRAS DO NORTE.** Fronteiras: Revista de História. Dourados, MS. v. 19, n. 33 p. 131-146, Jan. / Jun. 2017.

MACHADO, Carmen Janaína Batista; MENASCHE, Renata. **Trabalho de homem trabalho de mulher sobre a organização do lote a partir da produção.** Seminário Internacional Fazendo Gênero 10, p. 1-12, Florianópolis, 2012.

MACHADO, Maíra Saruê. **Trabalho remunerado e trabalho doméstico no cotidiano das mulheres** ÁVILA, Maria Betânia; FERREIRA, Verônica. (orgs). Recife: SOS Corpo, 2014, p. 105.

MACIAZEKI-GOMES, Rita de Cássia; NOGUEIRA, Conceição; TONELI, Maria Juracy Filgueira. **Mulheres em contextos rurais:** um mapeamento sobre gênero e ruralidade. Psicologia e Sociedade, 2016, 28(1), 115–124. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/psoc/v28n1/1807-0310-psoc-28-01-00115.pdf>.

MORAIS, Lorena Lima. **“Eu escuto um lado bom”:** um estudo sobre mulheres rurais no sertão de Pernambuco que enfrentam julgamentos e ampliam desejos a partir da participação política. Amazônia. Rev. Antropológica, v. 8, nº 2, p. 264 - 282, outubro de 2017.

MONTEIRO, Gabriela. **Medo nós tem, mas não usa:** narrativas feministas rurais do Movimento de Mulher Trabalhadora Rural do Nordeste (MMTRN). 2019. 212 f. Dissertação (Mestrado no Programa de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo) -Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2019.

MIOTO, Regina Célia Tamaso; DALPRÁ, Keli Regina. Serviços sociais e responsabilização da família: contradições da política social brasileira. In: MIOTO, Regina Célia; CAMPOS, Marata Silva; CARLOTO, Cássia Maria (Orgs.). **Familismo, direitos e cidadania:** contradições da política social. São Paulo: Cortez, 2015, p. 147-178.

MENASCHE, Renata. Capinar: verbo conjugado no feminino? Notas de pesquisa sobre gênero e percepções de risco na agricultura familiar. **Revista de Humanidades**, v. 05. n. 11, jul./set. de 2004, pp. 76-84. Disponível em: www.cerescaico.ufrn.br/mneme.

HOLMSTROM, Nancy. Como Karl Marx pode contribuir para a compreensão de gênero. In: CHABAUD-RYCHTER, Danielle (org). O gênero nas Ciências Sociais: Releituras críticas de Max Weber a Bruno Latour. Trad Leineimar Pereira Martins. 1ª ed. São Paulo: Editora Unesp; Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília, 2014.

NICHOLSON, Linda. “Interpretando o gênero”. **Estudos Feministas**, Vol. 8, No.2, 2000, pp;9-41.

NOBRE, Miriam. Relações de Gênero e Agricultura Familiar. In: NOBRE, Miriam, SILIPRANDI, Emma, QUINTELA, Sandra e MENASCHE, Renata. **Gênero e Agricultura familiar** – Cadernos Sempreviva. São Paulo: SOF – Sempreviva Organização Feminista, 1998.

NOGUEIRA, Claudia Mazzei; PASSOS, Raquel Gouveia. **A divisão sociossexual e racial do trabalho no cenário de pandemia do CODIV-19:** considerações a partir de Helieth Saffioti. Cadernos CRH, Salvador, v. 33, p. 1-9, 2020.

PIEADAE, Vilma. **Dororidade.**3^a ed. São Paulo: Editora Nós, 2020.

PAULILO, Maria Ignez de Silveira. (1999). **A pesquisa qualitativa e a história de vida.** Serviço Social em Revista, n. 2, pp. 135–148.1999.

PAULILO, Maria Ignez de Silveira. **O peso do trabalho leve.** Revista Ciência Hoje, 1987, Nº 28/1987, 64–70.

PAULILO, Maria Ignez Silveira. **Que feminismo é esse que nasce na horta?** Política e Sociedade. Florianópolis: Edição Especial. 2016, v.15, p. 296-316.

PAULILO, Maria Ignez Silveira. O “ser” e o “deveria ser” no conceito da pequena produção. **Anais do XXVIII congresso SOBER.** Florianópolis-SC, 1990. p. 77/107.

PAULILO, Maria Ignez Silveira. Trabalho familiar: uma categoria esquecida de análise. **Revista de Estudos Feministas.** Vol. 12, n. 1, 2004. p. 229/252.

PAULILO, Maria Ignez Silveira. **Terra à vista... e ao longe.** 2. ed. Florianópolis: Editora da UFSC, 1996. 171p.

PISCITELLI, Adriana. Recriando a (categoria) mulher? In: ALGRANTI, L. (Org.). **A prática feminista e o conceito de gênero.** Textos Didáticos, n. 48. Campinas: IFCH/Unicamp, 2002, p. 7-42.

PERROT, Michelle. “Práticas da Memória Feminina”. **Revista Brasileira de História**, V.9 no.18, 1989, pp.09-18. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_nlinks&ref=000133&pid=S0102-018820030001000100004&lng=pt.

QUARESMA, Amanda Paiva. **Mulheres e quintais florestais:** a “ajuda invisível” aos olhos que garante a reprodução da agricultura familiar camponesa amazônica. Coletânea sobre estudos rurais e gênero: Prêmio Margarida Alves 4^a Edição. Mulheres e Agroecologia. Karla Hora, Gustavo Macedo, Marcela Rezende (Orgs.). Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2015. p. 35-44.

RAGO, Margaret. ‘Epistemologia Feminista, Gênero e História’. In: Joana M. PEDRO e Miriam P. GROSSI (orgs.), **Masculino, Feminino, Plural.** Florianópolis: Editora das Mulheres, 1998, p. 21-42. Disponível em: http://projcnpq.mpbnet.com.br/textos/epistemologia_feminista.pdf

ROSA, Vagner José da. **O campesinato como modo de vida.** Revista Trilhas da História. Três Lagoas, v.1, nº 2 jan-jun, 2012. p. 98-107.

ROSALDO, Michelle. “A mulher, a cultura e a sociedade: uma revisão teórica”. IN; _____ & LAMPHERE, Louise (orgs.), **A Mulher, a Cultura e a Sociedade**, Rio de Janeiro: Paz e Terra 1979.

SCOTT, Joan. **Gênero:** uma categoria útil de análise histórica. In: Educação e Realidade, jul./dez. 1995, p. 71–99.

SALES, Celecina de Maria Veras. **Mulheres rurais:** tecendo novas relações e reconhecendo direitos. Revista Estudos Feministas, Florianópolis: 2007, 15(2), 437–443 mai./agos.

SILIPRANDI, Emma. Os movimentos de mulheres trabalhadoras rurais: as mulheres rurais no contexto dos movimentos sociais rurais e de mulheres. In: **Mulheres e agroecologia:** transformando o campo, as florestas e as pessoas. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2015.

SALVARO, Giovana Ilka Jacinto; LAGO, Mara Coelho de Souza; WOLF, Cristina Scheibe. **“Mulheres agricultoras” e “Mulheres camponesas”:** lutas de gênero, identidades políticas e subjetividades. 2013.

STEVANO, Sara. **Mulheres no processamento da castanha de caju:** reflexões sobre as sociedades agrárias, trabalho e gênero na província de Cabo Delgado. Emprego e transformação económica e social em Moçambique. Angola, p. 277-294, 2017.

SAFFIOTI, Heleith. **Violência estrutural e de gênero:** Mulher gosta de apanhar? Programa de Prevenção, Assistência e Combate à Violência Contra a Mulher – Plano Nacional: diálogos sobre violência doméstica e de gênero: construindo políticas públicas/ Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. – Brasília: A Secretaria, 2003.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. **O poder do macho.** São Paulo: Moderna, 1987.

SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero, Patriarcado, Violência.** São Paulo. Ed: Expressão Popular: Fundação Perseu Abramo. 2º ed. 2015, 160 p.

SAFFIOTI, Heleieth, **“Rearticulando Gênero e Classe.”** In: COSTA, A.; BRUSCHINI, C. (orgs.). Uma Questão de Gênero, RJ: Rosa dos Tempos; SP: Fund. Carlos Chagas, 1992, p.183-215.

SAFFIOTI, Heleieth. **A mulher na sociedade de classes:** mito e realidade. Petrópolis: Vozes, 1976.

SAFFIOTI, Heleieth. **Do artesanal ao industrial: A EXPLORAÇÃO DA MULHER.** Um estudo de operárias têxteis e de confecções no Brasil e estados Unidos. São Paulo: URIBEC, 1981.

SOUSA-LOBO, Elisabeth. **O trabalho como linguagem:** o gênero do trabalho. In COSTA, A. de O. & BRUSCHINI, C. (orgs.) Uma questão de gênero. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; São Paulo: FCC, 1992

SOUZA-LOBO, Elisabeth. **A classe operária tem dois sexo.** Trabalho, dominação e resistência. 3^a ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo. Editora Expressão Popular, 1991,304 p.

SOUSA, Aécio Cândido de. **Para além do acesso à terra:** representações sociais, condição camponesa e ação política dos colonos da Serra do Mel- RN. (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal da Paraíba, UFPB, Brasil. 1991.

SCHENATO, Paloma. SANTOS, Mauro Augusto dos. **As multiterritorialidades das mulheres e o mundo do trabalho.** Salvador. Vol. 9, n. 2, Maio- Agosto 2021, p.135-155.

SCHAAF, Alie Van Der. **Jeito de mulher rural:** a busca de direitos sociais e da igualdade de gênero no Rio Grande do Sul. Sociologias, 2003, V,5, n.10, 412- 442.

SANTOS, Katia Paulino dos. **As mulheres da Castanha do Alto Cajari:** O empoderamento pela economia solidária. São Paulo Ambiente & Sociedade. Vol. 24, 2021.

SARTI. Cynthia A. **A sedução da igualdade: trabalho, gênero e classe.** SCHPUN, Mônica Raisa (org). Gênero sem fronteira: oito olhares sobre mulheres e relações de gênero. Florianópolis: editora mulheres. 1997. p.153-168.

SORJ, Bila. Trabalho remunerado e trabalho não remunerado. **A mulher brasileira nos espaços público e privado.** São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004, p. 107-119.

SORJ, Bila. Relações de gênero e teoria social. In: **XVII REUNIÃO DA ANPOCS**, Caxambu, MG, 1993, (mimeo).

SARDENBERG, Cecília Maria Bacellar. **Da Crítica Feminista à Ciência a uma Ciência Feminista?.** X Encontro da REDOR, Salvador, 2001.

SARDENBERG, Cecília Maria Bacellar. **O trabalho feminino no Brasil:** desigualdades de gênero e contrastes regionais. Coleção Bahianas, nº 9, NEIM/UFBA/REDOR. 2004. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/6872>.

SARDENBERG, Cecília. O Gênero da Memória; lembranças de operários e lembranças de operárias. **Coleção Bahianas.** Vol. 3. Salvador: NEIM/UFBA. 1998. p.147-164. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/6862>. Acesso em: 03 de maio de 2022.

SARDENBERG, Cecília; MACÊDO, Márcia. Relações de gênero: uma breve introdução ao tema. In: **Ensino e Gênero:** Perspectivas Transversais. Rodrigues, Alexnaldo T.; VANIN, Iole M.; COSTA, Ana A. Alcantara (org). Salvador: NEIM/FFCH/UFBA, 2011.p. 33-48. Disponível em:

http://www.neim.ufba.br/wp/wpcontent/uploads/2013/11/ENSINOeGENERO_miolo_FINAL.pdf. Acesso em: 22 de junho de 2023.

SALEM, Tânia, 1978. “**Entrevistando famílias**: notas sobre o trabalho de campo”, em E. Nunes (org.), op. Cit., pp.:47-64. Disponível em: <http://www.mediafire.com/file/79nnc43nxgyw5z1/13SALEM.pdf/file>.

SILVA, Carolina Braz de Castilho e. SCHNEIDER, Sergio. **Gênero, trabalho e pluriatividade**. Ilha de Santa Catarina. Florianópolis. Editora Mulheres, 2010.

SILVA, Márcia Karina da. **As trabalhadoras da Castanha**: Dimensões do Trabalho de Mães Operárias em Mossoró-RN. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Pernambuco, UFPE, Brasil, 2004.

SILVA, Tayse Michelle Campos. **Mulheres indígenas Mendonça**: cotidiano, resistência e luta por direitos no Rio Grande do Norte. 2021. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2021. <https://repositorio.ufrn.br/handle/123456789/46884>

TORRES-FILHA, Francisca Gomes. **Gênero e participação política das trabalhadoras rurais**: O caso da P. A. Sítio de Góis-Apodi/RN (NE-BR). Tese de Doutorado. Universidade do Minho. Instituto de Ciências Sociais. UMINHO, 2020, 310 p.

TOLEDO, Cecília. Mulheres: **O gênero nos une, a classe nos divide**. 2. ed. Apresentação: Claudia Mazzei Nogueira. São Paulo: Sundermann, 2008. 152p.

TONELLI, Maria José. **Sentidos do tempo e do tempo de trabalho na vida cotidiana**. Organização e Sociedade, SciELO Brasil, V.15, nº. 45, Abril/Junho -2008.

TABET, Paola. **Mãos, instrumentos, armas**. In: Jules Falquet [et al.] (Orgs.). O patriarcado desvendado: teorias de três feministas materialistas: Colette Guillaumin-Paola Tabet-Nicole Claude-Mathieu. Recife: SOS Corpo, 2014. 188 p.

TÁBOAS, Ísis Dantas Menezes Zornoff. **Apontamentos materialistas á interseccionalidade**. Seção Temática Heleith Saffioti-50 anos d'a mulher na sociedade de classes. Universidade Federal de Santa Catarina. Revista Estudos Feministas, vol. 29, n. 1, p.1-10, 2021.

TÁBOAS, Ísis Dantas Menezes Zornoff. **Viver sem violência doméstica e familiar**: a práxis feminista do Movimento de Mulheres Camponesas. Dissertação (mestrado)-Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos e Cidadania do Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares, Universidade de Brasília, 2014.

VELHO, Gilberto. **Observando o familiar**. A aventura sociológica: objetividade, paixão, improviso e método na pesquisa social. Rio de Janeiro: Zahar, 1978, p. 37-46.

WOORTMANN, Ellen. F. **O Ambiente e a Mulher**: O Caso do Litoral do Rio Grande do Norte, Brasil. Universidade de Brasília. Latin American Studies, 12, 1992.

WOORTMANN, Ellen. F. e WOORTMANN, K. **O Trabalho da Terra**: a lógica e a simbólica da lavoura camponesa. Editora UnB, Brasília. 1996.

WOORTMANN, Ellen. **F. Família, mulher, meio ambiente no seringal.** In.: E, P, de GODOI.; NIEMEYER, A. M de. Além dos territórios: para um diálogo entre a etnologia indígena, os estudos rurais e os estudos urbanos. (Orgs.). Campinas, São Paulo: Mercado de Letras, 1998.

APÊNDICE-1

SOBREvivências DAS AGRICULTORAS NA CASTANHA DE CAJU NA VILA GOIÁS/SERRA DO MEL-RN

Apêndice 1-ROTEIRO ORIENTADOR/ENTREVISTAS

Por se tratar da metodologia qualitativa, as perguntas serão panorâmicas e flexíveis (somente como roteiro orientador e de retomada de eixo central), sendo possível recuperá-las e refazê-las ao longo do encontro, caso necessário. Sendo assim, as questões essenciais estão circunscritas por categorias indicativas (integração, convivências familiares e comunitárias/grupais a partir da labuta na castanha). O roteiro orientador tem caráter parcial – não fechando e observando a complexidade das relações e vivências narradas e podem ser captadas em mais de uma sessão, caso seja necessário (prevista para realização em até 60 minutos). Configurando como técnica-método em construção e de abordagem, além de possibilitar no encontro para coleta de dados, anotações em caderno de campo para revisão entre as narrativas relatadas.

Conforme indicado na Resolução 466/12 (item IV.1.a) e 510/16, como pessoa autorizada, observante empírica de convivência social buscar-se-á momento prévio de primeira sondagem “em condição e local mais adequados para que o esclarecimento seja efetuado, considerando, para isso, as peculiaridades do convidado a participar da pesquisa e sua privacidade”. Isso se dará em local e horário estabelecido pela entrevistada. Ao confirmar participação e consentimento, enquadrados em todos os aspectos de inclusão e exclusão, serão convidadas para data e horário posteriores e em sala reservada, em horário estabelecido pela disponibilidade das entrevistadas, passando ao ponto inicial - a leitura e validação do TCLE, do termo de uso de áudios e do guia de perguntas apresentado.

Ponto inicial: Explicar o objetivo da investigação e introdução geral, fazendo a leitura (TCLE), solicitando a assinatura do mesmo. Deixar claro a confidencialidade da narrativa, garantida pela assinatura dos Termos de responsabilidade e compromisso na utilização de dados pela pesquisadora. Respeitando a auto-declaração, sigilo e confidencialidade, escolha de nome fictício que aparece na pesquisa (acompanhando uma caracterização geral: raça/etnia, idade, identidade de gênero, profissão).

Apêndice 2-GUIA (roteiro de entrevistas semiestruturada).

Data da coleta: ____ / ____ / ____

I-Nome:	_____	Idade:	____	Naturalidade:	_____
II- Sexo:	____				
	() Feminino	() Masculino	() Outro:	_____	
III-	Qual sua cor?				
	() Branca	() Parda			
	() Preta	() Indígena	() Outra	()	_____
IV-	Qual seu Estado Civil?				
	() Casada	() Divorciada			
	() Viúva	() Desquitada			
	() União Estável	() Outro	_____		
V-	Mora com quem?				
	() Filhos (as)	() Marido			
	() Mãe	() Pai			
	() Companheiro/a	() Outros	() Quem?	_____	
VI-	Qual o número de filhos (as)? _____	sexos:	_____	Idade dos	
	Filhos _____	Os filhos estudam? _____	Que série?	_____	
VII-	Possui Bolsa Família: Sim () Não ()				
VIII-	Quantas pessoas trabalham na castanha? _____	Em média quanto tiram			
	por mês?				
IX-	Qual renda familiar?				
	() Menos de 1SM	() 1SM			
	() 2 SM				
X-	Quem trabalha na família e com quanto cada pessoa contribui?				
XI-	Qual seu nível de escolaridade?				
	() Não alfabetizada	() EFC	() EFI	()	
	() EMC	() EMI	() ESC	()	
XII-	Trabalha e estuda?				
XIII-	Sim () Que série? _____	Horário:	_____		

- 2- Mora há quanto tempo e o que te trouxe a Vila Goiás (o que fazia antes, como foi a chegada aqui...)?
- 3- Poderia relatar sobre os motivos que levaram você a morar numa área de Reforma Agrária?
- 4- Poderia falar as dificuldades e os principais problemas cotidianos encontrados por você na Vila Goiás?
- 5- Poderia relatar os sentimentos com relação à sua trajetória de vida (os planos para o futuro...)? O que pensa disso? Quais os sonhos (pessoal, familiar, comunitário), fale-me um pouco (caso tenha conquistas) das dificuldades, das aprendizagens diante dessas experiências?
- 6- Quais os cuidados que tem em relação a sua saúde mental e corporal?

- 7- Em relação ao lazer, pratica alguma atividade física como distração?
- 8- Tente comparar a pessoa que você gostaria de ser com a pessoa que é hoje (como se vê hoje) e como se imagina daqui há alguns anos (fazendo o quê)?
- 9- Conte-me como é sua rotina diária (quais os espaços que mais executa suas atividades – ao redor da casa, no lote, no seio familiar) nesse contexto, em algum momento do dia pausa para descansar?
- 10- Conte-me se tem alguma tradição familiar que cultua de sua bisavó, avó, mãe, tia?
- 11- Relate (como percebe, pensa), nesse momento, sobre o trabalho que executa na unidade familiar como um todo (lote, quintal, casa...)?
- 12- Sente cansada da labuta (na casa e lote/castanha) sente reconhecida como trabalhadora rural, sente valorizada e (na sua opinião) o que poderia melhorar nestes trabalhos?
- 13- Quantas horas trabalha por dia (o que muda no período da safra na castanha)?
- 14- Lembra o ano ou período que começou a trabalhar na castanha (como se deu)?
- 15- O que faz para conciliar trabalho doméstico e na castanha? Utiliza alguma estratégia, Qual?
- 16- Possui algum tipo de empréstimo como agricultura no Banco do Nordeste? É aposentada como agricultora (se sim, há quantos anos)?
- 17- Possui casa, terreno, quintal, lote (que planta algo nele)?
- 18- Na sua opinião, o trabalho na cajucultura traz algum retorno em termos de satisfações pessoais e familiares? Como você se sente realizando este trabalho? Poderia descrever o que faz especificamente no lote?
- 19- No seu ponto de vista, quais são as vantagens e desvantagens do trabalho da cajulcultura (aponte algumas)?
- 20- Acha que o trabalho familiar interfere no melhor rendimento do trabalho na castanha (como percebe isso) e quantos kg tira despeliculando, no corte, na seleção e apanha da castanha por (dia/semana)?
- 21- O que foi decisivo para que você adentrasse (no trabalho da cajucultura) e como lida com estes papéis sociais (casa/castanha)? Como isso aconteceu?
- 22- Acha que existe algum tipo de preconceito masculino porque as mulheres adentram na safra da castanha (como os homens lidam com isso)?
- 23- Você poderia descrever o que aprendeu de experiência convivendo com as outras mulheres da castanha? Essas aprendizagens modificaram (e, ou contribuíram) de alguma maneira na sua vida? (em casa, na vida pessoal – relação com os filhos,

companheiro..., na comunidade). Fale-me sobre essas mudanças (procurar mudanças positivas e negativas)?

- 24- Como administra o dinheiro que ganha? Poderia descrever.
- 25- Tente comparar a pessoa que você gostaria de ser com a pessoa que é hoje (como se vê hoje) e como se imagina daqui há alguns anos (fazendo o quê)?
- 26- Existe alguma forma de organização coletiva ou rede de solidariedade entre vocês agricultoras da castanha de caju?
- 27- Já se envolveu em alguma cooperativa, associação, sindicato, grupo de mulheres ou movimentos sociais? Conte-me (caso já tenha se envolvido) quais foram seus sentimentos quando participou destes espaços.
- 28- Dessa experiência (na castanha/lote) que conselho (ou mensagem...se tiver) você daria a outras mulheres (trabalhadoras rurais, por exemplo) que são mães solas, chefes de família e têm de lidar cotidianamente com essa dupla participação?
- 29 -Há alguma questão/pergunta que gostaria de me fazer que tenha surgido ao longo da entrevista?

II-RELAÇÃO DO TRABALHO DOMÉSTICO

- 1- Seu marido faz as tarefas da casa? Qual a participação dele? Justifique! Acha que poderia ser dividida as tarefas? Acha que poderia melhorar a vida de vocês com esta divisão de afazeres da casa (porque)?
- 2- Quem faz o que em casa? (Por idade e por sexo) cozinha, lava e passa a roupa, arruma a casa e vai ao supermercado/feira?
- 3- Em relação aos cuidados, quem mais cuida dos filhos (as), crianças, idoso (a) doente?
- 4- Os meninos e as meninas executam os afazeres do lar? Tem divisão de trabalho entre meninas e meninos? Quem faz o quê?
- 5- Você está satisfeita com a divisão de tarefas da casa entre você e restante dos membros de sua família? Caso negativo, como você gostaria que fosse?

Universidade Federal da Bahia
2025

Apêndice 3-QUADRO DE MULHERES POTIGUARES E PIONEIRAS NAS RESISTÊNCIAS, NOS DIREITOS E LUTAS FEMINISTAS.



Isabel Gondim

A mais antiga escritora do RN, nasceu em Papari, hoje, Nísia Floresta, 1839-1933, Natal), usou a pena e a sua vida para defender o ensino público. Era também poetisa e notabilizou-se como educadora. Em 1874 estreou como escritora. Conhecida também por ser historiadora. Foi uma mulher que proporcionou uma revolução no magistrado em Natal. Escreveu diversos livros com foco de ensinar mulheres diversos temas como: educação, maternidade, aprendizado de outras línguas estrangeiras entre outros temas que a tornaram conhecida em todo o país. Levantou a bandeira do ensino público para mulheres, da valorização e dignidade do magistério ao longo da sua vida.



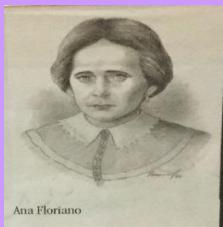
Auta de souza

(Macaíba, 1876-1901, Natal). Um dos nomes mais importantes da poesia no Brasil. Algumas destas foram musicadas. Sua obra é considerada simbolista e cristã. Apesar do seu trágico destino para tuberculose, nos seus 24 anos de vida, Auta de Souza teve uma educação privilegiada e se utilizou disso para usar seu dom poético para encantar o mundo. Eram poesias que traziam sofrimento, angústia, paixão romântica, lirismo e misticismo. Ela construiu versos que atravessaram épocas e até hoje são lembrados pelo seu lirismo único.



Ritinha Coelho

(Natal,?-1857, Natal). Conhecida por ser uma mulher corajosa e solitária, que se impôs ao perigo para mostrar seu respeito a humanidade, parou uma escolta de soldados militares que carregavam o corpo de André de Albuquerque, que morto e nu, era carregado pelas ruas, cobriu com uma esteira. Foi de respeito, a lição que nos legou e através desse ato deixou sua marca na história como um grande gesto de solidariedade.

**Ana Floriano**

(Nascida provavelmente nos anos 30 do século-XX. Faleceu em Mossoró, entre 1876-1881). Liderou uma rebelião em Mossoró, motim contra a convocação compulsória de soldados para as forças armadas, na mesma cidade. Rasga editais e invade a redação do jornal “O mossoroense”. Essa mulher valente e ousada tornou-se uma referência por liderar um motim feito por mulheres em Mossoró, conhecidas como “as 300 subversivas”, que lutavam contra o Decreto Imperial 5.881, de fevereiro de 1875, que estabelecia o sorteio e recrutamento para as Forças Amadas. Lideradas por Ana Floriano, essas mulheres se levantaram para proteger seus maridos, filhos e parentes, indo contra a polícia em diversos movimentos, lutar pelo que acreditavam. Ana Floriano tornou-se símbolo de resistência e rebeldia no nosso Estado.

**Guerreira Clara Camarão**

(Nasceu na metade do século XVIII em Aldeia Velha, hoje, Igapó, sem registro de local e data de sua morte). Indígena potiguara que lutou bravamente contra as invasões holandesas. É considerada uma das precursoras do feminismo no Brasil. Chegou a enfrentar os holandeses, liderando outras índias em campo de batalha. Com o domínio de arco e flecha, lança e tacape, montava em cavalos e investia contra os exércitos revestidos de espadas e arcabuzes, teve participação incríveis junto a seu marido, colecionando vitórias nas batalhas. Conhecida por sua bravura e ousadia nas guerras, deixou uma marca importante no legado potiguar.

**Clara de Castro**

(Natal, 1769 e falecida no CE sem data oficial). Revolucionária destemida na esfera política, alcançou conquistas ousadas para sua época. Acompanhou seu irmão o padre Miguelinho na Revolução Pernambucana em 1817. Defendeu inúmeros camaradas rebeldes a perseguição monárquica.

**Nísia Floresta**

(Sítio Nísia Floresta, 1810-1885, Ruen/França). Importante escritora, educadora, indianista, abolicionista, poetisa e feminista potiguar é considerada uma das primeiras feministas brasileiras. Referência nacional e internacional na luta pelos direitos da mulher à educação e ao trabalho. Escreveu “Direito das mulheres e injustiça dos homens”, o primeiro livro brasileiro que trata do direito das mulheres.



Celina Guimarães

(Natal, 1898, Belo Horizonte, 1972). Primeira mulher habilitada a votar na América do Sul! Em 25 de outubro de 1927 entrava em vigor no Rio Grande do Norte a Lei 660 que concedia à mulher potiguar o direito de votar e ser votada. Na manhã de 25 de novembro do mesmo ano, em Mossoró, recebia a respetiva petição a então professora Celina.



Alzira Soriano

(Jardim de Angicos/RN, 1896-Natal, 1963). Esse nome é símbolo de pioneirismo político no Brasil. Nas eleições de 1928, elege a primeira prefeita da América do Sul. Alzira, viúva, 30 anos, mãe de três filhas, recebe um estranho convite: candidatar-se à prefeita do município. Enfrentando machismos, preconceitos, desconfianças, foi às urnas, que lhe deram 60% dos votos sobre o seu opositor. Fez uma segura e eficiente administração. Voltou em 1948, como vereadora de Lajes. Reelegeu-se por mais dois mandatos consecutivos.



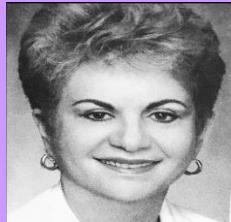
Zila Mamede

(1928-1985, Natal). Reconhecida poetisa e bibliotecária brasileira, que inspirada pelo sertão nordestino escreveu obras importantes para a literatura potiguar. Ela implantou importantes bibliotecas públicas do RN.



Myriam Coeli

(São José de Mipibu-1926-1982, Natal). Professora, filósofa, poetisa, foi a 1ª mulher a se formar em jornalismo no RN. Formada em Letras pela Faculdade de Filosofia de Recife, fez curso de jornalismo Escuela Oficial de Periodismo de Madrid. Lecionou em colégios e faculdades de Natal. Além disso foi columnista nos Jornais “Tribuna do Norte”, Diário de Natal e “A República”. Com seu marco publicou cinco livros de poesia, deixando seu legado.



Vilma Maria de Faria

(Mossoró, 1945-2017, Natal). A primeira deputada Federal do RN, primeira Prefeita de Natal e primeira mulher a governar o Estado, nasceu em Mossoró. A sua trajetória profissional foi sempre voltada para atividades sociais e educacionais. O ano de 1986 marca a sua primeira participação nas urnas: Deputada Federal Constituinte de 1988. Renunciou-se ao mandato para candidatar-se à Prefeita de Natal. Foi a primeira mulher a administrar a Capital do Estado de 1982/1989. Foi reeleita em 1986 e 2000. No meio do seu terceiro mandato, renunciou para candidatar-se ao Governo do Estado. Conquistou um novo pioneirismo a primeira governadora do RN.



Lucy Garcia

(Natal, 1918-2001, Natal). Foi a primeira mulher a pilotar um avião e tornar aviadora no RN, em 1942. Na força Aérea Brasileira, até naquele momento, só os homens pilotam avião. Demostrou resistência e quebra de preconceitos demonstrando quando jovem um grande interesse em esportes, jogava tênis, vôlei, basquete e até uma modalidade exclusivamente masculina na época. Conquistou um espaço que não era comum às mulheres, desbravou ares em busca de seus sonhos.



Maria do Santíssimo

(São Vicente, 1890-1974, São Vicente-RN). Com costumes muitos simples, pincel rudimentar, pintava quadros, trazia traços puros, cenas da natureza, incluindo pavões, gatos, cajueiros, frutos, pequenos animais do sertão. Sua arte chegou a lugares longes como pinturas suas no acervo do Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro, no Palácio do Itamarati em Brasília e no Museu de pinturas primitivas em Assis, em São Paul. Integrante de acervo de grandes museus do país, seu nome seria verbete no Dicionário dos pintores (as) brasileiros (as).



Maria Gomes de Oliveira

(Apodi, 1929- 2015, Natal). Ganhou uma bolsa de estudo para cursar Serviço Social-UFRN. Foi a primeira secretária de educação do município de Mossoró. Participou da criação e fundação da Fundação Regional do Rio Grande do Norte-FURRN, atual UERN, e da criação e fundação da Faculdade de Serviço Social de Mossoró-FASSO, ocupando o honorável cargo de Diretora durante 08 anos. Foi secretária de Educação do município de Natal. Foi do corpo docente da UFRN. Em 1973 Reitora da FURRN e a primeira mulher Reitora de uma Universidade Pública no Brasil, no período de 1973-1977.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Disponível em: https://issuu.com/gilsonrachinhas5102/docs/premiere_3_completa/s/12213144. Acesso em: 21 de outubro de 2023.

MULHER, e Cidadania. **Revista Leituras Potiguares**. Natal, marco, 2004, nº 7.

Apêndice 4-BIOGRAFIAS SOCIODEMOGRÁFICAS DAS ENTREVISTADAS

I – AGRICULTORAS JOVENS

Maria do Santíssimo (parda, 25 anos, agricultora)

Nasceu em Alexandria, convive em união estável, casou aos 16 anos e aos 17 anos engravidou e tem dois filhos. Morava nesta cidade na infância, depois veio para a Vila Piauí e só quando casou que chegou na Vila Goiás. Foi criada mais os irmãos por mãe solo. Desde criança ajudava a genitora nos afazeres da casa e continuou a estudar até o ensino médio, pensa em fazer cursos profissionalizantes, no futuro. Gosta de música quando trabalha e curte um lazer em família, aniversário, natal e réveillon. Revende produto de cama, mesa e banho, vai comprar os produtos na Paraíba, na cidade de São Bento, dar para faturar um dinheiro extra, assim como o bolsa família. E o ganho na castanha é incerto, trabalha sem carteira assinada, selecionando, despelicando para ela e família. Sente-se muito cansada, estressada, se reconhece como agricultora, agora, nem tanto valorizada. Precisaria de maior reconhecimento da população, além do ganho ser insuficiente. Vai para o lote no período da safra apanhar castanha e às vezes planta cajueiro. Já fez empréstimo para comprar e vender castanha. Possui mais seu esposo a metade de um lote, casa própria e carro.

Lucy Garcia (parda, 27 anos, agricultora)

Nasceu em Areia Branca, tem união estável, mora com o esposo e os filhos, concluiu o ensino médio e não parou de estudar depois de casada. Habita há 8 anos na Vila Goiás, quando era solteira, residia mais seus pais e 4 irmãs na Vila Rio de Janeiro e trabalha na castanha desde a infância. Na adolescência vendia roupa, sempre gostou de ter seu dinheiro, comprar o que precisa. Traz os sonhos de conquistar a casa própria, trabalhar de carteira assinada numa fábrica, possuir uma moto, aprender pilotar e dirigir carro. Gosta de ir para igreja, assistir televisão, festa, dançar, fazer macarronada e no final de semana um lazer. Frisa a conquista que foi ter mobiliado a casa, mas também da dificuldade enorme de ir para o lote, na safra e quando chega ainda tem de cuidar das três crianças, limpar casa e fazer comer. As aprendizagens que leva para a vida é: ter sempre seu dinheiro, trabalhar para nunca depender de ninguém, principalmente de marido. Faz a mesma ocupação que sua avó, mãe, tias e irmãs como hábito de plantar no quintal, milho, feijão, verdura, coentro, acerola e goiaba. O ganho na despeliculada é baixo, se tivesse outra ocupação não trabalhava na agricultura, caso venha adoecer não tem como provar que é na castanha e quando morava na Vila Rio de Janeiro participou com outras mulheres de uma cooperativa, porém, sem nenhuma garantia, direitos trabalhistas ou fiscalização, era apenas o espaço na sombra para reunirem as agricultoras.

Vilma Faria (preta, 28 anos, agricultora)

Nasceu em Serra do Mel, vivi em união estável, reside com o esposo e os dois filhos. Na infância brincava e trabalhava com a mãe, porém a infância não foi tão boa assim, porque aos 15 anos se tornou mãe e cuidava de filho, uma adolescente, casou e continua indo para o lote mais o companheiro, fora o cansaço e estresse. Pretende comprar um carro, viajar, e agradece pelas conquistas da casa própria, do meio de transporte, a moto, dos terrenos dos filhos que planta nele. Queria ter focado mais nos estudos, terminou só o ensino médio e parou. Gosta de futebol, no final de semana escuta música, às vezes sai

pra jantar, ir numa chácara, adora filme, andar de moto e mexer nas redes sociais, sempre tenta ter um momento de lazer, quando pode. Pretende abrir um negócio próprio de castanha junto mais as irmãs. Um conselho que deixa: aprendeu com a maturidade de buscar seus objetivos, não pensar só em trabalhar, mas divertir, ter momento de lazer, que a vida também não é só labuta, tem de viver para si mesma não apenas para o marido e filhos, de dar mais importância a si, porque a sociedade cobra muito de quando a mulher torna-se mãe não pode ter desejos e sonhos próprios.

Ritinha Coelho (parda, 29 anos, agricultora)

Nasceu na Serra do Mel, tem união estável, foi mãe aos 19 anos e tem dois filhos. No momento está gostando de estudar, faz o terceiro ano do ensino médio, á noite, na Vila Brasília. Trabalha no dia a dia depeliculando castanha debaixo do pé de cajueiro e possui bolsa família. Morou em Mossoró, mas foi o período mais difícil da sua vida, vivia em hospitais cuidando de três familiares do seu esposo e acabou não cuidando de si, ia adquirindo uma doença. Morava de aluguel, porém conseguiu construir sua casa e ficar perto da família. Queria que na Vila Goiás- existisse emprego, associação, artesanato e uma fábrica. Começou a trabalhar na safra da castanha cedo, com 10 anos para ajudar seus pais, eram 6 crianças pequenas. Gosta de cozinhar, trabalhar, andar, festas, dançar, sair no final de semana, ter um momento de lazer em família e curte assistir filme. Todo ano dança nas quadrilhas, ganhou até um prêmio em 2022 e foi apresentar em outra cidade. Sabe andar de moto e quer aprender dirigir carro. Seu sonho é fazer um curso técnico de enfermagem, depois conseguir emprego, aprofundar mais na medicina e com isso auxiliar seus pais e comunidade, pois pensa em primeiro lugar ajudar o próximo. Sua melhor conquista foi a casa própria, e maior dificuldade era com o esposo que colocava obstáculo para ela estudar, porém, hoje, segue em frente, aprendeu isso! Acha boa a experiência com as outras mulheres da castanha, embora os ganhos sejam mínimos e o mesmo de sempre, e por fim, deixa um conselho: estude, pensar mais em si e se cuidar.

Clara de Castro (branca, 31 anos, agricultora)

Filha de agricultores aposentados, mora na Vila Goiás desde que nasceu na Serra do Mel, tem 5 irmãos. Começou a ir para o lote cedo aos 12 anos e ajudar seus pais, hoje, é solteira, mas casou aos 15 anos e teve o primeiro filho nessa idade. Mora com os pais e os 4 filhos. É mãe solo, o seu sustento vem do bolsa família e trabalho na castanha. O casamento durou 15 anos, e neste tempo passou muita dificuldade sempre que começava a estudar, tinha um filho, então parava, e o ciclo se repetia, porém, seus pais sempre a ajudaram e apoiaram em tudo. Atualmente, possui casa própria. E no período da safra o desafio é maior, porque tem de acordar cedo e preparar comida. No momento, faz o curso de eletrônica, quer ser bombeira e concluir os estudos. Imagina com um emprego melhor, de carteira assinada, trabalha o dia todo, não se sente valorizada e reconhecida com os seus ganhos. Quer um futuro melhor para os filhos do que só depender da agricultura.

Maria Gomes (31 anos, parda, agricultora)

É natural da Serra do Mel, desde que nasceu permanece na cidade. Não teve muita infância, o primeiro casamento foi com 13 anos, era só trabalhar e cuidar de casa. Separou com 15, passou dois meses e casou novamente pela segunda vez, faz 16 anos de união estável. É mãe, concluiu o ensino médio, depende do bolsa família e trabalho na castanha. Ainda quando criança e adolescente iam para o lote. Seus sonhos é viajar, conhecer o mundo, dar um futuro melhor a família, comprar um carro, formar em educação física,

fazer ações sociais na Goiás e ajudar quem precisa. Conquistou a casa própria e moto com o trabalho na castanha, morava de aluguel. Adora caminhar, andar de bicicleta, ouvir música, praticar o *Croffit* e malhar. Sempre gostou de ter o próprio dinheiro, trabalhar e não ficar dependendo financeiramente do marido. No pequeno terreno planta frutíferas na vila Goiás água é escassa. Acha o ganho na despeliculada pouco e estressante onde deveria ter outras alternativas para gerar emprego. Em relação a água e saúde não é boa, a associação é fechada, contudo poderia melhorar a vida se o prédio fosse reaberto. Gostaria de trabalhar no seu próprio negócio na castanha.

Myriam Coeli (35 anos, branca, agricultora)

Nasceu em Carnaubais e desde criança mora na Vila Goiás, casou com 17 anos, e há 22 anos convive mais o esposo, é mãe, tem dois filhos e vai ser avó, reside com o companheiro, filho, filha, nora, e na infância foi educada por sua avó materna. Concluiu o ensino médio, lembra que trabalha desde os 10 anos, quando ainda era criança para ajudar sua mãe. Tem 4 irmãos e filha de mãe solo. Gosta de praticar esporte, assistir jogo, filme, novela, caminhar, andar de moto, carro, sempre jogou bola, participou de grêmio estudantil, faz regularmente exame, vai começar a frequentar à academia e dar entrada na CNH. Vende há 3 anos sorvete, picolé, açaí, tira uma renda extra daí porque os moradores precisavam se deslocar para a Brasília, no centro, distância de 5 km. Além de apanhar castanha na safra, despelicular, conta com o bolsa família, já cortou castanha para ela mesmo e selecionou. Sente muita dor nas costas por causa dos movimentos repetitivos no trabalho do lote, fora os afazeres da casa. O serviço na castanha acha desgastante, é todo dia a mesma coisa, estressante.

Zila Mamede (42 anos, parda, agricultora, pedagoga)

Nasceu em Mossoró, mas já morou 3 anos no interior de São Paulo, em Marília, é solteira, ficou viúva e no momento é mãe solo. Filha de pais agricultores e mais velha de 5 irmãos, foi criada pela avó materna na da infância e ia para o lote da avó. Sua renda é proveniente do bolsa família e trabalho na castanha, possui casa própria, moto, não tem lote e não planta no quintal. Mora com a mãe, irmão, filhas e padastro. Faz 8 anos que terminou o curso superior em pedagogia, porém nunca atuou na área, além de possuir curso técnico em placa solar. Antes disso trabalhou como assistente de serviços gerais, de carteira assinada e auxiliar de aluno em escola. Gosta de malhar, praticar o *Crossfit*, ir no salão, escuta música, inclusive dança quadrilha, curte costurar, faz pequenos consertos, tapetes e calcinhas, anda de motocicleta, deseja aprender dirigir carro e tirar a CNH. Na pandemia, revendeu muitas máscaras para outras cidades. Achava melhor no tempo que trabalhava no lote da avó, era menos cansativo, sem tantas cobranças como hoje na castanha. Sujeita a trabalhar neste serviço para não depender da mãe ou de outra pessoa, e manter suas filhas. Algum tempo, participou de um grupo de mulheres no CRAS, aprendeu artesanato e fazer flores de EVA. É a única formada em curso superior na família.

II – AGRICULTORAS ADULTAS

Auta de Souza (preta, 46 anos, agricultora)

Nasceu no Sítio Trapiá, município de Acú-RN. Seus pais chegaram para morar na Vila Goiás quando ela ainda era criança. Veio de uma família de agricultores, a mãe é costureira, produz artesanato dos mais variados, constrói casa, pinta, faz doces, mel, cria

animais, é aposentada; o pai aposentado, mas labuta do lote, são 6 irmãos ao todo. Não estudou, mas sempre trabalhou na roça, no pesado, em granja pegando sururu, residiu perto da praia. Casou aos 14 anos, cuidou do sogro, mãe 4 filhos, a casula estuda e os outros são casados, tem filhos e é avó de 5 netos. Mora com esposo e filha. Há 31 anos convive com o mesmo companheiro. Passou uns anos vivendo em Natal, depois foi para Afonso Bezerra e retornou novamente a Vila Goiás, onde se sustenta do trabalho na castanha e do bolsa família, tanto no período da safra quanto nos outros meses com a despeliculada. Também cortou castanha para ela, mas quando começou no corte, adoeceu e precisou fazer uma cirurgia de histerectomia, e dos rins, foram tempos difíceis, porém conseguiu vencer. No lote junta os galhos das podas dos cajueiros, cava buraco de lixo, mexe com foice, e não se importa com os comentários, mas também as pessoas acham bonito ela trabalhando e não sabe esperar por homem. Seu sonho é construir uma piscina e conseguiu a duras lutas ajeitar a casa, comprar o carro. Há 3 anos, junto do seu esposo promovem o natal solidário para as crianças da Vila, arrecada patrocínio para as brincadeiras, prêmios e comida, é cansativo, mas olhar as crianças felizes conforme Auta vale a pena.

Celina Guimaraes (preta, 51 anos, solteira, agricultora)

Nasceu em Afonso Bezerra e quando ainda morava na cidade cuidava da roça, da lavoura, plantava e colhia batata, vendia verdura, pescava peixe para comer, carregava água da rua, e neste período a vida era mais sofrida, quando chegava do trabalho ainda tinha os afazeres da casa e cuidar dos irmãos mais novos. Infância e adolescência quase não tive, porque na infância em vez de ser criança tinha responsabilidade de adulta, seu pai adoeceu, e as irmãs mais velhas eram casadas, então, quem tinha de cuidar dele era ela com 13 anos. E, em seguida, aos 15 anos casou e teve a primeira filha com 16 anos, veio mais responsabilidade de casa, marido, e nunca deixou os filhos passarem necessidade. Voltando um pouco no tempo, chegou na Goiás em 1979, com 8 anos de idade mais seus pais, conseguiram um lote e casa do projeto para morar, bem depois, primeiro, habitaram na Vila Paraná. Quando chegava do lote, tinha dias de cuidar de 7 meninos. O que não pôde fazer na infância vem realizando na fase adulta como passear, sair, viajar, ir a festas, se cuidar, para além dos vários serviços que executa na casa. Trabalhou matando galinha e frango para vender, em granja, fábrica de caju e de suco, e nos últimos anos era cuidadora de idoso, junto com a labuta da despeliculada de castanha, às vezes executa faxina para conhecidos e quando não planta no quintal, cria galinha. Seu sonho é encontrar um idoso para cuidar e ter um emprego. No momento é solteira, divorciou-se. É mãe solo de 7 filhos, a filha mãe velha está na faculdade de pedagogia, é avó de 8 netos e estudou até o ensino fundamental incompleto. Na época de casada morou em Pendencias, Mossoró, mas sempre indo e voltando à Goiás. Sente cansada, desde criança que tem ocupação e serviço na castanha seja por obrigação ou necessidade de sobreviver. Já participou quase um ano na associação das mulheres em Pendências, ofertava cursos para fazer lantejoula, desenhos nos panos, curso de doce, confeito, corte de cabelo, cada espaço proporcionava um aprendizado diferente.

Alzira Soriano (55 anos, parda, agricultora, aposentada)

Nasceu em Carnaubais, é casada, mora com filhos, companheiro e netos, é avó de 9 netos. Sobrevive com um salário mínimo, uma renda extra no período da safra da castanha e bolsa família, não é alfabetizada. Chegou na Vila Goiás aos 16 anos, morava com sua irmã no tempo de solteira, mas antes disso plantava milho, feijão e algodão onde residia o sítio. Possui casa própria, terreno e planta milho, feijão, jerimum no quintal. Gosta de sair para a praia, tomar banho de rio, assistir novela, jornal, ouvir música, pintar paredes,

costurar, comemorar as festas de fim de ano em família e seu aniversário. Seus sonhos são comprar um carro ou ter uma moto, viajar, terminar de ajeitar a casa, fez um empréstimo justamente para ajeita-la, aposentou-se em 2023 configurando a maior conquista da vida, mas vai apanhar castanha no lote na safra.

Isabel Gondim (branca, 56 anos, agricultora, aposentadora)

Nasceu em Carnaubais, tem 13 irmãos, casada, mãe de 5 filhos, é avó de 8 netos, possui o ensino fundamental incompleto. Não aproveitou a infância, a mãe não deixava brincar, tinha de trabalhar. Faz 43 anos que mora na Vila Goiás, antes vivia na Vila Minas Gerais. E antes disso morava no Imbuzeiro, região que pertence ao município de Carnaubais, nos tempos de criança plantava milho, feijão e jerimum por lá. No lote sempre ajudou o pai, encoivarando os tocos, limpava um hectare de mato e quando não estava fazendo estes serviços cuidava dos irmãos mais novos para auxiliar a mãe. Depois que chegou na Goiás melhorou de vida, embora o dia a dia seja corrido, em casa tudo quem resolve é ela, ir no banco, bodega, supermercado etc. Nessa trajetória teve conquistas, morava numa casa de taipa, conseguiu reformar, pensava de não chegar nos 55 anos e ter sua maior conquista, a aposentadoria. Viveu muitos anos e criou seus filhos no trabalho da castanha na mini fábrica na Vila Goiás, cortava amêndoas, inclusive até ficou doente de tanto labutar, parou porque deu uma dor na perna direita, mas hoje, melhorou, era bem cansativo nesta época. Porém, prefere executar outras ocupações no lote sossegada, apanhar castanha do que ficar em casa, cuidar de doente e fazer mil coisas. Recebeu o seguro safra, e pagava o sindicado para se aposentar. O conselho que deixa para as mulheres é: estudar, trabalhar no sol é muito ruim, ter oportunidade de emprego de carteira assinada é bem melhor.

Nísia Floresta (preta, 61 anos, agricultora, aposentada)

Nasceu em Afonso Bezerra, interior do Rio Grande do Norte, filha de pais agricultores, é a mais velha de 8 irmãos. Veio morar na Vila Goiás em 1979 quando tinha 17 anos. Antes de trabalhar na castanha plantava milho, feijão, melancia e algodão, eram tempos difíceis, passou por muita necessidade na vida. Do seu primeiro casamento teve 6 filhos, e encontra-se no segundo matrimônio. Criou-os sozinha com ajuda da mãe. Tem 12 netos e vai ser bisavó. Estudou até a terceira série, mas queria saber ler, pegar um livro e escrever no caderno. Seu maior sonho era se aposentar, comprar um carro, e conseguiu realizar ambos, como também a conquista da casa própria, de reforma-la e tem uma mercearia. Morou em Afonso Bezerra, Areia Branca, em Natal, achava bom morar na capital, pegava o ônibus para conhecer os lugares, mas precisou retornar a Serra do Mel e gosta muito daqui. Trabalhou de carteira assinada por 6 meses em fábrica na Vila Brasília, era um sofrimento, ia a pé, 5km de distância todo dia, não tinha transporte, carteira assinada, férias ou refeição. Inclusive denunciou o dono da empresa no sindicato por não querer pagar os seus serviços, recorreu ao advogado e ganhou a causa. Só trabalha em fábrica, enfrenta todos os desafios e sofrimento por necessidade, por exemplo, tinha 5 minutos para ir no banheiro, era vigiada, não podia atrasar 1 minuto etc., mas não desistiu de lutar pelos direitos, denunciou no sindicato as péssimas condições que ela e as companheiras enfrentavam. Ao todo eram 50 mulheres, porém foram desistindo e restou três funcionárias e o fim somente ela e outra agricultora ganharam a causa. Possui também curso no ramo da castanha. O conselho que deixa é estudar para viver melhor.

Ana Floriano (parda, 62 anos, agricultora, aposentada)

Nasceu em Campo Grande, seus pais eram agricultores, não vivenciou quase nada a infância, tinha de trabalhar e o que produzia mais o genitor era de meia, de terça nas terras de outros donos, ao todo eram 4 filhas, sempre teve de ajuda-lo. Brincava quando sobrava

algum tempo nos açudes ou rios. Antes de chegar na Serra do Mel em 1976, residia em Mossoró, lá estudava e ajudava sua mãe no cuidado das irmãs mais novas. Morou na Vila Brasília, Pernambuco, Ceará, isso já casada, e depois que ficou na Vila Goiás. Veio para Serra por causa do seu pai que iria trabalhar na colonização do projeto. Casou aos 15 anos e mãe nessa idade. Tem 9 filhos, todos são casados e com filhos. É avó de 16 netos, possui o ensino fundamental incompleto, ainda estudou com jovens e adultos-EJA, fez curso de doce, no SENAC voltado para micro e pequeno empreendedor, antes disso, para complementar a renda fazia doce, rapadura de castanha, mas parou porque precisa registrar em firma. Possui curso de doce de caju, crochê e trabalhou com merendeira na escola, nessa época assinou a carteira, atualmente, trabalha na sua propriedade na safra da castanha, limpando mato, fazendo bozó do cajueiro e coroamento. Seus sonhos eram de comprar um carro, construir uma casa melhor para ampara-la na fase idosa, ajudar os filhos, fornecendo castanha no corte da amêndoia e conseguiu realizar. Aposentou há 7 anos, e a melhor coisa da vida dela. A maior dificuldade que passou era educar os nove filhos, sem ter nenhum trabalho certo, só tirando o sustento da terra. Mas sem perder o desejo de quando os filhos crescessem, ela e o esposo pudessem oferecer estudos, trabalharem e melhorar a vida de todos. Queria fazer o curso de corte e costura para ajudar na família. Participou de associação na Vila Goiás quando funcionava, era tesoureira, achava bom, pois vinha feira da emergência no tempo da seca, óleo para o trator da associação cortar os terrenos, carro pipa com água e cisternas. Também trabalhou em fábrica na Vila Brasília, todo dia caminhava 5 km para ir e mais 5 km para voltar, não existia carteira assinada, mas tinha fiscalização e apenas 10 minutos para ir ao banheiro, ganhava por produção, pelos quilos que fizesse, tirava castanha da casca, o lucro era insuficiente.

Clara Camarão (parda, 69 anos, agricultora, aposentada)

Nascida em Santana do Mato, mais velha de 6 filhos, seus pais eram agricultores. Sempre trabalhou, desde a infância, aos 3 anos andava em burro para ir buscar água, não foi menina de brincar, de lazer, mas correr atrás de bode, de cabra e galinha. Estudou até a 5^a série, seu pai não gostava muito que fosse para a escola, e sim, trabalhar, aprendeu porque era curiosa. Ainda criança morou em Angicos, João Câmara, nas fazendas ao redor de Afonso Bezerra, e nessa mesma cidade. Casou jovem, aos 17 anos, tem 7 filhos, o mais velho possui graduação em teologia. Em 2021 ficou viúva, mora com 5 netos e 2 bisnetos, são pequenos e cuida deles. Quando adolescente pensava que o casamento ia tira-la do sufoco da agricultura, porém trabalhou mais, além da roça, como doméstica em Natal e babá, teve a carteira assinada enquanto auxiliar de professora para cuidar de criança, de idoso, ajudante em colégio na capital, em fábrica na castanha em Serra do Mel que foi onde adoeceu. Trabalhou com o pessoal da SUCAM- Superintendência de Campanhas de Saúde Pública de combate às grandes endemias, um órgão essencialmente no campo, colhia nas lâminas o sague dos moradores para saber se tinham doença, andava pelas matas em Baraúna. A mesma equipe da SUCAM queria pagar os estudos dela, mas seu pai não deixou, ia trabalhar com homens. Chegou na Goiás em 1977, nessa época veio visitar seus pais que residiam na vila, depois conseguiu um lote e casa, onde reside. Antes de vir para Serra do Mel, vivia em Baraúna, era casada e mãe. Seu sonho é percorrer o mundo, viajar, conhecer lugares diferentes e andar de avião. Acorda todos os dias às 4 da manhã, faz os serviços da casa e vai dormir às 22h. No período da safra trabalha na sua propriedade. Começou a trabalhar na castanha em 1979 no armazém, na Vila Riogrande, por necessidade ainda não era colona ou tinha lote. Há 9 anos se aposentou.

Apêndice 5- CATEGORIAS DE ANÁLISE PRINCIPAIS E SUBCATEGORIAS PRESENTES NAS ENTREVISTAS

Tabela de análise dos dados

CATEGORIA PRINCIPAL	SUBCATEGORIAS
A trajetória de vida lembrada	<ul style="list-style-type: none"> • Local de origem/onde foi criada, chegada na Vila Goiás; • O que a conduziu a uma área de reforma agrária. Em que trabalhava; • Profissão dos pais (de que viviam, onde trabalhavam); • (Regime de trabalho), quantos irmãos/irmãs); • Sentimentos, concepções da infância, cuidados; • Sentimentos face ao mundo familiar; • Sentimento, concepções sobre a juventude; • Os espaços de sociabilidade (público e privado); • Formas de diversão: brincadeiras e festas; • Sentimento, concepções sobre seu processo de educação formal; • Sentimento, concepções sobre o casamento (para quem é casada), filhos/filhas), maturidade.
Dificuldades encontradas na Vila Goiás.	<ul style="list-style-type: none"> • Ausência de fábrica, associação, grupo de mulheres, artesanato; • Difícies condições do acesso à saúde, esporte e lazer; • Esquecimento do poder público; • Falta de água, poço, CAERN, saneamento; • Falta de reconhecimento; • Muito trabalho e ganhos insuficientes; • Despeliculada, corte e seleção da castanha; • Maior lucro na safra, porém aumento do trabalho, stress; • Mudanças na rotina.
Sentimentos das agricultoras sobre seus trabalhos	<ul style="list-style-type: none"> • A infraestrutura de trabalho; • Inexistência de direito trabalhista; • Carência de cursos profissionalizantes; • Falta de incentivo ao crédito rural; • Ausência de oportunidade; • Baixo incentivo à agricultura familiar; • Plantar, colher e vender produtos orgânicos; • A assessoria técnica, os projetos.
Visão sobre si e dupla participação	<ul style="list-style-type: none"> • O reconhecimento próprio, preferências, gostos; • Não valorização; • Invisibilidade dos trabalhos; • Experiências compartilhadas; • Percepção das atividades que executam; • Exploração.

O lugar que ocupa no seio familiar/comunitário.	<ul style="list-style-type: none"> • Fato, situação que despertou para a realidade; • Pensamentos, avaliação, sentimentos que tem sobre ser mãe chefe de família. • Organização do seu dia a dia; • Percepção das relações de gênero; • Divisão de tarefas e cuidados; • Compreensão e sentimentos sobre mudanças desejadas; • As influências recebidas; • O processo de aprendizagem; • O entendimento sobre as construções dos papéis sociais; • Rede de solidariedade coletiva, apoio e ação social entre as mulheres.
Conquistas pessoais, familiares e comunitárias	<ul style="list-style-type: none"> • Casa própria, transporte, terreno, aposentadoria, lote; • Ganhou na justiça os direitos trabalhistas; • Melhorar a vida da família, dos filhos, cursar faculdade.
As mudanças positivas e negativas	<ul style="list-style-type: none"> • Conciliar trabalhos e estudo; • Não permitir que marido interfira em decisões importantes; • Não viver para agradar companheiro e filhos; • Cuidar dos outros e esquecer de si; • Pensar mais na saúde, trabalhos desgastantes e sobrecarga.
A importância do entendimento sobre preconceito	<ul style="list-style-type: none"> • Discursos percebidos; • Lições aprendidas; • Grau de compreensão sobre o machismo (dominação masculina); • Casamento conturbado em torno de vícios; • Sobrecarga de trabalho para as mulheres; • Valorização de si; • E o que o outro valoriza nela.
Conselhos para outras mulheres	<ul style="list-style-type: none"> • Sentimentos e atitudes frente a essa experiência; • Mais empatia, estudo, profissionalização; • Realidade parecida, não só trabalhar, ter lazer, pensar mais em si; • Maior autonomia financeira.
O processo de convivência entre as mulheres da castanha	<ul style="list-style-type: none"> • Os caminhos percorridos; • As aprendizagens, os sentimentos, inspiração; • Hábitos passado de geração; • De não culpabilização; • Persista nos sonhos.
O futuro-Sonhado	<ul style="list-style-type: none"> • O futuro previsto; • O futuro sonhado; • Trabalhar de carteira assinada, viajar, cursar faculdade; • Montar o próprio negócio, tirar a CNH, ter mais lazer; • Aprender andar de motocicleta e carro.
A entrevista/pesquisadora	<ul style="list-style-type: none"> • Sentimentos demonstrados sobre a entrevista; • O que esperavam da entrevista; • Avaliação da entrevista.

Apêndice 6-Etapas do Processo produtivo

Tabela de Ganhos das agricultoras na Castanha de Caju na Vila Goiás/Serra do Mel-RN 2024).

PRODUÇÃO DA CASTANHA DE CAJU					
	Preço por quilo da castanha (R\$)	Quilos trabalhados diariamente (kg)	Renda diária (R\$)	Renda semanal (R\$)	Renda mensal (R\$)
Despelucar /raspar	1,50	9,5 – 10	14,25 – 15,00	71,25 – 75,00	285,00 – 300,00
Revisar/se lecionar	0,40	137 kg (cerca de 10 sacos)	54,80	274,00	1.096,00

Apêndice 7-Etapas do Processo produtivo

Tabela de Ganhos das agricultoras na Castanha de Caju na Vila Goiás/Serra do Mel-RN 2024).

SAFRA DA CASTANHA DE CAJU		
	Apanhar castanhas no lote(safra abundante)	Apanhar castanhas no lote(safra modesta)
Preço por quilo da castanha (R\$)	1,00	1,50
Quilos apanhados diariamente (kg)	100	40 – 50
Renda diária (R\$)	100,00	60,00 – 75,00
Quilos apanhados semanalmente (kg)	500	200 – 250
Renda semanal (R\$)	500,00	300,00 – 375,00
Quilos apanhados mensalmente (kg)	200	800 – 1.000
Renda mensal (R\$)	200,00	1200,00 – 1500,00

Apêndice 8-Etapas do Processo produtivo

Tabela de Ganhos das agricultoras na Castanha de Caju na Vila Goiás/Serra do Mel-RN 2024).

PRODUÇÃO DA CASTANHA DE CAJU							
Processo produtivo	Preço por quilo da castanha (R\$)	Quilos diárias (kg)	Renda diárias (R\$)	Quilos semanais (kg)	Renda semanais (R\$)	Quilos mensais (kg)	Renda mensais (R\$)
Corte manual	1,25	35 (3 sacos)	43,75	175 (15 sacos)	218,75	700	875,00
Separação da casca	1,25	35 (3 sacos)	43,75	175 (15 sacos)	218,75	700	875,00

Figura 12- Mesa de selecionar e classificar castanha de caju das agricultoras



Figura 13- Trator de transportar castanha e agricultores (as)



Figura 14-Carroça e jumento



Figura 15-Ciscador, enxada e enxadeco



Figura 16 -Doce de caju

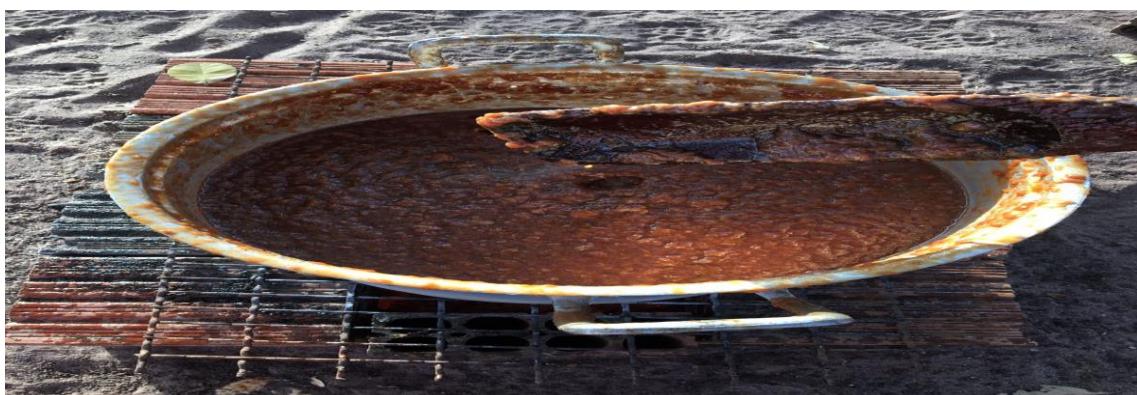


Figura 17-Mel de caju



Figura 18- Rapadura de caju



Figura 19-Caju



Figura 20-Castanha pronta para exportar/comercializar



Figura 21- Cajueiro precoce



Figura 22-Energia eólica no lote

